

U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

*Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: As
Disputas Autonómicas da Regeneração à República*



MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
Ramo de Estudos Locais e Regionais
Construção de Memórias

Mestrando - José Eugénio Carvalho da Silva
Orientador - Professora Doutora Inês Amorim

Novembro - 2013

Versão definitiva

Para a “Minda” e para o Carlos Eugénio

Sumário

Índice de Quadros	6
Índice de Gráficos	7
Índice de Mapas	7
Índice de Fotos	7
Siglas e Abreviaturas	8
Agradecimentos	9
1. Introdução - Objetivos, Justificação, Questões de Partida e Contextualização	10
1.1 Objetivos e Ambições Acerca do Objeto de Estudo	18
1.2 Fontes e Metodologia do Trabalho	19
2. Vizela – Definição e Reivindicação de um Espaço	19
2.1 Localização Geográfica	29
2.2 Espaço e Território	31
2.2.1 A origem seminal do topónimo - Vizela	34
2.3 Algumas Realidades Demográficas	35
2.3.1 A população do “ <i>Território de Vizela</i> ”	36
2.3.2 Dimensão média dos fogos por habitantes e densidade populacional .	40
2.3.3 Instrução - Evolução das taxas de analfabetismo	41
2.4 A Questão das “Raízes” – As Origens e os Percursos da Memória	43
2.4.1 A ocupação pré-romana	44
2.4.2 Período romano	45
2.4.2.1 <i>Vizela Romana</i> : mito e história	46
2.4.2.2 A ponte e as vias romanas	49
2.4.3 O período suevo	53
2.4.3.1 <i>Oculis Calidarum</i> no <i>Paroquial suevo</i>	53
2.4.4 Na dinastia de Borgonha	56
2.4.4.1 O efémero concelho de Vizela no século XIV	59

2.4.5 Vizela nas <i>Memórias Paroquiais de 1758</i> e no <i>Inquérito Paroquial de 1842</i>	63
3 Progresso e Desenvolvimento	66
3.1 As Infra-Estruturas de Comunicação	67
3.1.1 A estrada real nº. 36	67
3.1.2 A ponte D. Luís I	69
3.1.3 A linha férrea de Bougado a Guimarães	70
3.1.4 O telégrafo	74
3.2 Transformações Urbanas	74
3.2.1 Rede viária urbana	78
3.2.2 Construção habitacional e urbanismo	81
3.3 As Termas de Vizela e o Termalismo no Século XIX	86
3.3.1 Balneários termais.....	90
3.3.1.1 O modelar complexo termal da Companhia dos Banhos de Vizela ..	92
3.3.1.2 O balneário do Mourisco	98
3.3.1.3 O balneário do Paulino	101
3.4 Atividades Comerciais e Serviços	102
3.4.1 Hotéis e pensões	102
3.4.2 Outras atividades comerciais	105
3.5 Atividades Industriais	107
3.6 Cultura, Diversão e Lazer	111
3.6.1 Jornais locais	111
3.6.2 Bailes, cafés, casinos e touradas	114
3.6.2.1 Bailes.....	114
3.6.2.2 Cafés.....	115
3.6.2.3 Jogo e casinos.....	116
3.6.2.4 Touradas	117
3.6.3 O parque das termas	119
3.7 Organizações e Equipamentos Sociais	121
3.7.1 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela	121
3.7.2 O Hospital de Vizela	124
3.7.3 Filarmónica <i>Vizellense</i>	126
3.7.4 Escolas de instrução pública	128

3.7.5 Cemitérios paroquiais	131
4 Política, Antagonismos Políticos e Cultura da Memória	134
4.1 Elite, Política e Políticos	134
4.1.1 Eleições e eleitores	134
4.1.2 Elite e poder local	136
4.1.3 Emulações políticas internas e a “ <i>Memória Documental Vizelense</i> ” – Epístolas	142
4.1.4 O apoio de Vizela à anexação de Guimarães no distrito do Porto	146
4.2 O Fecundar da Causa Autnómica	149
4.2.1 O moroso investimento municipal na povoação de Vizela	151
4.2.1.1 Intervenções nos espaços públicos	152
4.2.1.2 Iluminação pública.....	153
4.2.1.3 Distribuição e abastecimento de água potável	154
4.2.1.4 Construção do matadouro	155
4.2.2 A pretensão municipal no monopólio da exploração da água termal ..	156
4.2.3 A malograda visita de D. Maria II	159
4.3 Três Petições, as Mesmas Razões, um Único Desejo – a Emancipação Administrativa	160
4.3.1 A desditosa representação a D. Maria II (1852)	161
4.3.2 As contraditórias representações a D. Luís I (1869).....	162
4.3.2.1 A transferência de Vizela para o concelho de Lousada.....	162
4.3.2.2 A conservação de Vizela no concelho de Guimarães	164
4.3.3 Petição ao governo progressista de Luciano de Castro (1905).....	165
Conclusões	169
Fontes e Bibliografia	181
Anexos	
Anexo 1. Evolução das freguesias do “ <i>Território de Vizela</i> ” (1864-1911)	193
Anexo 2. “ <i>Redacção da Escriptura Publica dos Estatutos da CBV</i> ” (1873) ...	194
Anexo 3. 1883- Caldas de Vizela – São Miguel. Imposto de Prédios Arrendados e não Arrendados	200
Anexo 4. 1883 - Caldas de Vizela – São João. Imposto de Prédios Arrendados e não Arrendados	200
Anexo 5. Temperaturas dos <i>Banhos das Caldas de Vizella</i> (1810)	201

Anexo 6. Carta - Bases do pré-acordo de compra e venda do balneário do Mourisco (1898)	202
Anexo 7. Proposta de arrendamento do estabelecimento do Mourisco (1900)	203
Anexo 8. Excerto da notícia da inauguração do novo estabelecimento termal de Vizela (1881)	204
Anexo 9. Mapa comparativo do número de <i>Banhos</i> servidos (1881-1900) ...	205
Anexo 10. Balanço da CBV de 31 de Dezembro de 1891	206
Anexo 11. 1878 – Legalização dos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela	207
Anexo 12. 1892 - Orçamentos das Juntas de Paróquia de S. João e S. Miguel das Caldas.	208
Anexo 13. Actas de Eleição e Constituição da Mesa - Junta de Paróquia de S. João das Caldas – 1878	210
Anexo 14. Acta da Eleição da Junta de Paróquia de S. João das Caldas – 1908	211
Anexo 15. Acta da Eleição da Junta de Paróquia de S. Miguel das Caldas – 1908	212
Anexo 16. Grupos Socioprofissionais de Vizela (1882-1886)	214
Índice de Quadros	
N.º 1. Área do “ <i>Território de Vizela</i> ” (Km ²).....	33
N.º 2. Evolução do “ <i>Território de Vizela</i> ”	36
N.º 3. Número de Eleitores – Povoação de Vizela	39
N.º 4. Vizela - Taxas de analfabetismo.....	42
N.º 5. Companhia do Caminho-de-Ferro de Guimarães. Número de passageiros transportados	73
N.º 6. Fogos - Evolução regional	82
N.º 7. Hotéis de Vizela (1854-1918)	103
N.º 8. Atividades comerciais (1851-1906).....	106
N.º 9. População masculina de Vizela – 1890	135
N.º 10. Eleitores/elegíveis - 1890	135
N.º 11. Vizela - Figuras burguesas do século XIX	137
N.º 12. Vizela – Eleitores e elegíveis (1882-1895)	138
N.º 13. Cidadãos elegíveis para deputados (1890)	139
N.º 14. CMG – Vereadores de Vizela eleitos (1852-1910)	142

Índice de Gráficos

N.º 1. Evolução Demográfica do “Território de Vizela”	38
N.º 2. “Território de Vizela”. População por sexos	39
N.º 3. Densidade populacional do “Território de Vizela” (Hab/km ²)	40
N.º 4. “Território de Vizela”. Níveis de instrução	42
N.º 5. Número de banhos servidos (1881 – 1910)	97
N.º 6. Grupos socioprofissionais de Vizela - (1882-1886)	140

Índice de Mapas

N.º 1. O “Território de Vizela” - Concelho de Vizela, Moreira de Cónegos e Vilarinho	11
N.º 2. Enquadramento do Concelho de Vizela no Noroeste de Portugal.....	30
N.º 3. Vizela na encruzilhada das estradas romanas	51
N.º 4. Vizela na encruzilhada das vias de comunicação no século XIX	68
N.º 5. Centro histórico de Vizela	77

Índice de Fotos

N.º 0. Trecho da rua dr. Abílio Torres (1907)	1
N.º 1. Panorâmica do vale do Vizela (ângulo E/O)	32
N.º 2. <i>Vizela Romana</i> . Jardim Manuel de Faria	46
N.º 3. Ponte Romana (1905)	49
N.º 4. Brasão do município de Vizela	50
N.º 5. Petição da Câmara Municipal de Penafiel	69
N.º 6. Ponte Nova ou de D. Luís I (1910)	70
N.º 7. Trecho da rua do Mourisco (1907)	85
N.º 8. CBV – Estabelecimento termal (1911)	95
N.º 9. CBV – Anúncio publicitário de 1896	96
N.º 10. Balneário do Mourisco (1910)	100
N.º 11. <i>Castelo da Ponte</i> (1931)	166

Siglas e Abreviaturas

aC – Antes de Cristo

AGA – Assembleia Geral de Acionistas

AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ADB - Arquivo Distrital de Braga

Arq - Arquivo

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

BSMS – Biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento

CBV – Companhia de Banhos de Vizela

Cf – Ver; confrontar

CMG – Câmara Municipal de Guimarães

CMV – Câmara Municipal de Vizela

Coord – Coordenação

d.C – Depois de Cristo

Dir – Direção

Doc - Documento

Ed – Edição

Ed. a. – Edição do autor

EN – Estrada Nacional

FI – Folha

FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Hab - Habitantes

m - Metro

NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

Org - Organização

p - Página

pp – Páginas

SCMV – Santa Casa da Misericórdia de Vizela

SMS - Sociedade Martins Sarmiento

Sn – Sem nome

ss - Seguintes

RAHBVV – Real Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela

v – Verso

Vol – Volume

Agradecimentos

A minha elevada gratidão e apreço a todos os meus mestres, de todos os ciclos discentes, pelos magnânicos contributos na minha formação académica.

À senhora professora doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva, agradeço a honra de ter aceitado a orientação deste trabalho e a sua talentosa competência pedagógica na dádiva do seu admirável saber científico. Grato, também, pelas suas palavras incentivadoras, pela sua disponibilidade e compreensão, pelo seu espírito aberto e franco, pelo seu elevado sentido crítico e pela sua capacidade de diálogo, determinantes na consecução deste trabalho.

A nota de reconhecida gratidão às seguintes instituições e, de modo especial, à notável disponibilidade e colaboração prestadas pelos seus funcionários que, muito para além das suas obrigações profissionais, contribuíram para a melhor investigação: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; Arquivo Distrital de Braga; Sociedade Martins Sarmento; Biblioteca Pública Municipal do Porto; Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva; Biblioteca da Faculdade de letras da Universidade do Porto; e Câmara Municipal de Vizela.

Ao senhor dr. Miguel Nogueira, responsável da FLUP - Oficina do Mapa, pela colaboração prestada em matéria cartográfica.

Pela disponibilização dos seus arquivos um agradecimento ao senhor eng.^o Coutinho e à senhora dr.^a Laura Machado da Companhia dos Banhos de Vizela, SA, e aos senhores presidentes da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela e da Sociedade Filarmónica Vizelense.

Um agradecimento especial à senhora dr.^a Maria José Pacheco pelo tempo e atenções dispensadas. Outrossim ao senhor Júlio César Ferreira pela disponibilização das fotos e, da sua coleção de cartofilia, os postais antigos de Vizela.

Por último, dos meus particulares amigos fica a marca de todas as palavras de estímulo por acreditarem no meu trabalho.

“Um povo que não quer ser conquistado jamais o é; um povo que determinantemente quer ser livre sempre o será”

Almeida Garret, 1830 (2005).

1. Introdução - Objetivos, Justificação, Questões de Partida e Contextualização

No âmbito do curso de mestrado em História e Património – Ramo de Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias, o trabalho que se anuncia pretende, de harmonia com o seu título - *Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: As Disputas Autonómicas da Regeneração à República* - a construção de uma memória sobre Vizela e como Vizela construiu a sua memória, inerente ao período do Liberalismo português que decorre entre 1851 e 1910. Trata-se de proceder à análise de um processo de reivindicação de construção de um espaço político, o concelho de Vizela, que só o foi em 1998. Procurar-se-á avaliar em que contextos argumentativos (demográfico, económico, social, cultural e político) se alicerçava uma vontade política autonómica.

Terá como objeto territorial de estudo Vizela, enquanto povoação constituída pelas freguesias de São Miguel das Caldas e São João das Caldas (o espaço da contemporânea cidade de Vizela e sede do mesmo município), inseridas, administrativamente, à época, no concelho de Guimarães, do distrito de Braga. Como se procura observar, este espaço parece integrar-se neste percurso de reivindicação territorial.

Pelo seu crescente poder de atracção gravitacional, o estudo alargar-se-á ao espaço constituído pelas sete freguesias que se prendiam na sua órbita: do concelho de Guimarães, as freguesias de Infias, Tágilde, São Paio de Vizela e Moreira de Cónegos; do distrito do Porto, as freguesias de Santa Eulália, do concelho de Lousada; Santo Adrião de Vizela, do concelho de Felgueiras; e Vilarinho, do concelho de Santo Tirso. Quase todas estas freguesias vieram a corporizar o jovem município de Vizela. De fora da administração vizelense ficaram as freguesias de Moreira de Cónegos e de Vilarinho, embora pela sua

proximidade com a atual cidade de Vizela, sempre tenham partilhado vários tipos de relacionamento, subscrevendo mesmo, solidárias, algumas petições emancipalistas remetidas aos governos da República anteriores a Abril de 1974¹.

Mapa 1. “Território de Vizela” - O Concelho de Vizela, Moreira de Cónegos e Vilarinho



Pareceu, por conseguinte, que seria pertinente invocar um espaço mais alargado do que o do atual concelho, até porque o processo de delimitação

¹ Cf. CAMPELOS, Manuel – *A luta autonómica de Vizela na última década do regime de Salazar*. Braga: Diário do Minho, 2002

poderá ser, como tentaremos provar, um fator de reivindicações territoriais. Percebe-se que se trata, ainda hoje (porque a independência é recente), um tema delicado e, por isso, adverte-se para o facto que este estudo não pretende, nem seria ocasião adequada, reivindicar os espaços de outros concelhos. Somente nos ocupamos destas duas freguesias, para lá das razões atrás indicadas, por serem, a poente de Vizela, ribeirinhas do rio homónimo. Por este fundamento, por questões práticas, apenas e só por questões operativas, iremos designar esse espaço, que entre outros se poderia ter constituído em município, por “*Território de Vizela*”.

Esta delimitação obedece à percepção da existência de um certo lastro identitário alimentado por diversos atributos, materiais (património móvel e imóvel), uma memória social, e a ideia de pertença a essa mesma comunidade. É este lastro que procuraremos avaliar. Poder-se-á, assim, através dos documentos do passado, medir como uma certa comunidade, num determinado tempo, espaço e território edifica e reedifica a memória que lhe substancia a sua identidade. Avaliar como se cultivou o espírito de continuidade territorial, entre glórias e sofrimentos, direccionado, como se observou recentemente, através da “produção social da paisagem”².

Não iremos aqui invocar toda uma plêiade de estudos que remontam às concepções acerca da memória e do seu uso, mas poderemos lembrar a reflexão Fentress e Wickham acerca do uso da memória como fonte de conhecimento, e este processo de mecanismo de cópia e armazenamento de informação “Como é que a memória serve de fonte de conhecimento?” em dois sentidos. Por um lado, podemos tomá-la simplesmente como uma pergunta sobre o modo como a memória copia e armazena informação; por outro, podemos tomá-la como uma pergunta sobre o modo como a memória, primeiro, copia e armazena informação, e *depois* usa essa informação para formar ideias novas. Em qualquer dos casos, porém, o pressuposto continua a ser o de que a memória é, acima de tudo, um mecanismo de cópia e armazenamento³.

² SILVANO, Filomena - *À procura de olhares cúmplices: a produção social da paisagem na vila de Vizela*, in “Cultura e arquitectura”, Santiago, Edicións Lea, org. Paulo Castro Seixas, Xerardo Pereira Pérez, Paula Mota Santos, 1995, p.135-147

³FENTRESS, James; WICKHAM, Chris - *Memória Social, Novas Perspectivas sobre o Passado*. Lisboa: Teorema, 1992, p. 30

Acautelemos, contudo, que estes legados históricos e testemunhos do passado cultural que alicerçam a representação de uma comunidade, poder-se-ão resumir, de acordo com Elsa Silva, a um *processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objectos que conferem a um grupo um sentimento colectivo de identidade. Neste sentido toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufacturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais*⁴ ou seja, a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade.

Por sua vez, é de capital importância, tanto ou mais do que saber se existe ou não uma identidade, perceber que, hoje, a atribuição de uma identidade a um grupo tem que ter em conta as formas visuais que os actores sociais desse mesmo grupo têm de si e do seu espaço de pertença, o qual pode ser, ou não, geográfico e concordante com o de outros indivíduos. A identidade, como construção cultural, é pois, um processo que não existe no exterior nem sem os indivíduos que a reclamam face a fatores de adversidade ou de diferenciação, pelo que não poderá existir uma identidade individual ou cultural, mas diversas identidades, socialmente reconhecidas pelas múltiplas e mutáveis fragmentações no interior do seu próprio centro. Deste modo, os indivíduos têm a opção com quem se querem identificar e, concomitantemente, o que querem ser, permitindo a agregação das sociedades através de uma articulação, mesmo que parcial, entre os vários elementos sociais e a construção identitária⁵. Isto é, trata-se de um processo de valorização ou desvalorização operado por indivíduos, em diferentes contextos.

Por isso, a possibilidade de construção de uma identidade “manufacturada” orienta a nossa desmontagem e/ou interpretação de narrativas, de rotinas de comportamento, de bens, de objetos ou de

⁴ “*Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural*” - Elsa Peralta Silva. Porto: Universidade Fernando Pessoa, *Antropológicas*, nº. 4, 2000, pp.218-219.

⁵ MAGALHÃES, Fernando – *Museus, Património e Identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição*. Porto: Profedições, 2005, p.27.

testemunhos-objetos que, enquanto modelos, por exemplo, assumiram a representação do passado⁶.

As questões preliminares, a que se seguirão outras mais à frente, são óbvias: Será na interação de crescimento económico, social, cultural e demográfico que radicam os principais agentes dinamizadores na construção de uma memória territorial, de uma centralidade territorial que, por sua vez, lhe conferirá a legitimação da vontade política de autonomia administrativa? Ou será, pelo contrário, a perceção da carência de progresso e de um vagaroso desenvolvimento que gerará tensões políticas e justificará licitude aos anseios independentistas de Vizela?

A justificação temporal não é inocente, decorre das expectativas criadas pela evolução política portuguesa que era marcada por um discurso característico do Liberalismo inflamado pelas ideias de progresso e desenvolvimento. O que sintetizamos nos parágrafos seguintes serve-nos de contexto geral, no sentido de vir a avaliar, mais à frente, em que medida a conjuntura geral se cruza com a local, de que forma se intersejam argumentos de progresso ou declínio, se são ao ritmo nacional ou têm a sua própria escala, sem perder de vista os homens que os vivem no terreno.

Na perspetiva de uma melhor compreensão e de um adequado enquadramento do assunto em estudo e da sua periodização, importa traçar, nos parágrafos seguintes, uma breve contextualização das principais características do Liberalismo que marcaram a História de Portugal, as quais, inevitavelmente, produziram efeitos indeléveis na História de Vizela, como se verá, com a invocação de figuras locais que também o foram a nível central, mormente nos aspetos exógenos do seu progresso e desenvolvimento.

Com o fim da guerra civil (1823-1847), uma das principais características que marca o primeiro período do Liberalismo português é a do clima de paz que permitirá o advento da designada *Regeneração* (1851), prolongando-se até à revolta republicana de 31 Janeiro de 1891, ano que assinala o início da falência do modelo de desenvolvimento fontista e da crise finissecular. Esta época, caracterizada pela afirmação da burguesia e do capital e por um

⁶ JORGE, José Duarte Centeno –“A Matéria do Património”, in, *A Matéria do Património: memórias e identidades*. (Coord. de) Manuel João Ramos. Lisboa: Colibri, 2002, p.13.

significativo aumento da população portuguesa, fará desabrochar um lento mas contínuo processo de desenvolvimento económico e social⁷, assente no regular funcionamento das instituições democráticas, na constituição e estruturação político-partidária, numa regularidade de atos eleitorais e na alternância dos partidos no governo da nação num sistema bipartidário.

Serão, verdadeiramente, quarenta anos de «progresso material» no decurso dos quais se assistirá à construção de estruturas sociais e económicas que, não podendo ser definidas como totalmente modernas, se apresentarão marcadas com traços claros de produção capitalista⁸.

Mas a *Regeneração* foi a época do arranque das grandes obras públicas e está intimamente ligada ao denominado *Fontismo*, associada ao ministro Fontes Pereira de Melo, a quem se deve a criação do neófito Ministério das Obras Públicas, de cujos gabinetes saíram os planos técnicos destinados a levar à prática o lançamento das infra-estruturas essenciais que procuravam gerar o desenvolvimento regional, diminuir as suas assimetrias e colocar Portugal a par da Europa⁹.

É, ainda, inegável o papel fundamental da *Regeneração* na vontade em estruturar e modernizar o mercado nacional, a qual passa a ser indissociável do incremento das ligações viárias e ferroviárias, elementos essenciais para a animação da economia nacional. Com efeito, Fontes, ao integrar o longo e estável executivo regenerador presidido pelo ministro Saldanha (1851-1856), pôde seguir o espírito vigente à época e na Europa que, ditado pela ânsia dos «melhoramentos materiais» e medido pela facilidade das comunicações, o levou a acelerar a construção de caminhos-de-ferro, estradas, pontes, portos e telégrafos¹⁰. Com efeito, entre 1852 e 1880, inúmeras obras de desenvolvimento ocorreram em todo o país e, a título de referência, Maria

⁷ SOUSA, Fernando – “*Portugal e a Regeneração*”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 10.

⁸ CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença, 1998, p.15.

⁹ SOUSA, Fernando – “*Portugal e a Regeneração*”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004, pp. 10-11.

¹⁰ FERNANDES, Paulo Jorge – “*Política Económica*”. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) - *História Económica de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 409-10.

Helena Dias recorda-nos que, nessa época, se construíram em Portugal 6 000 km de estradas e mais de 1 200 de caminhos-de-ferro¹¹.

Deste modo, de forma concisa, poder-se-á melhor entender e conceptualizar a *Regeneração* como um tempo e um processo ideológico do Liberalismo português que, por oposição à decadência e à resignação única da celebração do passado glorioso, procurava encontrar no progresso e no desenvolvimento o sentido prospetivo da Nação e matizava-o com a esperança do seu povo nas reformas e correções regenerativas¹².

Para o tempo que decorre entre 1891/92 e 1910, das múltiplas razões que explicam e caracterizam o país em contextos de política económica, o destaque vai para a crise de 1891/92 que revela a falência do modelo de desenvolvimento fontista, os défices públicos elevados, a incapacidade do Estado em auto-financiar-se pela captação de ouro de particulares, e o recurso ao pagamento em papel-moeda com notas de valor fictício, aumentando, assim, as tendências inflacionistas. Esta situação empurra-o para o aumento das receitas através do agravamento fiscal, sobretudo dos impostos indirectos¹³, isto é, sobre o consumo, gerando a insatisfação social e mais atraso económico.

Em âmbito puramente político o país representa-se pelo evidente descrédito dos partidos monárquicos, pelo desrespeito das suas figuras cimeiras e pela inoperância da rotatividade governativa dos partidos Regenerador e Progressista. Instala-se, também, a descrença generalizada da sobrevivência de Portugal, fazendo conduzir na passagem para o século XX os ideais liberais e positivistas que alimentaram o fervor republicano¹⁴.

Na cena política portuguesa, os “partidos” políticos, mesmo depois da viragem para a segunda metade do século XIX, distinguiram-se e caracterizavam-se mais pelos interesses e antagonismos pessoais e de grupo, que reuniam, facções ideológicas, correntes de opinião, lojas maçónicas e, até, clubes, do que propriamente por autênticos agrupamentos partidários,

¹¹ DIAS, Maria Helena – *Os Mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da Cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995, p.75.

¹² Cf. SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal* (Vol. V). Porto: Figueirinhas, 1992, p.251.

¹³ FERNANDES, Paulo Jorge – “*Política Económica*”. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) - *História Económica de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 414-15.

¹⁴ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 688-90.

duradouros, devidamente organizados, com quadros políticos, com programas definidos e com marcas bem distintivas no que se refere aos seus aspetos ideológicos ou doutrinários¹⁵.

Contudo, ao longo das décadas da segunda metade do século XIX, os dois partidos mais significativos deste período final da monarquia constitucional portuguesa, o Partido Regenerador e o Partido Progressista, ao ambicionarem a alternância do poder, foram-se organizando, no sentido lato do termo, em autênticos agrupamentos políticos, discutindo programas ou realizações práticas de governo, procurando em calorosos comícios públicos e sessões que antecederam os inúmeros atos eleitorais que os seus candidatos fossem sufragados pelo voto dos cidadãos e merecessem a confiança na liderança parlamentar e governativa do país¹⁶.

De salientar que o Partido Regenerador, moderado e de cariz conservador, nasceu no decorrer da Regeneração, sendo seu destacado impulsionador e chefe, até 1887, Fontes Pereira de Melo. Das suas fileiras saiu a maioria dos chefes do governo da Nação, destacando-se para além de Fontes, Hintze Ribeiro que foi também seu líder entre 1900 e 1907. Quando João Franco fundou o Partido Regenerador Liberal, em 1901, acelerou a sua dissolução originada pelas crescentes dissidências de apoiantes e simpatizantes, extinguindo-se com a proclamação da República, sob a chefia de Júlio de Vilhena¹⁷.

Por sua vez, o Partido Progressista, posicionado à esquerda e adversário direto do Partido Regenerador, mais radical na defesa dos ideais liberais, nasceu do Pacto da Granja, em 1876, pela fusão do Partido Histórico e do Partido Reformista, passando a aglutinar os vários agrupamentos anticabralistas, anticlericais, setembristas e cartistas. O seu programa apoiou-se em soluções políticas gerais e imediatas, sem uma ideologia sustentada ou projecto político coerente, procurando atrair o apoio das classes médias e pequeno-burguesas descontentes e do proletariado. Das suas figuras cimeiras, destacam-se, entre muitas, Anselmo Braamcamp e Luciano de Castro que

¹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – “*Organização Administrativa e Política*”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004, p.229.

¹⁶ Idem, p.229.

¹⁷ TENGARRINHA, José Manuel – “*Partido Regenerador*”. In SERRÃO, Joel (Coord.) – *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 5). Porto: Figueirinhas, 1992, p.256.

chefiou dois governos¹⁸. Sempre procurou, mesmo em momentos de acentuada instabilidade política, uma maior democratização do poder, embora na prática governativa não se tenha distinguido muito da exercida pelos regeneradores, já que, do mesmo, ela refletia os desejos e interesses da sua burguesia dirigente. Extinguiu-se com a implantação da República¹⁹.

1.1 Objetivos e Ambições Acerca do Objeto de Estudo

O trabalho que agora se pretende desenvolver, como se referiu atrás, propor-se-á, de harmonia com o seu título, na construção de uma memória em torno da povoação de Vizela, que decorre da Regeneração até ao início da I República, tendente a uma clarificação e compreensão da existência, ou não, de uma secular vontade política em se emancipar da tutela administrativa de Guimarães, no interior da evolução demográfica, económica, social, cultural e política

Aspira a desenvolver uma análise e fundamentação das questões acerca dos fatores de desenvolvimento, endógenos e exógenos, de Vizela para se demonstrar e entender se terá sido na produção interativa de crescimento económico, social, cultural, demográfico e urbanístico que radicam os principais agentes dinamizadores na construção e afirmação de uma centralidade territorial que, por sua vez, lhe conferirá a legitimação da vontade política de autonomia administrativa. Ou, pelo contrário, se terá sido a evolutiva perceção da carência de progresso e de um vagaroso desenvolvimento que conduzirá ao gerar de tensões e antagonismos políticos entre a comunidade vizelense e o município vimaranense e fundamentará a licitude aos anseios independentistas das elites e das gentes de Vizela. E ainda, que agentes teriam encabeçado tal processo de organização territorial, tendo em consideração a arregimentação política e partidária nacional.

Este trabalho desejará, na expectativa concomitante, tornar-se num pequeno contributo que ajude a infletir o reduzido panorama historiográfico vizelense e proporcionar às heterogéneas comunidades científica, académica e

¹⁸ TENGARRINHA, José Manuel – Estudos de História Contemporânea de Portugal. Lisboa: Editorial Caminho, 1983, pp. 104-105.

¹⁹ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 369

vizelense, a esta última de modo muito particular e afetiva, uma equilibrada e inteligível memória histórica que permita a todas por igual a compreensão da tese radicada no fenómeno da vontade de uma terra, da sua elite e do seu povo que, no decorrer do Liberalismo, desejou o seu desenvolvimento e a sua emancipação administrativa, desiderato que só viria a alcançar em 19 de Março de 1998.

Com redobrada esperança, ambicionará, também e acima de tudo, aumentar o conhecimento e abrir novas perspectivas de reflexão nos seus vários domínios, mormente aos vindouros, patrícios ou forasteiros, com novos e exequíveis dados a carrear pela investigação sobre a História de Vizela.

Por último, interligada com o prazer e o orgulho, domina a consciência deste autor que constituirá um grande desafio levar a bom termo este empreendimento. Mas, mais ainda, porquanto somos oriundos dessa terra e descendentes desse mesmo povo, será garantir a perseverança na indispensável equidistância crítica das fontes, para que, conforme se pretende, esta investigação contribua na produção de um sério conhecimento científico em prol da inteligibilidade de uma realidade histórica de Vizela que, determinadamente, viria a influenciar o seu presente. Assim a nossa muito amada *Clio* nos inspire.

1.2 Fontes e Metodologia do Trabalho

O delinear dos objetivos propostos para o trabalho que agora se anuncia - *Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: As Disputas Autonómicas da Regeneração à República* - procurou, naturalmente, ter em conta não apenas a capacidade de os cumprir, mas também os condicionalismos, especialmente os constrangimentos cronológicos, e as hipóteses de os superar.

Nestes pressupostos, apresenta-se aqui o percurso crítico e metodológico, para melhor compreensão dos limites e potencialidades de investigações futuras. A orientação da pesquisa bibliográfica específica, razoavelmente consubstanciada num considerável conhecimento empírico do objeto de estudo e num significativo saber propiciado pela expressiva bibliografia geral referente ao período em questão, que, entre muitos aspetos, permitiu antever muitos dos reflexos que a política iniciada pela *Regeneração*

viria a operar na procura progresso local, articulou-se em três fases interligadas sequencialmente. Partiu-se da pesquisa bibliográfica inicial para a posterior seleção e recensão crítica, seguida da triagem de toda a informação em suporte informático de dados e de fichas bibliográficas referentes às temáticas a estudar, metodologia que se revelou preciosa na imprescindível e consequente pesquisa de fontes primárias nos diversos fundos de arquivos, bibliotecas e hemerotecas.

A procura de fontes secundárias rumou para a obtenção, recolha e sistematização da melhor informação, tendo em atenção a sua especificidade local. Esta centrou-se, maioritariamente, na Biblioteca Municipal Fundação Jorge Antunes, fundo local, e na base de dados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), a partir da palavra-chave: *Vizela* [Disponível em: <http://porbase.bnportugal.pt>].

A informação resultante desta pesquisa revelou, em paralelo, a escassez de publicações de obras gerais e específicas, evidenciando-se um significativo número de títulos, sobretudo referentes aos aspectos técnico-científicos em matéria subjacente às águas sulfurosas, às termas e ao termalismo, editados nas últimas décadas do século XIX e nas iniciais da centúria passada, que merecerão a classificação, meramente operativa, de *Livro Antigo*. Os títulos publicados a partir dos anos sessenta do século passado são passíveis de consulta presencial na Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP). Os títulos mais antigos praticamente só se encontram disponíveis na BPN.

Pelas razões acima referidas, não admirará que esta seleção bibliográfica se confine a oito trabalhos que, praticamente, materializam o Estado da Arte. Para além da abundância de profícuas fichas de leitura, o seu estudo constituiu a base para convenientes recensões críticas. Este conhecimento revela cinco obras de autores vizelenses. A monografia, *Ad Perpetuam...*, do jornalista Júlio Damas²⁰, e as memórias, *Avicella: Antologia de textos sobre Vizela e o seu Termo*; e *Para a História de Vizela: um legado... e outras coisas mais*, da historiadora, licenciada em Filologia Clássica, Maria José

²⁰ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965.

Pacheco²¹, todas publicadas antes de Vizela se ter constituído em concelho, em 1998, anunciam um certo pendor historicista que perseguia a divulgação sincrónica da sua história e o declarado desejo de propaganda, contribuindo como alimento de estratégias políticas, sobretudo locais, tendentes à pressão, legitimação e defesa da emancipação administrativa de Vizela.

Por este prisma, Júlio Damas (pseudónimo de Francisco Armindo Pereira da Costa), apresenta uma romagem sobre a história do vale do Vizela, desde o período romano até à contemporaneidade, procurando a fundamentação e legitimação histórica do sonho da emancipação administrativa da sua terra, enquanto a historiadora, seguindo idêntico objetivo, oferece, essencialmente, uma colectânea de excertos de trabalhos já publicados, seus e alheios, revisitando a pré-história e a ocupação castreja do vale de Vizela até à atualidade, com predominância para o período do Liberalismo português.

Os dois trabalhos restantes, ambos memórias, foram publicados depois da constituição do município de Vizela. Um, *Das margens do Vizela – Memórias*, outro, *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*, são, respectivamente, da responsabilidade da autora já citada e da do licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas, professor e gestor de empresas aposentado, Jaime de Oliveira²². O primeiro, muito volumoso (689 páginas), que consideramos um suplemento das anteriores obras, ao incorporar, sobretudo referente ao século XIX, artigos de jornais, epístolas e uma colecção de postais antigos, pretende ajudar na compreensão do «imaginário simbólico do povo das Caldas de Vizela, alicerçado no seu passado histórico e no envolvimento afectivo com a paisagem e lugares de memória». O segundo trabalho constitui-se, com destaque para a centúria de Oitocentos, de excertos de obras bibliográficas antigas, de extractos de jornais e revistas (nacionais, regionais e locais), ilustrado por fotos e postais antigos, que retratam representações de Vizela, mormente para o último quartel do século XIX. A publicação do resultado da

²¹ PACHECO, Maria José Pacheco – *Avicella: Antologia sobre Vizela e o seu Termo*. Porto: [ed. a.], 1984. ; PACHECO, Maria José - *Para a História de Vizela: um legado... e outras coisas mais*. (1ª. ed.). Porto: [s.n.], 1987.

²² PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007; OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008.

sua investigação, a que chama os «seus apontamentos», tem por propósito único despertar nos jovens estudantes o gosto pela História de Vizela, disponibilizando, claramente, todas as suas fontes.

De agradável leitura, num estilo narrativo/descritivo, apresenta-se o trabalho, *Vizela – 600 anos de História*, da responsabilidade do historiador Ricardo Pinto²³. Foi produzido e editado, logo após a aprovação do concelho de Vizela na Assembleia da República, com objetivos puramente comerciais. Utiliza, na sua essência, todas as obras já referenciadas, repete as mesmas finalidades, segue a mesma periodização e as mesmas temáticas, fazendo, por isso, diminuir o interesse para esta investigação.

No referente aos restantes aspectos qualitativos, as recensões críticas revelam que os referidos trabalhos são, predominantemente, memórias e achegas para a história de Vizela. Em alguns observa-se, contrafeitos, o uso de forma diminuta, parcial, dúbia ou pouco elucidativa de notas de rodapé, assim como as fontes primárias e secundárias são apresentadas, quase sempre, nas margens das páginas ou no interior dos próprios textos. A *Bibliografia*, elencada por ordem alfabética, mostra-se também, em certos casos, omissa quanto a editor, local, e, ou, ano de publicação. Porém, como nota positiva e contrastante, uma leitura atenta a estes trabalhos e aos que adiante se apresentam, permitiu depreender e explorar um filão de referências que remeteu para várias tipologias de fontes, entre elas o livro antigo, jornais e revistas. Estas, por sua vez, proporcionaram o dilatar de hipóteses e o certificar de caminhos na recolha de informação em diferentes tomos oficiais da administração, regional e local, em arquivos empresariais e associativos, em distintas bibliotecas e hemerotecas.

Por último, superiormente, apresentam-se os restantes trabalhos selecionados, ambos de autores forasteiros. O primeiro, *Territórios da identidade: representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*²⁴, da autoria de Filomena Silvano, professora de Antropologia na Universidade Nova de Lisboa, é o resultado de estudos interdisciplinares que o coloca no campo da Antropologia do Espaço. Como metodologia privilegiou o inquérito, fazendo

²³ PINTO, Ricardo Santos - *Vizela – 600 anos de História*. Penafiel: Netbe, 1998.

²⁴ SILVANO, Filomena - *Territórios da identidade: representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*. Oeiras: Celta, 1997.

uma abordagem inovadora ao objeto de estudo (*Territórios da Identidade*) através das representações do espaço das três localidades, de onde se destaca a importância da História na construção particular desses mesmos espaços. Foi publicado justamente um ano antes da proclamação do concelho de Vizela e destaca-se como sendo o único que oferece reflexões de síntese. O segundo, *A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel*²⁵, tem como co-autores António de Sousa, engenheiro químico, e Manuel Rodrigues, historiador. Este trabalho resulta de um pequeno mas eficiente estudo em torno das fábricas de papel do rio Vizela, construídas nos finais do século XVIII e inícios do XIX, pioneiras no fabrico de papel a partir da «massa de madeira», sendo inserido e apresentado no âmbito do Projeto de Investigação sobre a História da Indústria do Papel em Portugal.

Todo o conhecimento extraído do Estado da Arte, revelador de várias tipologias de fontes, permitiu ampliar, reforçar e reformular a planificação e a grelha primitivas de pesquisa de fontes primárias, certificando muitas das fontes nelas contidas e propiciando outras. Possibilitou, também, redefinir as melhores hipóteses de pesquisa na busca de fontes credíveis que permitirão a fundamentação das questões do trabalho, respostas concretas às problemáticas e o reajustar das estratégias.

Tratando-se, como se trata, de um trabalho em torno da história local e regional, direcionou-se a investigação para instituições eminentemente regionais, públicas e privadas. Na crença que essa seria a melhor via, procurou-se obter a melhor informação destinada, recorde-se, a demonstrar as tensões políticas e as realizações dinâmicas e interativas do *progresso* e do desenvolvimento da povoação de Vizela, a partir, essencialmente, dos fundos dos seguintes arquivos (excluiu-se o arquivo do novel município de Vizela por não deter informação relevante) e hemerotecas: **Arquivos Regionais** – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), e Sociedade Martins Sarmiento (SMS); **Arquivos Empresariais e Institucionais** - Companhia dos Banhos de Vizela (CBV), Santa Casa da Misericórdia de Vizela (SCMV), Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela

²⁵ SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – *A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel*. Coimbra: Coimbra Editora, Ld.ª, 1990.

(RAHBVV), e Sociedade Filarmónica Vizelense (SFV); **Hemerotecas** -Sociedade Martins Sarmento, Biblioteca Pública Municipal do Porto, e Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

A pesquisa no AMAP incidiu, primordialmente, nos seguintes fundos: *Actas de vereação; Eleições – Livros das Assembleias Eleitorais de S. Miguel das Caldas; e Licenças e Alvarás.*

A investigação feita aos 37 livros de registo das sessões de vereação da CMG, com 220 folhas de média, frente e verso manuscritas, referentes ao período compreendido entre 1851 e 1916 (não há livros de sessões de 1910 a 1913), permitiu analisar muito do pulsar da vida administrativa concelhia e aferir, nos vários domínios, os seus níveis de atraso ou desenvolvimento. O manancial de informação propiciado por esta consulta, para além de revelar, sobretudo na viragem para o século XX, as questões políticas, individuais e de grupo, no seio da vereação, licenciou ainda, depois da indispensável classificação, selecção e organização, o cotejar da execução, negação ou morosidade na implementação das infra-estruturas básicas referentes ao abastecimento de água, iluminação pública, rede viária urbana e municipal, limpeza e higiene e rede escolar, parecendo-nos uma injustiça, embora justificável pelos objetivos desta dissertação, que apenas uma porção desta investigação se apresente no trabalho.

A pretensão de se verificar, facilmente, quem da elite de Vizela teria ascendido aos cobiçados e prestigiosos cargos políticos (de eleição e nomeação) da administração distrital, municipal e paroquial esbarrou na inexistência de livros de *Termos de Juramento e Posse*, destinados ao registo dos membros para a Câmara Municipal e Juntas de Paróquia, bem como dos regedores, nomeados pelo Governo. Das diligências alternativas, veio a resultar a descoberta de uma série de 14 livros da *Assembleia Eleitoral de S. Miguel das Caldas* (1882-1895), até então por catalogar, destinados à realização das múltiplas eleições ocorridas no período em questão, que permitiu, obviamente no masculino, a sistematização dos grupos socioprofissionais, a quantificação e o conhecimento dos residentes, dos níveis de literacia e da proveniência e valores dos seus rendimentos. O cruzamento desta informação com o contido nas *Actas de Vereação* e nos poucos e dispersos documentos, nomeadamente as *Atas das Eleições para as Juntas de Paróquia*, os *Orçamentos*

Paroquiais e Recenseamento de Jurados, concederam a resposta cabal à questão colocada e ainda facultaram outros conhecimentos relevantes, nomeadamente as datas e valores dispendidos na construção dos cemitérios das paróquias de Vizela.

Através das *Licenças e Alvarás*, procurou-se confrontar a informação de outras fontes quanto a desenvolvimento urbanístico, habitacional e comercial.

A pesquisa no ADB - *Administração do Distrito* - pretendeu, fundamentalmente, cotejar o posicionamento político dos membros eleitos pela vereação da CMG à *Junta Geral do Distrito* e, mais tarde, à *Comissão Distrital* face às reivindicações de Vizela, apresentadas em sede municipal, não se obtendo dela resultados relevantes.

A investigação no arquivo SCMV – *Actas*; e *Doações e Escrituras* - destinou-se a confirmar o tempo que mediou a execução pela Misericórdia de Guimarães no cumprimento da vontade testamentária do benemérito Francisco Guimarães, falecido no Brasil, em 1873, destinada a estabelecer e manter um hospital em Vizela. A consulta efetuada na SFV e na RAHBVV revelou-se positiva, pese embora não abundar documentação para as datas em questão, destacando-se, entre outros, o diploma original pelo qual D. Carlos outorga por, carta régia, a mercê do estatuto de *Real* à Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela.

Eram elevadas as expectativas referentes à consulta do arquivo antigo da CBV, referente ao ciclo que decorre da sua fundação (9 de Outubro de 1873) até 1910. Pela determinação da Companhia em sempre rivalizar com a concorrência, conjeturava-se encontrar nas *Actas da Administração*; nas *Actas da Assembleia Geral* (manuscritas); e na *Correspondência* fortes indicadores referentes ao crescimento do comércio e serviços de apoio às termas e, na presunção de fixação e fidelização de aquistas e veraneantes, a criação de equipamentos de diversão e lazer. Por vicissitudes várias que não cabem a este trabalho analisar, o seu acervo documental reduziu-se a relatórios impressos, referentes aos exercícios de 1878, 1879, 1883, 1884, e 1887 e a uma coletânea relativa aos de 1890 a 1914, apresentados em *Assembleias Gerais de Accionistas*, ou seja, uma síntese onde a Direção procura bem ilustrar na demonstração das performances contabilísticas e da evolução dos proveitos, fazendo diminuir acentuadamente a informação objetivada. Da

mesma maneira, a inexistência de um *Livro de Registo de Aquistas*, a que se junta a falta de outras fontes empresariais ligadas ao sector hoteleiro, goraram uma hipótese de se verificar quem eram os seus utentes e visitantes e de se quantificar a evolução da população flutuante no decorrer do período termal, compelindo, assim, ao seu cálculo aproximado.

Escudados em James Fentress, que explica que mesmo sendo duvidosa a veracidade da informação prestada por determinadas fontes (a exemplo dos periódicos que refletem vários interesses particulares e de grupo), poderá, pelo menos, servir para identificar o ponto de mira das outras fontes²⁶, delineou-se a sua consulta em três *hemerotecas*. Esta pesquisa em periódicos, locais, regionais e nacionais, teve por objetivo principal revitalizar ou colmatar a carência de informação referente a algumas questões. Deste modo, na BSMS procurou-se nos jornais locais e regionais notícias reveladoras das tensões políticas, das festas e das diversões. Na BPMP consultou-se o *Periódico dos Pobres* que noticia os discursos que os vizelenses iam dirigir à rainha D. Maria II, em 1852, a pedir a criação do concelho, em consequência da visita, por manobras políticas, se ter malogrado. Na hemeroteca da FLUP, os vários números de *O Commercio do Porto*, que reproduzem na íntegra as petições dos vizelenses em torno da independência (pró e contra), endereçadas ao rei, em 1869; o anúncio e a notícia da festa de inauguração do estabelecimento termal da CBV, em 1881; e a descrição da festa da inauguração da estação de caminhos-de-ferro e a entrada do primeiro comboio, em 1883.

Recorreu-se, também, da disponibilidade informativa dispensada por alguns recursos informáticos e da seleção de bilhetes-postais e fotos antigas, especialmente de coleções particulares, a inserir neste trabalho.

Estabelecida a seleção e organização da informação temática prestada pelas fontes, primárias e secundárias e a sua posterior reunião e estruturação, em títulos e subtítulos, conduziu à divisão do trabalho em três partes: **Vizela - Definição e Reivindicação de um Espaço; Progresso e Desenvolvimento; Política, Antagonismos Políticos e Cultura da Memória.**

Na parte primeira, procurar-se-á definir, descrever e caracterizá-lo do ponto de vista do seu posicionamento geográfico, através da ilustração

²⁶ FENTRESS, James – *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994, p.99.

cartográfica do seu espaço e território; a partir dos *Recenseamentos Gerais da População*, efetuados entre 1864 e 1911 [Disponíveis em: <http://ine.pt>], quantificar e sistematizar o volume populacional e verificar alguns indicadores da sua dinâmica que autorizem a compreensão e comparação de eventuais diferenças no contexto regional; e a breve descrição da evolução da sua história, desde a ocupação pré-romana até ao início da Regeneração, num esforço de longa duração que evoque como a historiografia tem definido este território. Procurar-se-á, ainda, detetar alguns elementos que poderão vir a ser rememorados nos discursos e ações políticas a desenvolver na terceira parte.

Na parte segunda, *“Progresso” e Desenvolvimento*, desejar-se-á, essencialmente, perceber a influência dos fatores exógenos e endógenos no crescimento de Vizela, a partir da edificação, avaliando se de forma sincrónica, de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e telégrafas, propiciadas pelo *Fontismo*, e a construção, pela CBV, do sumptuoso e moderno balneário termal, e dos dois mais modestos, por particulares. Verificar a importância e influência que estas construções operaram: na transformação da paisagem, a nível de urbanismo e construção habitacional; no crescimento dos setores comercial e hoteleiro; no aumento de equipamentos de diversão e lazer; e na consequente necessidade da criação de organizações e equipamentos sociais, nomeadamente corpo de bombeiros, hospital e escolas primárias. No referente à Indústria, o destaque centrar-se-á nas fábricas de papel pioneiras no seu fabrico a partir de pasta vegetal.

Na última parte, *Política, Antagonismos Políticos e Cultura da Memória*, a partir do binómio administração e política, almejar-se-á: encontrar a génese das tensões políticas entre a comunidade vizelense e a edilidade; analisar se as razões destes confrontos políticos radicam em fatores de crescimento ou atraso da povoação, que foram avaliados nas partes primeira e segunda; se nestes pressupostos se encontram subjacentes as causas que alimentam a vontade de emancipação; identificar quem constituía a elite de Vizela e quem dela terá ocupado cargos administrativos a nível municipal e paroquial; medir o estado da coesão ou divisão política, a nível interno; verificar se há arregimentação dos membros da elite em grupos antagónicos e como os extremos políticos coincidem, ou não, com as reivindicações de unidade territorial independentista com quem e contra quem.

A transcrição de documentos, em parte ou no todo, sempre que se verifique uma acentuada relação contextual com o capítulo em apreço, integrar-se-á no texto e, se demasiadamente extensa, inserir-se-á nos *Anexos*. Procurar-se-á sempre a fidelidade à escrita original e à probidade na sinalização das fontes utilizadas. Do mesmo modo, perseguir-se-á com constância a indicação de todas as citações, diretas e indiretas, com referências a autores, obras, editores, locais e datas.

Recorrer-se-á, também, a elementos de sistematização - quadros, tabelas, gráficos e mapas – que serão inseridos, devidamente identificados, no interior do próprio texto ou apenas nos *Anexos* do trabalho.

2. Vizela – Definição e Reivindicação de um Espaço

2.1 Localização Geográfica

O espaço geográfico do objeto de estudo, constituído pelas freguesias do neófito concelho de Vizela, com sede na cidade de Vizela, a que se adita duas freguesias circunvizinhas, pelas razões invocadas atrás, insere-se no denominado Vale do Vizela, ou seja, o que designamos por “*Território de Vizela*” (Mapa 1.).

Esta realidade territorial, em contextos estritamente administrativos, pouco diferia da encontrada no período que corre de 1851 a 1910. Todas as freguesias que integram o jovem município vizelense estavam sob a alçada do município vimaranense. A exceção verifica-se em relação às freguesias de Santo Adrião de Vizela e Santa Eulália. Com efeito, pelas (...) *sucessivas alterações feitas nos círculos eleitorais e, também, com a promulgação do Código Administrativo [1852], houve na segunda metade de Oitocentos muitos concelhos extintos e outros restaurados ou integrados em povoações vizinhas mais florescentes*²⁷. Deste mesmo modo, essas duas freguesias que englobaram o Concelho de Barrosas, extinto em 1852, vieram depois a integrar-se no concelho de Felgueiras, a primeira, e no concelho de Lousada, em 1855, a segunda. Vilarinho integrava-se no município tirsense, enquanto a freguesia de Moreira de Cónegos esteve sempre integrada no concelho de Guimarães.

De referir, também, que Santo Adrião de Vizela, em 1842, encontrava-se sob administração vimaranense, de harmonia com *Inquérito Paroquial de 1842*²⁸, uma iniciativa histórico-geográfica, composta por um interrogatório de 18 itens, acolhida e patrocinada pela câmara, referente às 88 paróquias (85 rurais e 3 urbanas) que constituíam o seu concelho, sob orientação científica, entre outros, do distinto e sapiente vizelense Dr. Pereira Caldas.

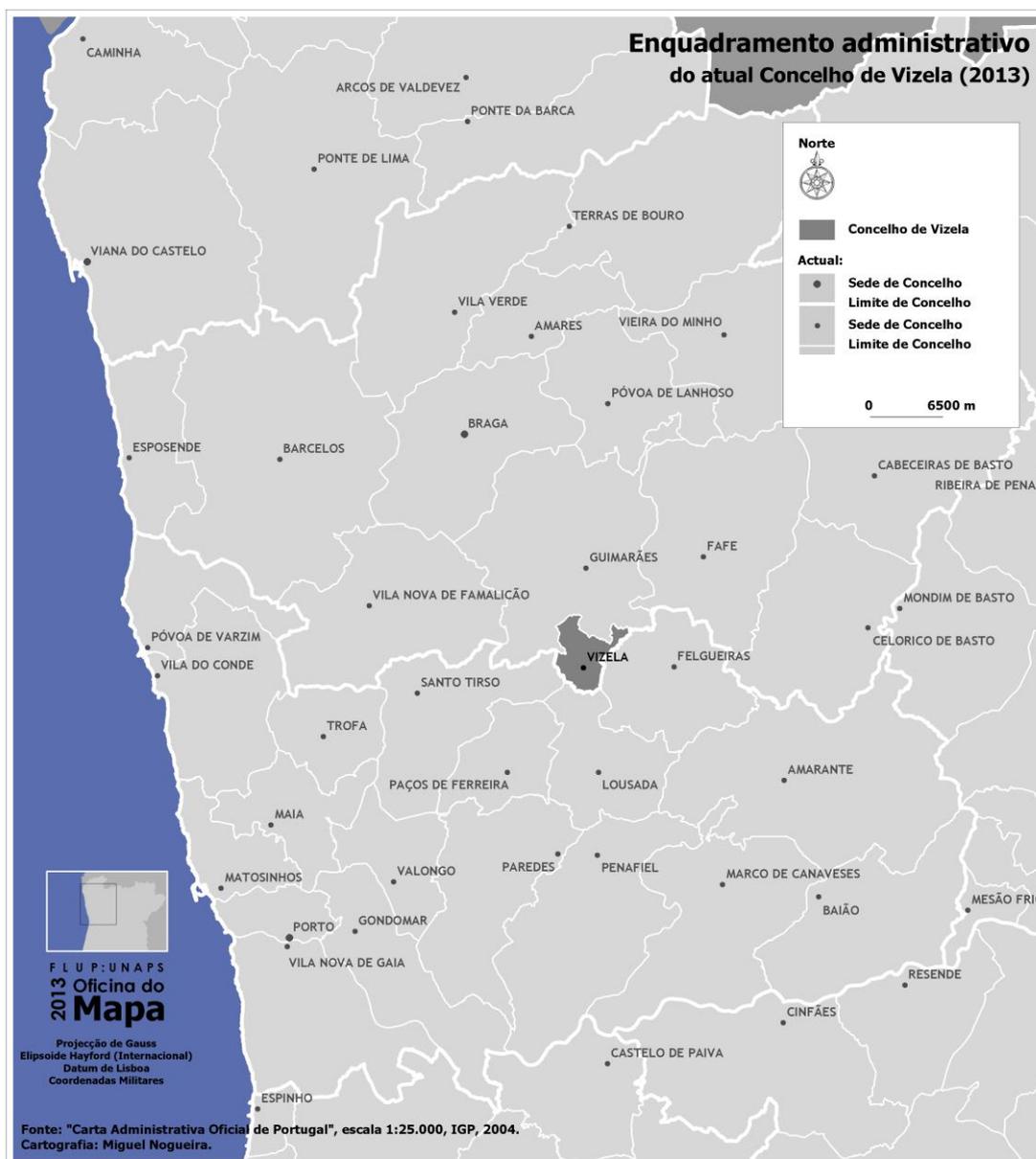
Conforme mostra o Mapa 2, o município de Vizela, inserido na Região Norte, localiza-se no Noroeste de Portugal. Encontra-se encaixado numa zona

²⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – História de Portugal (1851-1890). Lisboa: Editorial Verbo, 1986, Vol. IX, p.212.

²⁸ “*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento - Revista de Guimarães, nº. 108, 1998, pp.11-12 [Disponível em: <http://csarmento.uminho.pt>]

de transição entre os vales do Ave, a Norte, e do Sousa, a Sul. Integra-se, sob o ponto de vista administrativo, na denominada Região Norte (NUT II), sub-região do Ave (NUT III), distrito de Braga. O seu espaço delimita-se entre os concelhos de Guimarães, a Norte e Noroeste, Santo Tirso, a Poente, Lousada, a Sul, e pelo de Felgueiras, a Sul e Sudeste, integrando o primeiro município do distrito de Braga e os restantes o distrito do Porto, isto é, bem na convergência da província do Minho com a do Douro Litoral.

Mapa 2. Enquadramento do Concelho de Vizela no Noroeste de Portugal.



A sede municipal dista da cidade de Braga, a capital de distrito, 32,8 km e da do Porto 52 km. No referente aos concelhos fronteiriços, encontra-se separada das cidades de Guimarães, Felgueiras e Santo Tirso por, 10,2 km, 14,5 km e 21,3 km, respectivamente, e da vila de Lousada, 17,4 km.

2.2 Espaço e Território

O vale do Vizela delimita-se a Norte pela serra de Santa Catarina, que o separa do território do concelho de Guimarães e a Sul pela serra do Calvelo, que o demarca das terras do concelho de Lousada e Felgueiras. O vale, rasgado pelo rio Vizela que nasce na serra de Cabeceiras, entre as freguesas de Gontim e Aboim, do concelho de Fafe, distrito de Braga, estreita-se quando o curso do seu rio entra e inflete de Sudoeste para Oeste, na confluência das terras dos concelhos de Felgueiras e de Vizela, e, após ter percorrido cerca de 40 km, vaza as suas águas na margem esquerda do rio Ave, em Caniços, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, na qualidade de principal afluente.

Esta região natural, sob o ponto de vista geográfico, era, na opinião de uma historiografia local, *perfeita, constituindo uma unidade que facilitou o processo de crescimento [e] de solidariedade colectiva de toda a comunidade que lá habitava*²⁹. O vale do Vizela encontra-se cercado por alcantiladas colinas, de onde correm as águas das ribeiras para o rio que, esperançoso, se transforma no dom da fertilidade das suas terras, merecendo especial realce o monte de São Bento, a Nascente, com 469 metros de altitude, que com os seus afloramentos graníticos, se dirige para Nordeste onde se encontra com a serra de Santa Catarina, sobranceira à cidade de Guimarães. No seu alto encontra-se a beneditina ermida que recolhe o venerável santo protetor do vale, edificada ainda antes do século XVI³⁰, e vestígios pré-históricos, nomeadamente o dólmen ou cista megalítica, estudado pela arqueóloga Maria de Fátima Coelho e Sousa³¹.

²⁹ MONIZ, António – *Vizela: Uma história triste de séculos com uma conclusão mais triste ainda*. Lisboa: Edições PPM, 1983, p.5.

³⁰ GUIMARÃES, Oliveira (Abade de Tagilde) – *Tagilde – Memoria Historico-Descriptiva*. Porto: Tipographia de A. J. da Silva Teixeira, 1894, p.24

³¹ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.629.

Foto1. Panorâmica do Vale do Vizela. Foto obtida do Monte de São Bento (Orientação: E/O)



Fonte. Plano Diretor Municipal - Relatório de Ponderação Final. Câmara Municipal de Vizela, 2012, p.51.

Do seu alto lobra-se todo o vale do Vizela, cercado de colinas, uma imagem idilicamente descrita nos finais do século XIX, (...) *a seu tempo, de crysolitho verde alcatifadas e outeiros ennastrados, quer das frondes umbrosissimas do carvalho, quer dos verdes-negros ramos do esguio pinheiro (...)*³², onde, nas terras mais baixas e ribeirinhas, a policultura é dominante. A prática agrícola intensiva destas terras muito férteis, integra-se no que é a paisagem em redor, de que se realça (...) *pela sua originalidade, a vinha de enforcado e em latada, sob a[s] qua[is] se desenvolve[m] culturas promíscuas (milho, que serve de suporte ao feijão e abóbora, desenvolvendo-se em simultâneo)*³³. Depois das colheitas até às sementeiras, os pequenos campos, subdivididos por alas de árvores, apresentam-se e conservam-se de verdes prados destinados à pastorícia. Radicará, assim, no cultivo destas terras de grande capacidade produtiva, praticamente a principal

³² FARIA, Armindo de Freitas Ribeiro de – *Vizella e Suas Aguas Mineraes*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1890, p.2. [Tese inaugural de doutoramento apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto].Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16337/3/58_5_EMC_I_01_P.pdf (Consulta em 20 de Setembro de 2012).

³³ CANTEIRO, Elódia – *Mortalidade Infantil e práticas associadas ao primeiro ano de vida. Um estudo no território de Vizela*. Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 2005, p.53 [Tese de Mestrado]

atividade da sua população, até ao século XIX, a hipotética explicação da capacidade deste vale na produção de alimentos suficientes e necessários para manter um lento, mas contínuo (como se verá), crescimento populacional no decorrer da periodização deste trabalho.

A Oeste o destaque vai para o monte cónico de São Pedro, hoje coberto de mato, que serve de limite divisório às freguesias de Caldas de Vizela - São João e de Vilarinho. No seu topo, segundo Martins Sarmiento, nos finais do século XIX, para além dos alicerces da capela homónima (...) *destruída para acabar com as rixas em que andavam as freguesias limítrofes sobre a propriedade do pequeno templo*³⁴, a que coloca muitas reticências à hipótese de ser da época paleocristã³⁵, encontra-se uma estação pré-romana, estando, a poente, (...) *muito visíveis os restos da muralha que o circuitava*³⁶, e que escaparam à fúria dos demolidores que destruíram na quase a totalidade a pedra das casas aí existentes.

Conforme mostra o Quadro 1, do total do espaço geográfico em estudo, a

Quadro 1. Área do “Território de Vizela” (Km²)

Freguesias	Área/km²	%
S. João das Caldas	3,54	10,08
S. Miguel das Caldas	4,14	11,79
Infias	3,11	8,86
S. Paio de Vizela	2,48	7,07
St ^a . Eulália de Vizela	5,64	16,06
Tágilde	2,77	7,89
St ^o . Adrião de Vizela	3,01	8,57
Moreira de Cónegos	4,72	13,44
Vilarinho	5,70	16,24
TOTAL	35,11	100

Fonte: Tratamento próprio a partir de estatísticas – INE, 2011; Câmara Municipal de Vizela.

área referente às sete freguesias que compõem o atual concelho de Vizela ocupa 24, 69 km², uma percentual contribuição equivalente a 70,32%, enquanto a superfície das duas restantes freguesias, sob outras

³⁴ SARMENTO, Francisco Martins – *Dispersos*, Colectânea de Artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica. Obra Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Autor.... Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933, p. 196.

³⁵ Cf. “*Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*” - Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras (Série de História), 1972, Vol. III, p.113. Este autor coloca nos meados do século VI o fim da época paleocristã, com a chegada de S. Martinho de Dume à região.

³⁶ SARMENTO, Francisco Martins – *Dispersos*, Colectânea de Artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica. Obra Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Autor.... Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933, p. 196.

administrações municipais, recorde-se, abrange 10,42 km², um tributo expressivo igual a 29,68%. A cidade de Vizela (formada pelas freguesias de Caldas de Vizela – São João e Caldas de Vizela - São Miguel) ocupa 7,68 km², subsidiando o total do território com 21,87%. A freguesia de Vilarinho apresenta-se como detentora da maior área e, ao invés, a de São Paio de Vizela como a de menor superfície.

De referir que, sob o ponto de vista territorial, esta realidade presente não se distingue da decorrida na periodização deste trabalho, desconhecendo-se qualquer tipo de alteração ou disputa territorial, conforme, em boa medida, deixam autorizar, como se verá mais adiante, as *Memórias Paroquiais de 1758*³⁷ e o *Inquérito Paroquial de 1842*³⁸.

2.2.1 A origem seminal do topónimo - Vizela

O nome de Vizela encontra-se, com muita frequência, sobretudo a partir dos finais do século XVIII em diante, ligado às suas águas termais e ao termalismo, fatores habitualmente associados à dinamização do desenvolvimento económico desta povoação e da sua região. Contudo, a origem do seu étimo, pelas discussões que desenvolveu e reivindicações associadas à fundação e identidade de Vizela, na longa duração, justifica uma abordagem mais cautelosa. Basta referir que Vizela se mostra intimamente ligada ao seu rio, como eixo fundador, de harmonia com as plausíveis versões propostas por Júlio Damas:

- a primeira, citando o estudo potamónimo do enciclopédico e concidadão (professor de Matemática e Filosofia, médico e arqueólogo) Dr. Pereira Caldas, diz-nos que, na convicção que outrora a região fora habitada por tribos Celtas, o nome rio *Ave* e, certamente, o rio *Avisella*, seu diminutivo e afluente, do mesmo modo que (...) *avon*, *àven*, *àvena*, e *vèu*, e até mesmo *àvagen* e *èva*, tudo são diversos vocábulos célticos, que significam ou expressam (...) a água

³⁷ CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003, pp. 324-379.

³⁸ Cf. “*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: *Sociedade Martins Sarmiento - Revista de Guimarães*, nº. 108, 1998.

*por excelência e se comprova onde eles existem, por conseguinte, a morada ou mansão dos povos a que pertencem*³⁹.

- a segunda versão propõe que o étimo *Avizela* (Vizela) radica a sua origem na palavra latina *Avicella*, da mesma família de *Avis* (Ave), com o significado de avezinha, ou pequena ave, depreendendo-se, assim, o nome do pequeno rio Vizela, subsidiário do rio Ave⁴⁰.

- a última versão sugere que a adopção do étimo *Avizela* advém do nome dado pelo vulgo às pequenas aves palmípedes – *avicellas* – que, outrora, pulularam o rio Vizela, sendo que, ou estas emprestaram o seu nome ao rio, ou a elas o rio concedeu denominação⁴¹.

De qualquer das maneiras, Júlio Damas, de acordo com as investigações levadas a cabo por João Gomes de Oliveira (o eminente medievista Abade de Tágilde, atrás identificado), mostra que muitas das terras ribeirinhas, situadas nas margens direita e esquerda deste rio, ao longo de quase toda a idade média, tomaram o topónimo de Riba Vizela (em latim *Ripa Avizelle*) nos nomes delas, ou a esta região pertenceram⁴². Ainda hoje, para além das freguesias do concelho de Vizela, já mencionadas, também se encontra o termo *Vizela* nos topónimos da freguesia de São Jorge de Vizela (concelho de Felgueiras) e na de São Faustino de Vizela (concelho de Guimarães).

2.3 Algumas Realidades Demográficas

A carência de uma síntese acerca da evolução da população de Vizela, referente à periodização proposta, constituiu o principal objetivo desta breve e necessária abordagem, sem que se trate de um estudo especificamente de natureza demográfico. Analisará algumas variáveis demográficas – sexo, estado civil, fogos e níveis de analfabetismo e literacia – expressas a partir dos Recenseamentos Gerais da População relativos aos decénios de 1864, 1878, 1890, 1900 e 1911, privilegiando-se, assim, fontes cronologicamente sequenciais e comparáveis. Pelos dados neles contidos, analisar-se-á a

³⁹ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo. Braga*: Gráfica de S. Vicente, 1964, p. 37.

⁴⁰ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam... Vizela*: [ed. aut.], 1965, p. 26.

⁴¹ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo. Braga*: Gráfica de S. Vicente, 1964, p. 37.

⁴² DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam... Vizela*: [ed. aut.], 1965, pp. 21-24;

população das nove freguesias (Cf. Quadro1.) que, embora não aludam idades, profissões e outros informes, considerar-se-ão como quantitativa e qualitativamente, consistentes, suficientes e de fiabilidade razoável⁴³.

A constituição deste espaço, o “*Território de Vizela*”, terá sempre como pólo central a povoação de Vizela, formada pelas freguesias de Caldas de Vizela - São João e Caldas de Vizela - São Miguel. Se comparado com o concelho limítrofe mais pequeno, Lousada, formado por 25 freguesias distribuídas pelos seus 96 km²⁴⁴, verifica-se, de acordo com o quadro 1, deter uma superfície reduzida, constituído por um conjunto cerrado de nove freguesias, com apenas duas delas a ultrapassar os 5 km², agrupadas numa linha típica de malha apertada. Os dados, aglutinados no anexo 1 - Evolução das freguesias do “*Território de Vizela*” (1864-1911), obtidos através do Instituto Nacional de Estatísticas, possibilitarão, de seguida, o seu conhecimento demográfico, a sua leitura e a respetiva apresentação sistematizada.

2.3.1 A população do “*Território de Vizela*”

Conforme o quadro 2 deixa compreender, no período de tempo que decorre entre o ano de 1864 e o de 1911, a população residente no “*Território de Vizela*” passou de 6 098 para 9 207 habitantes, ou seja, registou um aumento de apenas 33,8% em 47 anos. Isto traduz-se num crescimento médio anual muito lento de, aproximadamente, 0,60%, em tudo idêntico aos ritmos de

Quadro 2. Evolução do “*Território de Vizela*”

Ano	Freguesias	Solteiros	Casados	Viúvos	Separados	Total	Fogos	Analfabetos	Literacia
1864	Total	3 788	1 927	383	0	6 098	1 630	-	-
1878	Total	3 914	2 321	370	0	6 605	1 816	5 384	991
1890	Total	4 521	2 499	366	0	7 386	1 867	6 213	1 108
1900	Total	4 721	2 614	456	2	7 793	1 909	6 108	1 684
1911	Total *	5 590	3 048	563	6	9 207	2 254	7 158	2 019

Fonte: Própria. Censos INE. (*S. Paio - Números estimados. Há omissão dos dados referentes a 1911)

⁴³ RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado; SOUSA, João Silva de; et alli – *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2008, pp. 294-295

⁴⁴ INE - Censos 2011

crescimento médio anual verificados em Portugal continental, com valores que não iam além dos 0,71%, no tempo compreendido entre 1864 e 1900⁴⁵.

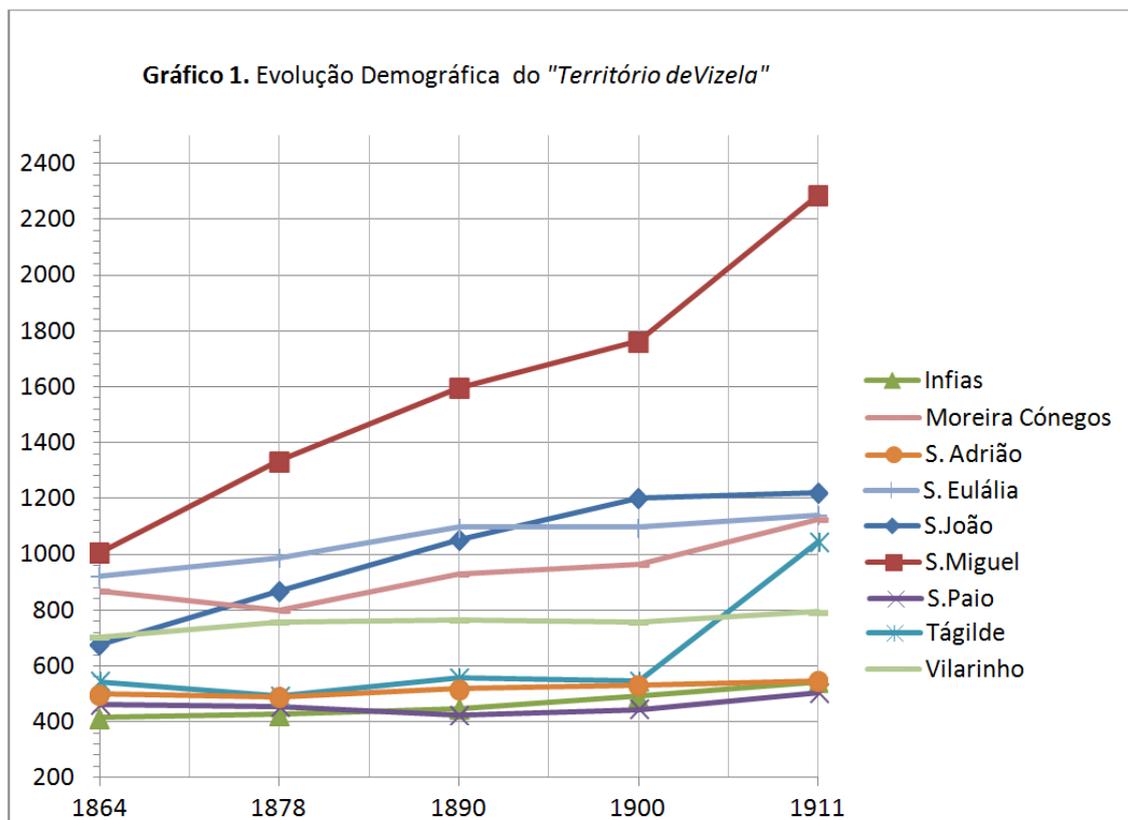
A povoação de Vizela, em 47 anos, registou a passagem de 1 684 para 3 508 residentes, o que mostra ter superado a duplicação da sua população, com um crescimento médio anual, lento e constante, que não ultrapassou os 0,91%, mas mesmo assim superior à média nacional. Desta forma, a povoação representava, na primeira década do século XX, 38,1% da população total do “*Território de Vizela*”, ou seja mais de 1/3 da sua totalidade, o que revela uma apreciável concentração no seu núcleo urbano.

No interior da povoação de Vizela, a freguesia de São Miguel foi sempre, do mesmo modo que no seio do “*Território de Vizela*”, a mais populosa, logo seguida da de São João e da de Santa Eulália. Esta, em 1890, ultrapassa a fasquia dos mil habitantes e supera mesmo a população da de São João. A freguesia que detinha o menor número de habitantes era Infias, com 415 habitantes, em 1864, sempre seguida de muito perto pela de São Paio, com 462 residentes, alternando de posição a partir do censo de 1890, não se registando nenhuma variação extraordinária até ao censo de 1911. De salientar que Tágilde, no decorrer de uma década (1901-1910), quase duplica a sua população, transpondo os mil residentes.

Pela leitura do gráfico 1, assiste-se a um abrandar no ritmo de crescimento da população de Vizela, entre 1890 e 1900, observado com mais nitidez na freguesia de S. João, tudo apontando para que a causa seja devida, em boa medida, aos elevados fluxos de emigração que se faziam sentir nesse período, sobretudo para o Brasil. Sobre esta matéria, Teresa Ferreira Rodrigues, verifica, a partir dos indicadores de evolução regional (população e ritmos de crescimento anual médio), que, de 1860 a até 1914, os distritos de Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Coimbra e Viana, apresentaram um processo de descida do qual nunca recuperarão, enquanto Braga e Aveiro viram a sua dinâmica afetada pela elevada intensidade de emigração,

⁴⁵ VEIGA, Teresa Rodrigues – *As Realidades Demográficas*. In *Nova História de Portugal*, Vol. X. (Coord. de) Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p.22.

sobretudo no final de Oitocentos, mesmo apresentando alguns dos maiores saldos fisiológicos⁴⁶.



Fonte: Própria. Censos INE

Embora não constituam referências suficientes que respondam cabalmente às dúvidas suscitadas quanto ao abrandar na tendência de crescimento da população devido a fatores migratórios, já que, pelo menos, ter-se-ia de cruzar essa informação com a contida noutras fontes, nomeadamente, os registos de passaportes e as listas de passageiros, não deixará de ser oportuno referir que todas as folhas dos *Livros de Recenseamento Geral de Eleitores de São. Miguel das Caldas* (registra os eleitores das freguesias de Vizela, Infias, Moreira de Cónegos, Lordelo e Tágilde), sobretudo as dos de 1891 e 1892, continham muitos nomes riscados com referências a «Brasil» e «ausente», o que deixa conjeturar essa possibilidade, conforme o quadro 3, que mostra uma descida contínua no número de eleitores sem correlação legislativa de agravamento censitário.

⁴⁶ RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado; SOUSA, João Silva de; et alli – *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2008, p. 342.

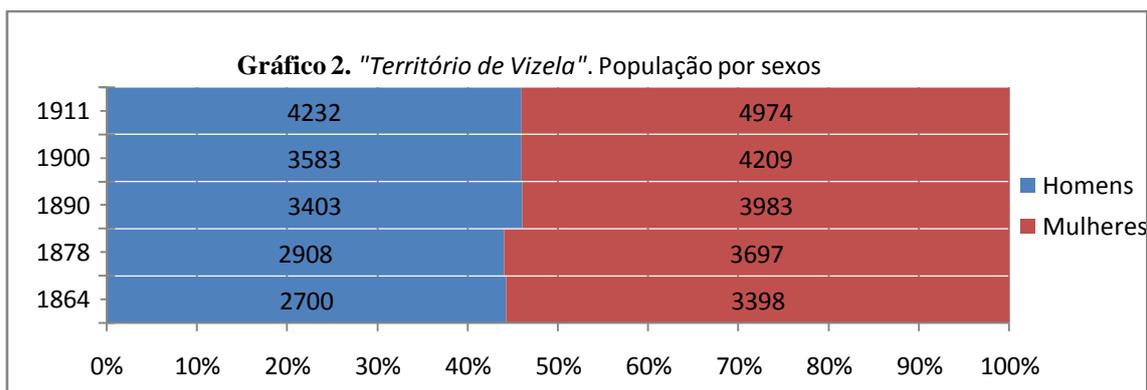
Quadro 3. Número de Eleitores – Povoação de Vizela

Ano	S. Miguel	S. João
1890	306	207
1891	292	201
1892	265	193
1893	260	191
1894	262	178
	257	180

Fonte: Própria. AMAP - Actas Eleitorais.

Cota: 10-10-9-57 a 10-10-8-30

Na análise à repartição da população por sexos verifica-se que a população feminina do “Território de Vizela” passou de 3 398 residentes, em 1864, para 4 974, em 1911, e a masculina, no mesmo período, de 2 700 para 4 232 indivíduos, de harmonia com o gráfico 2, o que representa um significativo aumento percentual de 42% e 36%, respetivamente. Contudo, se quisermos assinalar alguns sinais de emigração masculina poderemos considerar que os anos de 1864 e 1878 são de maior desequilíbrio sexual (mulheres quase 56%).



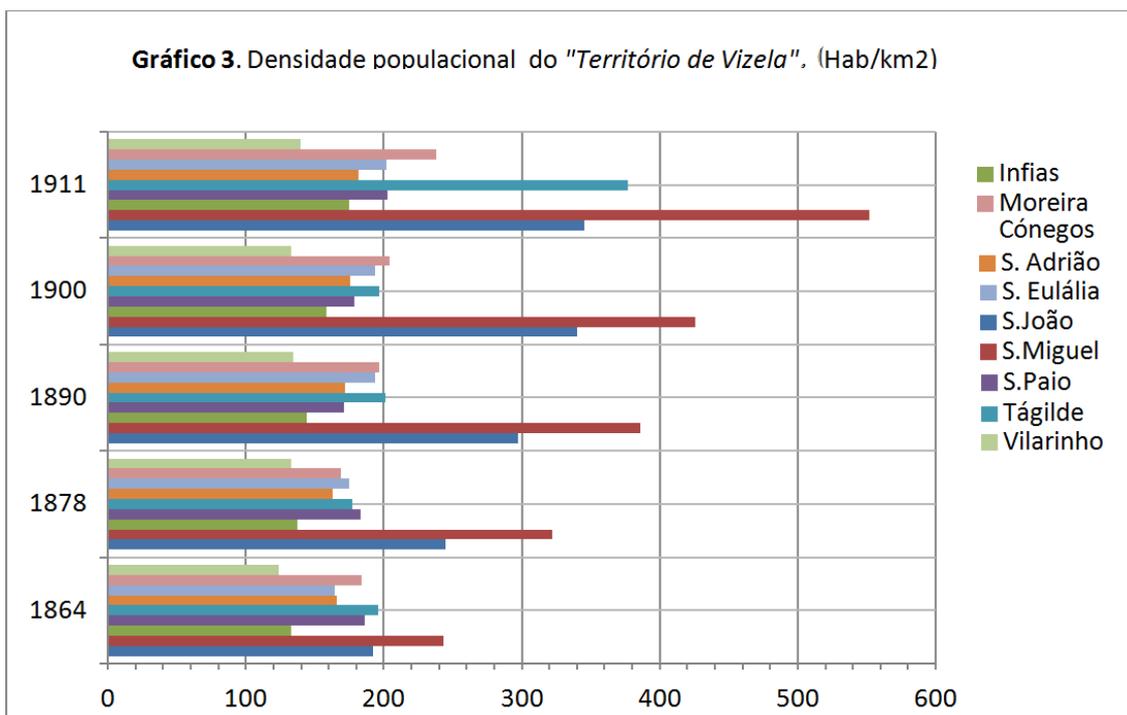
Fonte: Própria. Censos INE

No respeitante à estrutura populacional do “Território de Vizela” na sua repartição pelos grupos relativos ao estado civil, assistiu-se, entre 1864 e 1911, no total de ambos os sexos, à passagem dos solteiros de 3 788 para 5 590 indivíduos, dos casados de 1 927 para 3 048 e dos viúvos de 383 para 563 almas, ou seja, em 1864, os solteiros representavam 62,1% da população total, os casados por 31,6% e os viúvos valiam 6,3%, números percentuais que, em 1911, não revelaram nenhuma alteração significativa, ao verificar-se que os viúvos mantiveram a mesma cifra e os casados ganharam apenas 1,4% aos solteiros.

2.3.2 Dimensão média dos fogos por habitantes e densidade populacional

Para o período em questão, a dimensão média dos fogos na povoação de Vizela estabiliza em torno dos 4,1 habitantes, representada por uma ligeira variação de 3,8 habitantes, em 1864, para 4,4, na primeira década do século XX. Quanto à densidade média de habitantes por fogos no “Território de Vizela”, no mesmo período, o seu número fixa-se em 3,85 habitantes, apresentando, em 1864, 3,9 habitantes e, em 1911, 4,1 habitantes por fogo, números que evidenciam uma considerável constância.

Pela leitura do gráfico 3, constata-se no “Território de Vizela” índices elevados de densidade populacional por km² que, a partir de 1878, se colocam sempre acima dos 200 hab/km². Com efeito, a densidade média registada em 1864, cifrava-se, nos 174 hab/km², em 1900, 222 hab/km², para ascender, em 1911, aos 262 hab/km², consequência do crescimento populacional atrás referido.



Fonte: Própria. Censos INE

Estes resultados do “*Território de Vizela*” são sempre superiores aos contabilizados no distrito de Braga, cujas densidades, entre 1864 e 1900, se quedavam nos 116,3 e 131,2 hab/km², respetivamente⁴⁷.

Por seu turno, na povoação de Vizela, o centro urbano do “*Território*”, residia, recorde-se, 1/3 da sua população total, alojada numa área igual a 7,68 km², o que explica, em parte, apresentar 219 hab/km², em 1864, em 1900, 386 hab/km², e, em 1911, 457 hab/km², mais que dobrando a sua densidade no passar de meio século, o que significa ter tido capacidade para sustentar um sempre crescente número de habitantes.

Poder-se-á mesmo colocar a hipótese de entre 1900 e 1910 (eventualmente com tendências anteriores) a população deste território ter razões para se fixar, diminuindo os fatores para uma emigração. Veremos.

2.3.3. Instrução - Evolução das taxas de analfabetismo

Se as questões de instrução e desenvolvimento passaram a ser equacionadas e discutidas no período a que nos reportamos, terá algum interesse avaliar se existiria algum indicador diferenciador no caso do território de Vizela. Observe-se que Portugal, em 1900, apresentava 74% da sua população analfabeta e, em 1911 registava uma redução para 69,6%⁴⁸, mantendo, mesmo assim, percentagens elevadas. A distribuição por sexos caracterizava-se desigual, com percentagens mais elevadas nas mulheres, com 82,5% e nos homens com 66,5%, em 1911⁴⁹.

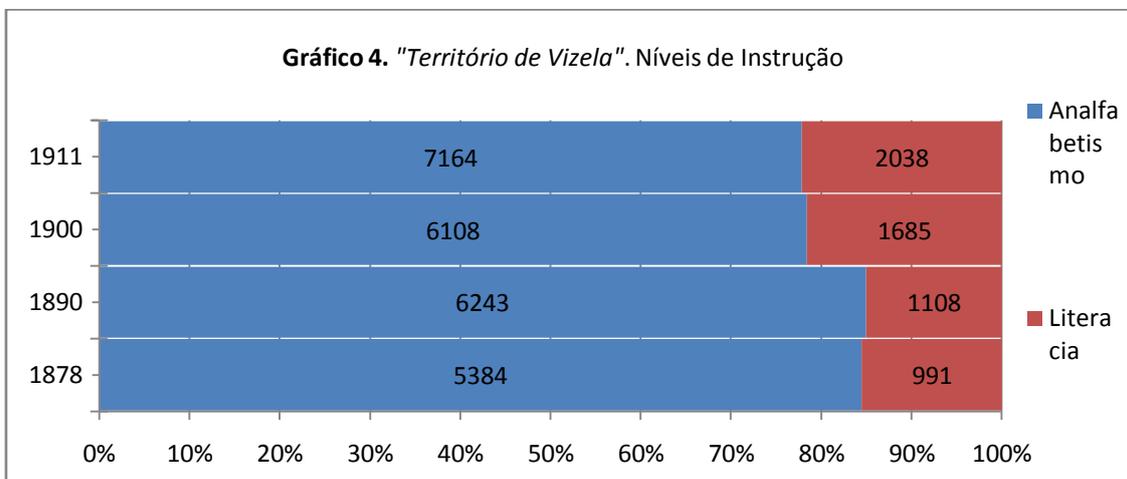
O panorama no “*Território de Vizela*” sucedia na mesma linha de homogeneidade nacional e regional. Com efeito, os números, na totalidade da sua população, mostravam, em 1878, 81,6% de analfabetos e, em 1911, um menor número calculado em 78,3%. Quanto aos que sabiam ler e escrever, de harmonia com o gráfico 4, regista-se a positiva passagem de 15%, em 1878, para 21,7%, em 1900, uma subida percentual de 6,7%. Pelo cálculo efetuado a

⁴⁷ VEIGA, Teresa Rodrigues – *As Realidades Demográficas*. In *Nova História de Portugal*, Vol. X. (Coord. de) Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p.26; RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado; SOUSA, João Silva de; et alli – *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2008, p. 335.

⁴⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira Marques; SERRÃO, Joel – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.519.

⁴⁹ Idem, p.519.

partir da síntese referente à instrução da população portuguesa, em 1900, publicada por Luís Alberto Marques Alves, verifica-se, no distrito de Braga, no total da sua população calculada em 357 159 habitantes, uma taxa de analfabetismo de 77,8%⁵⁰. Por sua vez, na povoação de Vizela, a realidade dos



Fonte: Própria. Censos INE

níveis de instrução são em tudo semelhantes aos do "Território de Vizela". Conforme o expresso no quadro 4, verifica-se, pela repartição das percentagens

Quadro 4. Vizela - Taxas de Analfabetismo

Freguesia	Ano	Analfabetos		Alfabetizados	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
S. João	1878	67%	84%	29%	14%
S. Miguel	1878	68%	83%	31%	12%
S. João	1911	60%	70,5%	40%	29,5%
S. Miguel	1911	66%	79%	34%	21%

Fonte: Própria. Censos INE

por sexos, que são sempre muito mais elevadas no grupo feminino.

Deste modo, pode-se concluir que, no período de tempo que decorreu entre os censos de 1878 e o de 1911, se registou na povoação de Vizela uma melhoria nos índices de literacia, muito semelhante à nacional, e que a freguesia de S. João, em comparação com a de S. Miguel, viu crescer a percentagem de instrução feminina em 15,5% contra a percentagem de, apenas, 9% na freguesia contígua. Nada de verdadeiramente novo, a não ser confirmar um ritmo comparável ao que era comum, geral a todo o reino.

⁵⁰ VEIGA, Teresa Rodrigues – *As Realidades Demográficas*. In *Nova História de Portugal*, Vol. X. (Coord. de) Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 312

2.4 A Questão das “Raízes” – As Origens e os Percursos da Memória

A procura das raízes é uma tónica que percorre os estudos monográficos. De alguma forma, o que se escreveu atrás, particularmente acerca dos topónimos, representa esta preocupação de continuidade, de construção contínua de uma identidade, a começar pelo nome. Acompanhar esses processos de criação de memórias parece ser, como se escreveu na introdução, uma forma de perceber como as sociedades recorrem a esse passado, de forma mais ou menos consciente, em busca de uma memória social coletiva.

Com efeito, apesar do muito que se tem feito nas últimas décadas pela evolução historiográfica relacionada com o Noroeste português, no tempo que decorre da época pré-romana até aos primórdios de Portugal (século XII), continua a verificar-se muitas lacunas informativas sobre muitos aspectos, que, sobretudo e sem dúvida, uma aturada investigação arqueológica muito ajudaria a minorar. Inserido nessa região, todo o território do vale do Vizela não foge a esse panorama, continuando muito do seu rico património arqueológico a aguardar pelo autor de um estudo atento e de conjunto.

Referente à povoação de Vizela, entre os séculos XV e XVII, este cenário agrava-se. Rareiam as referências bibliográficas, parecendo assistir-se a um longo eclipse da sua história, que se inicia, em 1408, aquando a extinção do breve concelho de Vizela e com a subsequente administração das suas terras pelos diversos poderes, seculares e eclesiásticos, associados a Guimarães.

Porém, através da pesquisa, da reunião de paulatinos estudos e hipóteses de diversos autores e na comunhão da ideia do professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida que (...) *onde escasseiam as certezas, têm direito, cientificamente, as hipóteses*⁵¹, todas essas faltas e lacunas não constituirão interdito a que se remonte, com uma certa segurança, àquele período o ponto de partida da evolução de Vizela e dessa região até ao advir do final da primeira década do século XX. Aliás, o interessante, será invocar aqui todas as

⁵¹ “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal” - Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras (Série de História), 1972, Vol. III, pp.113-114.

respostas que foram sendo construídas, em particular as que emergem em torno do século XIX, como veremos nas próximas páginas

2.4.1 A ocupação pré-romana

A zona do vale do Vizela, antes da ocupação romana e da romanização, encaixava-se nos fatores ambiental e geográfico, caracterizados pelos seus montes, rio e ribeiros, pelas florestas e pelas suas zonas húmidas de intensa vegetação⁵², propícios ao minifúndio e à pastorícia, que permitiram a fixação de numerosas populações nativas dispersas por muito castros e cristelos no decorrer ainda da Idade do Ferro.

Para além do já referido castro do monte de São Pedro, nos limites das freguesias de Caldas de Vizela - São João e de Vilarinho, Martins Sarmiento refere ainda mais três estações:

- o castro de Santo Adrião de Vizela, na freguesia com o mesmo nome, (...) *mais conhecido pelo monte da Senhora da Tocha, (...), reúne todas as condições topográficas duma genuína povoação pré-romana. É um outeiro completamente isolado por todos os lados, e fácil de fortificar com muralhas que sem a menor dúvida teve (...)*⁵³, embora hoje não reste vestígio algum;

- na freguesia de Infias, *o Lujó é a parte austral do monte de Polvoreira, onde houve um castro, ou cousa que o valha, mas na extremidade oposta ao Lujó, para o norte*»⁵⁴. Encontram-se muitos vestígios de cerâmica, idêntica à da Citânia de Briteiros, e de carvão espalhados pelas vertentes do monte, o que permite configurar uma significativa povoação;

- o cristelo de Santa Comba de Regilde, freguesia do concelho de Felgueiras, situada na margem esquerdo do rio Vizela, (...) *pega a Norte com Santo Adrião de Vizela, e o Cristelo, pequeno outeiro de forma cónica, (...) que é, segundo todos sabem, um diminutivo de Castro*⁵⁵. Os raros vestígios fornecidos ao

⁵² “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal” - Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras (Série de História), 1972, Vol. III, p.114.

⁵³SARMENTO, Francisco Martins – *Dispersos, Colectânea de Artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica. Obra Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Autor...* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933, p. 198.

⁵⁴ Idem - *Ibidem*, pp.211-212.

⁵⁵ Idem - *Ibidem*, p.201.

investigador deixam denotar a existência de uma pequena povoação vizinha do castro de Santo Adrião de Vizela.

De referir que o autor citado, numa espécie de advertência, sintomática, por o seu estudo ter extravasado o concelho de Guimarães e contemplado território felgueirense, diz fazer (...) *valer a probabilidade, senão certeza, de que a atual divisão geográfica separa uma população que no tempo, a que nos remontamos, vivia entrelaçada*⁵⁶.

2.4.2 Período romano

No Ocidente peninsular a romanização constituiu um período máximo da sua história. Segundo Ferreira de Almeida, tendo em conta o carácter tradicionalista e conservador de todo o Noroeste peninsular, o processo de transculturação foi muito moroso. Da mesma maneira, no Noroeste português, esta marca conservadora, aliada à forte personalidade da cultura indígena e da sua atomização em numerosas populações e em diversos ambientes ecológicos, o processo de influência da cultura romana, embora cedo se tenha manifestado (no século I a. C já circulava moeda romana), revelou-se lento e revestido de singularidades⁵⁷, prolongando-se no decorrer da sua longa etapa, até às invasões germânicas no início do século V.

Do mesmo modo que no Ocidente peninsular, a romanização foi, também, uma etapa máxima na história de Vizela. Com efeito, a sua exploração pelos romanos deixou muitos e múltiplos vestígios, sobretudo os referentes à exploração das suas águas quentes e sulfúreas e à rede viária. Por toda a região, ao longo das suas vias, acharam-se moedas, medalhas, colonatas, lápidas, sepulcros e cerâmicas⁵⁸. Em Vizela, encontraram-se canalizações de chumbo e barro, tanques, piscinas de banhos e mosaicos policromáticos (com predomínio para os de basalto e calcário), com desenho, geometria e relevo diversos, testemunhando o fausto da exploração termal⁵⁹.

⁵⁶ SARMENTO, Francisco Martins – *Dispersos, Colectânea de Artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica. Obra Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Autor...* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933, p.191.

⁵⁷ “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal” - Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras (Série de História), 1972, Vol. III, p. 114.

⁵⁸ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tàgilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p.23.

⁵⁹ Idem, p.23 e 31.

2.4.2.1 *Vizela Romana*: mito e história

Intimamente ligado à abundância das suas águas, encontra-se o mito da *Vizela Romana* transformado e materializado num *ex-libris* fundamental na sua construção e afirmação identitária, descobrindo-se, profusamente, nos emblemas de quase todas as instituições e colectividades vizelenses.

Esta lenda radica na consolidação de uma crença que, segundo Maria José Pacheco, (...) *não é mais que a personificação de uma ideia que concebe a existência de Vizela a partir de um gesto generoso de uma deusa ou ninfa que do Olimpo decidiu presidir ao nascimento de uma localidade, lançando sobre a terra, como uma concha, água que fez brotar um rio e nascentes de água cálidas*⁶⁰. Por este prisma, numa espécie de ato majestático de autenticação, legitimação e afirmação identitária da *Vizela Romana*, o município de Vizela consagrou-lhe, em 19 de Março de 2000, data em que se comemorou o 2.º aniversário da sua

Foto 2. *Vizela Romana*. Jardim Manuel de Faria



Fonte. Júlio César Ferreira (2012)

⁶⁰ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.292.

criação, um paradigmático monumento (Foto 2.), colocando a sua imagem, em tamanho natural⁶¹, voltada para um bonito lago com repuxos de água no jardim Manuel de Faria.

Porém, eminentemente para além desta criação mitológica, destinada a condensar a identidade de Vizela, sabe-se que são numerosos os deuses aquáticos adorados no Portugal romano. Muito deles são indígenas, ou seja, protetores dos próprios lugares, como *Bormanicus*, a divindade tutelar das termas de Vizela⁶².

À guarda do Museu Martins Sarmiento, em Guimarães, encontram-se os dois monólitos de granito tosco, achados em Vizela, um nos finais de Setecentos, outro em 1841, com inscrições gravadas e dedicadas ao deus *Bormanicus*. Destas lápides, segundo Martins Sarmiento, achadas (...) *entre outras importantes ruínas, apenas se sabe que elas são da época romana; mas o nome Bormânico – um Deus Lusitano – que se encontra numa inscrição achada na Lameira, e noutra achada no Mourisco, deixa entender que já antes da dominação romana, as águas termais de Vizela tinham fama de miraculosas*⁶³.

Muitas vezes, estas divindades aquáticas eram designadas por *Ninfas*⁶⁴. Certas divindades têm, também, *nomes duplos, um latino e outro indígena, e do latino pode deduzir-se a função*, como, por exemplo, as *Nymphae Lupianae* de Tágilde⁶⁵, que eram divindades das águas.

As várias escavações efetuadas em Vizela, nos séculos XVIII e XIX, por algumas individualidades, como Mascarenhas Neto, Visconde de Balsemão (2º.) ou Pereira Caldas, permitiram atestar, aos autóctones e ao país, a grandiosidade da obra termal empreendida pelos dominadores romanos da antiga Lusitânia. Destes vestígios da edificação balnear, apenas Martins Sarmiento conseguiu salvar alguns exemplares do desleixo das instituições e da pilhagem absoluta, preservando-os no museu homónimo.

⁶¹ Refira-se que esta estátua alegórica, que pretende simbolizar a origem ancestral das termas de Vizela, tem como autores o pintor vizelense, José Pereira da Costa, e o escultor portuense, João Barata Feyo; Cf. Informação detalhada em : <http://www.cm-vizela.pt> (Consulta em 20-03-2012).

⁶² ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa : Editorial Verbo, 1987 p.67.

⁶³ SARMENTO, Francisco Martins – *Dispersos, Colectânea de Artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica. Obra Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Autor...* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933, p. 195

⁶⁴ ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa : Editorial Verbo, 1987 pp.173-174.

⁶⁵ Idem, p.179; GUIMARÃES, Oliveira (Abade de Tagilde) – *Tagilde – Memoria Historico-Descriptiva*. Porto: Tipographia de A. J. da Silva Teixeira, 1894, pp. 7 e 10.

Sobre este assunto, já o ilustre dr. Pereira Caldas, em 1852, como intróito de um estudo sobre arqueologia, citava a notícia inserta no *Nacional do Porto*, nº. 140, de 28 de Junho 1849, de que *a camara deveria explorar todo aquele terreno, com as cautellas que demandam tais excavações, (...) porem é condição nossa, dos cargos municipaes cahirem sempre em mãos incompetentes!*⁶⁶. Acaba a lamentar a (...) *fatalidade municipal como epidemica, e que tantas perdas archeologicas nos ha feito soffrer e chorar, e n'uma eschala assás progressiva!!!*⁶⁷, alargando-a a todo o património municipal.

Na contemporaneidade, estes trabalhos pertenceram ao historiador Sande Lemos e ao arqueólogo Reimão Queiroga.

Este arqueólogo, a quem devemos a gentil disponibilização das suas notas (a publicar em breve), entre 1996 e 2005, no âmbito do acompanhamento de obras de arranjos e rearranjos urbanísticos, efetuadas ao redor da igreja matriz de São Miguel das Caldas⁶⁸, conduziu um conjunto de trabalhos que lhe proporcionou encontrar significativos grupos de vestígios arqueológicos e muitos materiais referentes a várias cronologias das épocas romana e alti-medieval. Desta maneira, no topo norte da praça da República, em 1996, exumou algumas estruturas balneares, de novo soterradas, nomeadamente um *praefurnium* e *calidarium*, restos de piscinas e mosaicos, que apontam para o século I dC⁶⁹.

Admite, pelas muitas evidências arqueológicas, que Vizela teve ocupação continuada pelo menos desde esse século, assente numa estrutura urbana romana, de configuração jurídica desconhecida, apesar dos fortes argumentos indiciarem ter sido capital de *civitas*⁷⁰, concentrada entre a praça da República e a igreja matriz de São Miguel das Caldas. Opina, contudo, que a sua estrutura urbana mais significativa seriam as termas, que se alongariam entre a praça da República e o balneário do Mourisco⁷¹.

⁶⁶ CALDAS, José Joaquim da Silva Pereira – *Noticia Archeologica das Caldas de Visella*. Vizela: Junta de Turismo das Termas de Vizela, 19 [...], p.5.

⁶⁷ Idem, p.8

⁶⁸ A igreja, ao estar classificada, encontra-se sob proteção legal do património arqueológico num raio de 50 m.

⁶⁹ QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão – *Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela*. Notas gentilmente facultadas pelo autor, pp.8-9.

⁷⁰ ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa : Editorial Verbo, 1987 p.127.

⁷¹ QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão – *Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela*. Notas gentilmente facultadas pelo autor, pp.10-11.

2.4.2.2 A ponte e as vias romanas

A *ponte romana das Caldas*, situada na atual Rua Pereira Reis, tornou-se no *ex-líbris* mais querido das populações, sobretudo a partir do século XIX, quando terminou o exclusivo das suas inestimáveis funções. Passou, então, a ser reconhecida por *Ponte Velha*, de maneira a distinguir-se da Ponte de D. Luís ou *Ponte Nova*, construída e inaugurada durante o reinado de D. Luís I (1861-1889). Edificada pelos romanos, Júlio Damas calcula ter ocorrido nos primeiros séculos da ocupação⁷².

Foto 3 – Ponte Romana (1905)



Fonte: Júlio César Ferreira

Esta relíquia do passado, muito bem conservada, e ainda hoje aberta ao tráfego automóvel, mereceu o reconhecimento de Monumento Nacional, através do Decreto de 16 de junho do ano de 1910, preceituado pelo Decreto - Regulamentar n.º136, de 23 de junho de 1910, constituindo a primeira menção do património edificado do Concelho de Vizela⁷³. É uma peça fundamental de afirmação identitária, encontrando-se abundantemente, à semelhança da

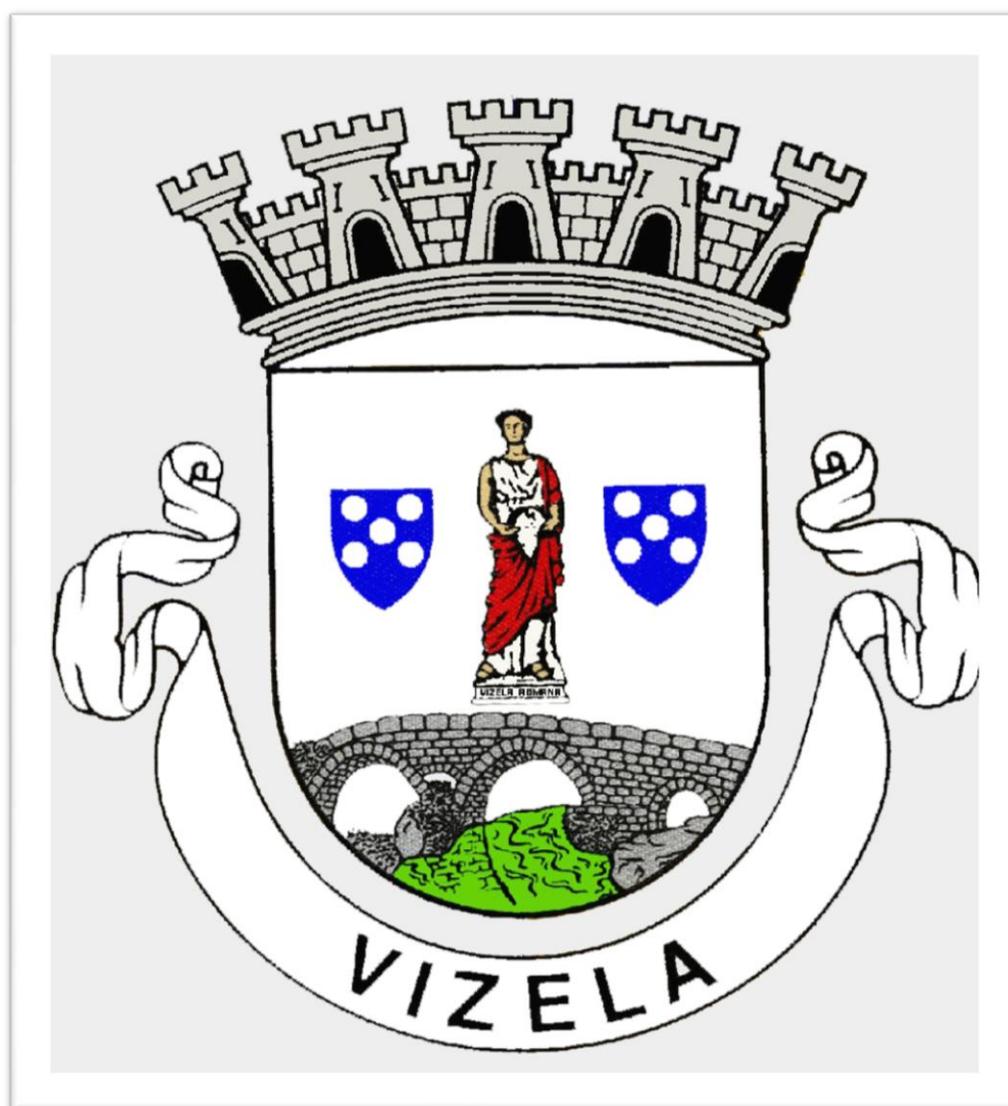
⁷² DAMAS, Júlio – *Vizela, Tàgilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p.35.

⁷³ Cf. *Concelho de Vizela* - <http://www.cm-vizela.pt> (Consulta. 20-03-2012).

Vizela Romana, nos brasões do município e da maioria das instituições locais, conforme evidencia a foto 4.

A crença dos romanos nas virtudes terapêuticas das águas sulfurosas e no seu prazer por caldas, propiciou à região de Vizela o benefício da passagem de importantes vias de comunicações com origem em *Bracara Augusta*, inserindo-se Vizela e a ponte sobre o seu rio como chaves de ligação a outras vias militares.

Foto 4. Brasão do Município de Vizela



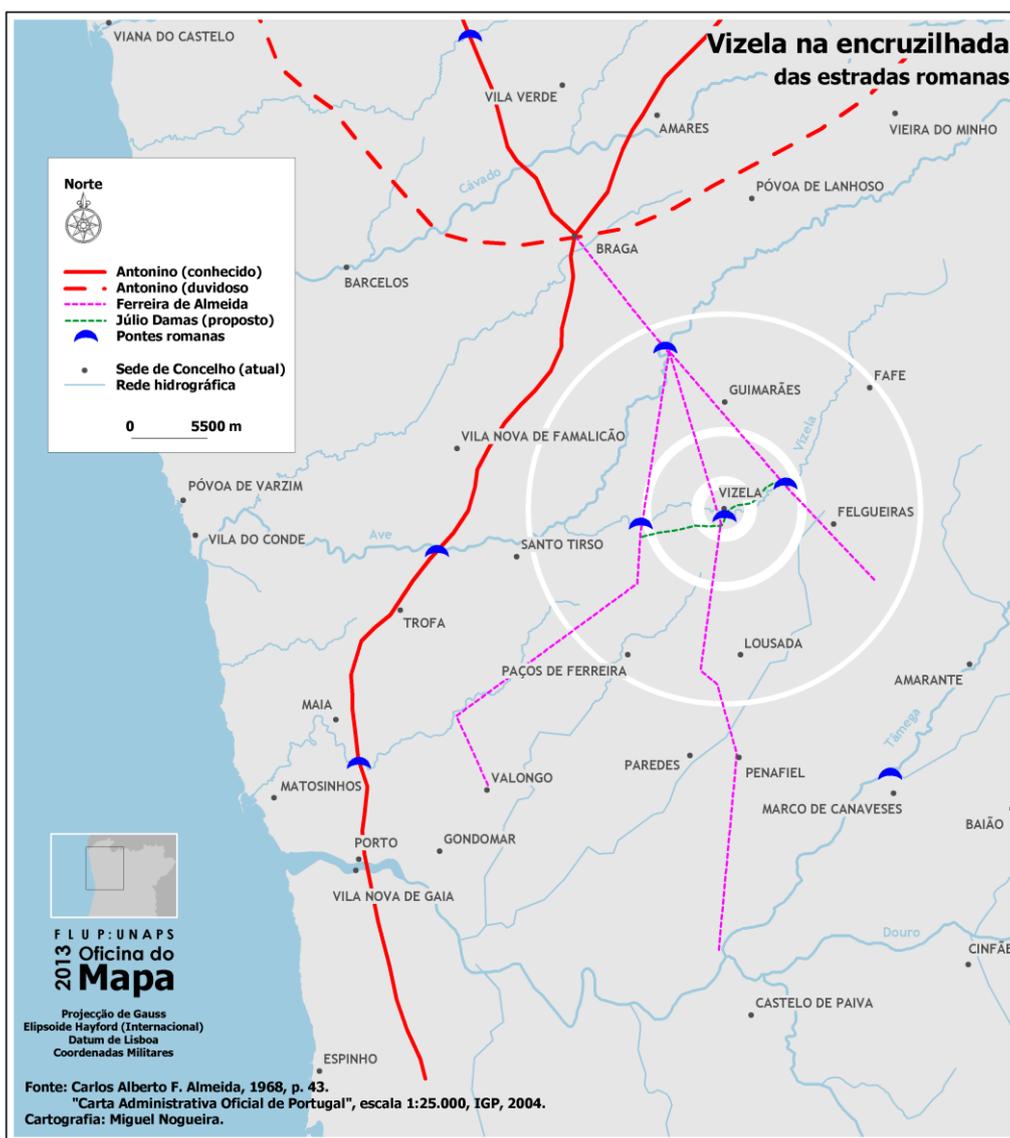
Fonte. Câmara Municipal de Vizela (c. 2012)

Sabendo que o *Itinerário de Antonino* estava longe de citar todas as vias romanas, Ferreira de Almeida mostra, entre outros exemplos, três vias que, a

partir de Braga, cruzavam o rio Vizela em outros tantos pontos distintos. Rumo ao Sul, a via saía de Braga pela Falperra, indo a São Martinho de Sande em direção à ponte da atual freguesia de São João da Ponte (Guimarães), onde se bifurcava:

- uma, a nascente, cruzava o rio em Vila Fria (ponte de Pombeiro) em direção à Lixa e à ponte de Canaveses com destino a Castro Daire e Viseu⁷⁴;

Mapa 3. Vizela na encruzilhada das estradas romanas



⁷⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais – Entre Douro e Minho*. Porto: [Edição do autor], 1968, p.41.

- outra, a poente, seguia rumo à ponte de São Martinho do Campo (Santo Tirso). Daí passaria na citânia de São Fins em direção a Alfena e Valongo⁷⁵;

- uma outra, ainda, que, num traçado rectilíneo, corria entre as duas vias acima referidas, diretamente para as caldas de Vizela. *Transposto o rio pela ponte velha a via seguia por Casais, Nespereira Penaafiel, indo a Entre os Rios. Aí passaria o Douro (...)*⁷⁶, com destino a Arouca e Viseu

Clarificam-se, deste modo, os itinerários propostos por Júlio Damas, sendo que esta via, vinda da *carral* (remota designação popular da atual rua de Francisco Armindo Pereira da Costa), se subdividia, na margem esquerda, rumo a Vilarinho, seguindo essa margem até entroncar, a poente, na via que cruzava o rio na ponte de São Martinho do Campo. A outra via, que seguia pela Lameira, rua Abade de Tágilde, acompanhava a margem direita do rio Vizela em direcção à ponte de Pombeiro, a nascente, rumando depois para a Lixa em direcção ao Tâmega⁷⁷.

Ainda sobre este assunto, num trabalho mais recente, os seus autores demonstram que, também, nem todos os núcleos viários que se mencionam nos itinerários possuem a categoria de *mansions*, ou seja, lugares de descanso, independentemente da determinação exacta da milha, pelo que, mais difícil, (...) *resulta fixa-las hipotéticas mansións das via que non figuran nos itinerários ó uso e só coñecidas pólos vestixios epigráficos. Nesse caso, só queda o recurso ás fontes escritas complementarias e á arqueoloxía, pois ninguén dubidaría de que a via que dende Braga parte cara ó SE, en dirección ó Douro, segundo testifican os miliarios, ensartaría paradas obrigadas tales como Caldas de Taipas, Caldas de Vizela e Freixo, a antiga Tongobriga*⁷⁸, verificando-se, claramente, a importância e o empenho que os romanos consagravam às significativas termas que edificaram em Vizela.

⁷⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais – Entre Douro e Minho*. Porto: [Edição do autor], 1968, p. 41.

⁷⁶ Id. - Ibidem, p.41.

⁷⁷ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p.26.

⁷⁸ RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; FERRER SIERRA, Santiago; D. ÁLVAREZ ASOREY, Rúben - *Callaeciae et Asturiae Itinera Romana. Miliarios et outras Inscricións Viarias Romanas do Noroeste Hispánico. (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2004, p.49

2.4.3 O Período suevo

Se focamos especificamente esta rubrica, é porque ela mereceu especial atenção na conceção de um território focado em lugares que constituem o concelho de Vizela.

O fraccionamento político da Península Ibérica, no século V e os sucessivos reinos «bárbaros» deram, depois, lugar a uma monarquia visigoda que encetou, com Leovigildo (568-586), a reunificação da *Hispania*, centrada numa administração fiscal, judicial e militar.

No Norte do Portugal de hoje e de parte da atual Espanha existiram, sucessivamente, o Reino dos Suevos, o reino Asturiano - Leonês e, por fim, o Condado Portucalense⁷⁹.

A pouco e pouco o politeísmo atomizado e tolerante cedeu lugar a uma religião monoteísta-trinitária, centralizada e centralizadora, que só se poderia impor e manter pela repressão e pela intolerância. Desta maneira e neste panorama de diversidade, o fenómeno religioso afirmou-se como excepção e num plano diametralmente inverso, assistindo-se à crescente afirmação do Cristianismo nesta região peninsular.

2.4.3.1 *Oculis Calidarum no Paroquial suevo*

O reino Suevo, compreendia a província da *Galécia* e o Norte do Portugal de hoje, tendo sido eleita para capital a cidade de Braga, tida por nobre e rica⁸⁰. Iniciou-se, em 409, com o enigmático rei Hermerico e terminou praticamente à morte do rei Miro (569-582), aproveitando o soberano visigodo, Leovigildo, a menoridade do sucessor, Eborico, e o golpe de estado de Andeca, seu tutor, para anexar, definitivamente, o reino de dos suevos, no ano de 585⁸¹.

⁷⁹ Cf. AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX -1137)*. Porto: [Ed. a.], 2007.

⁸⁰ REINHART, Wilhelm - *Historia General del Reino Hispanico de los Suevos*. Madrid: Julio Martinez Santa-Olalla, 1952, p.34

⁸¹ LEGUAY, Jean-Pierre – *O Portugal Germânico*. In Serrão, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Editorial Presença, 1993, p.67.

Os reis Suevos, uma vez convertidos à Igreja de Roma, apoiaram-na e fortaleceram-na, como demonstra a fundação de muitas igrejas naquela época.

Neste âmbito, terão sido feitos esforços para se criar uma moderada administração eclesiástica num extenso território, afirmando Luís Amaral que *esta motivação esteve seguramente na base da elaboração do célebre Paroquial suevo ou Divisão Theodemiri, estabelecido na sequência de um alegado Concílio reunido em Lugo, no ano 569, sendo a divisão, que veio a repartir em 30 parrochias a diocese de Braga, de acordo como chegou até nós, redigida entre 572 e 582*⁸².

Acordada a repartição das paróquias, igrejas e termos das dioceses Lucense e Bracarense, verifica-se, englobadas nesta última catedral, as seguintes igrejas que lhe são vizinhas: (...) *Anoaste, Milia, Ciliolis, Ad portum Luceto Agilio, (...), Cetanio, Oculis, Cerisis (...)*⁸³, entendendo-se a palavra *Oculis*, traduzida do latim, como equivalente a Olhos.

Para determinação da sede desta paróquia, o vizelense Júlio Damas, socorreu-se de outro documento citado por Frei Contador de Argote⁸⁴. Com efeito, em, 1014, o rei leonês, D. Afonso V, confirmou nesta freguesia as doações feitas por seus antepassados ao mosteiro de Guimarães - «*Adefonsus rex, princeps magnus, et dum pervenit in hereditate patrum ejus, hic in Occulis Calidarum (...), hic in Sancti Michaelis Arcangeli in Occulis Calidarum...*», em cuja igreja se reuniu o tribunal nesse mesmo ano «*misit ipse sagion ipsos domnos in ipsa ecclesia*»⁸⁵, ou seja, a reunião destes vocábulos latinos, *Oculis* + *Calidarum* (Olhos de água quente; caldas), permite determiná-la em sede na freguesia *De Sancto Michael de Caldis* (assim denominada em inícios da Baixa Idade Média)⁸⁶, mais tarde de São Miguel Arcanjo de Riba Vizela (séculos XIV

⁸² AMARAL, Luís Carlos – Organização Eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: O caso da diocese de Braga. In – J. Á. García Cortázar (Coord.). *Del Cantábrico al Duero: Trece Estudios sobre Organización Social del Espacio en los Siglos VIII a XIII*. Santander: Universidad de Cantabria, 1999, pp. 319-320

⁸³ Argote, Jeronymo Contador de - *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*. (Título I; Tomo II). Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1734, Livro III, Cap. VII, Doc. V, pp.850 e 854; DAVID, Pierre – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI ième au XII ième Siècle*. Coimbra: Portugália Editora, 1947. p.32, nº.14

⁸⁴ Cf. DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.14; ARGOTE, Jeronymo Contador de – *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustini Libri Quatuor, ...* Ulyssipine Occidentali: Typis Silvianis, 1738, Livro V, Cap. XI, p.489. (Disponível em: http://books.google.pt/books?id=mBOPcRrpyLcC&pg=PP13&hl=ptPT&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false)

⁸⁵ COSTA (Pe.), Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. (Vol. I, 2ª. ed.). Braga: Irmandade de S. Bento de Porta Aberta, 1997, p.153

⁸⁶ Idem, p.153

a XVII)⁸⁷, a atual freguesia de Caldas de Vizela - S. Miguel, dispensando-nos, assim, da citação de outros documentos reunidos no trabalho do professor Avelino de Jesus da Costa⁸⁸.

Como justificação para esta transformação toponímica, Almeida Fernandes diz-nos que nem toda a toponímia do *Paroquial* suévico se conservou ou desapareceu, houve, sim, (...) *uma mudança de nome, mas conservando-se na designação nova a característica principal da antiga*, como por exemplo, *Oculus* que é hoje Caldas de Vizela⁸⁹.

Diz-nos, também, Jean-Pierre Leguay, que *estudos, apoiados nos dados da toponímia, mostram grande abundância de localidades de origem germânica no Norte de Portugal e nas costas da Galiza. Nestes dois sectores, mais de meio milhar de topónimos, relativos sobretudo a nomes de “possessores” hispano-visigodos, entre eles Tágilde*⁹⁰, corroborando a teoria do Abade de Tágilde de que o topónimo deverá provir de um *presor* chamado Atanagildo que aí se estabeleceu, aí viveu e aí desfrutou a sua vida⁹¹.

Por último, em 1972, acerca da progressão do cristianismo no Noroeste português, lamentava Ferreira de Almeida saber-se pouco pela falta de trabalhos sistemáticos da arqueologia, em locais que poderiam fornecer valiosos testemunhos citando, entre outros, Vizela. Afirmava que *a utilização das suas águas, ao longo da Idade Média, bem como mosaicos e achados tardios, como anéis, e ainda o facto de aí estar situada uma paróquia suévica, são indícios suficientes para suspeitarmos da sua importância*⁹².

Um quarto de século depois desse lamento, entre 1998 e 2005, ao abrigo da já referida proteção legal do património arqueológico, pelas obras efetuadas ao redor da igreja matriz de São Miguel das Caldas, para além dos já referidos vestígios arqueológicos referentes a várias cronologias da época romana, encontrou-se, a Este da igreja, uma muito significativa necrópole da

⁸⁷ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.14

⁸⁸ COSTA, (Pe.), Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. (Vol. I, 2ª. ed.). Braga: Irmandade de S. Bento de Porta Aberta, 1997, p.153.

⁸⁹ FERNANDES, A de Almeida – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1997, p.15.

⁹⁰ LEGUAY, Jean-Pierre – *O Portugal Germânico*. In Serrão, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Editorial Presença, 1993, p.68

⁹¹ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, 17.

⁹² “*Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*” - Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras (Série de História), 1972, Vol. III, p. 126.

época visigótica. Os trabalhos e estudos, levados a cabo por Reimão Queiroga, nesse vasto espaço funerário alti-medieval, anexo a estruturas religiosas, levaram-no ao (...) *indiciar-se a feliz, mas rara, ocorrência de se poder localizar com precisão o local central de uma referência histórica: a paróquia suévico-visigótica de Oculis Calidarium*⁹³.

Esta paróquia, ao longo de toda a Alta Idade Média, certamente condicionada também pela (re)organização social do espaço, advinda de novas realidades políticas, eclesiásticas e militares, parece manifestar uma continuada prosperidade económica e demográfica.

Com efeito, acerca da organização eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho, o estudo de Luís Amaral verifica que os mosteiros e as igrejas desse território bracarense, surgidas no século XI, nomeadamente a igreja de São Miguel das Caldas, inserida na sub-região de *Entre-Ambas-as-Aves* (entre o Ave e o Vizela), distribuíam-se (...) *em consonância com as linhas principais já definidas no período anterior ao ano mil*, revelando este aspeto, para além da certeza da continuidade do processo de crescimento, a realidade (...) *do empenho das comunidades locais e daqueles que, à falta de melhor designação, chamaremos de grandes e médios proprietários rurais, no estabelecimento e beneficiação dos locais de culto*, conforme testemunham as suas fontes com apreciável clareza⁹⁴.

2.4.4 Na dinastia de Borgonha

Estabelecido o reino de Portugal, no decorrer da dinastia Borgonhesa (1143-1383), para além da constituição do primeiro concelho de Vizela (1361-1408), um período impar da sua História, parece manter-se a sua importância e a reiterada procura das suas águas curativas, firmadas em documentos, citados nas *Inquirições* realizadas nos reinados de D. Afonso III (1247-1279) e D. Dinis (1279-1325)⁹⁵.

⁹³ QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão – *Algumas notas sobre a arqueologia da área urbana de Vizela*. Notas gentilmente facultadas pelo autor, p.11.

⁹⁴ AMARAL, Luís Carlos – *Organização Eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: O caso da diocese de Braga*. In – J. Á. Garíia Cortázar (Coord.). *Del Cantábrico al Duero: Trece Estudios sobre Organización Social del Espacio en los Siglos VIII a XIII*. Santander: Universidad de Cantabria, 1999, pp. 330-331.

⁹⁵ HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Histórica: o saeculo octavo postea Christum usque ad quintumdecimum* (Vol. I. - Inquirições). Lisboa: Academia Scientiarum, 1867, pp. 697-699. (Disponível em: <http://www.purl.pt/12270>); GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - *Vimaranis Monumenta*

Ao longo da Idade Média, as já referidas vias e pontes romanas, que ainda hoje transpõem o rio Vizela, conservadas e usadas, podendo-se considerar que assim o foram, na medida em que continuaram a desempenhar funções vitais nas ligações de centros importantes à escala inter-regional e no tráfego de pessoas e bens, com todas as consequências nas paulatinas transformações sociais, económicas, culturais e políticas por elas propiciadas⁹⁶. Era neste círculo que a estrada que saía de Guimarães em conjugação com a do Porto, infletia para Sul, em Nespereira, para passar na ponte velha de Vizela em direção a Penafiel e Marco de Canaveses, passando por Barrosas e Lousada, onde se bipartia para aquelas localidades, rumo a Entre-os Rios⁹⁷.

A albergaria, tal como a pousada ou a estalagem, foi uma criação da Idade Média destinada à assistência de viandantes e peregrinos, tornando-se numa das mais generalizadas instituições medievais. Criada para a realização da obra misericordiosa, sem se confundir com hospital, alargou o atendimento a doentes e pobres locais⁹⁸. Terá sido dentro deste espírito, reforçado pelo benefício da existência da rede viária inter-regional e das suas águas terapêuticas, que D. Dinis terá criado uma albergaria em Vizela, conforme mostra o documento de emprazamento a *Pero Domingues* e mulher, redigido aos 8 dias de março de 1298, em Santarém⁹⁹.

O *Paço de Gominhães*, situado na freguesia de Caldas de Vizela - São João, outrora São João de Gominhães, denominação dada pelos seus senhores até receber apenas o título de Caldas¹⁰⁰, é um solar classificado de Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 129/77, Decreto - Regulamentar n.º 226, de 29 de setembro de 1977.

Este edifício, de raiz medieval, remontará a sua construção aos primórdios da nacionalidade, conforme deixa entender a leitura do testemunho

Histórica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum. Guimarães: Senado Vimaranesense, Sociedade Martins Sarmiento, 1931, p.370.

⁹⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais – Entre Douro e Minho*. Porto: [Edição do autor], 1968, p.5.

⁹⁷ Idem - *Ibidem*, pp. 189-190.

⁹⁸ Idem - *Ibidem*, p. 67.

⁹⁹ GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - *Vimaranes Monumenta Histórica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Guimarães: Senado Vimaranesense, Sociedade Martins Sarmiento, 1931, Doc. CCLXXXIV, p.370; ANTT – Chancelaria de D. Dinis, Livro 4º., fl 7v.

¹⁰⁰ “*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º. 108, 1998, p.151

expresso no decorrer das Inquirições Gerais de 1290, ordenadas por D. Dinis: *“Freguesya de Sam Johane de caldas gomãaes he honrra de martim do casall e dizem as testemunhas douuida que ha deu el Rey dom sancho o velho a seu linhagem. Este como estaa por honrra”*¹⁰¹. Antes, pelas Inquirições de 1252, ordenadas por D. Afonso III, o mesmo Martim do Casal, ou um parente homónimo, justificara estar na posse de um casal na mesma freguesia, porque o dera o rei Dom Sancho a seu avô Petro Munis Petri Stefani de Casalis¹⁰². *In loco* verifica-se ter sofrido várias alterações arquitetónicas que espelham os estilos e os gostos que perpassaram no decorrer dos séculos.

A sua história apresenta-se ligada ao reinado de D. Dinis. Segundo Júlio Damas, historiador local, o rei *Lavrador*, por alvará, dado em Lamego aos 2 dias do mês de setembro do ano de 1279, concedeu a Francisco Soares de Aragão e seus descendentes, primo consanguíneo e membro do séquito que viria a acompanhar para Portugal a futura rainha Santa Isabel, os domínios do dito (...) *Paço de Gominhães, com todas as honras e jurisdições destes reinos, graças, privilégios, isenções, prerrogativas, que os príncipes e infantes costumam gozar (...)*¹⁰³, o que constitui uma *Honra*, contraditando a sua política centralizadora conduzida à diminuição do excessivo poder da nobreza, mormente da de Entre Douro e Minho¹⁰⁴. Em termos latos, estas terras, por benefício da Honra, isto é, da autónoma e privilegiada autoridade administrativa e judicial concedida aos fidalgos do Paço de Gominhães, isentava os seus moradores do pagamento de tributos a outras autoridades, por se encontrarem sob a sua alçada protectora.

A corroboração para o texto de Júlio Damas, acima referido, e, também, para o seu lapso na citação¹⁰⁵, encontram-se no trabalho centrado na história do paço e da sua linhagem, desenvolvido por Maria Isabel Moraes¹⁰⁶. Segundo a autora, existe no cartório do Paço de Gominhães um documento escrito no

¹⁰¹ GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - *Vimaranis Monumenta Histórica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Guimarães: Senado Vimaranense, Sociedade Martins Sarmento, 1931, Doc. CCLXXIX, p. 349.

¹⁰² Idem, Doc. CCLIX, p. 233.

¹⁰³ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.28.

¹⁰⁴ Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 92-95

¹⁰⁵ Júlio Damas, certamente por descuido, cita uma fonte inexistente, atribuindo-a a Pinho Leal-*Portugal Antigo e Moderno*, p. 1157 e ss.

¹⁰⁶ Cf. MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Velhas Casas de Guimarães* (Vol.2). Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto. 2001, pp.833-910.

Porto em 14 de fevereiro de 1711, assinado pelo Escrivão do Juízo de Fora do Geral da Cidade do Porto, José Pinto Rosa. É um traslado de um pergaminho onde Francisco Soares apresenta a D. João III (1521-1557) carta da sua nobreza e fidalguia, confirmada em Évora, a 2 de março de 1534. Dessa carta consta o alvará de D. Dinis (já referido por Júlio Damas), que, pelas patenteadas incongruências cronológicas referentes a factos coetâneos, será de considerar como apócrifo¹⁰⁷, não invalidando, contudo, a existência deste Paço e da sua Honra no decorrer dos séculos.

2.4.4.1 O efémero concelho de Vizela no século XIV

A formação do primeiro concelho de Vizela iniciou-se quando, por carta de 24 de maio de 1361 (Era de 1399), dada no decorrer das Cortes de Elvas, D. Pedro I (1357-1367) concedeu por doação e mercê ao Infante D. João, seu filho e da malograda D. Inês de Castro (com quem, em 1360, jurou ter casado) e a todos os legítimos sucessores, várias terras, entre as quais as de *Riba de Vizella*, com reserva da *correição maior da justiça* para a coroa. A citação de curtos trechos desse diploma mostra essa doação:

“ (...) dom Pedro pella graça de deus Rey de Portugal e do alagarve. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos a rrequerimento do iffante nosso filho primeiro e herdeiro veendo e consirando como o iffante dom joham nossso filho he tal de que nos e ao dicto iffante dom Fernando pode sempre recrecer serujço e aa nossa terra defendimento e enparamento quando comprir (...)

(...) damos e doamos e outorgamos per titullo de doçam antre os ujuos ao iffante dom joham sobredicto e a todos seus sucessores de linha lidima per nacença descendentes a villa de porto de moos...de Riba de uzzella...com todos os seus termos e aldeãs e terras rotas e por romper senhorios jurdições assy ciuees como crimjnãaes djreitos reãaes rendas e todolos outos seus dijreitos e perteeenças quaãesquer que a nos nas dictads villas terras e lugares perteence e perteencer pode em qulquer guisa (...)

(...) E em testemunho desto mandamos ende seer feicta esta carta e seelar do nosso seello do chumbo Dante em eluas hu emtom faziamos cortes xxiiij dias de mayo el rrey o mandou Gonçalo periz a fez era de mjl iijc IRbiiij annos [1361]”¹⁰⁸

João Gomes de Oliveira Guimarães, o insigne Abade de Tágilde, o que melhor estudou o assunto, diz-nos que (...) *pelo menos as duas freguesias de S.*

¹⁰⁷ MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Velhas Casas de Guimarães* (Vol.2). Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto. 2001, p. 852.

¹⁰⁸ ANTT – *Chancellaria de D. Pedro. Livro I, fl 86.*

*Miguel e S. João das Caldas e a de Infias, formou na segunda época da monarchia portugueza um concelho ou julgado independente, com justiças privativas (...)*¹⁰⁹.

Pelo diploma dado em Torres Vedras, datado de 2 de outubro de 1367, o seu donatário, o Infante D. João, confirma esta independência quando, em torno do conflito de interesses que opunha o poderoso mosteiro de Roriz e seu couto ao concelho das Caldas de Riba Vizela, por invocar privilégios de isenção do pagamento de tributos, ditou a seguinte provisão de que se cita este trecho da cópia destinada ao dito mosteiro:

*“ (...) he contjudo em seos priuilegios e cartas de sentenças que disem sobrello teem que fforam dadas por El-Rey Dom Pedro que Deos perdoe e per Joham Pires seu C[ontad]or em essa comarca e que ora o concelho das Caldas de Riba de Vizella que he em essa minha terra em cujo termho ora ssom que as nom querem guardar as ditas sentenças e priuilegios e lhes vom contra elas costragendoos que pagem sem mais encarregos do que nas ditas sentenças e priuilegios he contjudo(...). Dante em torres uedras dous dias de Outubro o Iffante o mandou per Affonso Lourenço seu contador a que o el mandou desembargar Joham Steuez o ffez Era de mjll e quatro centos e cjnquo anos [1367]”*¹¹⁰

O último documento em que o infante D. João se apresenta como donatário das terras das Caldas de Riba Vizela refere-se, segundo o Abade de Tágilde¹¹¹, a uma sentença sobre obrigações dos moradores do Couto de Moreira, em 11 de agosto de 1378 de que extrai parte:

*Era de mil quatrocentos e dezaseis onze dias dagosto em concelho em São Joanne perante João do Valle juiz do julgado da terra das Caldas pelo iffante D. João (...)*¹¹².

A partir desta data até à perda da sua autonomia, em 1408, as terras das Caldas de Riba Vizela conheceram mais três senhores donatários a quem a coroa quis recompensar - Afonso Lourenço; Payo Sorredeia; D. Frei Álvaro Gonçalves Camello.

Para fundamentação da extinção deste concelho aponta-se o desejo de D. João I querer terminar com os seculares conflitos entre os vários poderes,

¹⁰⁹ “Caldas de Vizela. Notas Históricas” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, p.71. (Disponível em. www.csarmiento.uminho.pt)

¹¹⁰ Cf. Cartório da Universidade de Coimbra, gaveta7ª, maço, 1º; n.º. 20; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - *Vimaranis Monumenta Historica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Guimarães: Senado Vimaranense, Sociedade Martins Sarmiento, 1931, pp. 410-411

¹¹¹ “Caldas de Vizela. Notas Históricas” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, p.74.

¹¹² Arq. da Colegiada de Guimarães, Livro II dos Privilégios, fl.139.

mormente entre o Convento de Roriz e a Colegiada de Guimarães¹¹³, não estranhando a doação final das terras das Caldas de Riba Vizela a um prior. De qualquer maneira, este final, do que parece não restar dúvidas, correu intimamente marcado pela governação de D. Fernando (1367-1383), pela subsequente crise de 1383-1385 e, até, em contexto de alianças político-militares, pela evolução dos períodos 2.º (1364-1380) e 3.º (1380-1422) da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), bastando atentar que foi em Tágilde, a 10 de Julho de 1372, que se celebrou o tratado de aliança entre Portugal e Inglaterra.

Quando o Infante D. João caiu na cilada perpetrada pela cunhada, D. Leonor Telles, que o levou em 1379 a assassinar a esposa, D. Maria Telles, na presunção de adultério, ficou apressado o seu exílio na corte castelhana e, depois, o seu apoio a Henrique II (1369-1379) e a D. João I de Castela (1379-1390), nas disputas políticas e militares travadas contra o irmão, D. Fernando¹¹⁴. Seguiu-se a acusação de traidor, o confisco e reversão para a coroa de todas as terras que detinha, entre os quais as de Caldas de Riba Vizela¹¹⁵, até à sua morte, em 1397. Após a morte de D. Fernando, D. João I de Castela ordenou-lhe a prisão, em Almonacid, aquando do início da guerra travada com D. João I de Portugal (1385-1433) pela posse do trono português, do qual ele era, também, reputado candidato¹¹⁶.

Foi neste âmbito que o monarca português utilizou estas terras para recompensar o auxílio e os serviços prestados pelos seus seguidores e partidários na consolidação do seu trono:

- a Afonso Lourenço, por ter aberto às suas forças as portas da vila de Guimarães, até então fiel a Castela, por carta régia, dada em Guimarães, em 8 de maio de 1385, fez-lhe mercê das *rendas e direitos das terras de Caldas de Vizela de jus e herdade para todo o sempre para ele e seus descendentes*¹¹⁷;

¹¹³ PINTO, Ricardo Santos - *Vizela – 600 anos de História*. Penafiel: Netbe, 1998, pp.22-23.

¹¹⁴ SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal* (Vol. III). Porto: Figueirinhas, 1992, p.379.

¹¹⁵ “*Caldas de Vizela. Notas Históricas*” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, p.75.

¹¹⁶ SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal* (Vol. III). Porto: Figueirinhas, 1992, pp.379-380

¹¹⁷ ANTT, Chancelaria de D. João I, Livro I, fl.103; “*Caldas de Vizela. Notas Históricas*” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, pp.75-76.

- a Payo Sorredeia, ou Payo Soredea (tornado vassalo), por ter assinado, na qualidade de governador, a capitulação da cidade galega de Tuy, por carta régia de 10 de outubro de 1389, dada nessa cidade, conferiu-lhe as terras doadas a Afonso Lourenço, com todas *as rendas, foros, tributos, jurisdição cível e criminal, com reserva para a coroa da correição e alçadas*¹¹⁸. A vassalagem foi transitória, porquanto voltou a trair, encontrando-se de novo e na mesma dignidade ao serviço do Castela no decorrer do segundo cerco à cidade, nesse mesmo ano¹¹⁹;

- em 26 de janeiro de 1403, por carta de mercê, dada em Santarém, concedeu a D. Frei Álvaro Gonçalves Camello, prior do hospital, marechal do reino, meirinho-mor de Entre Douro e Minho, *atta que aja outra dinidade de que se ell contente, a villa de Guimarães, com toda a sua jurisdição, mero e mixto império, e muitas outras terras n'ella declaradas*, incluindo as das Caldas de Riba Vizela¹²⁰.

Volvidos cinco anos, em 3 de fevereiro de 1408, por carta régia dada em Santarém, a terra das Caldas de Riba Vizela que havia sido doada a D. Frei Álvaro Camello retornou com a sua jurisdição para o concelho de Guimarães¹²¹, onde se manteve até 19 de março de 1998.

Em contextos de Diplomática, a análise interna e sucessiva desses diplomas, efetuada pelo ilustre Abade de Tágilde, revela que os contínuos donatários usufruíram da ininterrupta cedência da terra, rendas e jurisdições outorgadas ao infante D. João, pelo que as terras de Caldas de Riba Vizela estiveram independentes do concelho de Guimarães quase meio século¹²², aspeto deveras argumentativo para a consolidação da ideia fundamentada de uma raiz histórica legitimadora da formação do concelho de Vizela.

Contudo, em 1983, num curto trabalho, produzido, como parece, em contextos de nebulosa oposição política à criação do município de Vizela, o seu autor procura desmentir a tese da existência deste efémero concelho fundado em dois argumentos: na inexistência de um pelourinho, visto como símbolo

¹¹⁸ ANTT, Chancelaria de D. João I, Livro I, fl.39v; GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *Caldas de Vizela. Notas Históricas*. In – *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, p.76.

¹¹⁹ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam ... Vizela*: [ed. aut.], 1965, p.25.

¹²⁰ “*Caldas de Vizela. Notas Históricas*” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, pp.77-78.

¹²¹ ANTT, Chancelaria de D. João I, Livro III, fl.83; “*Caldas de Vizela. Notas Históricas*” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, p.77.

¹²² “*Caldas de Vizela. Notas Históricas*” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, p.77.

representativo do poder administrativo e jurisdicional; e na arrumação das terras de Riba Vizela apenas nas colinas mais elevadas e distantes da margem esquerda do rio Vizela, ou seja, numa teoria que pretende induzir na negação/diminuição, à escala regional, do ascendente centralizador das Caldas de Riba Vizela a um espaço alargado ao seu vale¹²³.

2.4.5 Vizela nas *Memórias Paroquiais de 1758* e no *Inquérito Paroquial de 1842*

A assunção pelo governo pombalino do grande *Inquérito Paroquial de 1758* destinava-se à recolha de uma enorme massa de informes que lhe interessaria. Foi este inquérito geral, remetido a todas as paróquias do reino, formado por 27 itens, que permitiu a redação das *Memórias Paroquiais de 1758*¹²⁴. Estas permitem conhecer, reconstruir e descrever as terras e as gentes do país e seus territórios no âmbito de algumas ciências atuais, como a Geografia, a Demografia, a Antropologia ou à Sociologia.

O *Inquérito paroquial de 1842*, composto por 17 itens de âmbito «histórico/geográfico», foi uma iniciativa do município vimaranense, a que responderam 80 das suas 88 paróquias. À semelhança do grande *inquérito paroquial de 1758*, abordava múltiplas disciplinas, como História, Geografia, Zoologia, Fitologia ou Mineralogia. Propiciou relevantes informações descritivas de cada uma das suas paróquias, com maior ou menor pormenorização em função da cultura e empenho dos respetivos párocos¹²⁵.

A junção das informações prestadas nas *Memórias Paroquiais de 1758*¹²⁶ e no *Inquérito Paroquial de 1842*¹²⁷, permitiria, comparativamente, medir a evolução e reconstruir parte da história do “*Território de Vizela*”, no espaço de algumas ciências, como a Geografia, a Demografia ou a História. Todavia, limitar-se-á à povoação de Vizela que, no decorrer desses 84 anos,

¹²³ Cf. OLIVEIRA, Manuel Alves de – *O «Concelho» de Riba de Vizela e a crise nacional dos fins do século XIV*. Guimarães: Separata do «Boletim de Trabalhos Históricos», Vol. XXXIV, 1983.

¹²⁴ CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003; pp. 15-16.

¹²⁵ “*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: *Sociedade Martins Sarmiento - Revista de Guimarães*, nº. 108, 1998, pp. 15-16

¹²⁶ CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003; pp. 324-328.

¹²⁷ “*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: *Sociedade Martins Sarmiento - Revista de Guimarães*, nº. 108, 1998, pp. 151-176.

possibilitará o cotejar de alguns aspetos parcelares relacionados com o seu desenvolvimento e atividades económicas. Não se tratará exaustivamente estas fontes, mas enquanto nos ilustram dados que permitem uma imagem rápida da localização de paróquias e do significado funcional de alguns números.

Pela divisão civil e eclesiástica, ambas as freguesias transitaram para o ano de 1842 agregadas, respetivamente, ao concelho de Guimarães e à diocese de Braga.

A igreja de São João Baptista, em 1758, constituía-se de apenas uma só nave, e o passal ficava-lhe próximo. A igreja, segundo o seu pároco, João Vellozo da Praça, tem *tradição entre os moradores de ter estado antigamente no sítio do Calvário no centro da freguesia*¹²⁸, revelando que transitou da margem esquerda para a direita do Vizela, bem nos limites da parte Norte, muito próxima da igreja de São Miguel das Caldas. Em julho de 1842, o então abade, Francisco de Araújo, afirmava ser a igreja suficiente para a população da freguesia no tempo de Inverno, mas pequena no Verão, em tempo dos banhos, e acanhada para as funções do culto divino. Pensa que (...) *antes de ser mudada não teria este nome, mas sim o de S. João de Gominhães, segundo a pouca e indiferente tradição, que ainda achei no ano de 1797, em que entrei na posse dela, bem como de ter sido mudada do meio da freguesia, e do lugar do Monte das Cruzes*¹²⁹, ou sítio do Calvário.

Segundo o abade António Álvares, em 1758, a igreja de São Miguel das Caldas encontrava-se edificada no centro da freguesia, e era de *grandeza ordinária* conforme a declaração do seu abade¹³⁰, Miguel Joaquim de Sá, em 1842. Ambos os abades afirmam que a coeva igreja foi fundada nesse local (...) *para comodidade dos povos, pois há mais de 300 anos, é mudada do sítio de S. Simão, onde há vestígios de ali ter existido a antiga, pois o tombo desta igreja foi feito no ano de 1550, e dele consta pagarem os proprietários de Montesinhos um foro a esta*

¹²⁸ CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003; p. 325.

¹²⁹ “*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: *Sociedade Martins Sarmiento - Revista de Guimarães*, nº. 108, 1998, p. 156.

¹³⁰ *Idem*, p. 170.

igreja, pela terra de S. Simão (...) ¹³¹, onde há vestígios da antiga igreja ali ter existido, no denominado *Penedo de Santinhos*.

Do ponto de vista da ocupação populacional, na povoação, em 1758, residiam 829 pessoas baptizadas, distribuídas por 266 fogos ¹³². Em 1841, através dos *Mapas Estatísticos* produzidos pelos abades, verifica-se na paróquia miguelista a existência de 903 almas e 260 fogos. Na paróquia joanina a informação do seu abade apenas nos dá conta da existência de 124 casados e viúvos e a ocorrência de 18 nascimentos. O número de fogos é de 146 ¹³³.

Evidencia-se, deste modo, que a população aumentou. Para além da economia ligada aos negócios agro-pecuários (tecelagem de linho e gado), as causas são atribuídas pelo pároco de São Miguel (...) *as fábricas e as Caldas que deixam meios de subsistência* e para o de São João deve-se a que (...) *entrando muitos na freguesia dificultosamente, saem dela, talvez com a mira nos interesses, lucro e lambugens em tempos de banhos*, aludindo ainda a que o rio Vizela permitiria novas fábricas de papel e moagem ¹³⁴. O uso da água seria outro em 1758, dadas as referências às levadas do Pisão, das Azenhas Novas, e das Azenhas ao longo das suas margens e no seu interior funcionavam trinta rodas de moagem e dois pisões para pisar panos grosseiros para vestuário ¹³⁵, mas evidencia a centralidade da água e da sua economia para a identificação das atividades centrais que poderão ser alvo de intervenções e discussões nos tempos seguintes, como se verá mais à frente.

¹³¹ "Inquérito Paroquial de 1842". Guimarães: Sociedade Martins Sarmento - Revista de Guimarães, nº. 108, 1998, p. 170; CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003, p.327.

¹³² Cf. CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003; pp. 326-327.

¹³³ "Inquérito Paroquial de 1842". Guimarães: Sociedade Martins Sarmento - Revista de Guimarães, nº. 108, 1998, anexos.

¹³⁴ Idem, pp.155 e 169

¹³⁵ CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003; pp. 325.

3. Progresso e Desenvolvimento

O *Progresso*, intimamente ligado aos ideais positivistas do século XIX, poder-se-á caracterizar pelo aumento progressivo da civilização e das instituições político-sociais, tendentes a propiciar à humanidade mais felicidade, perfeição e bem-estar, tendo como principal factor a evolução da ciência. A conjugação deste ideal de progresso com o fervor político de melhoramentos materiais, determinou o acelerar na planificação, construção e melhoramento dos meios de comunicação, terrestres e marítimos, como brevemente indicamos na introdução. Não iremos desenvolver o que, concetualmente, se discutia, escrevia e executava, sabendo-se que esta orientação era constante no contexto definido na introdução.

Segundo Mário Fernandes, a execução de obras públicas, inerentes à criação e melhoria das acessibilidades terrestres, (...) *colocaram problemas nas ligações ou nas travessias das cidades, mas serviram de exemplo e fizeram sentir os seus benefícios*¹³⁶. Com efeito, irmanados neste ímpeto de progresso e melhoramentos, as vereações municipais consciencializaram-se da importância do papel da planificação no desenvolvimento urbano, recorrendo, de forma crescente, aos pareceres e aos projetos dos corpos técnicos governamentais¹³⁷, e dos que, entretanto, foram criando no interior da esfera do poder municipal.

As elites intelectuais e políticas locais, esprevidadas pelos contributos dos melhoramentos ministeriais e pressionadas pela perceção do estado de insalubridade das suas cidades e vilas, exigiram iniciativas de projetos municipais e a contração de empréstimos para financiamento de obra que criasse e reformasse os seus centros urbanos, rumo à expansão¹³⁸.

Neste cenário, ir-se-á encontrar a povoação de Vizela e a sua elite conscientes da crescente valorização e importância das suas valências? Poder-se-á colocar esta questão numa altura em que Vizela não se constituía concelho? Poder-se-á encontrar indicadores de vontades de afirmação territorial a partir da reivindicação de projetos junto da câmara de Guimarães

¹³⁶ FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.99.

¹³⁷ Idem - Ibidem, pp.99-100.

¹³⁸ Idem - Ibidem, pp.99-100.

que contribuíssem, também, para a transformação e desenvolvimento do seu núcleo urbano?

De momento, iremos averiguar se, estimulada pelos contributos das obras governamentais e contagiada pela atmosfera do progresso – os fatores exógenos - existiu uma reivindicação e implementação de planos de fomento e obras de transformação da povoação – os fatores endógenos - a título oficial ou particular, a nível individual ou coletivo. Este desejo parece encontrar-se bem patente nas múltiplas, ideias, projetos, petições, reclamações, alvarás e licenças, registadas nas *Actas de Vereação* do município vimaranense. Resta saber a sua receptividade no âmbito dos planos municipais destinados a obras gerais e de raiz na povoação e em que medida serviram de gérmen a uma vontade de separação territorial, na expectativa de uma mais fácil concretização.

3.1 As Infra-Estruturas de Comunicação

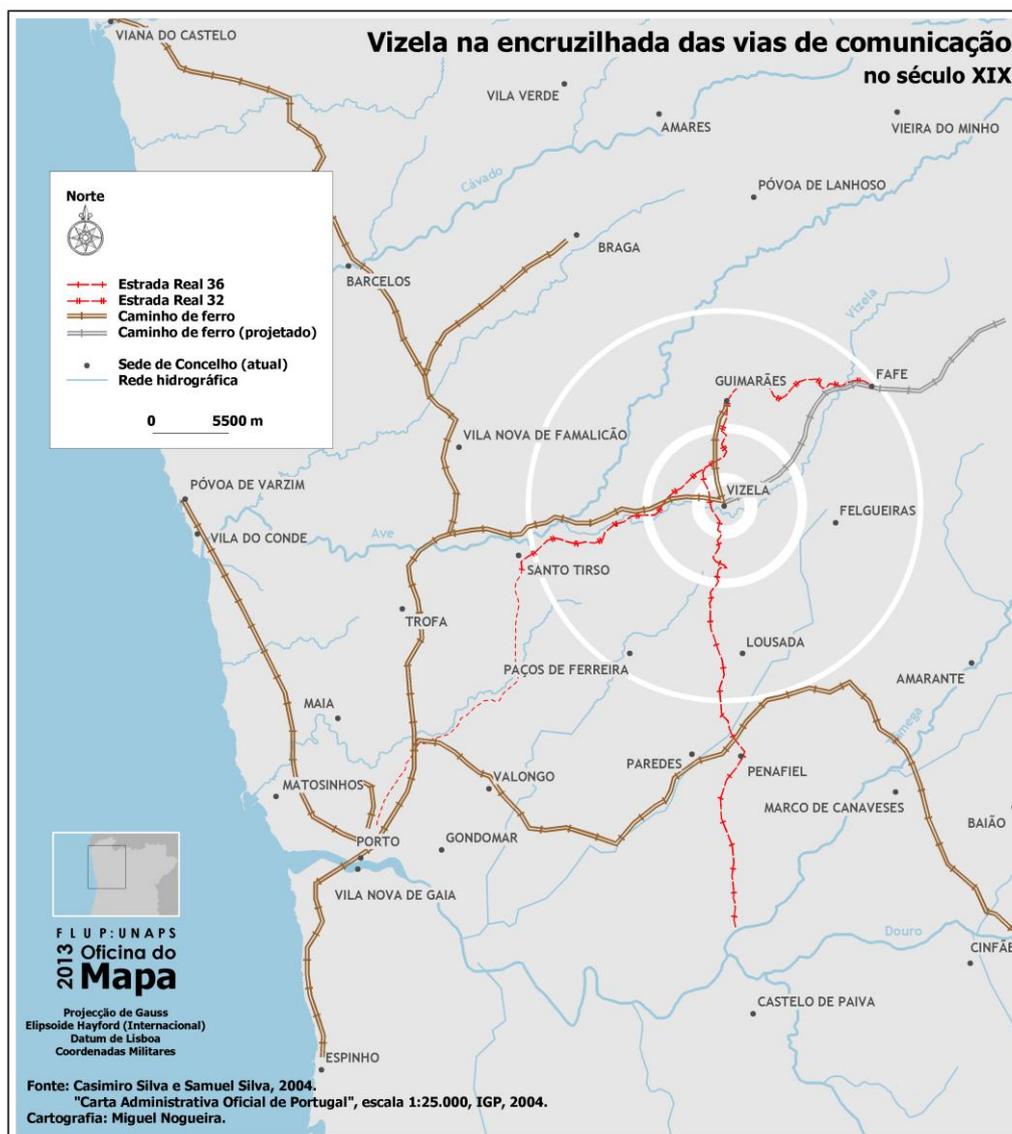
A contínua revolução técnica e a profunda utilização de novas energias propiciaram o desejo de mais e melhores estradas, pontes, caminhos-de-ferro e telégrafo elétrico, modificando a terra. Como se escreveu na introdução, em Portugal, a partir de 1852, as vias de comunicações terrestres, implementadas pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria ou sob sua supervisão, para além da melhoria das acessibilidades e da facilidade de acessos de pessoas e bens, do aumento das trocas comerciais e da rápida circulação de ideias, terão, eventualmente, transformado a paisagem, situação que se procurará averiguar a propósito da eventual transformação urbana da povoação de Vizela.

3.1.1 A estrada real n.º 36

Esta estrada real (atual EN 106), parte integrante da moderna rede de estradas nacionais macadamizadas de primeira ordem, constituiu-se num eixo de maior importância na ligação dos principais centros urbanos do Norte, vindo a garantir a fluidez da circulação, factor determinante quando o automóvel

ganhou progressivo protagonismo nas comunicações viárias, a partir dos inícios do século XX¹³⁹.

Mapa 4. Vizela na encruzilhada das vias de comunicação no século XIX



No domínio das obras públicas, a sua concretização decorreu e ficou marcada pelo período que decorre da promulgação da lei de 15 de julho de 1862 até à sua substituição pelas leis de 1887/89¹⁴⁰, tendo sido aberta ao serviço público no início da década de setenta. Ligava Guimarães a Entre-os-Rios e vinha conectada com o troço da estrada real n.º 32 (atual EN 105), em

¹³⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Estratégias*. In - *Das Estradas Reaes às Estradas Nacionais* (2º Vol.). Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002, pp.23-24.

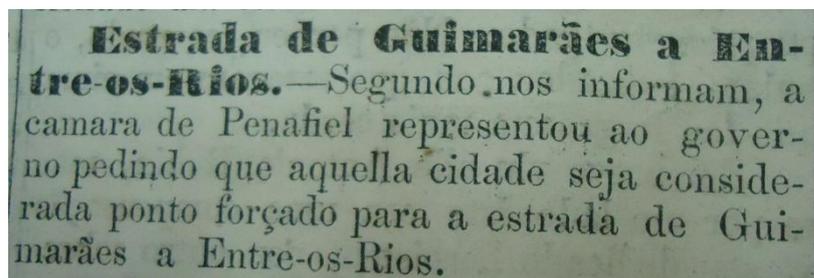
¹⁴⁰ FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.79.

direção à cidade do Porto com passagem por Santo Tirso, bifurcando independente em Rouce¹⁴¹, no sentido Noroeste - Sudoeste, com passagem por Vizela, Lousada e Penafiel.

Para além de se ter constituído no eixo principal de todos os movimentos gerados pela própria dinâmica da povoação e do seu vale,¹⁴² ou de simples atravessamentos inter-regionais, irá influenciar a modernidade e a prosperidade futura da povoação, ao possibilitar a articulação transversal, a nascente e a poente, de novas ou reformadas artérias, que irão constituir uma rede urbana bem pronunciada e acelerar o surto da expansão habitacional, vindo a arquitetar um novo núcleo central. Constitui-se, também, no despertar municipal para com as suas obrigações referentes aos espaços de circulação da povoação.

A percepção da importância desta estrada, como fator de desenvolvimento regional, fica bem anunciada pela exposição endereçada ao governo pelo município penafidelense, reclamando a sua necessária passagem

Foto 5. Petição da Câmara Municipal de Penafiel



Fonte. “O Commercio do Porto”, n.º 160 – ano de 1869.

pela cidade, em conformidade com a notícia publicada pelo “O Commercio do Porto” em 11 de novembro de 1869.

3.1.2 A ponte D. Luís I

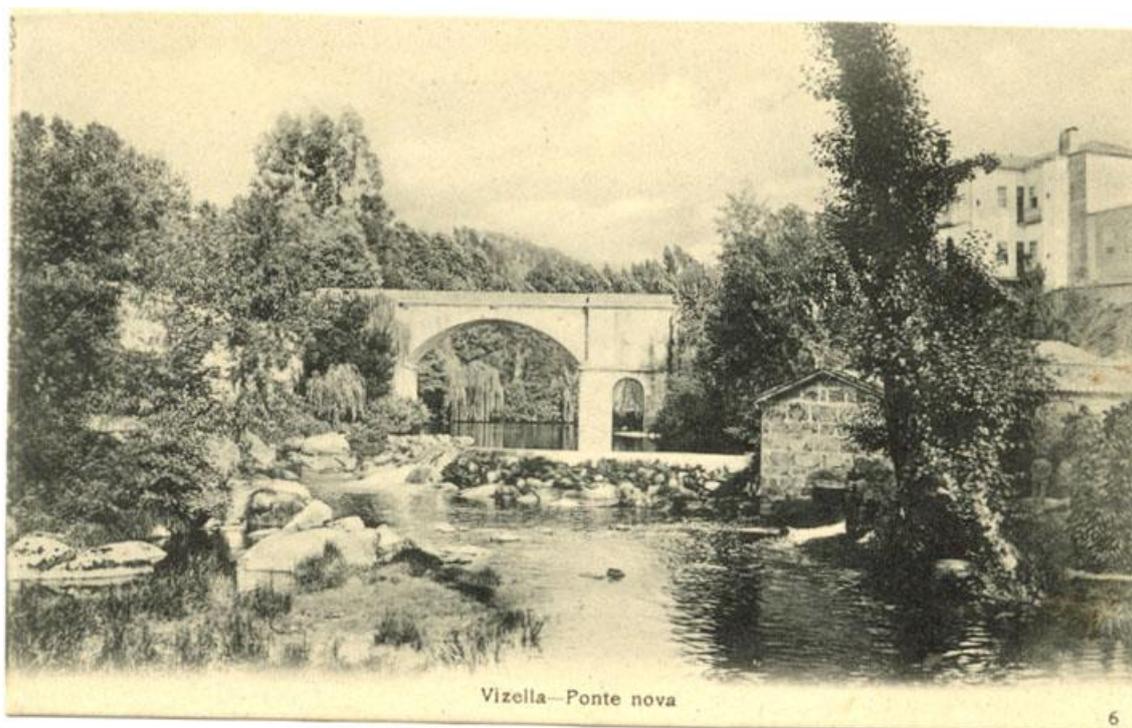
A Ponte de D. Luís I (1861-1889), vulgarmente denominada por Ponte Nova para se distinguir da vetusta e estreita ponte romana, constituiu-se como peça-chave na transposição rápida e segura do rio Vizela. Para além de ter permitido a aproximação dos habitantes das duas margens, a sua localização

¹⁴¹CALDAS, (Pe) António José Ferreira – Guimarães: Apontamentos para a sua história. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães - Sociedade Martins Sarmento, 1996, pp.140-142.

¹⁴² “Plano Geral de Urbanização de Vizela” – Carlos Prata; Henrique de Carvalho. Porto: Edições Afrontamento, Revista de estudos urbanos e regionais *Sociedade e Território*, nº 260, 1986, p.48.

garantiu o traçado longitudinal da estrada real n.º 36 bem pelo interior do núcleo coevo da povoação e o mesmo prolongamento rumo a Penafiel.

Foto 6. Ponte Nova ou de D. Luís I (1910)



Fonte: Júlio César Ferreira

O seu projeto e construção estiveram sob a jurisdição do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, através da sua repartição de Obras Públicas e Minas. Edificou-se, em 1871, toda em alvenaria com revestimento de cantaria, com cerca de 16 metros de extensão, um arco central abatido¹⁴³, ladeado por dois arcos de pleno-cintro, de vão muito curto, que rasgam as paredes dos seus contrafortes, revelando a sua arquitetura o abandono do sistema misto, de ferro e pedra, muito característico da primeira metade do século¹⁴⁴.

3.1.3 A linha férrea de Bougado a Guimarães

Em 31 de dezembro de 1883, efetivou-se a ligação de Vizela à emergente estrutura ferroviária nacional, fundamental para o seu desenvolvimento e na sua afirmação em contexto da economia regional,

¹⁴³ Cf. *Concelho de Vizela* - <http://www.cm-vizela.pt>

¹⁴⁴ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.72.

servindo uma população em crescimento (como se viu no ponto 1.3 *Algumas Realidades Demográficas*), e diminuindo a sua dependência da estrada real n.º 36.

A ligação do caminho-de-ferro de Bougado a Guimarães, em bitola métrica (1m. de largura entre carris), concretizada em 6 de março de 1884, e do seu prolongamento até Fafe, em 21 de julho de 1907, deve-se aos esforços da *Companhia do Caminho-de-Ferro de Guimarães*, sociedade privada dominada por António de Moura Soares Velloso¹⁴⁵, a quem o governo concessionou, também, a exploração da linha¹⁴⁶, onde entronca, em regime de serviço combinado, na estação da Trofa da linha do Minho¹⁴⁷, em via larga (1,67 m. de largura entre carris), que liga o Porto a Braga e Viana do Castelo, conforme mostra o mapa 4.

Como se irá ver, pelas vicissitudes que antecederam a concretização deste sonho há muito almejado, não espanta a publicação da notícia do correspondente do “*O Commercio do Porto*”, com subscrição de 1 de janeiro de 1885, onde descreve que, desde ontem, (...) *grupos de alegres rapazes e raparigas dirigem-se á gare da estação do caminho de ferro, onde todos, á porfia, levantam mastros com bandeiras, cruzam a linha com collares de galhardetes, erigem um elegante arco engrinaldado de folhas de louro, n’uma palavra, preparam uma recepção condigna ao poderoso Instrumento do Progresso, que a benemérita Companhia do Caminho de Ferro de Guimarães conseguiu brilhantemente realizar (...)*¹⁴⁸, vestindo Vizela de gala para a receção da chegada do 1º comboio oficial do troço Bougado a Vizela, da linha de Guimarães, que ocorreu às 10 horas, no meio de indescritível alegria da multidão que o aguardava¹⁴⁹.

Dependente das decisões técnicas e políticas, muitas vezes tomadas mais por interesses privados e de conveniências políticas do que das necessidades das populações, Vizela viveu 16 anos de espera e de angústia, sempre receosa que as locomotivas a vapor nunca chegassem às suas caldas,

¹⁴⁵ FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.161.

¹⁴⁶ SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004, p.94.

¹⁴⁷ Idem, p.136

¹⁴⁸ “*O Commercio do Porto*” - ano de 1884, n.º5

¹⁴⁹ SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004, p.139.

conforme deixa entender o causídico e poeta vizelense, Bráulio Caldas, no artigo publicado na edição do jornal “*O Commercio de Guimarães*” de 4 de janeiro de 1885, a pretexto da comemoração do primeiro aniversário do dia festivo da entrada sibilante do comboio em Vizela¹⁵⁰.

Primeiro, assistiu à guerra política e diplomática, entre as cidades rivais de Braga e Guimarães, pela ligação por comboio, aspeto que se deverá vincar, desde já, como arena de tensões que poderá vir a favorecer as pretensões de Vizela, com especial destaque por uma linha ferroviária que terminasse na sua cidade. Assim, noticiava “*O Partido Liberal*”, de 27 de maio de 1866, que sustentava traçados diferentes (...) *para a linha férrea do Minho, e são o primeiro de Penafiel por Guimarães e Braga, segundo do Porto por Santo Thyrso, Guimarães e Braga (...)*¹⁵¹, defendendo os bracarenses que o traçado ferroviário entre o Porto e Braga deveria ser o mais rápido e directo possível. Esta disputa só terminou quando o ministro das Obras Públicas, André Corvo, pressionado pela sociedade e pela oposição vimaranense, em julho de 1867, decretou a imediata construção da via férrea do Minho¹⁵², vindo o ramal de Nine a Braga a ser aberto à exploração em 20 de maio de 1875¹⁵³.

Presenciou, depois, o perpassar das graves dificuldades financeiras das companhias concessionadas para a construção da linha de Bougado a Guimarães. A primeira concessão foi atribuída a Simão Gattai, em julho de 1871, que, mesmo depois de profundas alterações ao projeto inicial, não iniciou a obra que previa, em dezembro de 1872, a ligação de Bougado a Guimarães, com um ramal a ligar Vizela a Chaves por Fafe e Ribeira de Pena¹⁵⁴, cursando ribeirinho os rios Vizela e Tâmega. Em outubro de 1874, transitou, por trespasse, a concessão para a companhia *Minho District Railway Company, limited*, sediada em Londres, que, por falência, apenas construiu um pequeno troço de Bougado a Santo Tirso, em via larga¹⁵⁵, vindo a assumir a *Companhia*

¹⁵⁰ “*O Comércio de Guimarães*” – edição de 4 de Janeiro de 1885; SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004, pp.139-140.

¹⁵¹ GOMES, Joaquim da Silva – *Braga e os Caminhos de Ferro*. Braga: Ed a, 2002, p.34

¹⁵² GOMES, Joaquim da Silva – *Braga e os Caminhos de Ferro*. Braga: Ed a, 2002, p.36.

¹⁵³ SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004, p.63.

¹⁵⁴ SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004, pp.126 e 191.

¹⁵⁵ Idem - *Ibidem*, pp.128-129.

do Caminho-de-Ferro de Guimarães, por autorização governamental de 8 de maio de 1879, a sua conclusão em via métrica¹⁵⁶.

De notar que esta linha, ao infletir em Vizela o traçado de nascente/poente para sul/norte rumo a Guimarães, na sequência do abandono do anteprojecto do ramal para Fafe, resguardou a povoação dos prováveis malefícios do seu atravessamento, e a sua estação de 2.^a classe, edificada junto à estrada real n. 36, bem no topo noroeste da povoação, muito próxima do seu centro urbano e do novo e sumptuoso balneário termal¹⁵⁷, apenas exigiu a construção de um pequeno largo, denominado de *largo da Estação*.

Estas razões, obviamente associadas a outras, ajudarão a explicar a afluência das populações por este novo meio de transporte e, conforme mostra o quadro 5, a importância da sua estação no volume de passageiros transportados, que regista um movimento muito próximo do inscrito pela sede do concelho e bastante destacado do averbado pelo estação tirsense, gerando assinalável impacto no rendimento da sua exploração. De realçar, acerca deste

Quadro 5. Companhia do Caminho de Ferro de Guimarães
Número de Passageiros Transportados

Estação	Classe	Quinquénio 1886-1890
Guimarães	1. ^a	174 985
Vizela	2. ^a	155 645
Santo Tirso	2. ^a	81 901

Fonte. Própria. Adaptada de: PINTO, 1998, p. 89.

assunto, a significava asserção de que as termas das Caldas das *Taipas (...)* *hãode influir tão notavelmente no movimento desta linha, como as de Vizela têm influído na linha de Bougado*, expressa pelo engenheiro Vasconcellos e Sá, em Dezembro de 1907, na sua *Memória sobre o rendimento provável da linha férrea de Braga a Guimarães*¹⁵⁸, e de outras linhas em estudo.

¹⁵⁶ SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004, p.132.

¹⁵⁷ Cf. Mapa 4.

¹⁵⁸ SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004, p.123.

3.1.4 O telégrafo

No início do século XX, havia telégrafo em todos os concelhos do Continente e Ilhas adjacentes e em muitos povoados abaixo da escala concelhia¹⁵⁹, entre eles, desde 1878, a povoação de Vizela.

Provavelmente, poderia ter usufruído deste benéfico serviço mais cedo. Com efeito, o governo, através do *Inspector Geral dos Telegraphos*, comunicou à Câmara de Guimarães o desejo (...) *de estabelecer nas Caldas de Vizella uma estação telegraphica, e desejava outro sim saber se a Camara concorria para este melhoramento com os postes em numero de 130, com a despeza dos carretos e com a casa para a estação*¹⁶⁰, respondendo-lhe a câmara, onde pontificava o edil vizelense, António José Ferreira Caldas¹⁶¹, ter deliberado, em sessão de 22 de julho de 1875, que (...) *estava pronta a concorrer com a quantia de 100\$000 reis, por uma só vez, para os postes e carretos, mas que não póde assumir ao fornecimento de casa para estação por ser um encargo permanente (...)*¹⁶² que os réditos do município não podiam comportar.

Deste modo, *o telegrapho inaugurou-se a 20 de Junho de 1878, mas trabalha unicamente de Maio a Outubro*, contando a estação telégrafo-postal de Vizela com um diretor e um distribuidor que na época termal efetuava duas distribuições por dia¹⁶³. Sublinhe-se, tal como no ponto anterior, o argumento das termas como força aglutinadora de equipamentos e serviços que justificarão o esgrimir de argumentos.

3.2 Transformações Urbanas

As infra-estruturas atrás descritas tiveram, certamente, reflexos na transformação do território. O que se procurará ver é como a execução destas estruturas ajudaram no gerar do crescimento da povoação de Vizela, na

¹⁵⁹ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.167

¹⁶⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-961 – *Actas de Vereação* - (1874-1876), fl.96-v. Cota: 10-10-6-7

¹⁶¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873-1874), fls. 92-93. Cota: 10-10-6-6

¹⁶² AMAP - PT-MGMR/UF2010-961 – *Actas de Vereação* - (1874-1876), fl.96-v. Cota: 10-10-6-7

¹⁶³ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, Corográfico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Biográfico e Etimológico de Todas as Cidades e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p. 1931.

ampliação da mobilidade e acessibilidades, no surgir de novas estruturas económicas e sociais que virão a potenciar a sua afirmação como referência máxima no panorama termal nacional e europeu, eventualmente motores de uma afirmação territorial.

Poder-se-á recuar a 1725, quando, por pequena, a igreja românica da paróquia de S. João de Gominhães, se transferiu do lugar do Paço, para a rua de São João (atual Rua Joaquim Pinto), ou seja, da margem esquerda para a da direita do rio Vizela, aproximando-se as duas paróquias¹⁶⁴, conforme mostra o depoimento do seu abade nas *Memórias Paroquiais de 1758*¹⁶⁵, já atrás evocado.

Na transição para o século XIX Vizela seria um pequeno povoado disperso. Nas suas primeiras décadas, tendo em atenção a crescente afluência de enfermos na busca da cura pelas águas térmico-medicinais, os banhos da Lameira, constituídos por um núcleo de barracas de madeira e colmo, vão sendo substituídos por casas construídas em alvenaria, ditando a transformação dessa área e, com ela, preocupações com a manutenção de asseio e limpeza do povoado¹⁶⁶. A lenta transformação que se vinha operando altera-se, a partir da transição dos anos sessenta para os de setenta de Oitocentos até à primeira década de Novecentos, pela reunião de várias condições que propiciarão o seu ressurgimento. Esta evolução mostra-se no trabalho técnico dos arquitetos Arménio Losa, Carlos Prata e Henrique de Carvalho que, ao utilizar primordialmente as datas de construção inscritas nas fachadas dos prédios, permite, por análise comparativa, estabelecer classificações, datas de construção e a dedução do processo de crescimento urbano¹⁶⁷.

Este processo, com todas as consequências nos vários tipos de transformações verificados no decorrer de meio século, advém da reunião indissociável de dois despachos governamentais: O primeiro, oriundo do Ministério das Obras Públicas, determinou a construção da estrada real n. 36; o

¹⁶⁴ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam... Vizela*: [ed. aut., 1965, pp.33-4

¹⁶⁵ CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003; p. 325

¹⁶⁶ “*Plano Geral de Urbanização de Vizela*” – Carlos Prata; Henrique de Carvalho. Porto: Edições Afrontamento, Revista de estudos urbanos e regionais *Sociedade e Território*, nº 260, 1986, p.35.

¹⁶⁷ Idem, p.37.

segundo, regulado pela Portaria do Ministério do Reino de 11 de setembro de 1874, autorizou a CMG a celebrar contrato provisório da cedência da exploração das águas termais com a Companhia dos Banhos de Vizela (CBV)¹⁶⁸, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com um capital inicial de 100:000\$000 réis, constituído por 1 000 acções de 100\$000 réis cada¹⁶⁹.

De inegável importância foi a sessão municipal de Guimarães de 19 de novembro de 1873, presidida pelo dr. Avelino da Silva Guimarães, onde o representante da CBV, dr. Alberto da Cunha Sampaio, entregou o ofício com cópia dos estatutos (18 artigos) e uma proposta de contrato de cedência da exploração termal para apreciação municipal. Destes estatutos, para compreensão do que vieram a significar para o futuro de Vizela, faz-se transcrição do seu artigo primeiro:

“Art.º 1.º - São cedidos á Companhia dos Banhos de Vizella, sem limitação de tempo, salvo o disposto no art.º.11.º¹⁷⁰, todas as nascentes thermaes, nas freguezias de Sam João e Sam Miguel das Caldas, do concelho de Guimarães, districto de Braga, e bem assim todos os terrenos, pedreiras e prédios municipaes, que ficam a um raio de seis centos metros do meio da ponte nova para o norte do rio e a um raio de trezentos metros para o Sul do mesmo rio e que forem necessários para os estabelecimentos thermaes e dos acessórios, e mais todos os direitos e acções que a Illustrissima Camara tenha sobre os referidos bens. Igualmente são cedidos á mesma Companhia os productos que podiam ser extrahidos das aguas thermaes”
¹⁷¹

Deste modo, verifica-se o direito da CBV na audição prévia e de fiscalização de obras particulares no perímetro referido, com todas as consequências nas transformações urbanas operadas nessa área de privilégio, que se viria a constituir no núcleo central de Vizela.

Será, portanto, a partir da reunião destes fatores políticos que se compreenderá todo o processo de crescimento do núcleo central do burgo e, até, na génese da sua modernização ou da reivindicação de modernização,

¹⁶⁸ AMAP - PT-MGMR/UF 2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873 -1874), fls.193v-194. Cota: 10-10-6-6

¹⁶⁹ AMAP – *Fundo notarial*. Livro n.º 74, fsl.87-89 v. Cota: 2449.

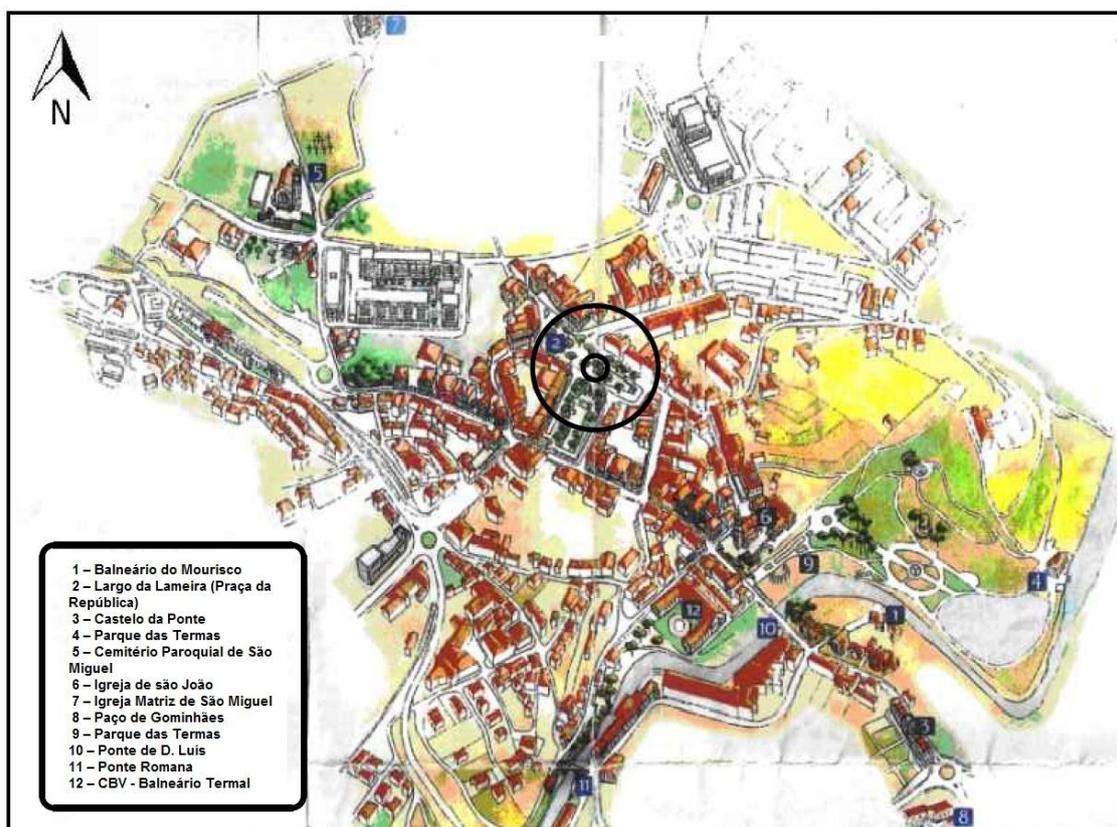
¹⁷⁰ Este artigo garantia o direito da CMG a indemnização caso a CBV não tivesse gasto, pelo menos, 110 contos de réis nos vinte anos posteriores à abertura do primeiro estabelecimento termal.

¹⁷¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873-1874), fls.62-69.Cota: 10-10-6-6

que se irá materializando intimamente ligada à estrada real e à constituição da CBV.

Esta vontade de crescimento e modernização, concretizar-se-á com conseqüências na imagem futura da localidade, resultantes da concretização da estrada real porque, como eixo central, possibilitou criar e hierarquizar as funções das novas vias transversais de circulação e fomentar a construção habitacional. Derivam, também, porque a execução pela CBV do projeto destinado a canalizar, em túnel, todas as nascentes de água sulfurosa dos banhos do largo da Lameira (atual praça da República) para o novo balneário termal, a que se associa o encanamento subterrâneo da ribeira da Portela, facultaram a renovação e expansão dessa área urbana.

Mapa 5. – Centro Histórico de Vizela



Fonte: Adaptação de: CMV - Mapa Turístico de Vizela. [O mapa original não tem escala nem orientação]

Com efeito, já sob a designação onomástica - Largo da Alameda - tornou-se em agente estruturante do tráfego interno. Livre das nascentes termais, reconverteu-se num espaço pedonal arborizado cerceado de ruas com

passeios, aonde vieram a confluir novos e renovados arruamentos, designadamente as ruas Joaquim Pinto, dr. Alfredo Pinto, Rua da Rainha, António Pereira da Silva e avenida Abade de Tágilde.

A isto junta-se ainda a construção pela mesma companhia dos novos equipamentos sociais, o Estabelecimento Balnear, e o Parque das Termas, aprovado em 18 de março de 1884¹⁷², localizados a montante e a jusante da Ponte Nova, que fizeram suster e harmonizar a expansão fixada a uma área restrita, delimitada, essencialmente, pelo largo da Estação e a rua do Mourisco, ou seja no círculo que tem por diâmetro o troço da estrada real, a Estrada Nova, que, depois, se designaria de rua dr. Abílio Torres.

3.2.1 Rede viária urbana

A moderna estrada real n.º 36, macadamizada e classificada de primeira ordem, facultou a criação de novos arruamentos, o melhoramento e a modernização de pavimentos dos espaços públicos já existentes, constituindo-se a rua dr. Abílio Torres, o seu principal troço urbano, no mais relevante eixo distribuidor e o garante da fluidez de circulação.

Relativamente aos espaços de circulação, de 1851 a 1868, não se encontrou uma única referência gravada em actas de vereação. A primeira surgiu em sessão de 19 de Agosto de 1868, onde, sob a presidência do Barão de Pombeiro de Riba Vizela, se deliberou *representar ao Governo contra as directrizes da estrada de Vizella, porque tolhe completamente o projecto do estabelecimento thermal (...) que a câmara pretende erigir*¹⁷³, delegando no autor do projeto, o engenheiro Bartholomeu Achilles Dejanete, considerado uma referência na história do urbanismo de Lisboa e Porto, a missão de, junto do ministro e em face das plantas, demonstrar os malefícios que advêm da nova estrada¹⁷⁴. Refira-se, entretanto, que pelas alterações introduzidas ao projeto Dejanete, da responsabilidade do engenheiro Cesário Augusto Pinto, efetuadas já depois da constituição legítima da CBV¹⁷⁵, se iniciaram as obras do novo

¹⁷²CBV - 1883 – AGA - *Relatório da Direcção*, p.6

¹⁷³ AMAP - PT-MGMR/UF2010-946 – *Actas de Vereação* - (1867-1868), fl. 231. Cota: 10-10-6-1.

¹⁷⁴ AMAP - PT-MGMR/UF2010-946 – *Actas de Vereação* - (1867-1868), fls.231-231v. Cota: 10-10-6-1.

¹⁷⁵ Cf. Anexo 2. AMAP - *Redacção da Escripura publica dos Estatutos da CBV (22-11-1873)*.

balneário termal, em 1 de maio de 1876¹⁷⁶, acabando por ser edificado bem marginal à estrada real, na margem direita do rio, com a ala sul a ser servida por uma rampa a entroncar muito próxima da Ponte Nova.

A partir de 1868, instigada pelas obras públicas, assiste-se ao recrudescer das preocupações e ações da CMG referentes a intervenções nos espaços de circulação e na toponímia, notando-se que o rigor técnico e estético apresentado pela novas ruas com embocadura na rua dr. Abílio Torres se deverá, em boa medida, ao decreto regulador e normalizador da ação municipal de 31 de dezembro de 1864¹⁷⁷, implicando que os planos municipais carecessem da aprovação prévia ministerial e do seu acompanhamento fiscalizador das obras.

Como se verá, através da seleção de alguns exemplos, até 1910 o poder municipal vimaranense vê-se impelido a encetar reparações e renovações de pisos decorrentes das obras de alinhamentos, alargamentos e novas artérias.

Em 9 de julho 1874, a câmara municipal, em resposta ao requerimento de diversos proprietários de Vizela a pedir o melhoramento do velho caminho entre a Ponte Velha e a Ponte Nova, na margem esquerda do Vizela, deliberou proceder ao estudo de um novo traçado e do respetivo orçamento¹⁷⁸. Depois de concluído, o município deliberou, a (...) *pedido da Junta de Parochia da freguesia de S. João das Caldas, que a rua da Ponte Velha á estrada de Penafiel se denomine rua do Doutor Pereira Reis*, em sessão efetuada em de 26 de janeiro de 1887¹⁷⁹.

No *Plano Definitivo* das estradas que iriam constituir a rede de viação municipal no distrito, achava-se incluída na tabela n.º 1 a estrada municipal de 1.ª classe n.º 14, das Caldas de Vizela à ponte de Pombeiro, por Tágilde, São Paio, prolongando-se para Refojos e Fafe a entroncar nas proximidades da Torrente do Inferno na estrada de Cavez. Deste modo, em reunião camarária de 18 de outubro de 1876, propôs-se que esta estrada nas (...) *Caldas de Vizella, uma das mais importantes povoações do concelho, deverá ser d'uma largura constante*

¹⁷⁶ CBV - 1878 - AG A - *Relatório da Direcção*, p.5

¹⁷⁷ FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.104

¹⁷⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873-1874), fl.182v. Cota: 10-10-6-6

¹⁷⁹ AMAP -PT-MGMR/UF2010-967 – *Actas de Vereação* - (1885-1887), fl.123. Cota: 10-10-6-12

de dez metros, pelo menos; Que a despeza a fazer com o mesmo lanço, em razão da sua maior largura, seja paga proporcionalmente pelo cofre de viação e pelo dos rendimentos do estabelecimento thermal das Caldas de Vizella, visto que essa obra é inquestionavelmente um dos grandes melhoramentos do mesmo estabelecimento; Que obtidas as referidas autorisações e a aprovação do respectivo projecto e orçamento, se proceda ás expropriações dos terrenos e á arrematação da obra¹⁸⁰, deliberando-se que se remeta o processo para aprovação da Comissão de Viação.

Pela percepção de que este projeto se tornara inócuo por falta de financiamento, em 27 de outubro de 1880, várias freguesias circunvizinhas de Vizela reivindicaram a construção de estradas dignas, nomeadamente a municipal de 1.ª classe n.º 14¹⁸¹. Malgrado o empenho do presidente da CMG, o progressista Abade de Tágilde, um compromisso já antes declarado na qualidade de vereador da oposição, esta estrada iniciaria somente o completar do pavimento, calcetaria e guias em cantaria, em 30 de setembro de 1908, limitado ao lanço de Vizela a Tágilde¹⁸², ou seja 32 anos depois da sua aprovação pela Comissão de Viação, vindo, depois, o seu troço urbano a denominar-se de avenida do Abade de Tágilde. Esclareça-se que estas estradas municipais, tal como as distritais, integravam e completavam a rede viária de eixos de menor importância e que, apesar de garantirem serventias muito localizadas, eram indispensáveis às trocas e aos contactos das populações rurais¹⁸³.

O vereador José de Castro Sampaio, em 24 de abril de 1878, expôs a necessidade pública da abertura de uma nova rua, entre a estrada real n.º 36 e a Lameira, (...) *cujo projecto, orçamento, condições e desenhos já há muito existem promptos no archivo da Camara; que para esta obra os Illmos. Abilio da Costa Torres e Joaquim Ribeiro da Costa, em nome de dezasseis subscriptores, oferecem á Camara a quantia de trezentos mil reis metal; que n'estes termos propunha que, obtidas as necessárias autorisações, se proceda á abertura da mesma rua, e se acceite o subsidio oferecido de 300\$000 reis. A proposta foi aprovada por unanimidade e cópia dela*

¹⁸⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-962 – *Actas de Vereação* - (1876-1878), fls.28 e 28v. Cota: 10-10-6-8.

¹⁸¹ AMAP- PT-MGMR/UF2010-964 – *Actas de Vereação* - (1880-1882), fls.32 e 32v. Cota: 10-10-6-10.

¹⁸² AMAP - PT-MGMR/UF2010-1086 – *Actas de Vereação* - (1908-1909), fl.46. Cota: 10-10-6-25.

¹⁸³ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Estratégias*. In - *Das Estradas Reaes às Estradas Nacionais* (2º Vol.). Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002, p.24.

enviada ao Governador Civil, assim como o projecto¹⁸⁴. Por proposta do mesmo vereador, em 27 de fevereiro de 1881, esta rua entrou na toponímia sob a designação de rua de Ferreira Caldas¹⁸⁵.

As ruas do Mourisco, do Médico, de São João, de São Miguel e travessa de São João foram contempladas com sucessivos projetos de alargamento, reparações de calçadas e passeios que, raramente, ultrapassavam os 200\$000 réis, à semelhança das arrematações (...) *por 69\$000 reis da obra de terraplanagem e passeios do largo da Alameda, nas Caldas de Vizella*¹⁸⁶, em 7 de outubro de 1885, ou da obra de melhoramentos, em 20 de junho de 1900, pela quantia de 198\$600 réis, no mesmo largo, então designado de Largo de Franco Castello Branco¹⁸⁷, uma honraria dispensada pela edilidade de Guimarães ao deputado regenerador eleito pelo seu círculo e que perdurou até à República.

Por último, como exemplo paradigmático da influência das CBV nas transformações urbanas, encontra-se na sessão municipal realizada em 17 de abril de 1878, presidida pelo conde de Margaride, a justificação da compra de 288 m² de terreno para o reclamado *Jardim das Caldas de Vizella, (...) sendo pago pelo município a quantia de 200\$000 réis, e 88\$000 réis pela Companhia dos Banhos de Vizella, com a condição de se permitir que esta companhia atravesse o mesmo terreno com um aqueduto capiado para condução das águas da Lameira para o novo estabelecimento thermal que anda construindo*¹⁸⁸, remetendo-se todo o processo para aprovação do *Conselho de Districto*.

3.2.2 Construção habitacional e urbanismo

A partir da década de setenta do século XIX, a povoação cresceu ao longo da Estrada Nova, das novas ou renovadas ruas, largos, travessas e caminhos municipais, mas sempre propensa à concentração¹⁸⁹, ou seja,

¹⁸⁴ AMAP - PT-MGMR/UF2010-962 – *Actas de Vereação* - (1876-1878), fls.172-172v. Cota: 10-10-6-8

¹⁸⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-964, – *Actas de Vereação* - (1880-1882), fl.86v. Cota: 10-10-6-10

¹⁸⁶ AMAP- PT-MGMR/UF2010-967 – *Actas de Vereação* - (1885-1887), fl.20. Cota: 10-10-6-12

¹⁸⁷ AMAP - PT-MGMR/UF2010-973 – *Actas de Vereação* - (1899-1901), fl.89. Cota: 10-10-6-18

¹⁸⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-962 – *Actas de Vereação* - (1876-1878), fls. 170-170 v. Cota: 10-10-6-8.

¹⁸⁹ “*Plano Geral de Urbanização de Vizela*” – Carlos Prata; Henrique de Carvalho. Porto: Edições Afrontamento, Revista de estudos urbanos e regionais *Sociedade e Território*, nº 260, 1986, p.44.

articulada com os novos espaços de circulação, levando à constituição de um núcleo central contínuo, muito semelhante ao que hoje se nos apresenta.

A nível do edificado, entre 1864 e 1910, para além de se registarem significativas variações quantitativas, ligadas ao aumento do número de fogos, foram as alterações qualitativas que mais vieram a marcar a sua fisionomia urbana.

Se no contexto regional, conforme revela o quadro 6, o “Território de Vizela” não acusa um expressivo distanciamento relativo ao crescimento global

Quadro 6. Fogos - Evolução Regional

Fogos – Concelhos	1864	1910	Crescimento (%)
Felgueiras	5 662	5 991	+ 5.8%
Guimarães	11 349	13 592	+ 19.8%
Lousada	3 834	4 417	+ 15.2%
Santo Tirso	5 275	7 157	+ 35.7%
“Território de Vizela”	1 630	2 254	+ 38.3%

Fonte: Própria. INE (Censos)

do número de fogos, já no que se refere à povoação o seu valor ter-se-á de considerar muito significativo. Neste período, regista-se a passagem de 450 para 802 fogos, o que se traduz num aumento global de 78,2%, devendo-se realçar a constância deste crescimento intercensitário fixada numa média de 88 fogos¹⁹⁰. Para este crescimento não será indiferente a população residente em Vizela fixar-se em 2 466 pessoas, um aumento de 782 indivíduos registado em 1910¹⁹¹, a que se associa na época termal, como se irá demonstrar, uma elevada e excepcional população flutuante, constituída por aquistas e veraneantes, mercê do moderno balneário termal, da maior e melhor oferta hoteleira e de mais atractivos lúdicos e de lazer.

Mesmo a cobrir apenas uma parte da realidade, porquanto a própria legislação da época não destriça os prédios urbanos dos rurais e a nossa fonte, dado o seu carácter censitário, apenas aluda uma parte do total dos contribuintes - os cidadãos do sexo masculino com exclusão das mulheres e dos pequeníssimos contribuintes -, não deixará de ser ilustrativo mencionar que 48 dos 479 cidadãos eleitores da povoação, predominantemente proprietários,

¹⁹⁰ Cf. Anexo 1 - Evolução das freguesias do “Território de Vizela” (1864-1911).

¹⁹¹ Idem - Anexo 1.

inscritos em 25 de janeiro de 1883, provaram ter pago ao Estado, referente a *Prédios Arrendados*, a quantia de 267\$068 reis e, de *Prédios não Arrendados*, o valor de 37\$764 reis, provado por apenas 2 cidadãos¹⁹².

De notar que estas contribuições se reportam ao ano fiscal de 1882, um ano após a abertura do novo estabelecimento termal e a um anterior à chegada do caminho-de-ferro a Vizela. Tendo em conta os preços das rendas de casa relativamente estáveis até 1914, a incidência deste imposto recairia, especialmente, sobre o preço médio anual de uma divisão assoalhada de uma casa urbana, que flutuaria entre os 12\$000 e os 20\$000 reis¹⁹³, e sobre o valor do subaluguer de partes de casa e de quartos individuais¹⁹⁴, uma trivialidade em Vizela, onde, de acordo com Ramalho Ortigão, abundam (...) *muitas casas mobiladas que se alugam por preços dependentes dos commodos que oferecem*¹⁹⁵.

No que concerne às variações qualitativas do edificado, o destaque reporta-se às alterações urbanas relacionadas com o que se apresenta como uma harmoniosa normalização estética dos seus edifícios e para as condições e fins das habitações.

Sob legislação que vigorou até 1903, até à publicação do *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, a construção de edifícios efetuou-se ao longo e nas margens dos novos e renovados espaços públicos, adensando-os, à semelhança do verificado pelo estudo de Mário Fernandes referente a Guimarães, Póvoa de Varzim e Chaves, no respeito pelas cotas e alinhamentos, pela altura e número de pisos permitidos em função da largura dos arruamentos¹⁹⁶.

Nestes pressupostos, os construtores foram paulatinamente preenchendo os novos arruamentos com prédios de granito, de um ou dois andares, de altura variável, subdivididos por dois fogos, o da direita e o da

¹⁹² Cf. Anexo 3. 1883- Caldas de Vizela – São Miguel. Imposto sobre Prédios Arrendados e não Arrendados; Cf. Anexo 4. 1883- Caldas de Vizela – São João. Imposto sobre Prédios Arrendados e não Arrendados.

¹⁹³ MARQUES, A.H. de Oliveira Marques; SERRÃO, Joel – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp.637-638.

¹⁹⁴ MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Tipopographia Lusitana, 1874, p.35

¹⁹⁵ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p.30.

¹⁹⁶ FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.171.

esquerda, destinados particularmente à oferta do aluguer, permanente ou sazonal. Também, neste período, foram construídos grandiosos edifícios vocacionalmente dirigidos à oferta hospedeira, como (...) o *Hotel do Cruzeiro do Sul, casa situada em lugar muito pittoresco e construída expressamente para o fim a que se destina*¹⁹⁷, contabilizando Jaime Oliveira a concorrência ao Hotel Vizellense, em funções desde 1854, de 7 novas unidades hoteleiras, todas com assinalável longevidade comercial¹⁹⁸, dando-se como melhor exemplo o Hotel Sul-Americano que, este ano, festeja 110 anos de actividade.

Estes prédios foram entremeados pela construção de robustas e sumptuosas habitações, sobretudo formadas por rés-do-chão e primeiro andar, em tudo igual às das grandes cidades. Erigidas, principalmente, para residência de apenas e só uma família burguesa, estas construções, que ainda hoje apresentam significativa estabilidade e harmonia arquitectónica, representavam, também, os desígnios que o burguês mais aspirava: dignidade, honorabilidade e o prestígio do passado aristocrático¹⁹⁹.

Este desejo de valoração e afirmação da burguesia dominante exprime-se no considerável surto de construção de belas e sólidas moradias, tomando-se como modelos a rua do Dr. Abílio Torres ou a rua do Mourisco, que se metamorfosearam em zona característica deste tipo de habitações dirigidas à alta e média burguesia.

Registe-se que o vereador *Fortunato José da Silva Basto*, em sessão camarária realizada de 21 de julho de 1897, ao considerar que em Vizela (...) *existe um importante estabelecimento thermal denominado do Mourisco, em cuja proximidade se acham constituídos valiosos edifícios. Proponho que a via publica que começa no fim da rua do Dr. Abílio Torres até ao ponto fronteiro ao cemitério parochial da freguesia de S. João das Caldas tenha a denominação de “Rua do Mourisco”*²⁰⁰, constatando-se que, pelo menos desde essa data, a rua da Estrada Nova já se designaria com o novo antropónimo – dr. Abílio Torres.

¹⁹⁷ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p.30.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.23.

¹⁹⁹ Cf. *“Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos”* - Maria Antonieta Cruz. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras – História., III Série, Vol. 4, 2003, pp.265-273.

²⁰⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-971 – *Actas de Vereação* - (1896-1898), fl.96 v. Cota: 10-10-6-16.

Foto 7. Trecho da Rua do Mourisco (1907)



Fonte: Júlio César Ferreira

O pendor uniformizante do edificado também se apura nas fachadas, revelando ter havido preocupações normativas relacionadas com as dimensões dos seus elementos constitutivos, mormente com as alturas e larguras de varandas e eirados²⁰¹, no respeito pelos espaços públicos e na segurança do tráfego viário e pedonal. Da mesma maneira, esta tendência uniformizadora, revela-se na geometria harmónica de portas e janelas em cantaria, cada vez mais altas, varandas de granito e ferro fundido ou forjado, e com paredes predominantemente revestidas de azulejos coloridos.

Estas características gerais do edificado revelam a importação do protótipo da casa urbana do Porto²⁰², cujo modelo viria a influenciar o urbanismo de Vizela. A presença da arquitectura do final de Oitocentos, sem dúvida muito beneficiada pela facilidade das comunicações rodoferroviárias,

²⁰¹ Sobre esta matéria, Cf. FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, pp.171-173.

²⁰² Idem - p.171.

marcou-lhe indelével a imagem, bem patente na boa qualidade dos seus edifícios²⁰³, em tudo idêntica à praticada nas maiores cidades nortenhas.

3.3 As Termas de Vizela e o Termalismo no Século XIX

Vizela, à semelhança do verificado nas principais localidades termais europeias, como Baden-Baden, Bath, Spa ou Vichy²⁰⁴, sempre estivera ligada ao Termalismo, desde a Antiguidade até ao presente²⁰⁵, oferecendo continuamente o uso e as propriedades terapêuticas das suas águas minero-medicinais naturais, às quais, a partir do século XIX, associou métodos e técnicas complementares destinadas à prevenção e à reabilitação de doenças, sobretudo patologias do foro reumático, dermatológico, respiratório e venéreo, e ao bem-estar.

No século XVIII, com as *Luzes*, ampliou-se o conhecimento científico destas águas. *Nesta época institui-se a Academia das Ciências, divulgam-se as análises químicas das águas e reconhecem-se novas fontes (...)*²⁰⁶, da maioria das termas de cada província do Reino.

Nesta âmbito, descreve-se numa publicação de 1810, que em Vizela, sobretudo na planície da Lameira, (...) *há tantas nascentes de águas de Caldas, que parece ser o terreno todo minado dellas em grande extensão*²⁰⁷, divulgando as características químicas das águas e, numa tabela, o nome das nascentes e das suas temperaturas²⁰⁸, medidas em graus Fahrenheit²⁰⁹. Será de referir que este trabalho apenas contemplou 11 nascentes, enquanto o do engenheiro

²⁰³ “Plano Geral de Urbanização de Vizela” – Carlos Prata; Henrique de Carvalho. Porto: Edições Afrontamento, Revista de estudos urbanos e regionais *Sociedade e Território*, nº 260, 1986, p.39.

²⁰⁴ Cf. http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/routes/thermal_en.asp (consulta em 16-02-2013)

²⁰⁵ Sobre a história e as terras ligadas à água e a deuses aquáticos, para além dos autores já citados na primeira parte do trabalho, cf. VASCONCELOS, J. Leite de – *Religiões da Lusitânia*. (Vol. 2, fac-simile da 1.ª ed. de 1905). Lisboa: Imprensa Nacional, 1981, pp. 189-190; 266-276; Sobre as diversas fases da história do termalismo, Cf. ACCIAIUOLI, Luiz Meneses - *Le Portugal Hydromineral*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1952.

²⁰⁶ REIS, Cândido Hipólito – *Curas Elementares – Curas Termais & (...) – em Portugal e na Galiza*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006, p.179.

²⁰⁷ “Instruções e Cautelas Practicas sobre a Natureza, Diferentes Especies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes, principalmente de Caldas; ...” (Parte I). Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1810, pp.51-52.

²⁰⁸ Anexo 5. Temperaturas dos Banhos das Caldas de Vizella (1810).

²⁰⁹ A conversão para grau Celsius (oC) faz-se pela fórmula: oC = (oF - 32) / 1,8.

Dejante, encomendado pela CMG²¹⁰, explorou 55 nascentes térmicas, entre 1860 e 1866²¹¹.

Despontava a primavera que influiria na definição dos principais parâmetros físicos, químicos e biológicos para avaliar a água e prever os seus efeitos fisiológicos, que interessavam para a sua aceitação como agente terapêutico, ou seja, caminhava-se para o campo da Hidrologia, entendida como o estudo das diferentes espécies de águas, das suas propriedades e respectiva distribuição geográfica. Este esforço da ciência (sobretudo da Química, da Geologia e da Medicina), que viu o seu posterior reconhecimento social, deve-se, em boa medida, às crescentes preocupações com a higiene e a saúde públicas, muto tendo contribuído para o renascimento do termalismo²¹². Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, ajudado por estudos que paulatinamente vieram comprovar e credibilizar a utilidade e as virtudes salutares das águas termais, solidificou-se a sua afirmação. De notar que a Hidroterapia se tornou em disciplina médica, encontrando-se o hidrologista vizelense, dr. Armindo de Freitas Ribeiro de Faria, a perorar as vantagens dos doentes serem acompanhados por estes especialistas, na introdução da sua tese de doutoramento apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1890²¹³, juntando-se, assim, ao decano e conterrâneo dr. Abílio Torres.

Com efeito, em matéria de assistência médica, (...) *prosseguiu a política do termalismo, a que as câmaras municipais e muitos particulares se ligaram por contratos de exploração autorizados pelo Governo*²¹⁴. Lê-se, no relatório de 1893 apresentado aos acionistas pela Direcção da CBV, um alerta para o dinamismo da concorrência que edifica (...) *balneários sumptuosos por toda a parte, com installações luxuosas e perfeitissimas: Cucos [Torres Vedras], Caldas da Rainha,*

²¹⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-750- *Actas de Vereação* - (1865-1867), fl.137. Cota: 10-9-8-28

²¹¹ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p.46.

²¹² Sobre esta matéria consultar o trabalho de ACCIAIUOLI, Luiz de Menezes – *Águas de Portugal: Minerais e de Mesa. – História e Bibliografia* (vol.2). Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1944.

²¹³ Cf. FARIA, Armindo de Freitas Ribeiro de – *Vizella e Suas Aguas Mineraes*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1890. [Tese inaugural de doutoramento apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto].Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16337/3/58_5_EMC_I_01_P.pdf (Consulta em 20 de Setembro de 2012)

²¹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol.X). Lisboa: Verbo, 1988, pp.466-67.

*Moledo, S. Pedro do Sul, são rivaes poderosos com os quaes temos de lutar*²¹⁵, configurando-se certezas de condições vantajosas e atrativas para o investimento de capital nas termas e no termalismo.

Será neste âmbito, num eficaz e oportuno aproveitamento político, que a CMG manifestou pretensões de explorar por conta própria e em regime de monopólio, todos os banhos de Vizela²¹⁶, agitando, como se irá evidenciar, conflitos de interesses, tanto no interior da própria vereação, tanto junto da concorrência dos particulares, que, há muito ligados à exploração dos banhos da povoação, receavam das motivações municipais.

A esta ambição empresarial da CMG, muito terá pesado a certeza do lucro, advindo de um afluxo cada vez maior das populações regionais às caldas, sempre na expectativa de obter uma cura, sempre aliciadas pela fama de «miraculosos» que alguns banhos mantiveram através dos tempos. A este respeito, em 30 junho de 1874, o político e escritor, D. António da Costa, descrevia que, ao chegar à praça (Lameira), *se cruzava com enxames de pobres reumaticos, pallidos, mancos, aleijados, uns por seu pé, (...), outros em carrinhos movediços; espécie de mascarada em que a pequena população da terra fica absorvida pela população fluctuante de ricos, remediados e pobres*, convertendo, no período termal, a formosa aldeia numa cidade improvisada²¹⁷.

Em muito destes argumentos radicam as razões que levaram a CMG a contratar o engenheiro Dejanete para elaborar um projeto termal. Esse plano viria a contemplar um conjunto de quatro sumptuosos estabelecimentos termais²¹⁸, pretextando a substituição dos decrepitos e anti-higiénicos banhos que a edilidade vinha explorando, sobretudo com significativo denodo a partir de 1854²¹⁹. Em 1869, na representação remetida ao rei por uma facção de vizelenses favorável à CMG e oposta a outra anteriormente apresentada, verifica-se que o município vimaranense, por ultrapassar as suas capacidades financeiras, *recuou diante da verba de 327:000\$000 reis em que foi orçado (...)* o

²¹⁵ CBV, 1893, AGA – *Relatório da Direcção*, p. 7

²¹⁶ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965 pp. 40-41.

²¹⁷ COSTA, António da – *No Minho* (2.ª ed.). Porto: António Figueirinhas, 1900, p.13.

²¹⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-959 – *Actas de Vereação* - (1872-1873), fls, 85v-86. Cota: 10-10-6-5

²¹⁹ Entre 1854 e 1873, as *Actas de Vereação* são pródigas em anúncios de arrematações destinadas à construção e reparações dos banhos de Vizela, por valores que nunca excederam os 100\$000 reis. Cf. AMAP - PT-MGMR/UF2010-74, (1853-1856) a AMAP - PT-MGMR/UF2010-960, (1873-1874). Cotas: 10-9-8-20 e ss.

projeto Dejanete²²⁰, acabando, como já se referiu, forçado a entregar essa execução e a ceder a exploração das águas sulfurosas de Vizela à CBV, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída inteiramente por capital privado²²¹.

As termas de Vizela, à semelhança da maioria das termas nacionais, encontram-se associadas a lugares de incomensurável beleza natural, a exemplo do Gerês, do Luso, do Caramulo ou Vimieiro. Era em boa medida por isso, conforme deixa verificar o trabalho de Maria José Pacheco, que uma plêiade de personalidades de elevado estatuto social, políticos, pintores ou escritores, como Hintze Ribeiro, Brito Camacho, Silva Porto, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Camilo Castelo Branco ou Carolina Michaelis, nelas gostavam de veranejar²²². Descreviam-nas como verdadeiramente especiais e acolhedoras, num retrato revelador das suas impressões, sensibilidades, gostos e olhares, gravado nos seus múltiplos trabalhos sobre a pulcritude da terra. Vaidosa e endinheirada, ávida em recuperar e imitar velhos hábitos aristocráticos, era nas estâncias termais que, segundo Maria Antonieta Cruz, *se reunia o escol da sociedade burguesa que procurava, para além da cura e prevenção de enfermidades, convívio com os seus pares*²²³. Era esta elite que abonava fama e reputação a estes verdadeiros *resorts*, transformados em locais obrigatórios de sociabilidade, enquanto os relatos e as crónicas sociais, profusamente divulgados pelos periódicos, iam firmando em moda estas estâncias termais e conseqüentemente, o termalismo nacional, conforme revela Júlio César Machado na introdução do guia termal - *Banhos de Caldas e Aguas Minerais* - de Ramalho Ortigão²²⁴. Por estas razões, não admira a frequência assídua e regular nas termas de Vizela de muitas colónias de ingleses e brasileiros²²⁵, aditando-lhe a componente cosmopolita²²⁶.

²²⁰ Representação publicada no “*O Commercio do Porto*” - 11 de Novembro de 1869, nº. 262.

²²¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-956- *Actas de Vereação* - (1868-1869), fls.62-69. Cota: 10-10-6-2.

²²² Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, pp.495-626.

²²³ “*Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos*” - Maria Antonieta Cruz. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras – História., III Série, Vol. 4, 2003, p.271.

²²⁴ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, pp.5-7.

²²⁵ CBV, 1908, AGA – Relatório da Direcção, pp.7-8

²²⁶ Cf. CBV, 1900, AGA – Relatório da Direcção, p.6. Este relatório revela a deslocação dos melhores clientes nacionais e estrangeiros para a Exposição Internacional de Paris de 1900.

Se o gosto de viajar era um privilégio de ricos, a expansão do caminho-de-ferro e, mais tarde, a do automóvel, conduziram a um admirável aumento da viagem lúdica para as termas do interior do país, a que se juntara a facilidade de instalação. A viagem tornara-se sinónimo de *mudança de ares* e era prescrita como parte associada ao tratamento termal, dizendo Ramalho Ortigão que quanto mais longe do lugar da residência melhor²²⁷. Júlio César Machado, na obra já referida, sintetiza que as caldas tudo conciliam: *mudança de ares, exercício ameno, banhos, copinho, peregrinação, entretenimento, vita nuova!*²²⁸

Ao valor terapêutico das águas que as fizeram nascer, as elites burguesas, associaram-lhe ainda outras dimensões, *como a atracção maior pelos divertimentos sociais. Vários autores que escrevem sobre a vida nas termas no século XIX e inícios de XX enfatizam a vertente lúdica, a procura de ócio e dos divertimentos (...)*²²⁹, realçando o papel dos jogos e dos casinos no desenvolvimento destas povoações. Em 1875, sobre Vizela, Ramalho Ortigão elucidava que *não eram grandes os divertimentos que a terra proporcionava então ao banhista e ao viajante. Faziam-se partidas de pesca no rio (...), caçava-se do mez d'agosto em diante às codornizes (...), às perdizes e às lebres, e faziam-se, pic-nics, burricadas, digressões a Braga, Guimarães e Fafe e romagens ao Bom Jesus*²³⁰, sendo preciso esperar uma dezena de anos pela plena resposta a estes desejos e necessidades, ao criar a CBV o parque termal, fomentar a construção dos casinos e a promover a animação nos espaços públicos e hoteleiros, com bailes, música de conjuntos orquestrais, garraíadas, bem como atividades desportivas para aqúistas e veraneantes²³¹.

3.3.1 Balneários termais

A condução das diferentes nascentes de água medicinais da CBV fez-se por aqueduto subterrâneo. Por ele, mais tarde, foram as águas transportadas

²²⁷ QUINTELA, Maria Manuel – *Banhos que Curam: Práticas Termais em Portugal e no Brasil*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/MariaManuelQuintela.pdf>

²²⁸ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida - 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p.6.

²²⁹ QUINTELA, Maria Manuel – *Banhos que Curam: Práticas Termais em Portugal e no Brasil*.

²³⁰ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida - 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p. 29.

²³¹ Sobre este assunto ler o trabalho de: OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008.

em canos de chumbo, revestidos por uma mistura de carvão vegetal e serradura para se manterem inalteráveis as suas qualidades e temperaturas, calibrados de harmonia com o caudal de cada nascente²³², rumo ao moderno e grandioso balneário termal da CBV. Este fator foi determinante na eliminação dos dispersos, inestéticos, acanhados e anti-higiénicos edifícios de banhos, particularmente os da Lameira e o do Médico.

Este panorama começou a materializar-se em 1 de maio de 1876, data em que, na Bouça das Pedras, a CBV iniciou a sua construção²³³, passando Vizela a oferecer aos banhistas três balneários termais distintos e de outras tantas entidades proprietárias.

Refira-se que a CBV só alcançou a porfiada exploração monopolista das águas medicinais apenas em 1921, quando adquiriu e demoliu o *Balneário do Paulino*²³⁴, pela quantia de 4:000\$000 reis²³⁵, valor muito inferior aos 18:000\$00 reis proposto pelo seu proprietário à comissão de compra da CBV, em 1897²³⁶. Em relação à aquisição pela CBV do almejado estabelecimento balnear do Mourisco, ter-se-á de colocar algumas reservas quanto à data da sua venda.

Com efeito, Maria José Pacheco, historiadora local, fundada numa missiva dos padres Bento e Firmino Bravo (bem relacionados e muito conceituados pela elite burguesa local), sugere a sua ocorrência em 27 janeiro de 1898, pela quantia de 25 contos de réis²³⁷. Porém, pela referida carta, amavelmente disponibilizada pela supracitada historiadora, verifica-se existir apenas e só a redação das bases de um pré-acordo de compra e venda, válido unicamente por 15 dias, decorrente do entendimento a que chegaram ambas as partes²³⁸, nunca indo além da intenção de negócio.

Na realidade, pelo relatório da CBV do ano 1900, apresentado aos acionistas em 12 de maio de 1901, a Direcção, por alternativa à compra, propõe ao proprietário, Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria, um contrato de

²³² DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p.47.

²³³ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.5-11

²³⁴ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.69; CBV, 1920, AGA – *Relatório da Direcção*.

²³⁵ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p.48.

²³⁶ CBV, 1897, AGA – *Relatório da Direcção*, p.22.

²³⁷ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.371.

²³⁸ Cf. Anexo 6. Carta - Bases do pré-acordo de compra e venda do balneário do Mourisco (1898)

arrendamento do seu estabelecimento balnear e das nascentes no rio Vizela, junto ao campo da Barreira, pela quantia não superior a 1:400\$000 réis anuais²³⁹, conforme mostra o anexo 7, com claros intuitos de consolidar um suposto contrato-promessa entretanto negociado. Será, assim, mais prudente aceitar que a CBV (...) *tinha adquirido os Banhos de Mourisco em 1903*²⁴⁰, tendo em conta que talvez a vetusta idade de 77 anos do seu cioso proprietário tenha facilitado o negócio, assinalando-se, pouco tempo depois, a sua morte em 30 de novembro de 1904²⁴¹. Contudo, a certeza de nova administração manifesta-se no relatório da gerência de 1905, onde a direcção da CBV propõe a instalação de tinhas de 1.ª classe no Balneário do Mourisco, como forma de travar a evasão de aqistas de elevada posição social²⁴².

3.3.1.1 O modelar complexo termal da Companhia dos Banhos de Vizela

Como já se referiu, aprovadas que foram as alterações ao projeto do engenheiro Dejanete, quer pela CMG, quer pela Junta Consultiva de Obras Publicas, ditadas sobretudo pela incapacidade financeira da CMG em executar o megalómano projeto, orçado em 327:000\$000 reis, coube este desiderato à CBV, de harmonia com a Portaria do Ministério do Reino, de 11 de setembro de 1874, que a autoriza a celebrar com a câmara de Guimarães um contrato provisório²⁴³, confirmado pela Carta de Lei de 14 de abril de 1875, assinada por António Rodrigues Sampaio, o então Ministro do Reino²⁴⁴. Desta maneira, a CBV (...) *obriga-se a despende a quantia de cem contos de réis na construção dos estabelecimentos thermaes, dentro do prazo de quatro annos, a contar do dia em que tomar posse das thermas (...)*, de harmonia com o artigo 3.º do acordo de cedência da exploração termal, celebrado com o município de Guimarães,

²³⁹ CBV, 1900, AGA – Relatório da Direcção; Cf. Anexo 7. 1900 – Proposta de arrendamento do estabelecimento do Mourisco

²⁴⁰ Cf. Termas de Vizela. In - Instituto de Ciências Sociais. http://www.aguas.ics.ul.pt/braga_vizela.html (consulta em 2013-01-20)

²⁴¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1072 – *Actas de Vereação* - (1903-1904), fls. 233v-234. Cota: 10-10-6-21

²⁴² CBV, 1905, AGA – Relatório da Direcção, p.9.

²⁴³ AMAP - PT-MGMR/UF2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873-1874), fls.193v-194. Cota: 10-10-6-6

²⁴⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol.IX). Lisboa: Verbo, 1988, p.325.

presidido pelo progressista, o dr. Avelino da Silva Guimarães, e o representante da CBV, o dr. Alberto da Cunha Sampaio²⁴⁵.

Pelo relatório de 1878, apresentado em Assembleia-Geral de accionistas, em 30 de janeiro de 1879, verifica-se que a companhia já detinha 72 129 m² de terreno, obtidos por expropriações, arrematações em praça e compra amigável, pelo custo de 6:737\$536 réis.

Nessa data, já se encontravam concluídos os trabalhos preliminares nos terrenos da Bouça das Pedras, iniciados no primeiro dia de maio de 1876, destinados à edificação dos edifícios termais, nomeadamente a terraplanagem e remoção de rocha, construção dos muros de suporte marginal ao rio e do ribeiro de Passos, assim como as duas rampas de servidão construídas nos topos Norte e Sul.

Pela descrição pormenorizada do plano geral das obras apresentado aos accionistas, o estabelecimento termal, irá compor-se de três edifícios que ocuparão uma área de 11 000 m², compreendendo terreiros, caminhos e corredores descobertos, edificado na margem direita do rio.

“O edifício principal que deve conter os banhos de imersão de 1.^a, 2.^a e 3.^a classes e as principaes applicações hydrotherapicas, terá 68 metros de extensão e 57 de largura; será dividido em quatro corpos, dois destinados para homens, dois destinados a mulheres. Além de 72 tinas para banhos, há-de, esse edifício, conter mais: uma piscina de natação e gymnastica de 12m,40 de comprimento por 4m,40 de largura, um vaporarium ou estufa de vapor para 8 pessoas, camas de massagem, banhos de chuva verticaes e circulares, estufas parciaes, banhos medicinaes e electricos, banhos para braços, pernas e pés, banhos bourbônnes, piscinas de família, duches de todas as formas, semicúpios, duches vaginaes, e banhos hydróphoros”²⁴⁶.

Junto a este edifício principal, o mais aparatoso, ficará a galeria dos depósitos das aguas, cujas paredes servirão de alicerce a uma terça parte do edifício superior, que deve ser (...) *construído no mesmo nível da estrada e parallelamente a ella, mas retirado de modo a que na sua frente fique um terreno ajardinado com 19 metros de largura*²⁴⁷, isto é, voltado livre e amplamente para a estrada real n.º 36, - a designada *Estrada Nova*. Terá ainda, para além do grande vestíbulo, as seguintes divisões: *O escriptorio do bilheteiro, o consultório médico, dois salões de espera e leitura para os dois sexos, um deposito d'aguas*

²⁴⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873-1874), fls.62-69. Cota: 10-10-6-6

²⁴⁶ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, p.6.

²⁴⁷ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, p.6.

*mineraes de diversas procedências e a estação telegraphica*²⁴⁸. Do lado oposto, ou seja, voltado para poente, assente sobre as galerias do depósito, ficarão as salas de inalação, pulverização, humação e outras dependências.

Por ser este edifício formado por um corpo central, um torreão em cada extremidade, e um andar bastante espaçoso, destinar-se-á o do centro para um grande salão, e um quarto para o encarregado da limpeza, ficando os torreões para arrecadação de materiais destinados à conservação dos aparelhos, canalizações e rouparia.

Marginal ao rio, o edifício de 4.^a classe, separado do edifício central pela rampa de servidão Sul, nessa data já concluído de pedreiro, (...) *ha de conter quatro piscinas, duas para cada sexo, salas de espera e de abafos*²⁴⁹.

Estava-se a construir o edifício de 5.^a classe, à mesma cota dos outros mas separado pelo ribeiro de Passos, convenientemente canalizado, (...) *que deverá conter duas tinas em gabinetes, duas piscinas para os dois sexos, com capacidade precisa para em cada uma poderem banhar-se doze pessoas e uma sala de duches de lança e verticaes*²⁵⁰, destinado, essencialmente, a fornecer banhos gratuitos a enfermos, pobres e desvalidos, conforme determinação da Lei de 2 de abril de 1873²⁵¹.

Em 31 de março de 1881, organizado o serviço médico e já com todos os edifícios mobilados, realizou-se a assembleia-geral de acionistas que aprovou o regulamento final dos serviços de banhos²⁵². Desta forma, em 8 de maio desse ano, procedeu-se à inauguração solene do imponente estabelecimento termal²⁵³, materializando-se o sonho de muitos dos accionistas que sempre o desejaram, *senão dos mais bellos, com certeza um dos mais completos da Europa*²⁵⁴. Refira-se, contudo, que o estabelecimento não ficou inteiramente concluído. Nos anos vinte do século XX ainda se assinalavam

²⁴⁸ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, p.7.

²⁴⁹ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, p.7.

²⁵⁰ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, p.7.

²⁵¹ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.41.

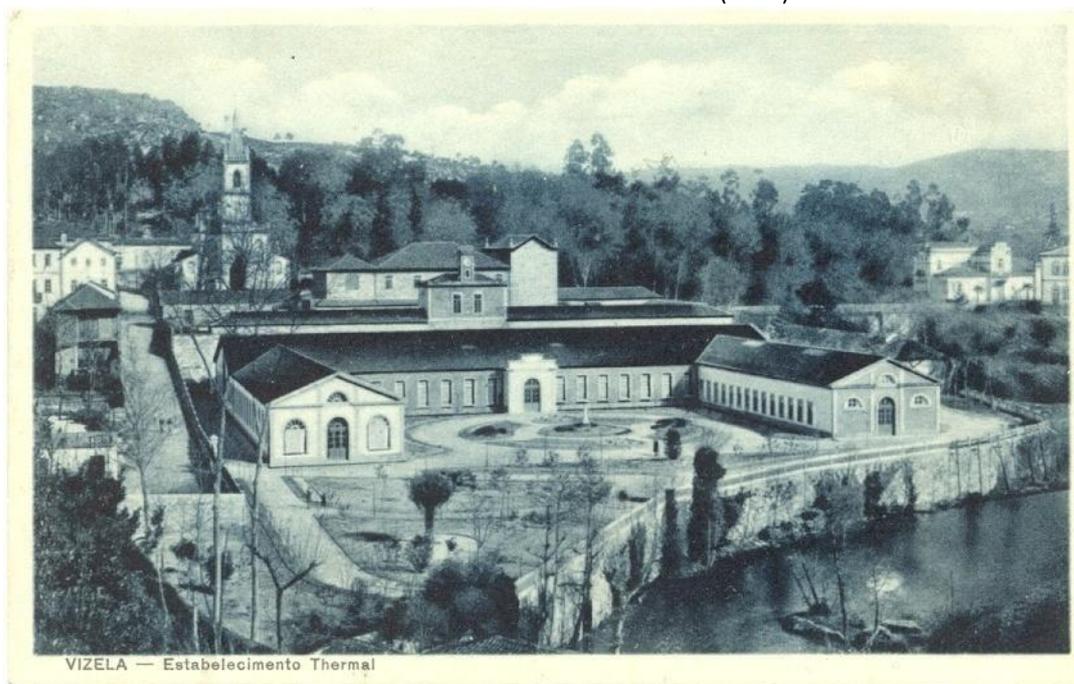
²⁵² LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1874, p.1941.

²⁵³ “*O Commercio do Porto*”, n.º 114, sexta-feira, 13 de Maio de 1881.

²⁵⁴ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, p.7

obras contínuas e sucessivas de transformações e requalificações dos espaços existentes até à sua configuração final.

Foto 8. CBV – Estabelecimento termal (1911)



Fonte: Júlio César Ferreira

Sobre a inauguração e abertura do novo estabelecimento termal, noticiava, no dia 13, o “*O Commercio do Porto*” que era (...) *um melhoramento importantissimo para o paiz, pelas excellentes condições em que se acha contruido, vestindo-se, assim, Vizela de gala, nesse passado Domingo, como justo preito prestado à magnitude de tal acontecimento*²⁵⁵

Forçada pela *feroz concorrência*, a CBV encetou uma campanha publicitária, que decorreu bissemanalmente (domingos e quintas-feiras) nos meses de julho e agosto de 1896, destinada a promover o aumento do número de aquistas e, conseqüentemente, o acréscimo dos banhos, podendo-se verificar pelo anúncio a diversidade das instalações do estabelecimento termal e a parafernália de equipamentos hidrológicos que lhe permitia elevada capacidade de oferta de tratamento de patologias diversas. Em 1903 e, também, em 1907, após atenta visita oficial aos seus balneários, o Conselheiro Tenreiro Sarzêdas, Inspector-Geral das Aguas Mineraes do Reino, classificava-

²⁵⁵ “*O Commercio do Porto*”, Sexta-feira, 13 de maio de 1881, n.º 114; Cf. Excerto da notícia em *anexo 9*.

os como sendo dos mais bem instalados e apetrechados do país²⁵⁶, senão mesmo como os principais²⁵⁷.

Foto 9. CBV – Anúncio Publicitário (1896)



Fonte. "O Commercio do Porto", n.º 155, de 2 de julho de 1896

Deste modo, tomando-se como referência os mapas estatísticos dos banhos ministrados, apresentados nas assembleias-gerais de acionistas²⁵⁸, calcula-se, entre 1881 e 1910, uma média de 66 380 banhos ao ano, o equivalente a quase dois milhões de banhos ministrados em 3 décadas.

Esclarece-se que a CBV, por incumprimento involuntário das leis do Reino e dos próprios estatutos da companhia, sonegou, até 1897, os dados destinados à estatística médica e balnear nacional, referente aos banhos grátis a que estava obrigada a servir a pobres e militares²⁵⁹. Desta maneira, aditou-se aos pagos 11 824 banhos grátis anuais não contabilizados entre 1881 a 1897, média permitida pelas notas informativas que começaram a ser prestadas nos *Mappas comparativos do movimento balnear*²⁶⁰, relativas aos anos de 1893 a 1897. A partir do exercício de 1898, a informação do número total anual de

²⁵⁶ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tãgilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p. 47.

²⁵⁷ CBV, 1903, AGA – *Relatório da Direcção*, p.4.

²⁵⁸ Cf. Anexo 9. Mapa comparativo do número de *banhos* servidos (1881-1900)

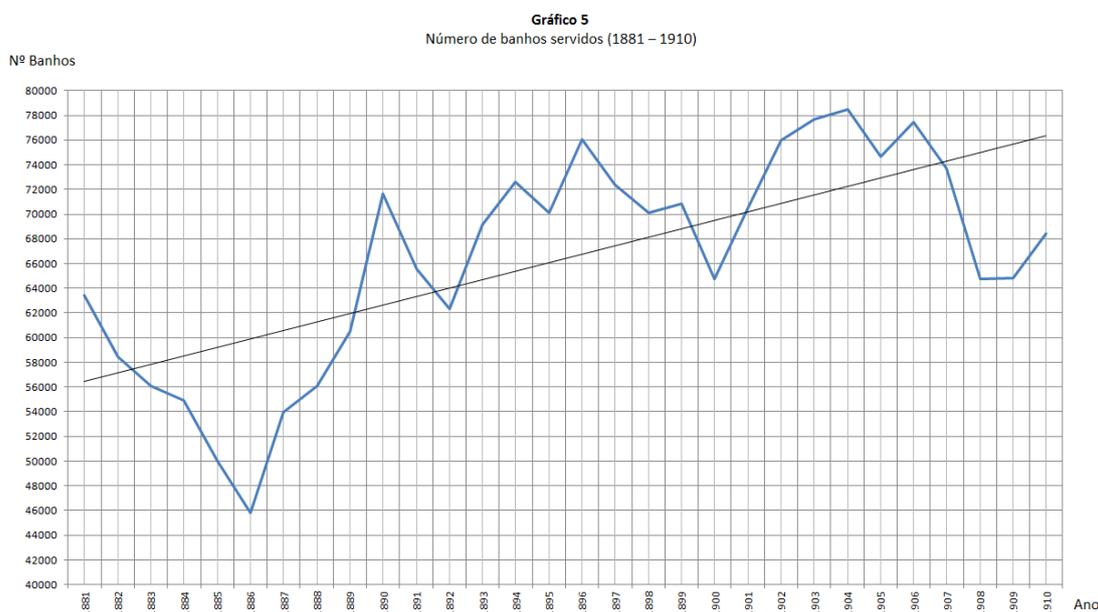
²⁵⁹ CBV, 1902, AGA – *Relatório da Direcção*, p.8.

²⁶⁰ Cf. Anexo 9. A nota final do doc. mostra o número de banhos grátis.

banhos expressa-se pela soma dos banhos grátis e dos banhos pagos, sem mais distinções.

A pesquisa de novos mananciais de águas termais e a tenacidade colocada na compra das nascentes ainda detidas por particulares, conforme revelam os vários relatórios apresentados nas assembleias-gerais da CBV²⁶¹, deixam supor que a utilização dos recursos aquíferos disponíveis sempre se aproximara da capacidade máxima de exploração, pelo que não admirará a possibilidade de um serviço diário de 14 horas consecutivas a fornecer 1500 banhos, estimada pelo geólogo Luiz Acciaiuoli, em 1907²⁶².

Pela linha de tendência linear patente no gráfico 5 vê-se claramente o



Fonte. Própria. CBV - AGA - Relatórios da Direcção de 1881 a 1910.

crecente pendor de aumento do número de banhos ministrados ao longo dos 30 anos de atividade, revelador de uma alta frequência de aquisições a banhos. Mostra, ainda, que o ano de 1886 culminou a clara tendência de descida, revelando-se como o pior exercício de exploração termal, com 45 805 banhos servidos. A inexistência do relatório da CBV referente a esse exercício não nos permite conhecer rigorosamente as razões, mas, pela leitura dos subsequentes, deduz-se que se prendem aos muitos problemas relacionados

²⁶¹ . Como, por exemplo, os relatórios: CBV, 1884, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.6-7, CBV, 1896, AGA – *Relatório da Direcção*, p.9.

²⁶² DAMAS, Júlio – *Vizela, Tãgilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964,p. 47

com a falência das canalizações e do transporte das diferentes águas através do aqueduto subterrâneo, acarretando percas nas suas qualidades minero-medicinais, nas suas virtudes e no seu crédito. Com efeito, as obras que já vinham a decorrer, supervisionadas pelo hidrologista dr. Abílio Torres, vieram solucionar em definitivo esses problemas, fazendo restabelecer junto dos aquistas a antiga confiança nas suas águas²⁶³.

3.3.1.2 O balneário do Mourisco

Junto à margem esquerda do rio Vizela, muito próximo da ponte D. Luís e do novo estabelecimento termal da CBV, situa-se o pequeno edifício denominado de Banhos do Mourisco (a atual rua do Mourisco), vindo a beneficiar de uma estrada macadamizada.

Os terrenos onde brotavam as suas nascentes foram adquiridos pelo abade de São Miguel das Caldas, p.(e) Miguel Joaquim de Sá, onde mandou edificar um banho em pedra, em substituição das ruínas da barraca de madeira, ainda no finais da primeira metade de Oitocentos, influenciando decisivamente na fama de águas miraculosas na cura de doenças dermatológicas e numa crescente afluência de enfermos²⁶⁴.

Perante a elevada afluência de aquistas, a CMG, sustentada nas proclamadas políticas higienistas da época e na dupla razão de prestar e defender um melhor serviço público, encetou a arrematação dos arranjos no banho do Mourisco, no último dia de maio de 1854, passando doravante todas as necessárias reparações dos banhos existentes na povoação a serem financiadas pelas receitas das taxas de \$40 reis cobradas por cada banho, malgrado os protestos dos legítimos proprietários e banhistas²⁶⁵. Entretanto, a CMG, em 25 de abril de 1866, nomeou o segundo banheiro para o banho do Mourisco, (...) *ficando sujeito a todas as obrigações impostas no regulamento confeccionado por esta Camara em 6 de Maio de 1840, cujo emprego ocupará enquanto a Camara não mandar o contrario*²⁶⁶.

Terá sido neste contexto que o abade de São Miguel, certamente para se desfazer do imbróglgio municipal, vendeu a Joaquim de Freitas Ribeiro de

²⁶³ CBV, 1887, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.4-6.

²⁶⁴ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam... Vizela*: [ed. aut.], 1965. P.42.

²⁶⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-742 – *Actas de Vereação* - (1853-1856), fls. 33v-34. Cota: 10-9-8-20.

²⁶⁶ AMAP - PT-MGMR/UF2010-750- *Actas de Vereação* - (1865-1867), fl.63. Cota: 10-9-8-28

Faria os terrenos das nascentes, contíguos à sua quinta do Poço Quente, onde, logo após a abertura da estrada real n.º 36, procedeu ao loteamento e urbanização destes terrenos²⁶⁷, nascendo o sumptuoso bairro burguês ao longo dessa artéria que, depois, se viria a designar de rua do Mourisco.

Refira-se, desde já, que Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria - cidadão muito respeitado pela burguesia Oitocentista vizelense - era o patriarca de uma das famílias mais ricas da povoação, integrando, durante muitos anos, a lista dos quarenta maiores contribuintes do concelho de Guimarães, da qual se elegiam os cidadãos para o Conselho Municipal.

O conflito pela posse das águas termais agudizou-se, quando a CMG, em 9 de julho de 1873, intentou uma ação judicial contra o proprietário de então²⁶⁸, vindo, resignada, a pedir autorização ao *Conselho do Districto* para se (...) *desistir do recurso de revista interposto para o Supremo Tribunal de Justiça do acórdão da Relação do Porto que confirmou a sentença da primeira instancia proferida contra a Camara na questão que propuzeram a Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria e mulher sobre os Banhos do Mourisco nas Caldas de Vizella*²⁶⁹.

Terminada a pendência, o seu proprietário substituiu os banhos velhos – *Mourisco, Banho de Baixo, Penedo e Fonte do Abbade* – por um novo estabelecimento termal.

O pequeno e gracioso edifício, em estilo neogótico, coroado de ameias, foi traçado pelo engenheiro Pedro Ignacio Lopes, em 1877, e concluído em 30 de abril de 1878, pelo valor de 4:000\$000 réis. Constituído por 6 quartos de banho, equipados com boas tinas de zinco, a média anual dos banhos (...) *póde calcular-se em 7:000, dando ao proprietário o rendimento bruto de 1:120\$000 reis, sendo de \$160 réis o preço de cada banho*²⁷⁰.

Após o fecho da época balnear, provavelmente estimulado pela procura e pelos resultados positivos obtidos, o proprietário encetou a pesquisa e captura de novas águas no exterior do estabelecimento termal, originando novo pleito judicial, decorrente do embargo intentado pela companhia, na presunção

²⁶⁷ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.368.

²⁶⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-959- *Actas de Vereação* - (1872-1873), fl.232. Cota: 10-10-6-5.

²⁶⁹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-961 – *Actas de Vereação* - (1874-1876), fl.121v. Cota: 10-10-6-7.

²⁷⁰ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1874, p.1944.

de violação do perímetro de protecção que lhe foi concedido pela Carta de Lei de 14 de abril de 1875. Pela cópia do *Auto de Vistoria*, de 30 de junho de 1879, e do relatório analítico do advogado da CBV, verifica-se que (...) *houve uma composição amigável no acto da vistoria (...)*²⁷¹, ao ter-se provado não haver intenção do réu em se apropriar de novas nascentes e a queixosa ter visto salvaguardados os seus direitos²⁷².

Foto 10. Balneário do Mourisco (1910)



Fonte: Júlio César Ferreira

Em 1889, segundo Jaime Oliveira, concluíram-se as obras de melhoramentos no estabelecimento do Mourisco, acrescido com uma nova sala de espera e de leitura. Apesar da reclamação interposta pela CBV ao Governo, em 20 de julho de 1894, a poderosa família Ribeiro de Faria viu publicada no *Diário do Governo* a concessão do alvará de funcionamento e a outorga de exploração das quatro nascentes referidas por tempo ilimitado²⁷³.

Pelas razões já apontadas, mas sobretudo pela sua elevada frequência, o Balneário do Mourisco acabou por ser adquirido pela não menos poderosa CBV.

²⁷¹ CBV, 1879, AGA – *Relatório da Direcção*, p.6.

²⁷² CBV, 1879, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.21-26.

²⁷³ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.66-67.

3.3.1.3 O balneário do Paulino

As águas deste banho brotavam no quintal da propriedade que Luiz Paulino da Silva e Sousa detinha na rua da Rainha²⁷⁴, artéria que, apesar de ter recebido novo onomástico – dr. Pereira Caldas - saído da decisão municipal, de 12 de janeiro de 1898, homenageando esse ilustre vizelense²⁷⁵, nunca se apagou da memória coletiva.

A exploração destas águas remonta ao ano 1873 num balneário que desapareceu consumido pelo fogo em 1903²⁷⁶. Em 1887, o seu proprietário, negociante abastado²⁷⁷, viu a CBV mover-lhe uma acção por ter aprofundado o poço da água primitivo e aberto um novo²⁷⁸, violando os direitos daquela. As suas instalações, que deveriam ser modestas²⁷⁹, viram as suas águas oficialmente reconhecidas em 1894²⁸⁰, ou seja dois anos depois de publicado o Decreto de 30 de setembro de 1892, que regulamentava a exploração das águas minerais portuguesas.

Reconstruído, o novo estabelecimento balnear, em 1904, passou, a deter todas as condições para reabrir portas aos banhistas. Com efeito, em agosto desse ano, noticiava *“O Povo de Guimarães”*, que o Conselho Superior de Higiene aprovou na terça-feira o parecer do activo sub-delegado d’esta cidade, snr. Dr. Mattos Chaves, sobre o estabelecimento thermal com a denominação da epigraphe [Banhos do Paulino], situado nas Caldas de Vizella e pertencente ao snr. Luiz Paulino da Silva e Souza²⁸¹.

Por seu turno, em 1905, informava o *“Echos de Vizela”* que o seu proprietário (...) vem de introduzir no seu já magnífico estabelecimento balnear muitos e importantes melhoramentos tanto de adorno como de commodidade e hygiene (...), com aposentos pavimentados e dotados com piscinas de mármore, tendo por

²⁷⁴ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.68.

²⁷⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-972 – *Actas de Vereação* - (1898-1899), fls.1-2. Cota: 10-10-6-17.

²⁷⁶ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.68; CBV, 1909, AGA – *Relatório da Direcção*, p.13.

²⁷⁷ Era o maior contribuinte da freguesia de S. Miguel das Caldas nos alvares do século XX. Cf. AMAP – *Eleições* (1900) - Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas, fls.111-115. Cota: 10-10-10-11

²⁷⁸ CBV, 1887, AGA – *Relatório da Direcção*, p.6.

²⁷⁹ Cf. *Termas de Vizela*. In - Instituto de Ciências Sociais. http://www.aguas.ics.ul.pt/braga_vizela.html (consulta em 2013-01-20);

²⁸⁰ DAMAS, Júlio – *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964, p. 52.

²⁸¹ *“OPovo de Guimarães”*, n.º34, de 21-08-1904. Cota: SMS – 1904 – BG. 11-6-11.

diretor clínico o médico Manuel Pereira Caldas²⁸². Este balneário encontrava-se instalado no rés-do-chão do edifício situado na esquina, do lado direito, da rua do dr. Pereira Caldas com o largo de Franco Castello Branco (Lameira)²⁸³, sendo parte integrante da hospedaria que funcionava nos espaços reconvertidos do 1.º e 2.º andar²⁸⁴, onde, a partir de 1925, totalmente remodelado, funcionou por escasso tempo o Hotel Avenida²⁸⁵.

Foi encerrado em consequência das múltiplas queixas e reclamações apresentadas, mormente pela CBV, aos governos da República²⁸⁶, não resistindo, também, ao ímpeto monopolista da enérgica empresa termal de Vizela, que, em 1920, o adquiriu, optando, pouco tempo depois, pela sua demolição.

3.4 Atividades Comerciais e Serviços

3.4.1 Hotéis e Pensões

O sempre assinalável movimento das termas de Vizela, dinamizador da expansão da oferta hoteleira, sobretudo a partir de 1881, determinou, naturalmente, a construção de novas unidades hoteleiras ao longo do período em estudo.

A distinção entre hotéis e pensões era, à época, ambígua e imprecisa, “enriquecendo” alguns hotéis o nome original com a palavra *Grande*, a exemplo de *Grande Hotel Cruzeiro do Sul* ou de *Grande Hotel Visella*. Contudo, constata-se ser comumente reconhecido que hotel era uma hospedaria maior, mais luxuosa e com atendimento profissional, enquanto a pensão era encarada como local de alojamento mais pequeno, mais modesto e com serviço familiar.

Em 1874, acerca de Vizela, no estudo justificativo das potencialidades da região e da sustentabilidade da vindoura linha férrea de Bougado a

²⁸² “Echos de Vizella”, n.º 39, de 11-06-1905. Cota: SMS – 1904 – BG. 10-8-27.

²⁸³ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.69.

²⁸⁴ Cf. *Termas de Vizela*. In - Instituto de Ciências Sociais. http://www.aguas.ics.ul.pt/braga_vizela.html (consulta em 2013-01-20)

²⁸⁵ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.24-25.

²⁸⁶ Cf. *Termas de Vizela*. In - Instituto de Ciências Sociais. http://www.aguas.ics.ul.pt/braga_vizela.html (consulta em 2013-01-20); CBV, 1909, AGA – Relatório da Direcção, p.12.

Guimarães, o seu autor afirma - reportando-se ao *Hotel do Padre* e ao *Cruzeiro do Sul* - que os (...) *dous grandes hotéis que accomodam para cima de 150 hospedes, é litteralmente preciso esperar vez, para lá poder ser admittido (...)*²⁸⁷, conjecturando, numa estimativa pensada em 30 000 banhos ao ano, que a povoação é visitada, durante os cinco meses de maio a setembro, por 35 000 a 40 000. *Fóra de este tempo a concorrência é pequena, por falta de commodidades de transporte; mas logo que existam, não ha duvida que esta terra será immensamente visitada, por nacionaes e estrangeiros em todo o tempo, e estarão então os hotéis preparados para seu agasalho*²⁸⁸.

Estas previsões não se revelaram exageradas, realizando-se, até, muito próximas da realidade. Com efeito, entre 1877 e 1881, inauguraram-se quatro novos hotéis, e, em 1887, quatro anos após a abertura da via-férrea, verifica-se a coexistência de 7 unidades hoteleiras, todas muito próximas do novo estabelecimento termal. Situavam-se todos os hotéis na rua do Dr. Abílio Torres, com excepção do Hotel Central, localizado no largo da Alameda, hoje praça da República.

Os dados dispensados pelo trabalho de Jaime Oliveira, permitiram a identidade e a longevidade de cada um, condensados no seguinte quadro:

Quadro 7. Hotéis de Vizela (1854-1918)

Hotel	1854	1871	1877	1881	1886	1887	1888	1903	1918
Balneário									■
Bragança				■	◆	◆	◆		
Central			■	◆	◆	◆	◆		
Cruzeiro do Sul		■	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Frankfort				■	◆	◆	◆		
Sul-Americano								■	◆
União			■						
Universal						■	◆	◆	◆
Vizella					■	◆	◆	◆	◆
Vizellense	■	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

■ Fundação ◆ Longevidade

Fonte. Adaptado de: OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.23.

Relativamente à qualidade de alguns espaços, equipamentos e serviços hoteleiros, em Junho de 1875, Ramalho Ortigão, por exemplo, considerava

²⁸⁷ MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Tipographia Lusitana, 1874, p.25-26.

²⁸⁸ MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Tipographia Lusitana, 1874, p.36

como dois bons hotéis: *o conhecido pela designação de Hotel do Padre, o mais próximo dos banhos da Lameira, e o Hotel do Cruzeiro do Sul (...). N'uma e n'outra d'estas hospedarias o serviço é de meza redonda e o preço de quarto e comida é de 1\$000 reis diários por cada hospede*²⁸⁹.

O *Hotel Vizellense*, mais conhecido por *Hotel do Padre*, visto o seu primeiro proprietário ter sido o p(e). Domingos José Lopes, abade de São Miguel, em 1854, oferecia um gabinete de leitura. Já no decorrer da primeira década do século XX, o *Cruzeiro do Sul* tinha (...) *50 quartos espaçosos e bem mobilados, sala de jantar e salão recreativo com piano, tendo ainda sala de visitas. Tinha também banhos nos quartos, instalação eléctrica, garagem e grande parque de ténis, croquet (...)*²⁹⁰, sendo, de todos, o mais luxuoso e o mais requestado pelas elites²⁹¹. Oferecia almoço composto de quatro pratos, vinho verde ou maduro, café e chá. O jantar compreendia 6 pratos, vinho e café, e organizava-se em duas séries de mesa, sendo a primeira às 17 h e a segunda a partir das 19 h. À quinta-feira e domingo as refeições eram de gala²⁹².

O *Hotel Sul-Americano*, propriedade de José Pinto de Sousa e Castro, foi projectado expressamente para o serviço hoteleiro e iniciou a actividade na época balnear de 1903²⁹³. Em 1905, foi-lhe acrescentado um andar na ala esquerda, e os 70 quartos, todos com janelas viradas para o exterior, tornaram-se mais cómodos e bem apetrechados²⁹⁴. O seu serviço era de primeira ordem, sendo as diárias muito idênticas às do *Hotel Cruzeiro do Sul*. Possuía, ainda, um edifício contíguo, com independência e conforto, destinado à locação de famílias e de criados que acompanhavam os seus patrões nas suas deslocações às termas²⁹⁵.

As pensões apresentavam-se quase sempre associadas a restaurante, surgindo nos anúncios publicitários dos periódicos com a designação de *Pensão - Restaurante*. Outras, até, permutavam a palavra pensão por hotel, a

²⁸⁹ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p.30.

²⁹⁰ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.26.

²⁹¹ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p. 598.

²⁹² OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.26.

²⁹³ Idem, p.29.

²⁹⁴ Leitura do anúncio no “*Echos de Vizella*”, n.º 35, de 14-05-1905. Cota: SMS – 1904 – BG. 10-8-27.

²⁹⁵ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.26.

exemplo do *Restaurante Hotel Borges*, situado na rua do dr. Pereira Caldas, de João António Borges, que oferecia óptimos aposentos a preços muito convidativos, bons almoços e petiscos e (...) *vinhos sempre puros e frescos para o que mandou construir um jazigo*²⁹⁶.

As várias fontes consultadas denotam a existência de muitas pensões, mas com informação imprecisa quanto a datas de abertura, funcionamento e cessação de atividade, pelo que apenas se mencionarão as óbvias com atividade sucedida no interior da nossa periodização.

Nesta conformidade, para além da pensão já referida, encontravam-se nas ruas de denominação antiga: A *Pensão Bom Retiro*, na rua de S. João (Rua Fonseca e Castro); a *Pensão Camilo* (depois *Pensão Central*) na praça da Alameda, no edifício onde funcionou o Hotel Central; a *Pensão Aliança*; e a *Pensão Passos Manuel*, na rua de Ferreira Caldas.

3.4.2 Outras atividades comerciais

Em paralelo com a diligente atividade hoteleira, verifica-se, também, uma dinâmica empreendedora noutras áreas da atividade comercial, intimamente vocacionada para o apoio da vida termal ou por ela fomentada.

Em 1909, a propósito da diversificação e fixação do Comércio em Vizela, asseverava a direção da CBV, mais agastada com a incompreensão de muitos proprietários vizelenses que nunca aceitaram a extinção dos banhos da Lameira, do que propriamente com a pouca adesão e solidariedade manifestada relativamente aos projetos que o vinham dinamizando, que a *Companhia* era (...) *a unica vida, o unico centro de movimento e d'actividade de Vizella, sendo a sua exclusiva riqueza (...)*, procurando evidenciar que os seus interesses (...) *são os interesses de cada um e o interesse geral da localidade*²⁹⁷.

Na verdade, a reunião dos elementos dispersos nas fontes com os prestados no trabalho de Júlio Damas, ajudam-nos a estabelecer um nexó comparativo da evolução do comércio e serviços, em contextos pré e pós novo paradigma termal, conforme discrimina o quadro 8, ou seja, o antes e o depois

²⁹⁶ “*Echos de Vizella*”, n.º 2, de 25-08-1904. Cota: SMS – 1904 – BG. 10-8-27.

²⁹⁷ CBV, 1909, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.10-11.

da inauguração do estabelecimento termal, em 1881. Devido às muitas dúvidas entretanto surgidas, sobretudo de âmbito quantitativo, optou-se por se omitir a numeração de algumas actividades comerciais ou serviços coexistentes em ambos os períodos.

Quadro 8. Actividades Comerciais (1851-1906)

Actividades Comerciais	1851-1881	1882-1906
Alquilarias	2	2
Armadores	2	2
Automóvel de aluguer	-	1
Barbearias	?	7
Bazares de linho/Quinquilharias	?	6
Cafés	3	6
Casas comerciais mistas	10	14
Casas de moda	-	5
Casas de pasto e vinhos	?	16
Casinos	-	3
Cervejaria	-	1
Consultórios médicos	?	6
Doçaria/Pão-de-ló	-	1
Drogarias	-	2
Farmácias	2	4
Fotografia	-	1
Funilarias	?	5
Hotéis	7	6
Jornal	-	1
Mercearias	?	8
Moagem a vapor	-	1
Padarias	?	8
Peixarias	-	4
Pensões	2	5
Perfumaria/tabacos	-	1
Relojoaria	-	1
Restaurantes	4	7
Sapataria	1	1
Talhos (Cabrito e carne de porco)	1	2
Talhos (Carnes verdes)	2	2
Tipografia	-	1
TOTAL	> 36	130

Fonte. Adaptação de: DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965; pp.43-55.

Para além do início da concorrência às alquilarias pelo automóvel, que rapidamente se adaptou, útil e prático, ao serviço de transporte, dever-se-á referir o despontar da fotografia como novel actividade comercial e profissional na povoação, conforme destaca o anúncio do “*Echos de Vizella*”, de 18 de agosto de 1904, que publicita a firma - *Photographia Silva & Filhos* – situada na

rua do dr. Abílio Torres²⁹⁸. Em 1900, a *Acta de Recenseamento Eleitoral* apenas registou um fotógrafo, o cidadão Albino Pereira da Silva, casado, de 55 anos de idade, morador na mesma rua da freguesia de S. Miguel das Caldas²⁹⁹. Quatro anos depois constitui-se a referida firma alargada aos seus filhos - Armindo, solteiro, de 22 anos, Ernesto, casado, de 32 anos, e Raul, solteiro, de 31 anos – surgindo todos recenseados nas atas eleitorais como fotógrafos e residentes na morada paterna³⁰⁰.

As feiras quinzenais e o mercado diário revelam deter uma muito significativa importância na economia da região. Eduardo Moser, em 1874, estimou que, *durante o tempo de banhos abatem-se ali 350 bois; e o consumo de aves, de lacticínios, legumes, vinho, hortaliças, fructas etc. é enorme*³⁰¹, esclarecendo-se, porém, que o abate de gado, pela inexistência de um matadouro municipal, se fazia em barracões licenciados e taxados por 1\$000 réis ao mês pela CMG³⁰².

Um pouco mais tarde, para melhoria dessas trocas, muito contribuíram a proposta do vereador vizelense, dr. Abílio Torres, em 13 de abril de 1887, para que o mercado passasse a funcionar diariamente no largo da Alameda³⁰³, revogando-se a postura municipal de 1835³⁰⁴, e a proposta do também edil vizelense, João António Dias da Costa, que, em 1890, conseguiu unanimidade que a feira se (...) *effectue quinzenalmente na 1ª e 3ª quarta-feira de cada mez, ou no dia seguinte quando algum daqueles for sanctificado (...)*³⁰⁵, destinada ao incremento das vendas de gado, alfaias e legumes e da revitalização do tradicional mercado de cereais.

3.5 Atividades Industriais

²⁹⁸ “Echos de Vizella”, n.º 1, de 18-08-1904. Cota: SMS – 1904 – BG. 11-8-27.

²⁹⁹ AMAP – *Eleições* (1900) - Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas, fl.115. Cota: 10-10-10-11.

³⁰⁰ AMAP – *Eleições* (1904) - Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas. Cota: 489 – B.

³⁰¹ MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Tipographia Lusitana, 1874, p.36.

³⁰² AMAP - PT-MGMR/UF2010-956 – *Actas de Vereação* - (1868-1869), fl.119 v. Cota: 10-10-6-2.

³⁰³ AMAP - PT-MGMR/UF2010-967 (1885-1887) – *Actas de Vereação* - fls. 146v e 147. Cota: 10-10-6-12.

³⁰⁴ LEAL, Augusto Soares d’ Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1930.

³⁰⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-96 – *Actas de Vereação* - (1890-1893), fls.8-8v. Cota: 10-10-6-14

Com exceção do fabrico e comercialização do papel e das atividades essenciais ligadas à construção habitacional e de equipamentos, verifica-se, praticamente, a inexistência de outras atividades industriais, mostrando-se a indústria têxtil débil e inexpressiva.

Na realidade, o *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884* mostra que a insípida atividade têxtil do “Território de Vizela”, especialmente nas freguesias de Infias, Moreira de Cónegos e da povoação, nada teria acrescentado à sua economia e ao seu desenvolvimento³⁰⁶, ao invés da vizinha freguesia de São Tomé de Negrelos, do concelho de Santo Tirso, onde se fundou, em 1845, a portentosa *Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela*, laborando, logo de início, com 141 trabalhadores. Em 1907, na sequência de interessantes movimentos de quotas, esta fábrica registou como sócio maioritário o cidadão portuense, Diogo Cabral Júnior³⁰⁷, o Conde de Vizela³⁰⁸.

A produção de toalhas, toalhetes e colchas de linho e mistas (mistura de linho e algodão) destinava-se essencialmente à exportação³⁰⁹, embora nas muitas barracas estabelecidas na estação balnear se vendessem os afamados tecidos e bordados de Guimarães, assim vulgarmente designados³¹⁰. A nossa fonte, sem nunca revelar o tipo de teares utilizados no fabrico destes tecidos, estima em todo o concelho 692 teares, (...) dispersos pelas casa dos tecelões, na maior parte em numero de 1 a 2; poucos ha reunidos em grupos de 3 ou 4 e menos em 5 ou 6, mostrando uma laboração tipicamente manufatureira e recorrente de mão-de-obra caseira, quando revela que os aposentos onde estão installados servem muitas vezes cumulativamente para officina de trabalho e habitação da família³¹¹.

³⁰⁶ SAMPAIO, Alberto; MEIRA, José Joaquim de – *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Guimarães: Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991, p.45

³⁰⁷ Sobre a história desta fábrica consultar: “O presente e o futuro na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Ld.ª” – Jorge Fernandes Alves. Porto: Associação Comercial do Porto, *O Tripeiro*, 7.ª Série, n.os 1-2 (janeiro-fevereiro), 1996, pp.41-46; n.3 (março), 1996, pp. 84-88. Disponível em: http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/5KPYGTYRKCHLQF4BJNA32HVEHEENAJ.pdf

³⁰⁸ Deve-se alertar que este cidadão portuense surge, com frequência, associado erroneamente às Caldas de Vizela.

³⁰⁹ SAMPAIO, Alberto; MEIRA, José Joaquim de – *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Guimarães: Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991, p.45

³¹⁰ LEAL, Augusto Soares d’ Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1930.

³¹¹ SAMPAIO, Alberto; MEIRA, José Joaquim de – *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Guimarães: Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991, p.45

A existência de muitas atividades profissionais ligadas à construção habitacional e de equipamentos³¹², denota uma significativa importância deste setor na economia local e na absorção de muita mão-de-obra. A este respeito, lê-se no já referido Relatório da Exposição Industrial de Guimarães que a povoação (...) *produz o maior número de estucadores desde que este míster, haverá 40 anos, aqui foi introduzido e ensinado (...) pelo mestre Gonçalves, de Afife*³¹³

A extracção do granito local e a arte de cantaria terão tido, também, uma significativa quota na economia, esgotando, até, muita da mão-de-obra disponível na região. Com efeito, o relatório da direcção da CBV de 1878 informa-nos que trabalhavam nas obras do novo estabelecimento termal mais de 150 operários por dia. Trazia 85 operários ao jornal, a que se juntavam à empreitada do edifício de 5.^a classe 30 pedreiros e outros tantos operários não especificados. Invocava a carência de trabalhadores como razão principal pelo atraso das obras, pois (...) *muitos d'esses operários deixam-nos logo que chega a epocha das lavouras; uns porque preferem esse genero de trabalho, ainda que menos remunerado, outros porque não podem faltar aos pedidos de parentes e amigos, a quem são obrigados, ou ás exigencias dos seus senhores*³¹⁴, podendo-se, assim, caracterizar a povoação como uma espécie de “ilha” urbana no interior de um território ainda predominantemente rural.

Por fim, em relação às 3 fábricas de papel instaladas nas margens do rio Vizela, será de realçar, não só a relevância que terão tido na economia regional, mas, também, a tradição o pioneirismo, a longevidade temporal e o crédito dos seus produtos.

Desde os finais do século XVIII, devido à escassez de trapo de que o papel era feito e à sua crescente procura, urgia encontrar matéria-prima alternativa, fácil e abundante.

É neste contexto que surge a *Fábrica Real de Papel e de Tinturaria do Sá*, assim denominada pelo alvará de 24 de Janeiro de 1805, propriedade de Francisco Joaquim Moreira de Sá, nobre fidalgo da casa de Sá, da freguesia de

³¹² Pelo gráfico 6, mostra-se o peso dos grupos socioprofissionais indispensável na construção de edifícios.

³¹³ SAMPAIO, Alberto; MEIRA, José Joaquim de – *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Guimarães: Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991, p.78.

³¹⁴ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, p.11.

Santa Eulália de Barrosas, sendo (...) *a primeira fábrica do mundo concebida e construída com o intuito expresso de fabricar papel com «massa de madeira»*³¹⁵.

Esta fábrica, de grandes dimensões e de avultados investimentos de capital, instalada, junto ao rio, na quinta da Cascalheira, foi destruída, poucos anos depois, pelas tropas napoleónicas no decorrer da Guerra Peninsular (1807-1814), acarretando um atraso significativo, (...) *a nível mundial, do início de uma indústria de papel tipo novo, assente na utilização de uma matéria-prima nova e abundante*³¹⁶.

Desconhece-se a localização exata da fábrica *António Alvares Ribeiro & C.^a*, mas, segundo a pesquisa dos autores citados, foi construída na freguesia de Moreia de Cónegos³¹⁷, junto ao rio Vizela.

António Alvares Ribeiro, tipógrafo do Porto, solicitou autorização para instalar uma fábrica de papel, em 7 de abril de 1788, e viu, pela resolução da Real Junta do Comércio de 3 de maio de 1792, a concessão de todos os privilégios requeridos³¹⁸, nomeadamente o livre-trânsito do trapo (branco e de cor) no interior do reino, marca especial de papel e a proteção da fábrica pela Real Junta do Comércio³¹⁹. Contudo, em 1798, foi-lhe negada a prorrogação por mais cinco anos do privilégio de produção exclusiva numa área circular de 2 léguas, uma vez que fora expedida provisão régia ao fidalgo da casa de Sá, certamente pela influência da condição de fidalgo da Casa Real e Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, para que pudesse edificar, a menos de meia légua, uma fábrica semelhante à de *António Alvares Ribeiro & C.^a*³²⁰, e, doze anos depois, despacho idêntico para a instalação da fábrica de papel *Ribeiro & C.^a*

³¹⁵ SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1990, p.1.

³¹⁶ SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1990, p.1.

³¹⁷ Idem – Ibidem, p.3.

³¹⁸ Idem – Ibidem, p.3.

³¹⁹ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.^a, 1873-1890, p.1934.

³²⁰ SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1990, pp.4-5.

Apesar dos melhoramentos técnicos entretanto realizados, jamais logrou obter o privilégio de tempo e área de produção exclusivas, sendo a sua produção vendida à coroa e uma pequena fração utilizada na sua tipografia³²¹, vindo, por questões judiciais, a encerrar no ano de 1882 ou 1883³²².

A fábrica de papel *Ribeiro & C.^a*, instalada na margem direita do rio, no lugar de Ante-Vilar, da freguesia de Moreira de Cónegos, contígua à povoação de Vizela, deve a sua fundação à ordem de 9 de agosto de 1810, concedida a Francisco José Ribeiro, natural da freguesia São Miguel das Caldas, com idênticos privilégios das outras fábricas do reino, produzindo, em 1884, papel almaço de escrever, branco liso, anilado pautado e de embrulho branco e pardo³²³.

Galardoada com o diploma de 1.^a classe na *Exposição Industrial de Guimarães*, de 1884, sabe-se, pelo relatório da citada exposição, que a fábrica sofreu ampliações e melhoramentos técnicos, no ano de 1856. Utilizava como força motriz a água do rio para mover 3 rodas e outros tantos cilindros na lavagem e trituração do trapo até à sua redução a pasta, sendo o restante serviço manual, assegurado por 28 operários. A sua produção *póde avaliar-se em 15 resmas por dia, regulando um terço de papel de escrever e o resto de embrulho. Os preços do primeiro vacillam de 1\$00 a 1\$400 reis, os do segundo de 1\$400 a \$700 reis a resma: por anno teremos 4:500 resmas no valor aproximado de 5:550\$000 reis, e com o peso de 22:500 kilos, dando 5 kilos a cada uma, sendo comercializado em muitas localidades do reino, conhecido pelo nome de *Papel das Caldas*³²⁴.*

3.6 Cultura, Diversão e Lazer

3.6.1 Jornais locais

³²¹ SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1990, p.4.

³²² LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.^a, 1873-1890, p.1934.

³²³ SAMPAIO, Alberto; MEIRA, José Joaquim de – *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Guimarães: Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991, p.17.

³²⁴ Idem, pp.17-19.

Apesar de ter revelado possuir uma consciência muito análoga à de Almeida Garrett, que cedo se apercebeu do imenso poder democratizador da imprensa, enquanto formadora da opinião, nas sociedades modernas e soube tirar excelente partido desse veículo privilegiado de socialização do público burguês, a elite vizelense apenas esporadicamente se socorria desse poder, de forma parcial e dependente do labor literário dos correspondentes. Servirá, como exemplo paradigmático deste panorama, a denúncia no *Periódico dos Pobres no Porto*, em 1852, da insatisfação e revolta por a rainha D. Maria II não ter cumprido a promessa anunciada da sua visita a Vizela, ou a publicação, em 1869, no jornal *O Commercio do Porto*, da representação ao rei destinada à sua autonomia administrativa.

Na realidade, poder-se-á considerar que só no dealbar século XX os jornais e a atividade jornalística despontaram em Vizela, vistos e sentidos como (...) *um poderoso meio de socialização política e ideológica, um importante espaço para a formação e promoção social dos homens de letras*³²⁵, e, também, de defesa e divulgação dos interesses locais e regionais, num tempo em que os esforços e a necessidade de alfabetização pública começavam a revelar alguns resultados e as suas infinitas virtudes.

Com efeito, propala-se, sucessivamente, a informação da existência de quatro jornais em Vizela, não se clarificando, no mínimo, a longevidade dos títulos ou a quantidade de números publicados³²⁶.

Tendo em consideração estes propósitos, dever-se-á, desde logo, excluir os apregoados títulos - *Bazar* e o *A Emancipação*. O primeiro título porque apenas viu impresso, em 1885, um único número, em folha única, em benefício da confraria do Senhor da Boa Morte da paróquia de Caldas de Vizela - São Miguel, uma iniciativa do P.(e) Abel Pereira de Freitas e do seu primo, poeta e estudante de Direito, Braulio Caldas (este estará ligado ao jornal *O Visellense*, como se lê abaixo)³²⁷. Porém, será justo referir que, a par da produção literária, o jornalismo ocupou a estes dois jovens um lugar importante

³²⁵ SILVA, Augusto Santos - *Palavras para um País: Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*. Oeiras: Celta Editores, 1997, p.13.

³²⁶ *O Estado da Arte*, por exemplo, direciona-se praticamente na quantificação de títulos publicados.

³²⁷ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, pp.1945-1947.

na sua escrita, sobretudo o segundo que exerceu as funções de redator principal no *Aurora do Minho*, periódico de Braga, onde fazia publicar na “*Chronica de Visella*” as principais novidades acontecidas na povoação, pelo menos desde outubro de 1888³²⁸. Quanto ao segundo título, sob a direção de Miranda de Barros e de Domingos Guimarães, apenas se conhece um único número, impresso em fevereiro de 1898, destinado à homenagem pública, prestada por familiares e amigos, em memória do promissor professor Ignacio José Miranda de Barros, falecido prematuramente jovem³²⁹.

Em relação aos títulos – *O Echos de Vizella* e *O Visellense* - ambos reuniam, sem dúvida alguma, todos os predicados para merecerem o rótulo de verdadeiras publicações periódicas, mesmo que não se aluda, por inexistência de referências, as suas tiragens.

O jornal *O Echos de Vizella*, semanário independente, era dirigido pelo próprio proprietário e redator principal, Francisco de Freitas Neves Pereira. O seu primeiro número publicou-se em 18 de agosto de 1904. A última edição passível de consulta, o n.º 61, foi publicada em 12 de novembro de 1905³³⁰, embora se afirme ter edição em 1914³³¹. O seu carácter de órgão noticioso, político e literário, iminentemente local e regional, destinava-se a um heterogéneo público, revelando, sub-repticiamente, uma tendência bairrista de pendor emancipalista.

Quanto a *O Visellense*, fundado em 1904, era um jornal quinzenário que se auto reivindicava de *estudos sociaes*. Tinha como proprietário e editor José M. P. Guimarães, e como redator principal o dr. Bráulio Caldas, poeta, não estranhando, por isso, que a sua linha editorial se direcionasse para os eventos sociais e para os assuntos literários. A edição n.º 1, do ano primeiro, publicou-se em 5 de agosto de 1904. Porém, apenas se encontram disponíveis os n. 4, de 26 de março de 1905 e o seguinte, datado de 5 abril de 1905, na BSMS, embora pareça ter-se publicado outros números³³².

³²⁸ Na BPMP, apenas está disponível uma compilação a partir do n.71, de outubro de 1888 até ao n.º 144, de 02-03-1890. Cota: BPMP. P – C - 149.

³²⁹ Cf. Cópia do jornal na BSMS. Cota: BSMS. BG -10 -8-52.

³³⁰ Informação colhida na hemeroteca da BSMS. Cota: BSMS – BG – 10-8-27.

³³¹ PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, *Guilherme – Portugal - Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico (...)*, (Vol. VII –T-Z). Lisboa: João Romano Torres & C.ª, Editores, 1915,p.661.

³³² Hemeroteca da BSMS. Cota: BSMS – BG – 10-8-20.

3.6.2 Bailes, cafés, casinos e touradas

3.6.2.1 Bailes

Uma diversão que, em Vizela, não se podia considerar esporádica e extraordinária, eram, por exemplo, os bailes dados em casas particulares, hotéis e casinos. No Carnaval, muito antes da abertura da temporada termal, já se realizavam bailes, muito publicitados pelos jornais, a exemplo do bracarense *Aurora do Minho*, de 23 de fevereiro de 1890, que, na “*Chronica de Visella*”, anunciava para *segunda e terça – feira bailes de mascaras em casa do snr. João de Freitas Ribeiro Guimarães*³³³.

Nesses e nos muito requestados bailes realizados nos amplos e luxuosos salões dos hotéis, havia alegre convívio e diversão ao som de música que, quase sempre, provinha de conjuntos orquestrais ou de piano, dançando-se, geralmente, valsas, polcas ou marchas. Porém, Ramalho Ortigão, recomendava-os com parcimónia, pois *não será dançando os lanceiros ao som de um piano ou da phylarmonica da terra, no meio de tão mau ar, tão viciado e miasmático (...)* que os banhistas lograrão a cura³³⁴.

A profusão de salões de bailes em hotéis e casas particulares não obstou a criação de um *Club* privado em Vizela. O *Mourisco Club*, que terá sido criado à semelhança dos existentes nas estâncias termais de Spa, Baden ou Hamburgo, desempenhou um papel importante na vida social de Vizela, pois, de harmonia com o escritor citado, *representa um papel importante e dá a feição mais saliente da vida local durante a estação*³³⁵.

Este clube funcionou, desde 1908, no vulgarmente denominado “castelo”, propriedade do médico vizelense, dr. Armindo de Freitas Ribeiro de Faria. Este imponente imóvel, em estilo neogótico, concluído em 1906, destinava-se, como mais à frente se analisará, a servir de paços de concelho, na esperança da breve concretização da prometida emancipação administrativa³³⁶. Na diversidade de eventos realizados, destacava o jornal

³³³ “*Aurora do Minho*”, n.º 143, de 23 de fevereiro de 1890. Cota: BPMP – P – C – 149.

³³⁴ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similada em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p.18

³³⁵ Idem, p. 17.

³³⁶ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.65.

Independente, de 25 de julho de 1908, que *continua a agradar muito o cinematographo que, todas as noites, com larga concorrência de espectadores, funciona no esplendido salão do “Mourisco Club”*³³⁷, ofertando sempre sessões com fitas variadas. No seu salão, convidados e frequentadores continuaram a fruir de jogos, magníficas festas, bailes e esmerados banquetes, que se prolongaram muito para além de 1910.

3.6.2.2 Cafés

O café cumpria um papel relevante em matéria de convívio, conquanto que eminentemente masculino. Nele bebericava-se, lia-se livros, jornais e revistas. Nalguns realizavam-se animadas tertúlias literárias, políticas e artísticas, numa espécie de *microcosmos permanente, penetrado pelo mundo exterior*³³⁸. Os dotados de bilhares, um meio preferido de distração, eram muito procurados, como em Vizela *o belo e imponente Madrid, onde se jogava bilhar*³³⁹.

Diz-nos Jaime Oliveira que o café Madrid, considerado o melhor das termas, era propriedade de Francisco José Fontão e situava-se na rua do dr. Abílio Torres (o actual n.º 815)³⁴⁰, sabendo-se, pelo jornal *O Povo de Guimarães*, que nele se poderia (...) *ouvir, todas as tardes, um terceto composto de artistas de mérito*, logo que reabrisse, após melhoramentos, no primeiro dia 1 de Maio de 1897³⁴¹.

Para além dos cafés privativos dos hotéis, embora também abertos ao serviço do público em geral, tal como o *Bragança*, o *Central*, o *Sul-Americano* e o *Vizela*, os três primeiros equipados com bilhar³⁴², havia ainda, segundo o autor citado, o *Aliança*, o *Araújo*, o *Brasil*, o *Elite* e o *Prado*³⁴³.

³³⁷ *“Independente”*, n.º 347, de 25 de julho de 1908. Cota: BSMS – BG -10-8-29.

³³⁸ DIAS, Marina Tavares – *Os cafés de Lisboa*. Lisboa: Quimera Editores, 1999, pp.8-9

³³⁹ FIGUEIRINHAS, António – *Recordações de Vizela*. Porto: Livraria Editora António Figueirinhas, 1901, p.180

³⁴⁰ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.37-38

³⁴¹ *“O Povo de Guimarães”*, n.º 12, de 18 de abril de 1897. Cota: BSMS - BG. 10-8-40

³⁴² OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.37-38

³⁴³ *“Echos de Vizela”*, n.º 47, de 6 de agosto de 1905. Cota: BSMS – BSMS – 10 -8 -27.

3.6.2.3 Jogo e casinos

Frequentava-se o casino para se jogar bilhar, às cartas, como o quino, o voltarete ou o monte, mas sobretudo para se jogar na roleta, (...) *a grande febre da época dos banhos. Havia a roleta rica, a roleta pelintra, mas parece indesmentível que, pela aderência ou pela condena, não deixaria nenhum banhista indiferente*³⁴⁴.

Dos diversos frequentadores de casinos, durante o período balnear, muitos não eram propriamente doentes. *Eram pessoas ricas e ociosas (...) que os procuram como simples logares de prazer e de jogo, juntando-se a esse grupo (...) os que não vão directamente ás aguas, mas sim á roleta, principalmente os jogadores de profissão*³⁴⁵.

Neste âmbito, ciente da necessidade de atrair e fixar este importante segmento de veraneantes, no combate à concorrência e, sobretudo, para que todos os banhistas encontrem mais (...) *distracções nas longas horas de aborrecimento e de enfado, que os afugentam de Vizella mais cedo do que elles tecionavam e quasi sempre sem completarem as prescripções do seu tratamento, a CBV propôs em 1893 que, sem nenhum encargo para si, se construísse um casino*³⁴⁶, o qual, nestes pressupostos, nunca viria a ser edificado. Apesar de ceder terreno no interior do parque termal, as restantes condições, nomeadamente o direito de fiscalização da planta, obras e escrituras, direito de exploração e de compra do edifício³⁴⁷, deveriam ter produzido o recuo dos putativos investidores, ainda, concerteza, muito abalados pela recente crise política e financeira de 1891-1892³⁴⁸.

Desta maneira, continuou o jogo no interior dos hotéis, discreto, permanente e tolerado, animado pelos próprios hóspedes, reclamando o semanário *Echos de Vizella, em 1905*, um casino onde os outros banhistas,

³⁴⁴ DEUS, José Pereira de; LÉ, António Jorge – *O Jogo em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001, p.19.

³⁴⁵ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p.17.

³⁴⁶ CBV, 1893, AGA – *Relatório da Direcção*, p.7.

³⁴⁷ CBV – 1893 – AGA, *Relatório da Direcção*, p.24

³⁴⁸ Cf. FERNANDES, Paulo Jorge – “*Política Económica*”. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) - *História Económica de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 414-15.

hospedados em pensões e casas particulares, pudessem, também, usufruir dessa distração, legalmente³⁴⁹.

A realidade do jogo clandestino em Vizela era uma constante. Jogava-se desenfreada e desassombradamente em cafés, em casas de jogo e, até, nas particulares, sem que as autoridades conseguissem por cobro definitivo a essa verdade inquestionável. Os relatos de rusgas policiais às casas de batota cedo foram notícia nos jornais regionais. Como exemplo, na sua edição de 28 de junho de 1890, informava o vimaranense *Religião e Pátria*, citado por Jaime Oliveira, que a polícia, na noite anterior, tinha feito uma rusga às casas de batota de Vizela, apreendendo, entre outros artefactos, algumas roletas e diversos apetrechos de jogo³⁵⁰.

No interior deste quadro, bem revelador de uma povoação termal simultâneamente associada à oferta do jogo e, também, dele dependente, encontrar-se-á a lógica que terá incentivado a iniciativa privada na construção de edifícios que, conseqüentemente, vieram suprimir a carência do casino há muito reclamado.

Logo depois da implantação da República, Vizela disponibilizou às crescentes colónias de aqúistas, veraneantes e visitantes três magníficos casinos – *Bristol, Peninsular e Requite*³⁵¹. Todos bem apetrechados para o jogo, com destaque para o Casino Peninsular, ao oferecer, também, um elegante e bem mobilado salão de baile³⁵², reforçaram a imagem de Vizela como estância termal e deram um importante contributo à economia local até à sua extinção, ditada pela proibição do jogo em 1929³⁵³.

3.6.2.4 Touradas

Sendo as touradas muito populares, arrastando os seus idolatrados protagonistas multidões de aficionados, nos centros de veraneio construíram-se praças de touros sazonais³⁵⁴.

³⁴⁹ “*Echos de Vizela*”, n.º 55, de 1 de outubro de 1905. Cota: BSMS –BG-10 -8 -27.

³⁵⁰ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.54.

³⁵¹ Idem, p.55.

³⁵² PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, pp.614-615.

³⁵³ PINTO, Ricardo Santos - *Vizela – 600 anos de História*. Penafiel: Netbe, 1998, p.92

³⁵⁴ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.666.

Por estes motivos, pelo menos desde 1888 até 1906, empresários tauromáquicos afoitaram-se em organizar touradas em Vizela, construindo para o efeito três praças de touros em madeira³⁵⁵.

A primeira corrida de touros em praça própria, realizou-se, segundo Jaime Oliveira, na gala de 18 de junho de 1899, tendo o numeroso público, estimado em mais de 2 000 pessoas, lotado os camarotes e todos os lugares à sombra e sol. Foi construída pelo empresário António Maia Figueiredo, na Cruz Caída, próxima do cemitério paroquial. Acabou demolida no ano seguinte devido, sobretudo, às quatro corridas ali efetuadas terem sido classificadas pelo público e jornais como fracas e vergonhosas³⁵⁶.

Em 1900, na mata do parque sobranceira à Cascalheira, o empresário Vitorino Theophilo substituiu a demolida praça de António Maia. Apesar do empenho e zelos na organização, os espetáculos continuaram a defraudar os aficionados, registando-se, na primeira corrida de Setembro, o público em fúria a arrancar tábuas e a lançá-las para a arena. Com a praça podre, com muitas dificuldades em obter licenciamento para promover os espetáculos, aguentou-se até 1903³⁵⁷.

Em 1904, construiu-se, por iniciativa de António da Silva Vieira Coutinho, a última praça de touros, situada num indeterminado mas *esplêndido local*. A primeira corrida realizou-se em 2 de julho de 1904, com pouco público, vindo a praça, pouco depois, a merecer obras de melhoramentos³⁵⁸. Em 1905, publicitava o *Echos de Vizella* que estava marcada para 18 de Junho a 1.^a corrida da época. Informava, ainda, haver (...) *um comboio especial que parte do Porto às 12,10 horas da tarde, regressando de Vizela às 20,55*, e bilhetes à venda no Café Central, no Porto³⁵⁹, sintoma da importância das touradas no movimento termal de Vizela e na própria economia regional.

A partir de 1906, cessam na imprensa as referências a touradas realizadas em Vizela, que, na opinião do autor citado, muito terão contribuído para a sua extinção os maus espetáculos realizados no passado e a

³⁵⁵ Sobre esta matéria, cf. OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.12-18.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.12-13.

³⁵⁷ Idem – *Ibidem*, pp.14-15

³⁵⁸ Idem – *Ibidem*, p.16

³⁵⁹ “*Echos de Vizella*”, n.º 39, de 11 de junho de 1905. Cota: BSMS – BG-10 -8 -27.

concorrência de uma praça de touros na cidade de Guimarães, assinalando-se, depois, algumas garraíadas realizadas pelo Hotel Cruzeiro do Sul, no seu jardim³⁶⁰.

3.6.3 O parque das termas

A criação do parque termal estava associada a uma dupla referência de objetivos manifestados pela direção da CBV. Por um lado, responder aos desígnios de visitantes e aqúistas ávidos por um espaço de convívio e tranquilidade, uma «fonte de saúde e beleza natural», por outro o estímulo económico da estância termal, através da oferta de mais e melhores condições de estadia, da fidelização e promoção do aumento de fluxos de veraneantes e, também, como fonte de rendimento direto.

O balanço de 1878 mostra que a companhia já detinha terrenos, no valor de 3 577\$008 réis, destinados exclusivamente à sua construção, vigorando nos planos iniciais de melhoramentos idealizados pela direção da CBV³⁶¹.

Idealizado numa linha de rivalidade aos passeios públicos românticos, locais muito frequentados pelas famílias burguesas de Lisboa e Porto, foi em 1883 a direção autorizada pelos acionistas a construí-lo segundo projeto e planta apresentada, ou com alterações da forma que melhor entender, de modo a que não se excedesse a quantia de 4 contos de réis³⁶².

O parque, instalado na margem direita do rio, ficou contíguo ao novo estabelecimento termal, apenas separado pela Estrada Nova, a Oeste, espraiando-se marginal ao Vizela desde a Ponte Nova até à quinta da Cascalheira. O parque, projeto concluído entre 1885 e 1886, pela quantia de 4: 500\$000 reis, foi desenhado e plantado por José Marques Loureiro, floricultor portuense³⁶³, com árvores e arbustos de todo o tipo e espécies, muitas delas

³⁶⁰ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, p.17.

³⁶¹ CBV, 1878, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.18-19.

³⁶² CBV, 1883, AGA – *Relatório da Direcção*, p.6.

³⁶³ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1942.

exóticas³⁶⁴, transformando essa área num frondoso e aprazível jardim botânico, bem revelador da influência e do gosto pela estética romântica.

A instalação de outros equipamentos indispensáveis ao parque correu por conta da companhia, nomeadamente o coreto, as pontes, os canais do lago artificial, o chafariz e fontenários, o chalé do chá, bem como a construção do muro e gradeamento de ferro da entrada pela rua da Estrada Nova³⁶⁵. A construção do açude, de modo a manter o rio com altura e caudal estável e permanente, veio possibilitar a prática da natação, remo e canoagem, numa extensão de 2 km até à idílica *Ilha dos Amores*, a montante. Alimentou, também, a turbina, que, entre outras funções, bombeava a água para o reservatório que alimentava os sistemas de irrigação do parque e balneários, obrigando a edificar-se a denominada *casa da turbina*³⁶⁶. Desta forma, segundo os autores citados, ao fazer-se coabitar este edifício e o parque termal com a indústria, (...) *sobrepõem-se aqui claramente as imagens da Indústria como força transformadora da natureza inserida na natureza, ou seja, o complexo mecanismo de bombagem de água inserido no parque termal sobre o açude, comporta a dimensão referida elevando a casa de máquinas à categoria de engenho no jardim*³⁶⁷.

Estas obras, fundamentais na corporização do fabuloso parque, absorveram avultado capital, demonstrando as contas do balanço de 1891 ter a CBV investido nele 11:135\$666 réis e no açude, turbina e reservatório 12: 571\$429 réis³⁶⁸, enquanto a sua exploração, até 1910, propiciou proventos líquidos na ordem de um conto de reis ao ano, provenientes sobretudo das entradas e do aluguer de barcos e de equipagens para natação.

O aristocrático ténis – *lawn-tennis*, como então também se dizia – atividade desportiva muito em voga no alvor do século XX, forçou, em 1907, a CBV a construir no parque (...) *um court que instantemente [lhe] era reclamado, há*

³⁶⁴ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p123-124.

³⁶⁵ CBV, 1884, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.6-8.

³⁶⁶ O relatório - CBV, 1890, AGA – *Relatório da Direcção*, pp.8-9 - pormenoriza as razões destas construções.

³⁶⁷ BAPTISTA, Lúcia; PROVIDÊNCIA, Paulo – *Paisagem e Memória: A rota como estratégia de musealização*. In - Actas do Colóquio de Museologia Industrial, (coord. de) Maria de Luz Sampaio. Porto: Museu da Indústria, 2002, pp.63-64.

³⁶⁸ Consultar o anexo 9 - Balanço da CBV de 31 de Dezembro de 1891.

muitos annos (...), melhoramento que muito agradou os seus praticantes³⁶⁹, vindo a organizar-se torneios entre os hóspedes dos vários hotéis.

Como terapêutica auxiliar para a cura ou para a própria alegria dos aquistas, há muito recomendava Ramalho Ortigão que as festas que lhes convêm (...) *são as festas ao ar livre, em pleno dia, sobre a relva, debaixo de árvores, à grande luz*³⁷⁰. Nesta feição, os banhistas de Vizela, a partir dos finais século XIX, ao costume dos passeios e convívios pelas aprazíveis ruas e alamedas do frondoso parque, passaram a poder fruir de concertos gratuitos no coreto, aos domingos, *matinée* ou *soirée*, executados pela filarmónica local, (...) *a magnífica Banda Vizellense*³⁷¹, oferecidos pelas várias unidades hoteleiras e pela CBV.

3.7 Organizações e Equipamentos Sociais

3.7.1 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela

O fulgor do desenvolvimento urbano e do crescimento habitacional da povoação de Vizela despertou nos seus residentes o sentimento da necessidade da criação de equipamentos e serviços de bombeiros aptos no socorro a pessoas e bens, decorrentes de incêndios e outras calamidades públicas, que, paulatinamente, se foi alargando a todas as freguesias circunvizinhas.

Deste modo, em 8 de maio de 1877, fundou-se a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela, conferindo à localidade o privilégio de poder reivindicar um lugar de destaque entre as primeiras terras portuguesas que criaram uma corporação de bombeiros. Os seus estatutos, expressos em 37 artigos repartidos por 7 capítulos, foram aprovados pela Governador Civil de Braga, em 12 de dezembro de 1877³⁷². Foram redigidos no dia 8 desse mesmo mês e ano e subscritos pela comissão instaladora, composta por 10 cidadãos vizelenses, assim constituída³⁷³: Abílio da Costa

³⁶⁹ CBV, 1907, AGA – *Relatório da Direcção*, p.8.

³⁷⁰ ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875, p.18

³⁷¹ “*Echos de Vizella*”, n.2, de 25 de agosto de 1904. Cota: BSMS –BG - 10-8-27.

³⁷² Conforme mostra a cópia do doc. do *anexo 11*.

³⁷³ Arq. da RAHBV. Segundo a informação prestada pela cópia dos Estatutos.

Torres; António José d' Azevedo Varella; António José Dias Pereira; António Pedro de Barros Lima; Armindo Pereira da Costa; João de Freitas Ribeiro Guimarães; Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria; Joaquim Pinto de Souza e Castro; Joaquim Ribeiro da Costa; Luiz Antunes Pereira, quase todos cidadãos que, como se irá apurar, enformaram a elite de Vizela

Naquele domingo de maio, entusiasticamente aplaudido, o corpo activo de bombeiros, formado por 30 homens uniformizados, sob as ordens de Armindo Pereira da Costa, 1.º comandante e de Joaquim António da Silva, 2.º comandante, apresentou-se aos seus concidadãos, num desfile pelas ruas de Vizela³⁷⁴. O seu equipamento, suportado por donativos que a comissão instaladora conseguiu angariar, constituía-se por uma bomba grande, provida de 2 mangueiras e 2 agulhetas, no valor de 552\$000 réis, um carro equipado com machados, mangueiras e escadas, pela quantia de 150\$000 réis e pelo fardamento, no valor de 600\$000 réis³⁷⁵.

As associações de bombeiros, cada vez mais reconhecidas pelos relevantes serviços prestados às populações do reino, passaram a receber dos municípios e do Estado apoio monetário e material para a construção de quartéis destinados à melhoria dos serviços de ataque aos incêndios³⁷⁶. Terá sido neste âmbito e na sequência da petição apresentada à CMG, em 20 de outubro de 1894, que a de Vizela alcançou um contrato, aprovado por despacho ministerial, que lhe permitiu receber do município o subsídio anual de 100\$000 réis³⁷⁷, porque, (...) *não possuindo a corporação edifício próprio, carecendo portanto de ocupar para sua regular instalação um edifício de aluguer (...)* onde pudesse arrecadar todo o material que conseguira granjear³⁷⁸, enquanto a congénere vimaranense, pela mesma via e finalidade, viu-se contemplada pelo município com o subsídio de 800\$000 réis por ano³⁷⁹.

As bases do contrato, celebrado em 22 de novembro de 1894, data em que na vereação pontificava o vizelense João António Dias da Costa, revelam

³⁷⁴ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.436.

³⁷⁵ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1932.

³⁷⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol.X). Lisboa: Verbo, 1988, pp.469-70.

³⁷⁷ AMAP - PT-MGMR/UF2010-973, *Actas de Vereação* - (1899-1901), fls.130-130 v. Cota: 10-10-6-18.

³⁷⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-970 - *Actas de Vereação* - (1893-1896), fl.43. Cota: 10-10-6-15

³⁷⁹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-973, *Actas de Vereação* - (1899-1901), fls.130-130 v. Cota: 10-10-6-18.

que, para manutenção do subsídio, a corporação dos bombeiros teria, *sine qua non*, de apresentar anualmente um inventário do material, desenvolver e manter uma casa-escola para formação e treino de bombeiros, manter como corpo ativo mínimo, 1 comandante, 1 segundo comandante, 3 primeiros patrões, 3 segundos patrões, 3 aspirantes, 20 bombeiros e 6 auxiliares e, ainda, prestar auxílio alargado às freguesias circunvizinhas à povoação³⁸⁰.

Nessa data, do inventário do *magnífico material com todos os modernos aperfeiçoamentos*, constavam 2 bombas de 2 agulhetas cada, com força de 30 metros, 1 bomba de 2 agulhetas com força de 35 metros, 1 carro para condução do material, 1 escada sistema italiano de 8 lances, 5 de *crochet* e 1 escada de instrução, 3 sarilhos para mangueiras, 168 metros de mangueiras de lona, 26 metros de mangueiras de couro e 30 machadas. Como material para extinção de incêndios e de salvação, possuía ainda a corporação, absorvos, agulhetas, machadas grandes, lanternas gadanhos, machadas várias, pás, alavancas, picaretas, mangueira de salvação, macas e máscaras com reservatório de ar, tendo como responsáveis pela direção e comando os seguintes cidadãos: Presidente - Miguel António Moreira de Sá e Mello; Vice-presidente - Luiz Pinto de Souza e Castro; 1.º Secretário - António da Silva Vieira Coutinho; 2.º - Secretário - José Mendes Esteves Guimarães; Tesoureiro, José Pinto de Souza e Castro; 1.º Comandante - Armindo Pereira da Costa; e 2.º Comandante, António Feliciano da Silva Caldas³⁸¹.

Por fim, na esteira das medidas referidas na última legislação da monarquia em favor das corporações de bombeiros que já actuavam em muitas terras do país³⁸², o rei D. Carlos, por carta régia, dada em Lisboa aos 10 dias de julho de 1905, concedeu a mercê do estatuto de *Real* à corporação vizelense, passando, doravante, a designar-se por Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela³⁸³.

³⁸⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-970 - *Actas de Vereação* - (1893-1896), fls.44-44v. Cota: 10-10-6-15

³⁸¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-970 - *Actas de Vereação* - (1893-1896), fls.44-45. Cota: 10-10-6-15

³⁸² SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol. X). Lisboa: Verbo, 1988, pp.469-470.

³⁸³ A carta de mercê encontra-se exposta, em destaque, nas instalações da RAHBVV.

3.7.2 O Hospital de Vizela

A política de desenvolvimento das Misericórdias manteve-se no decorrer da Regeneração, entregando-se expropriados edifícios religiosos para a instalação ou alargamento de hospitais, uma forma de reconhecimento do papel social e caritativo dessas instituições³⁸⁴.

Na maioria das povoações do reino perpassava a ideia que a Misericórdia era a única instituição preponderante que manifestava preocupações no campo da assistência e do auxílio ao próximo, mormente dos mais desvalidos, assinalando-se, por isso, a doação de variados bens a seu favor³⁸⁵.

Terá sido nesta linha de ação filantrópica que o afortunado emigrante brasileiro, António Francisco Guimarães, natural da freguesia de Moreira de Cónegos, falecido e sepultado na cidade de Campinas, do estado brasileiro de S. Paulo, em 16 de julho de 1873, deixou em testamento, redigido e aprovado em 4 de agosto de 1868, uma considerável fortuna. Entre outros legados, determinou que (...) *o remanescente da sua terça fosse dividido em três partes iguais, uma das quais seria entregue à Misericórdia de Guimarães, metade para ela e outra metade para com o seu rendimento capitalizado se estabelecer e manter nas Caldas de Vizela uma casa de caridade ou Misericórdia, onde fossem tratados os enfermos pobres da vizinhança (...)*³⁸⁶, ou seja, os residentes nas freguesias que constituem o designado “Território de Vizela”.

Alegando dúvidas e leituras díspares permitidas pelas ambiguidades do texto testamentário, a concretização da vontade do benemérito doador arrastou-se no tempo, situação que à Misericórdia de Guimarães conviria manter, tendo em atenção os proveitos extraordinários que advinham da própria dilação. A pertinência de saber que tipo de instituição se deveria criar e a quem a caberia administrar, eram as questões jurídicas mais divergentes e

³⁸⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol.X). Lisboa: Verbo, 1988, p.317.

³⁸⁵ Idem, p.317.

³⁸⁶ LEAL, Augusto Soares d’ Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1936.

sensíveis quer à Mesa da Misericórdia de Guimarães quer à elite vizelense, vindo a recair a opção final num hospital³⁸⁷.

Em 22 de maio de 1883, dez anos depois da benemérita doação, a Mesa da Misericórdia vimaranense nomeou uma comissão incumbida de escolher o local e os terrenos do futuro hospital, sendo inconclusiva a sua tarefa. Para o mesmo fim, em 2 de março de 1888, decorrido mais um lustro, foi nomeada nova comissão, formada pelos párocos das paróquias da povoação, São Miguel e S. João das Caldas, pelo de Moreira de Cónegos, e pelos cidadãos vizelenses, o farmacêutico, José Freitas de Oliveira, e o médico, Abílio da Costa Torres, seu presidente. Em fundamentado relatório, apresentado à Mesa da Misericórdia de Guimarães, a comissão indicou como vantajosos e ideais para a construção do hospital os terrenos sitos no Outeiro, local muito próximo da povoação, bem na confluência das freguesias de São Miguel das Caldas e de Moreira de Cónegos³⁸⁸.

Apesar da Misericórdia de Guimarães ter aprovado os terrenos propostos pela comissão e de ter contratado os serviços de Nicolau Bigalia, arquiteto italiano, destinados à elaboração de um projeto de construção do hospital de Vizela, mantinha-se o incumprimento da vontade do generoso benemérito através de expedientes dilatatórios. Com efeito, face a um projeto que redundou sumptuoso em demasia e perante a insuficiência do capital disponível do legado que, em 1889, se cifraria em pouco mais de 80 contos de réis, a Misericórdia vimaranense veio a rejeitá-lo³⁸⁹. No início de abril de 1905, insatisfeito pelo arrastar do processo, um grupo de cavalheiros de Vizela interpelou o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, Cónego Alberto Vasconcellos, obtendo como resposta a sugestão da constituição de uma comissão mista, destinada a (...) *arrancar do Governo Civil as plantas e o processo há sete anos emperrados*³⁹⁰.

³⁸⁷ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, pp.297-298.

³⁸⁸ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1936.

³⁸⁹ Cf. Trabalho da historiadora local, Maria José Pacheco, in - *Santa Casa da Misericórdia de Vizela* – <http://www.santacasamisericordiavizela.pt>. (Consulta em 20-01-2013)

³⁹⁰ “*Echos de Vizella*”, n.30, de 9 de abril de 1905. Cota: BSMS –BG - 10-8-27.

Assim, sobreveio a República e, com ela, a renovada esperança na sua construção, acalentada pelo compromisso e empenho assumidos pelos novos intervenientes políticos.

Neste âmbito, em Braga, no dia 6 de abril de 1911, convocada pelo seu Governador Civil, dr. Manuel Monteiro, ocorreu uma reunião entre ambas as partes, estabelecendo-se que, até à abertura do hospital vizelense, caberia à Misericórdia de Guimarães administrar o piedoso legado e que a planta do edifício hospitalar fosse revista³⁹¹.

A cargo do arquiteto José Marques da Silva readaptou-se o projeto de Nicolau Bigalia, vindo a ser lançada a primeira pedra, em 3 de junho de 1912, pelo referido governador civil³⁹². A inauguração solene do hospital sucedeu em 18 de fevereiro de 1923, cumprindo-se, meio século depois, a vontade testamentária do benemérito moreirense, António Francisco Guimarães³⁹³.

3.7.3 Filarmónica *Vizellense*

A *Philharmonica Vizellense* criou-se não só para suprir a carência de uma banda de música que abrilhantasse as variadas festas, procissões e romarias da região, mas, também, para animação de veraneantes e banhistas a estanciar nas termas de Vizela.

Em 21 de janeiro de 1882, constituiu-se uma comissão, formada pelo médico, dr. Abílio da Costa Torres, pelo farmacêutico, António da Silva Vieira Coutinho, e pelo proprietário, João Ribeiro de Freitas Guimarães, que fundou a banda de música de Vizela, composta por 22 executantes, exibindo-se, vistosamente uniformizada, com regularidade³⁹⁴.

Desde cedo é referenciada no cumprimento brioso das suas missões, como, por exemplo, a registada pelo jornal portuense *O Commercio do Porto*, em 31 de dezembro de 1883, referente à inauguração da estação e da linha de

³⁹¹ Cf. Trabalho da historiadora local, Maria José Pacheco, in - *Santa Casa da Misericórdia de Vizela* – <http://www.santacasamisericordiavizela.pt>

³⁹² Idem - *Santa Casa da Misericórdia de Vizela*. (Consulta em 20-01-2013).

³⁹³ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.299.

³⁹⁴ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1932.

caminho-de-ferro, afirmando que (...) *chegado o comboio a Vizella, a nova, mas já excelente phylarmonica vizellense, que o tinha acompanhado á Trofa, tomara lugar no palanque que lhe fora destinado e ahi executou as melhores musicas do seu bonito reportório*³⁹⁵, ou a referida pelo bracarense *Aurora do Minho* que, na edição de 10 de fevereiro de 1899, descrevia que (...) *o préstito cívico-religioso, que seguindo pela rua da Estrada Nova, Ferreira Caldas e Travessa de S. João (...) era seguido pela banda de musica A Visellense, reportando-se à notícia da bênção e inauguração do edifício escolar, sobrevindas em 2 de fevereiro desse mesmo ano*³⁹⁶.

Como já se referiu, a banda animava, também, a vida termal, proporcionando aos frequentadores do parque das termas concertos musicais executados no seu coreto. Do mesmo modo, do seu interior recrutavam-se os melhores executantes para formar pequenos agrupamentos orquestrais – tercetos e quartetos – destinados à animação de festas e saraus musicais realizados em cafés e salões de hotéis³⁹⁷, a exemplo do quarteto formado pelos irmãos Chicória que, em 1887, tocaram no magnífico café Madrid, para gáudio de um heterogéneo auditório que o lotava nessas ocasiões³⁹⁸.

Na história da banda *Visellense*, gerida no gosto pela música e no fervor bairrista dos seus dirigentes³⁹⁹, destacaram-se, de entre a abundância de bons executantes, duas figuras que se vieram a revelar excelentes músicos: Joaquim da Costa Chicória, um predestinado para a música, exímio clarinete, compositor e, mais tarde, já consolidada a República, regente da banda de música que esteve agregada à Associação dos Bombeiros Voluntários de Vizela⁴⁰⁰, e Lourenço Alves Ribeiro, natural da freguesia de Infias, que tocou na filarmónica desde 1908, aos 9 anos de idade, até 1927, alcandorando-se, no

³⁹⁵ “*O Commercio do Porto*”, n.º 114, sexta-feira, 13 de maio de 1881. Fonte: FLUP - Hemeroteca.

³⁹⁶ “*Aurora do Minho*”, n.º 89, de 10 de fevereiro de 1899. Cota: BPMP – P – C – 149.

³⁹⁷ “*O Povo de Guimarães*”, n.º 12, de 18 de abril de 1897. Cota: BMS - BG. 10-8-40.

³⁹⁸ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.429.

³⁹⁹ A Sociedade Filarmónica Vizelense, a legítima herdeira desse passado, apenas teve direção eleita após os estatutos criados em 21 de janeiro de 1982, e firmados em posterior Assembleia Geral. Pelo Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, tornou-se pessoa coletiva de utilidade pública, pelo despacho publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 7, de 03-05-2011.

⁴⁰⁰ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.428.

decorrer do século XX, ao cargo de Inspector das Bandas Militares e de Maestro da Banda da Guarda Nacional Republicana, sob a patente de Major⁴⁰¹.

Os desentendimentos entre os membros da banda musical e as guerras intestinas, entretanto sobrevindas, originaram, em 1906, uma profunda cisão, que levou à formação de uma banda rival, cavando-se entre os executantes das duas filarmónicas – a *Banda Nova* e a *Banda Velha* - profundos antagonismos e fortes rivalidades entre as fações de apoiantes.

O espírito de rivalidade que se gerou em torno delas rapidamente extravasou a linha de pura emulação musical, ao registrar-se, em 1906, fortes tensões e cenas de grave agitação social entre executantes e apoiantes, que, segundo Jaime Oliveira, citando a notícia publicada no jornal *Independente*, de 22 de abril de 1906, obrigou à dura intervenção do Administrador do Concelho, dr. Motta Prego, situação que se repetiu na *Batalha de Flores*, realizada em Vizela, em 11 de agosto de 1908⁴⁰², cessando esta emulativa coexistência no final da primeira metade do século XX, após a extinção da *Banda Velha* e a integração (harmonizante e harmonizadora), de alguns músicos na então denominada Sociedade Filarmónica Vizelense.

3.7.4 Escolas de instrução pública

O progresso e o desenvolvimento registados em Portugal, desde a Regeneração à República, impeliram a política e os políticos ao assumir da imperiosa responsabilidade na implementação da escolaridade básica, medida primeira destinada à solvência das crescentes preocupações com o ensino técnico e a formação do operariado necessários e imprescindíveis ao próprio desenvolvimento⁴⁰³.

Neste contexto, na esteira das mesmas preocupações governamentais, o combate ao analfabetismo na povoação de Vizela, para lá da criação de escolas oficiais e do ensino ministrado por professores competentes, muito deverá ao empenho e persistência dos cidadãos e das instituições locais,

⁴⁰¹ Informação obtida no Arquivo da Sociedade Filarmónica Vizelense.

⁴⁰² OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.10-11.

⁴⁰³ Sobre esta matéria, Cf. GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Lisboa: Instituto da Inovação Educacional, pp.61-120.

talvez mais do que ao esforço devido às autoridades municipais e regionais, muito dependentes e condicionadas pelas conjunturas políticas e económicas.

A povoação, até 1873, apenas contou com uma escola oficial do sexo masculino, estabelecida na paróquia de São Miguel das Caldas, em edifício alugado. Criada por portaria régia de 14 de março de 1821, teve como professor vitalício, nomeado por provisão régia, até 1860, António Pereira da Silva, a quem lhe sucedeu, pelo menos até 1888, António Pereira da Silva Caldas, seu filho, registando a escola, neste período, uma frequência média de 60 alunos⁴⁰⁴.

Idêntica escola foi requerida pela Junta de Paróquia de São João das Caldas, em 1866, (...) *mas a câmara [municipal de Guimarães] na sua informação disse que era dispensável, por estar muito próxima á da freguezia de S. Miguel*. Por reiteradas instâncias, colheu parecer favorável em 1868, vindo a escola a funcionar, apenas em 1873, para ambos os sexos⁴⁰⁵, alugando a junta joanina uma casa para essa finalidade, até 1899⁴⁰⁶.

A construção dessa escola, o único edifício escolar do Estado existente até depois de abril de 1974, na rua que se veio a denominar de Joaquim Pinto, na freguesia de São João das Caldas, deveu-se à iniciativa e empenho dos cidadãos vizelenses⁴⁰⁷.

Na realidade, a propósito da sua inauguração, sobrevinda em 2 de fevereiro de 1899, historiava o jornal *Aurora do Minho* que a sua fundação se devia (...) *á custa de donativos obtidos em subscrição pelas pessoas que acodem a Vizella a banhos e por outros meios de obter uma somma necessária á sua construção* (...) ⁴⁰⁸, com o auxílio do subsídio de 2:950\$000 réis, concedido pelo Governo, em 1888, à junta de paróquia⁴⁰⁹. Esta empresa muito ficou a dever ao estímulo do dr. Forbes de Magalhães, que, em 1866, levou à formação de uma comissão constituída, para além dele, pelo dr. Augusto de Almeida e António

⁴⁰⁴ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1931.

⁴⁰⁵ Idem, p.1931.

⁴⁰⁶ "Aurora do Minho", n.º 89, de 10-02-1899. Cota BPMP, P-C-149.

⁴⁰⁷ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.43.

⁴⁰⁸ "Aurora do Minho", n.º 89, de 10-02-1899. Cota BPMP, P-C-149.

⁴⁰⁹ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1932.

Tavares Bastos, todos banhistas habituais das termas de Vizela, a que se juntaram o médico, dr. Abílio Torres, o boticário, António da Silva Coutinho, e o proprietário, Joaquim Pinto de Souza e Castro, todos cidadãos vizelenses, que promoveu sucessivas iniciativas, nomeadamente *matinnées* musicais e bazares de prendas no parque termal, destinadas a angariar o montante necessário à construção de um edifício escolar para ambos os sexos, inicialmente pensado apenas para o masculino⁴¹⁰.

Também a escola de aulas noturnas de Vizela foi fundada pelo P.(e) José Joaquim Gomes, através de esmolas e donativos por si angariados⁴¹¹. Inaugurada em 15 de dezembro de 1878, funcionou, sustentada pela caridade pública, num bom edifício no passal da igreja de São João das Caldas, sob a designação de *São Luís Gonzaga*, onde, todas as noites, o referido reverendo ensinou 40 adultos que desejavam receber instrução⁴¹².

Até à República, a reforma de 1901, devida a Hintze Ribeiro, líder do governo regenerador e ministro do Reino, sob cuja pasta corriam os negócios da instrução, o ensino primário tornou-se gratuito e obrigatório durante três anos, concluindo-se com o exame do 1.º grau (3.ª classe). Como regra, continuou a haver escolas separadas para os dois sexos, regidas por professores do sexo respetivo, mantendo-se a centralização do ensino, com reforço das inspeções gerais⁴¹³.

Em muito devido a estas razões, mormente a necessária aprovação dos espaços destinados a escolas, decorrente da prévia vistoria efetuada pelos inspetores primários da circunscrição do Porto, ao longo de toda a primeira década do século XX, encontram-se as *Actas de Vereação* da Câmara Municipal de Guimarães carregadas de transcrições de correspondência oficial, muito reveladores do atraso do ensino primário no concelho⁴¹⁴.

⁴¹⁰ "Aurora do Minho", n.º 89, de 10-02-1899. Cota: BPMP. P-C-149.

⁴¹¹ "Aurora do Minho", n.º 96, de 31-03-1899. Cota: BPMP. P-C-149.

⁴¹² LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1932.

⁴¹³ Cf. Joaquim Ferreira – Estudos para a História da Educação no Século XIX. Lisboa: Instituto da Inovação Educacional, pp.61-120; MARQUES, A.H. de Oliveira Marques; SERRÃO, Joel – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991, p.525.

⁴¹⁴ Cf. AMAP - PT-MGMR/UF2010-975 – *Actas de Vereação* - (1902-1903). Cota: 10-10-6-20 a PT-MGMR/UF2010-1086 – *Actas de Vereação* - (1908-1909). Cota. 10-10-6-25.

Com efeito, os registos de ofícios e despachos, trocados entre os vários organismos e agentes, nomeadamente o município, a 3.^a Circunscrição Escolar do Porto, as Juntas de Paróquia e os professores, revelam na povoação de Vizela escassez de escolas, funcionamento em edifícios decrépitos e alugados, salas de aulas despojadas de material indispensável ao ensino e professores alojados em casas ultrajantes.

Da abundância de registos, retiram-se, como exemplos reveladores deste panorama, o ofício, lido na reunião municipal de vereação de 15 de novembro de 1905, remetido pela (...) *Junta da Parochia da freguesia S. Miguel das Caldas de Vizella, pedindo para que a Camara apresente ao Governo de Sua Magestade solicitando a criação d'uma escola d'ensino elementar do sexo feminino, naquela freguesia*⁴¹⁵, ou o ofício n.º 232 do Inspector da 3.^a Circunscrição Escolar do Porto, de 02/09/1907, a participar que, face à reclamação apresentada pela Junta de Paróquia acerca da escola de São Miguel das Caldas, o Governo (...) *ordenou que esta funcione em duas turmas, em vista da insuficiencia da caza offerecida e bem assim de que o parecer do Conselho Superior de Instrução Publica é de que deve ser creada uma nova escola para creanças do mesmo sexo afim de poderem as aulas funcionar regularmente, tornando-se necessário que Camara promova a criação da nova escola com inteira observância das formalidades regulamentares*, parecendo que, nesta sessão municipal de 4 de setembro de 1907, os vereadores presentes apenas se limitaram ao inteirar do teor do ofício⁴¹⁶, uma vez que, até 1909, mais nenhuma referência foi encontrada em atas de reuniões camarárias sobre este assunto.

3.7.5 Cemitérios paroquiais

A Regeneração prosseguiu a orientação política para a construção de cemitérios em todo o País iniciada pelos governos anteriores, concedendo verbas às câmaras municipais para estas adquirirem ou expropriarem terrenos de particulares, em virtude do esgotamento das terras expropriadas aos conventos, ou da própria inexistência delas na maioria das povoações.

⁴¹⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1078 – Actas de Vereação - (1904-1905), fl.166v. Cota. 10-10-6-22.

⁴¹⁶ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1085 – Actas de Vereação - (1907-1908), fl.92 Cota. 10-10-6-24.

A partir de 1880, os terrenos para os *campos-santos* deveriam oferecer certas condições geológicas de onde não adviesse nenhum dano para a saúde pública, obrigando a que as câmaras municipais se servissem do cofre da viação do concelho, mediante autorização prévia do Governo, para os expropriar ou adquirir a particulares⁴¹⁷.

Ultrapassados os bloqueios de ordem mental, as circunstâncias dos atrasos, sobretudo no incumprimento dos recentes ditames higiénicos a que deveriam obedecer a construção de novos cemitérios, foram motivados pelos obstáculos burocráticos e pelas dificuldades financeiras quer das freguesias, quer dos municípios⁴¹⁸.

Esta realidade cobria todo o município vimaranense, não sendo exceção as juntas de paróquia da povoação de Vizela, confirmando-se nas atas de vereação da Câmara Municipal de Guimarães, as contingências financeiras que levaram ao arrastar da construção do cemitério municipal da Atouguia, iniciado em 1870 e benzido em 1879, bem como a necessidade de sucessivos alargamentos, efetuados em 1881 e 1884⁴¹⁹.

Para se eliminarem os enterramentos nos adros das igrejas, desde meados de 1885 que as duas juntas de paróquia da povoação de Vizela ultimavam medidas destinadas à construção de um cemitério público comum, tendo por objetivos o minorar dos custos de expropriação de terrenos e o abreviar de todo o processo legal e burocrático. Aprovados os terrenos pelas autoridades distritais, remeteram o projeto, a ser financiado por derrama instituída na povoação para esse fim, ao Administrador do Concelho e Governo Civil. Por várias vicissitudes, o processo arrastou-se pelas gavetas dos vários departamentos governamentais, forçando as freguesias à construção individual de cemitérios paroquiais⁴²⁰.

⁴¹⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal - 1851-1890*. (Vol. IX). Lisboa: Editorial Verbo, 1986, p.321.

⁴¹⁸ CATROGA, Fernando – *O Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. Coimbra: Minerva, 1999, p.62.

⁴¹⁹ Cf. Informação prestada pelas *Atas de Vereação* da CMG referentes ao período que decorre entre 1869 e 1884; FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.140.

⁴²⁰ PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, pp.202-203.

Através dos orçamentos ordinários das Juntas de Paróquia de São João e de São Miguel das Caldas, referente ao ano de 1892, verifica-se que a paróquia miguelista iniciara em 1888 a construção do seu cemitério, quatro anos mais cedo que a congénere joanina, bem como os montantes despendidos e a despeser nessas construções⁴²¹.

Desta maneira, a paróquia de São João das Caldas, presidida pelo pároco, António José Félix Gomes e coadjuvado pelos cidadãos proprietários Fortunato de Azevedo Varela e Maximiano de Souza Machado, orçamentou 1:424\$855 réis, tendo pago 27\$000 réis pela sua planta e, pela vistoria dos terrenos, 18\$230 réis.

Por seu turno, a paróquia de São Miguel das Caldas, por escritura pública de 24 de outubro de 1888, contraiu, para essa construção, um empréstimo junto do freguês são-joanino, Joaquim Pinto de Sousa e Castro, proprietário, no valor de 1:214\$280 réis, tendo-lhe sido pago, em 1892, 426\$260 réis de amortização e juros. Eram adjuntos do presidente, Manuel Dias da Costa, os cidadãos, José Machado Dias de Carvalho e Narciso Machado de Abreu dos Reis, todos cidadãos proprietários, a maioria dos quais figurará no quadro a apresentar, à frente, relativo à identificação da burguesia local.

⁴²¹ Cf. Documentos *em Anexo 12*, relativos aos Orçamentos das Juntas de Paróquia de S. João e S. Miguel das Caldas, de 1892.

4. Política, Antagonismos Políticos e Cultura da Memória

Os principais objetivos desta última parte do trabalho giram, basicamente, em torno de duas questões essenciais: saber quem da elite local governava Vizela e qual a sua dinâmica política no próprio desenvolvimento da povoação.

Identificados os agentes políticos, procurar-se-á verificar se em argumentos de desenvolvimento ou do atraso de Vizela se consubstanciavam as razões das tensões e antagonismos políticos entre a comunidade vizelense e o município vimaranense que impeliam aos anseios independentistas das elites e das gentes de Vizela. Simultaneamente, avaliar se os putativos extremos políticos internos coincidiam, ou não, com essa mesma determinação de unidade territorial independentista, ou seja, com quem e contra quem.

4.1 Elite, Política e Políticos

A partir de uma sucinta caracterização que permitirá a perceção da lógica do sistema político-administrativo coevo, determinantes na hierarquização formal do poder ao abrigo do constitucionalismo liberal português, pretender-se-á determinar quem constituía a elite de Vizela, quais os seus principais atores no governo e condução da sua vida coletiva, e avaliar o estado de coesão ou divisão política, a nível interno.

4.1.1 Eleições e eleitores

Entre 1852 e 1910, realizaram-se 33 eleições para deputados, quase uma de dois em dois anos⁴²², apesar da lei fundamental, a Constituição, instituir legislaturas de três e quatro anos, constituindo a base fundamental da monarquia representativa e a afirmação da vontade popular, embora expressa por pouco mais de 10% da população total.

Esta reduzida participação dos cidadãos nos atos eleitorais deve-se às restritivas leis eleitorais que se mostravam censitárias e/ou capacitárias, desde logo com exclusão das mulheres, e que apenas concediam a prerrogativa de

⁴²² MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *História de Portugal* (6.º Vol.). Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p.44.

elegíveis para deputado e/ou para cargos na administração pública, usualmente, aos renovados grandes proprietários, clérigos, funcionários públicos e profissões liberais⁴²³, relegando os tão propagandeados e venerandos valores meritocráticos, tidos como determinantes na hierarquia do sistema, para os aspetos puramente teóricos.

Com efeito, segundo Maria Antonieta Cruz, o poder legislativo criou mecanismos destinados à obtenção de um corpo eleitoral que viabilizasse a continuação dos seus objetivos, restringindo-o em nome da salvaguarda da competência cívica e na procura de uma governação nacional assumida pelos mais conscientes e qualificados portugueses, o que viria a influenciar na extensão quantitativa e qualitativa de cidadãos a quem se concedia o direito de voto⁴²⁴.

À escala local, a prova desta realidade parece efetivar-se na povoação de Vizela com muitas similitudes. Para o estudo da sua elite, tomar-se-á como base primordial a informação prestada nos livros de *Recenseamentos da Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas*, destinados ao registo dos cidadãos eleitores da povoação, bem como os das freguesias contíguas. Continham as listas de recenseamento de eleitores e elegíveis, instrumento essencial de legitimação eleitoral, que, com pequenas variações, incluíam, para além do nome do eleitor, a morada, a idade, a profissão, os rendimentos, o direito à elegibilidade para deputado e/ou para cargos administrativos⁴²⁵.

Assim, por exemplo, ao cruzar-se a totalidade da população masculina de Vizela, apurada pelo *Recenseamento Geral da População* de 1890, com o universo de eleitores constante das listas de recenseamento eleitoral desse

Quadro 9. População Masculina de Vizela -1890

1890	Solteiros	Casados	Viúvos	Tot
S. João	290	178	14	482
S. Miguel	446	267	20	733
Total	736	445	34	1 215

Fonte: Própria. *Censos* - INE.

Quadro 10. Eleitores/Elegíveis - 1890

1890	Eleitores	Elegíveis	
		Deputados – Vereadores	
S. João	207	6	56
S. Miguel	306	4	81
Total	513	10	137

Fonte: Própria. AMAP – *Eleições*. Cota.10-10-9-57

⁴²³ Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991, pp. 28-45.

⁴²⁴ “Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da monarquia constitucional: da Regeneração à República” – Maria Antonieta Cruz. Porto: Flup - Revista da Faculdade de Letras – História, III Série, Vol. 10, 2009, p.165. Disponível em:

http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/1G1AP4EHLN2GKATVY1LILXPNG25MXE.pdf

⁴²⁵ Idem, p.166.

mesmo ano (Quadro 9 e 10), verifica-se um rigor contabilístico, ao assinalar-se o que parece ser uma ampla e harmoniosa correlação entre o número de cidadãos casados a recensear e o número total de recenseados. Na verdade, se juntarmos aos 445 casados (direito de voto por «chefe de família»), 50 solteiros (os maiores de 21 anos por «saber ler e escrever»), 17 viúvos (por prova de rendimento tributável) e 5 eclesiásticos (por equivalência a bacharel)⁴²⁶, obtêm-se 517 cidadãos inscritos, um número praticamente igual ao dos eleitores oficialmente registados - 513 cidadãos. Permite, também, a constatação de uma acentuada discrepância entre o significativo número de recenseados, 513 eleitores, e o reduzido número de elegíveis para o cargo de tribuno, limitado a uma dezena.

Por sua vez, a inexistência de uma série de atas de eleições inviabiliza quantificar com rigor as percentagens médias da participação do eleitorado nos sufrágios realizados até à República. Contudo, pelos indicadores permitidos pelas *Actas de Eleições das Juntas de Paróquia*, referentes aos sufrágios de 1878 e 1908⁴²⁷, será de admitir uma fraca participação do eleitorado vizelense. Em 1878, a eleição na freguesia de São João das Caldas averbou 100 votos expressos e, em 1908, 102 votos, enquanto, nesse mesmo ano, a de São Miguel das Caldas contabilizou 64 votos expressos, ou seja, uma média de 89 votantes, quando, de harmonia com o quadro 12 o número médio de eleitores recenseados nas duas freguesias, entre 1882 e 1895, era de 445, parecendo negar muita da razão aos críticos do sistema, quando descreviam os eleitores como pobres iletrados, a quem os “influentes” da província os obrigavam a marchar, com os boletins de voto na mão, até à igreja onde estava a urna⁴²⁸.

4.1.2 Elite e poder local

O Estado, ao estar organizado e burocratizado em estruturas político-administrativas, com maior ou menor centralização, e dominado por uma lógica formal assente no discurso jurídico e no saber letrado, acabou por constituir as

⁴²⁶ AMAP – *Eleições* - Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas. Cota.10-10-9-57.

⁴²⁷ Cf. Documentos relativos às eleições para as Juntas de Paróquia (1878 e 1908), anexos 13; 14; e15.

⁴²⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *História de Portugal* (6.º Vol.). Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp.44-45.

autoridades locais (eleitas ou nomeadas) num baluarte dos interesses das elites locais e das classes médias das vilas e cidades portuguesas, isto é, um Estado dos mais ricos, dos mais poderosos, prestigiados e ilustrados habitantes dos concelhos⁴²⁹

Nestes pressupostos, em Vizela, no plano puramente político/administrativo, foram de facto esses grupos que asseguraram a mediação entre o poder local e o poder municipal, apenas acedendo uma fração da sua elite a cargos de vereação. É evidente que estaria diluído no mais vasto concelho de Guimarães, acerca do qual não existe um estudo global que nos permitisse relativizar estes dados.

O quadro tradicional dos designados (por nós) *Vizelenses Ilustres de Oitocentos* integra os cidadãos da alta e média burguesia, rica, prestigiada e culta, detentora dos bens fundiários, comerciais e imobiliários, ou seja, (...) *a quase totalidade dos homens cuja fortuna os colocava acima da pobreza*⁴³⁰, protegida pela sociedade que arquitetava legislação eleitoral zeladora pela inclusão dos mais ricos e mais qualificados do corpo eleitoral, constituindo-se numa elite perduravelmente crónica na administração local.

Quadro11. Vizela - Figuras Burguesas do Século XIX

Cidadão	Profissão	Cidadão	Profissão
Abel Pereira Dias de Freitas	Padre	Domingos José Lopes	Eclesiástico
Abílio da Costa Torres	Médico	José Pereira Reis	Lente
António Inácio Pereira de Freitas	Médico	João Evangelista da Costa Veiga	Abade
António José de Azevedo Varela	Cirurgião	Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria	Proprietário
António José de Barros	Professor	Joaquim Pinto de Souza e Castro	Proprietário
António José Félix Gomes	Abade	José Joaquim Gomes	Eclesiástico
António José Ferreira Caldas	Professor	José Joaquim S. Pereira Caldas	Professor
António Pereira da Silva	Professor	José Luís de Freitas Abreu	Proprietário
Armindo de Freitas Ribeiro de Faria	Médico	José Machado Dias de Carvalho	Proprietário
Armindo Pereira da Costa	Negociante	Manoel Alves Dias	Proprietário
Bento Machado Dias de Carvalho	Proprietário	Manuel Ribeiro de Castro	Eclesiástico
Bráulio Caldas	Advogado	Narciso Machado de Abreu dos Reis	Proprietário

Fonte. Própria. AMAP - *Eleições*

Conforme se verifica pelos recenseamentos eleitorais, ao residirem e trabalharem fora da terra natal, onde certamente cumpririam as obrigações e direitos de cidadania, ter-se-ão de excluir deste estudo as seguintes personalidades:

⁴²⁹ OLIVEIRA, César de - *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Temas & Debates, 1996, p.218.

⁴³⁰ CRUZ, Maria Antonieta; SANTOS, Miguel – “A Sociedade”, in – *Nova História de Portugal* (Vol. X). (Coord. de) A.H. de Oliveira Marques; Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p.163.

- o padre, Abel Pereira Dias de Freitas (1856-1913), que repartiu funções de sacerdote e de professor nos liceus de Braga e de Guimarães;

- António Inácio Pereira de Freitas (1842-189), médico, que exerceu a atividade repartida por Fafe e pela Câmara Municipal de Ponte do Lima;

- José Joaquim da Silva Pereira Caldas, (1818-1903) matemático, arqueólogo e professor, que partilhou a sua vida intelectual por Guimarães e Braga;

- José Pereira Reis (18? -1887), médico e lente na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Tomando por modelo o estudo de Maria Antonieta Cruz⁴³¹, a série de 14 livros de recenseamento da *Assembleia Eleitoral de S. Miguel das Caldas* deixa admitir, desde logo, que o alargamento do direito de sufrágio, com a entrada em vigor da lei de 8 de março de 1878⁴³², apenas terá produzido alterações quantitativas no universo eleitoral de Vizela, verificando-se, entre 1882 e 1895, numa média de 445 cidadãos eleitores, a exclusão de 67% deles da capacidade de elegíveis para os cargos da administração local.

Quadro 12. Vizela - Eleitores e Elegíveis (1882-1895)

Ano	S. Miguel das Caldas			S. João das Caldas		
	Eleitores	Deputados	Mun/Paróquias	Eleitores	Deputados	Mun/Paróquias
1882	280	17	55	188	20	30
1883	282	19	54	197	18	29
1884	250	15	63	189	17	42
1885	250	15	61	197	15	55
1886	241	16	65	199	15	58
1887	293	5	91	194	5	53
1888	284	4	90	192	5	54
1889	317	3	87	160	5	54
1890	306	4	81	207	6	56
1891	292	4	85	201	6	57
1892	265	5	78	193	5	54
1893	260	5	76	191	4	52
1894	262	5	75	178	5	49
1895	257	5	72	180	4	56

Fonte. Própria. Arq. Alfredo Pimenta. [10-10-7-32 a 10-10-8-30]

⁴³¹ Cf. CRUZ, Maria Antonieta – “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para República” – in , *Do Absolutismo ao Liberalismo* (IV Congresso Histórico de Guimarães). Guimarães: C.M.G., 2009.

⁴³² ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1820-1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, pp. 321-343.

Esta legislação, apesar de permitir a emancipação de eleitores de baixo rendimento e de menor nível de escolaridade, em nada alterará o pequeno e constante grupo de elegíveis para deputados ao Parlamento do Reino, formado por cidadãos com níveis elevados de escolaridade (bacharéis e eclesiásticos) e/ou com altos rendimentos (grandes proprietários) comprovados através do pagamento de diferentes tributações (*Industrial, Prédios arrendados, Prédios não arrendados, Sumptuária*, etc.), o qual, em média, garantia 18 putativos candidatos a deputado do Parlamento do Reino, o equivalente a 4% do eleitorado. Esta asserção poderá ser apurada através do livro de *Recenseamento Eleitoral de S. Miguel das Caldas*, de 1890, que, de acordo com o quadro 13, revela os dez cidadãos da povoação de Vizela que preenchiam os restritivos parâmetros legais licenciantes da disputa eleitoral para o cargo de deputado da nação.

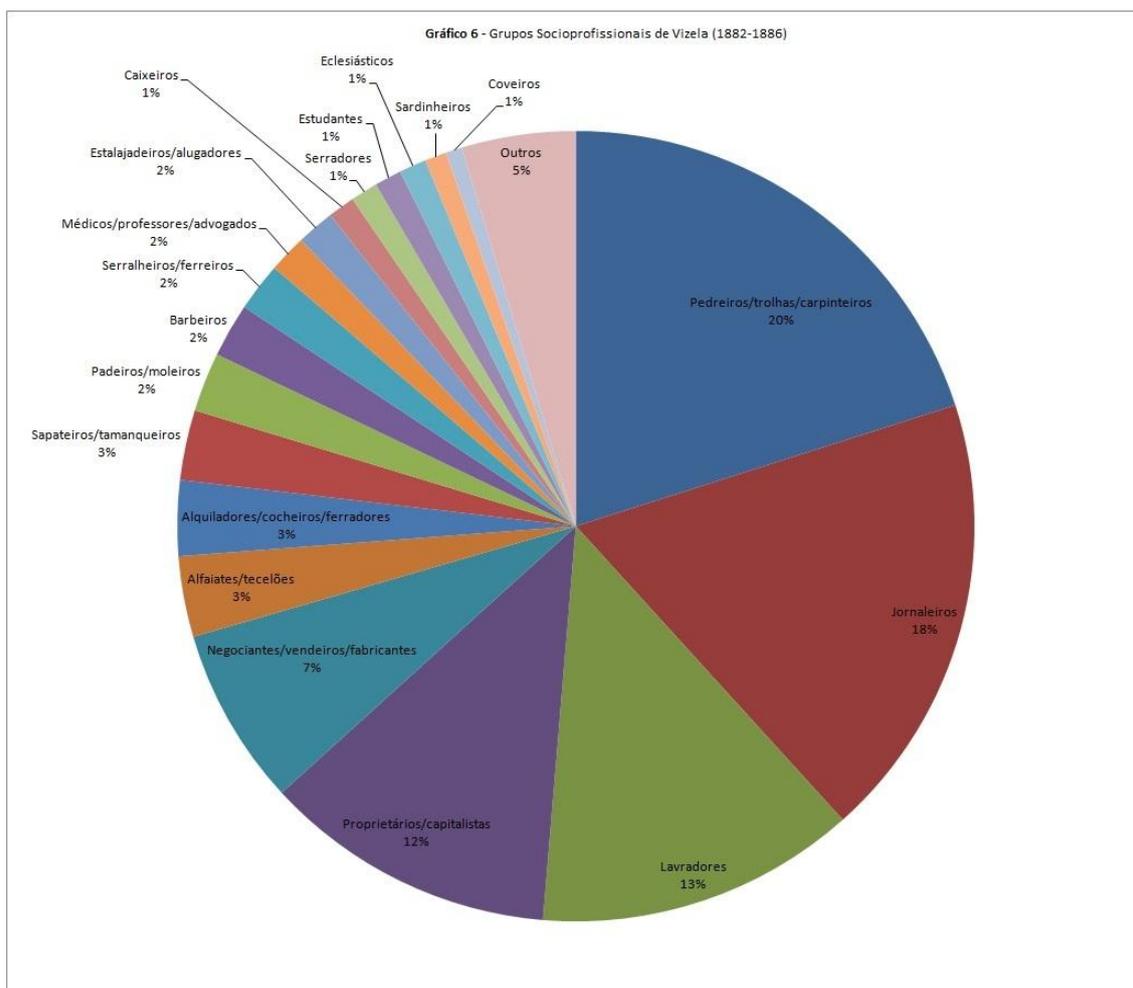
Quadro 13. Cidadãos Ilegíveis para Deputados – 1890

Freguesia	Nome	Idade	Estado Civil	Profissão	Prova de Censo
S. Miguel	Abel Pedro Pereira de Freitas	30	-	Padre	Eclesiástico
S. João	Abílio da Costa Torres	43	Casado	Médico	Bacharel
S. Miguel	António Joaquim da Cunha Guimarães	48	Solteiro	Proprietário	Bacharel
S. João	António José de Azevedo Varela	66	Casado	Cirurgião	Bacharel
S. João	António José Félix Gomes	71	-	Pároco	Eclesiástico
S. João	Armindo de Freitas Ribeiro de Faria	24	Solteiro	Médico	Bacharel
S. Miguel	João Evangelista da Costa Veiga	62	-	Pároco	Eclesiástico
S. João	Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria	49	Viúvo	Proprietário	Contribuições
S. João	José Joaquim Gomes	44	-	Capelão	Eclesiástico
S. Miguel	Manuel Ribeiro de Castro	74	-	Padre	Eclesiástico

Fonte: Própria. AMAP- *Eleições*. Cota. 10-10-9-57.

Por sua vez, os elegíveis para os cargos municipais e paroquiais, numa média de 128 cidadãos, representavam 29% do total do eleitorado, oriundos, sobretudo, dos grupos socioprofissionais, de proprietários, negociantes, profissões liberais e eclesiásticos⁴³³.

⁴³³ Cf. Gráfico 6. Vizela – Grupos Socioprofissionais (1882-1886).



Fonte. Própria. AMAP – *Eleições*. Cota - 10-10-7-32 a 10-10-9-29. (Cf. Anexo 16)

Efetivamente, o cruzar da informação prestada pela série de recenseamentos eleitorais com a prestada noutros documentos dispersos, nomeadamente os *Orçamentos Paroquiais e Actas das Eleições* para as Juntas de Paróquia⁴³⁴, confirma que, de um modo geral, os eleitos eram recrutados nesses grupos socioprofissionais.

Em São João das Caldas, no ano de 1878, encontram-se eleitos para a Junta de Paróquia, o médico Abílio da Costa Torres, o cirurgião António José de Azevedo Varela e, na presidência da *Meza para a eleição da Junta da Parochia*, o pároco, António José Félix Gomes, secretariado por António José de Barros, professor⁴³⁵, todos cidadãos com elevados índices de instrução.

⁴³⁴ Cf. Documentos, com as mesmas intitulações, referentes aos *anexos 12; 13; 14; e 15*.

⁴³⁵ Cf. Documento em *Anexo 13*, Actas de Eleição e Constituição da Mesa - Junta de Paróquia de S. João das Caldas – 1878.

Pelos orçamentos ordinários das Juntas de Paróquia de São João e de São Miguel das Caldas, referentes ao ano civil de 1892, verifica-se a permanência dos mesmos grupos socioprofissionais na condução dos destinos da povoação de Vizela. Na de São João, encontra-se como presidente o seu pároco, António José Félix Gomes, coadjuvado pelos cidadãos proprietários Fortunato de Azevedo Varela e Maximiano de Souza Machado. Em São Miguel, são adjuntos do presidente, Manuel Dias da Costa, os também proprietários, José Machado Dias de Carvalho e Narciso Machado de Abreu dos Reis⁴³⁶.

Para as Juntas de Paróquia, o resultado das eleições de 1908, revela similarmente, a perpetuação da elite dominante, constituída por proprietários e eclesiásticos, na condução da administração local. Nesse ano, em São João das Caldas, para além do óbvio presidente, o padre Firmino de Freitas Ribeiro de Faria, irmão do médico e político Armindo de Freitas Ribeiro de Faria, encontra-se a Mesa da Assembleia Eleitoral presidida pelo pároco António Joaquim Correia⁴³⁷. Por sua vez, em São Miguel das Caldas, os eleitos em 1908, efetivos e suplentes, pertencem hegemonicamente ao grupo socioprofissional de proprietários (o cidadão suplente, José da Costa Vieira, oriundo do forte grupo de lavradores, constituiu a exceção)⁴³⁸, o que denota o afastamento dos outros cidadãos, pertencentes aos grupos socioprofissionais com menores níveis de rendimento e/ou escolaridade.

Contudo, de 1851 a 1910, através das *Actas de Vereação*, verifica-se que nenhum cidadão da elite vizelense ascendeu à presidência da Câmara Municipal de Guimarães. Porém, alguns dos seus membros foram eleitos vereadores, vindo, em conjunto com os seus pares, a constituir a elite municipal que administrava o imenso município, e lhes dilatava, mais do que as fontes de rendimentos, a base do prestígio e da influência.

⁴³⁶ Conforme as subscrições sobrepostas nos Orçamentos das Juntas de Paróquia de 1892, documentos em *anexo 12*.

⁴³⁷ Cf. *Anexo 14*, documento referente à Acta da Eleição da Junta de Paróquia de S. João das Caldas – 1908

⁴³⁸ Cf. *Anexo 15*, documento respeitante à Acta da Eleição da Junta de Paróquia de S. Miguel das Caldas – 1908.

Quadro 14. CMG – Vereadores de Vizela eleitos (1852-1910)

Vereador	Profissão	Períodos (Biénio – Triénio)		
Francisco d’Azevedo Varella	-	1852/1853	1858/1859	1860/1861
António José Ferreira Caldas	Comerciante	1866/1867	1874/1875	-
António José d’Azevedo Varella	Cirurgião	1868/1869	-	-
Abílio da Costa Torres	Médico	1887/1888	1889/1890	1899/1901
João António Dias da Costa	Proprietário	1891/1892	1893/1895	-
António de Freitas Ribeiro	Fabricante	1896/1898	1902/1904	1905/1907
Armindo de Freitas Ribeiro de Faria	Médico	1902/1904	1905/1907	1908/1910
José Pinto de Sousa e Castro *	Proprietário	1903/1904	-	-
Francisco da Silva Salgado	Capitalista	1905/1907	1908/1910	-

Fonte. AMAP.PT- MGMR/UF - *Actas de Vereação* - (1851-1908). Cota. 10-9-8-19 a 10-10-6-24.

* Vereador Substituto.

Com capacidade de participação no Conselho Municipal, sem nunca ter sido eleito, Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria (pai do edil dr. Armindo de Faria), proprietário, englobou, no decorrer de vários anos, a lista dos quarenta maiores contribuintes do município vimaranense⁴³⁹, sendo nomeado vogal da Junta de Paróquia de São João das Caldas, pelo menos, no biénio 1876/1877⁴⁴⁰, e eleito vogal efetivo em 1878⁴⁴¹.

4.1.3 Emulações políticas internas e a “*Memória Documental Vizelense*” – Epístolas.

A escassez de informação dificulta estabelecer o pleno posicionamento político/partidário da elite vizelense, mormente as rivalidades pessoais e de grupo, elevando-se a importância do recurso a fontes taxativas e transversais.

Nestas circunstâncias ocorreu a consulta de cinco cartas do acervo político/epistolar, gentilmente facultadas pela historiadora local, Maria José Pacheco, sua fiel depositária, que, sobre a matéria, veio a apontar para mais hipóteses do que certezas.

Este espólio, reservado a integrar uma futura (e desejada) *Memória Documental Vizelense*, constitui-se pela escassa correspondência remetida, entre os anos de 1894 e 1905, pelas figuras cimeiras e principais da elite local, nomeadamente os médicos vizelenses, Abílio da Costa Torres (1846-1917), do Partido Progressista, Armindo de Freitas Ribeiro de Faria (1866-1924), do

⁴³⁹ Cf. AMAP- *Eleições*. Cota. 10-10-9-57.

⁴⁴⁰ Consultar: AMAP - PT-MGMR/UF2010-961 - *Actas de Vereação* - (1874-1876), fl.134. Cota 10-10-6-7.

⁴⁴¹ Cf. Documento em Anexo13, *Actas de Eleição e Constituição da Mesa* - Junta de Paróquia de S. João das Caldas – 1878.

Partido Regenerador, e o eminente Abade de Tágilde, João Gomes de Oliveira Guimarães (1853-1912), do Partido Progressista, a presumíveis personagens de variados estatutos sociais⁴⁴². Estas missivas, excessivamente centralizadas em torno das questões subjacentes aos interesses económicos e às incompatibilidades reinantes entre a família Ribeiro de Faria, proprietária do balneário do Mourisco, e a CBV, da qual era diretor clínico Abílio Torres, mostram um difícil relacionamento entre ambos os médicos, repercutindo-se, conseqüentemente, nos vários quadrantes da vida política coeva⁴⁴³, “empurrando-os” para distintas formações partidárias.

Apesar de separados por vinte anos de idade, quer o dr. Abílio Torres, quer o dr. Armindo de Faria⁴⁴⁴, parecem ter corporizado o ideal que perpassou pelas elites e classe média burguesa do século XIX, que, para além do dinheiro, da riqueza e da prosperidade familiar, como critérios de distinção e afirmação social, (...) *importava aos filhos varões a obtenção de grau académico que propiciasse uma carreira e intervenção pública*⁴⁴⁵, dilatando-lhes, também, a ambição do protagonismo.

No âmbito deste ideal, demonstrado pelo fervoroso labor bairrista e pela empenhada acção política em prol do engrandecimento da sua terra, será inegável reconhecer-se a esses médicos a autoria de uma elevada quota no desenvolvimento de uma povoação que, no dealbar de Novecentos, se veio a afirmar como uma das mais importantes estâncias termais portuguesas.

Mesmo posicionados em campos políticos antagónicos, apesar das tensões políticas latentes e das mal disfarçadas rivalidades pessoais que, cada vez mais, os separavam, parecem ter-se esforçado, cada um a seu modo, no convergir do subtil *modus operandi* político de Fontes Pereira de Melo, quando, para refutar a acusação de ser um conservador, uma reminiscência cabralista, afirmava que não se distinguia dos progressistas por valores ideológicos, mas

⁴⁴² Pela análise Diplomática, em nenhuma das partes dos documentos se encontra referências suficientes para se deduzir *Inscriptio*.

⁴⁴³ Sobre estes conflitos ver as cartas publicadas por PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, pp.418-419.

⁴⁴⁴ Cf. Quadro 13. *Cidadãos Ilegíveis para Deputados – 1890*. AMAP- *Eleições*. Cota. 10-10-9-57.

⁴⁴⁵ SILVA, Susana Serpa - *Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais*. In, VAQUINHAS, Irene (Coord.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p.407.

pelo «princípio da oportunidade», isto é, também queriam apenas proporcionar mudanças que as condições sociais tivessem tornado «oportunas»⁴⁴⁶.

Na sua carta, paradigmático exemplo dessas latentes tensões e antagonismos coevos, os padres Bravo (mediadores do acordo de cavalheiros destinado à venda do balneário do Mourisco) descrevem, utilizando como figura de estilo a analogia tauromáquica, que *Armindo e Abilio quando apareceram em scena vinham cabisbaixos, espece de touros bravos (...). Eu e o Firmino [os manos Bravo] fomos mettendo os homens á conversa, e d'entro em pouco estavam amigos fingidos. Os bichos portaram-se bem – são manhosos, mas não são resabiados*⁴⁴⁷, parecendo, assim, vir dar razão à voz popular, transmitida de geração em geração, que «eles nunca se entenderam», ao exemplificar que não foi para poupar que a CBV se «esqueceu» de colocar no alçado sul do campanário quadrangular do balneário termal o quarto relógio, mas, apenas e acintosamente, para provocar «os da ponte», isto é, a família Ribeiro de Faria.

Se a carta do Abade de Tágilde, datada de 12 de junho de 1898, mostra um pendor diplomático na resolução de jogos de interesses e um razoável entendimento com o dr. Armindo de Faria⁴⁴⁸, outro tanto não se repete nas atas de vereação respeitantes ao século XX, ao revelarem crescentes dissensões de cariz político/partidário e pessoais. De facto, ao invés dos registos das reuniões de vereação anteriores, assistiu-se a acentuadas clivagens políticas entre os vereadores Progressistas e Regeneradores e ao nítido posicionamento dictómico de cada um, bem patenteado quando surgiu no léxico político as clarificadoras palavras: «maioria» e «minoria».

O renhido combate político, tendo por objetivo a alternância do poder municipal, fez disparar a abundância de emulativas intervenções em torno de ninharias, num período em que a CMG chegou a deter em simultâneo 3 vereadores vizelenses⁴⁴⁹. Como se verá, a conflitualidade individual recrudescceu à medida do avolumar do confronto político/partidário no seio da vereação, bastando dois exemplos para ilustrar este panorama.

⁴⁴⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p.52.

⁴⁴⁷ Trecho da carta remetida pelos padres bravo a um incógnito amigo. Cf. Anexo 6. *Carta - Bases do pré-acordo de compra e venda do balneário do Mourisco (1898)*.

⁴⁴⁸ Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007, p.420.

⁴⁴⁹ Cf. Quadro 14. CMG – Vereadores de Vizela Eleitos (1851-1910).

A oposição minoritária progressista, liderada pelo Abade de Tágilde⁴⁵⁰, pediu, em 2 de abril de 1902, a impugnação da ata anterior, (...) *na parte que se refere ao requerimento de licença concedida a José Joaquim Dias Machado, da freguesia de S. João das Caldas para construção de uma ramada no seu quintal, no lugar da Cruz Caída*, porque, prolongando-a até meio do caminho municipal, prejudica o serviço paroquial, nos acompanhamentos fúnebres para o cemitério. Esta pretensão foi negada pela maioria regeneradora, após o presidente, José Joaquim de Meira, ter esclarecido que, pela informação prestada pelo vereador dos *assumptos de Vizella*, o dr. Armindo Ribeiro de Faria, (...) *a declaração apresentada pela minoria carece de fundamento, já que em nada prejudica os serviços fúnebres e o terreno não é privativo do cemitério* (...) ⁴⁵¹, acabando o diferendo pela denegação emitida pela Administração do Concelho, ofício nº. 371, de 5 de maio de 1902, que anulou a aprovação deliberada pela maioria regeneradora na sessão de 20 de Março de 1902⁴⁵².

Por sua vez, na suposição que o cidadão Abílio da Costa Torres (progressista), ao oferecer água potável à câmara municipal, poderia vir a usufruir de vantagens futuras, a minoria regeneradora, onde pontificavam os vizelenses António de Freitas Ribeiro e o dr. Armindo de Freitas Ribeiro de Faria, contestou, sucessivamente, esta doação, ora junto do Governador Civil⁴⁵³, ora junto do Administrador do Concelho⁴⁵⁴. Porém, malgrado o redobrar de esclarecimentos da maioria progressista, por questões formais administrativas, o processo acabou auditado pelo representante distrital do Supremo Tribunal Administrativo⁴⁵⁵.

Este confronto político firmou a sua origem quando, em sessão realizada em 4 de dezembro de 1907, a maioria progressista, presidida pelo Abade de Tágilde⁴⁵⁶, aceitou, destinada ao abastecimento das fontes públicas de Vizela, a oferta do dr. Abílio Torres de (...) *differentes nascentes d'aguas nas faldas do Monte de S. Bento em terrenos pertencentes á Quinta do Canal, sita na freguezia de S.*

⁴⁵⁰ Eleição do presidente da CMG e distribuição de pelouros (1902 a 1904). PT-MGMR/UF2010-974 - *Actas de Vereação* - (1901-1902), fls.70-71. Cota: 10-10-6-19.

⁴⁵¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-974 - *Actas de Vereação* - (1901-1902), fls.119-119 v. Cota: 10-10-6-19.

⁴⁵² AMAP - PT-MGMR/UF2010-974 - *Actas de Vereação* - (1901-1902), fls.135 v -136. Cota: 10-10-6-19.

⁴⁵³ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1085 - *Actas de Vereação* - (1907-1908), fls.177-177v. Cota: 10-10-6-24.

⁴⁵⁴ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1085 - *Actas de Vereação* - (1907-1908), fl.190. Cota: 10-10-6-24.

⁴⁵⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1085 - *Actas de Vereação* - (1907-1908), fls.195-195v. Cota: 10-10-6-24.

⁴⁵⁶ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1085 - *Actas de Vereação* - (1907-1908), fl.138. Cota: 10-10-6-24.

Miguel das Caldas, e bem assim o direito de explorar aguas nos referidos terrenos cuja superfície é de 2 037 m2, onde há agua mais que sufficiente e de boa qualidade para abastecimento da população presente e futura da referida povoação (...) com as seguintes condições 1ª. A Camara cederá ao proponente a entrada nos reservatórios a terça parte da agua que nesses terrenos explorar; (...) Oitava. As obras de exploração, canalisação d'agua até aos depósitos geraes deverão ficar concluídos dentro d'um anno a contar da data da escriptura d'este contracto, a qual deverá ser lavrada dentro do prazo de um mez, a contar da data da competente approvação da deliberação camarária», deliberando, ainda, contrair um empréstimo de dois contos de réis para este melhoramento⁴⁵⁷.

Satisfeita a exigência da retificação da escritura da cedência de águas potáveis em Vizela, o município solicitou ao Governo a aprovação da sua deliberação de 8 de julho de 1908, recebendo, através do ofício n.º 542 do Governo Civil de Braga, de 5 de setembro de 1909, a licença do Ministro do Reino do projeto de canalização de água potável de Vizela, pela quantia de 3:000\$700 réis⁴⁵⁸.

4.1.4 O apoio de Vizela à anexação de Guimarães no distrito do Porto

O conflito entre Braga e Guimarães despoletou-se, em 28 de novembro de 1885, com uma manifestação em Braga muito hostil aos procuradores de Guimarães na reunião da Junta Geral do Distrito de Braga. Essa rebelião dos estudantes bracarenses resultou por, nesse dia, os procuradores vimaranenses, Conde de Margaride, dr. Joaquim de Meira e José Queirós, terem obstado, por expedientes dilatatórios, a criação de duas novas cadeiras do curso complementar de Ciências, no Liceu de Braga, detendo Guimarães um seminário que, há pouco tempo, fora transformado em Liceu. A pretexto da afronta aos seus procuradores, encontrou Guimarães a oportunidade soberana para intentar libertar-se da tutela administrativa distrital de Braga, secularmente abominada, e a integração do concelho no distrito do Porto, como via primordial para se poder perfilar a capital de um futuro distrito que ambicionava criar.

⁴⁵⁷ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1085 – *Actas de Vereação* - (1907-1908), fls.130v-131. Cota: 10-10-6-24.

⁴⁵⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1086 – *Actas de Vereação* - (1908-1909), fl.125. Cota: 10-10-6-25

Neste panorama, a questão entre estas duas cidades minhotas viria a agudizar-se de tal maneira que levou a CMG, reunida em sessão extraordinária de 29 de novembro de 1885, a pedir ao Governo (...) *que na próxima reunião das Camaras legislativas apresente uma proposta de lei a fim de que este concelho seja desanexado do districto de Braga e anexado ao do Porto*⁴⁵⁹, vindo o projeto separatista a ser defendido por João Franco, deputado eleito pelo círculo vimaranense⁴⁶⁰. Esta contenda, que se prolongou por quase toda a primeira metade de 1886, desde cedo arrastou várias terras e concelhos ao assumir de posições ditadas de harmonia com os seus interesses, presentes e futuros, à escala regional. Empolada pelas notícias na imprensa nacional⁴⁶¹, ganhou, também, destaque na luta político-partidária, contribuindo, em certa medida, na queda do 3.º governo regenerador de Fontes Pereira de Melo, consumada em 20 de fevereiro de 1886, e na conseqüente formação do 1.º governo do progressista José Luciano de Castro⁴⁶².

No dia imediato aos tumultos ocorridos em Braga, muitas das figuras da elite vimaranense corporizaram-se em comissão de vigilância “eleita” no comício popular de Guimarães de 29 de novembro de 1885, vindo a organizar um jornal que se intitulou de *28 de Novembro*⁴⁶³, destinado à propaganda e defesa das pretensões separatistas. Este semanário, para além de relatar os acontecimentos semanais na cidade, publicitava criticamente notícias da imprensa, sobretudo distrital, viabilizando conhecer a geografia de apoiantes e opositores.

Verifica-se, deste modo, que a povoação de Vizela adotou uma postura de neutralidade equidistante até muito perto do termo do conflito. A nível individual registou-se, logo após o início da contenda, o apoio do jovem Armindo de Freitas Ribeiro de Faria, que, na qualidade de estudante de medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, integrou a Comissão da *Colónia*

⁴⁵⁹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-967 – *Actas de Vereação* - (1885-1887), fls.37-39 v. Cota: 10-10-6-12.

⁴⁶⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-967 – *Actas de Vereação* - (1885-1887), fl.52. Cota: 10-10-6-12.

⁴⁶¹ Cf. por exemplo, as notícias das correspondências regionais, publicadas no jornal portuense “*A Província*”, dirigido por Oliveira Martins. Cota: BPMP- IX- 5 -35.

⁴⁶² SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol. IX). Lisboa: Verbo, 1988, pp. 77-78.

⁴⁶³ Semanário com publicação irregular. Órgão da Comissão eleita no comício popular de Guimarães em 29-11-1885. Defensor dos interesses de Guimarães contra Braga, publicou, gratuitamente, 14 números, entre 12-12-1885 e 2-6-1886. Cota: BSMS – BG-10-8-29.

Vimaranense no Porto (que assim se designava e formada por diversos intelectuais vimaranenses radicados nessa cidade), apoiante da causa vimaranense⁴⁶⁴, sendo recebida apoteoticamente em sessão municipal extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 1885⁴⁶⁵.

O fim dessa neutralidade terminou no dia 21 de fevereiro de 1886, data em que Vizela publicamente manifestou o partido por Guimarães, que, por estranhas coincidências, ou não, ocorreu na mesma altura em que Luciano de Castro tinha iniciado o seu Governo e a um dia da apresentação no parlamento do projeto separatista, defendido pelo tribuno João Franco, eleito pelo círculo eleitoral de Guimarães.

Na verdade, nessa data, liderados pelos cidadãos vizelenses dr. Abílio da Costa Torres, Joaquim Pinto de Sousa e Castro e Marcelino Clemente de Oliveira, membros da denominada *Comissão de Defesa Vizellense*, os habitantes da povoação (...) *de Vizella e das freguezias visinhas vieram em numero de muitos mil visitar os habitantes de Guimarães e testemunhar-lhe que elles permaneciam firmes e inabaláveis na sua resolução, e animar-os a continuar os esforços para a anexação ao Porto*⁴⁶⁶. Aguardavam-nos, à entrada da cidade, as agremiações e o povo vimaranenses, dirigindo-se o cortejo para os Paços do Concelho, onde iria decorrer uma sessão extraordinária⁴⁶⁷. No seu discurso, o dr. Abílio Torres defendeu que (...) *a honra de Guimarães exigia que a lucta continuasse com o Governo Progressista como foi com o Governo Regenerador (...)*, enquanto o dr. António Coelho da Motta Prego, presidente da câmara municipal, numa ardente prédica, afirmou que quando os de Braga já julgavam a vitória certa, que nos (...) *continuariam a espesinhar e a escravizar, os povos das formosas margens do Vizella vieram incutir-nos coragem para continuarmos a luctar por esta grande ideia (...)*, terminando, muito grato, a propor um voto de louvor à Comissão de Defesa de Vizela, como reconhecimento pelo extraordinário apoio à causa separatista⁴⁶⁸.

⁴⁶⁴ “28 de Novembro”, n.º 3, de 6 de janeiro de 1886. Cota: BSMS - BG-10-8-29.

⁴⁶⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-967 – *Actas de Vereação* - (1885-1887), fl.46. Cota: 10-10-6-12.

⁴⁶⁶ “28 de Novembro”, n.º 10, de 18 de março de 1886. Cota: BSMS - BG-10-8-29.

⁴⁶⁷ No livro de *Actas de Vereação* (1885-1887) nenhum registo referente a essa sessão extraordinária foi encontrado.

⁴⁶⁸ “28 de Novembro”, n.º 10, de 18 de março de 1886. Cota: BSMS - BG-10-8-29.

Pela carência de outra informação, tornar-se-á difícil a clara compreensão das motivações que impeliram esse paradoxal socorro de Vizela a favor de Guimarães contra Braga, tendo em consideração as manifestações anteriores de idêntico desejo separatista face à sede concelhia.

A probabilidade de um desfecho positivo futuro, por parte de Guimarães, para os propósitos da *Comissão de Defesa Vizellense*, como troca pelo apoio prestado neste momento, não será hipótese a descartar. Deste modo, do fértil campo das probabilidades, destaca-se a pertinência das seguintes questões: dever-se-á o apoio de Vizela a Guimarães à percepção de que mais viável se tornaria o seu sonho secessionista no interior do distrito do Porto? Ou, por interesses económicos, terá sido a forte ascendência da burguesia comercial e financeira portuenses sobre Vizela, parte integrante da assídua colónia balnear do Porto, que a coagiu a apoiar a anexação de Guimarães ao distrito do Porto? Terá sido o dr. Abílio Torres, na qualidade de diretor, forçado a “saldar” ao município vimaranense os antigos apoios que viabilizaram a constituição da CBV? Ou, pelo contrário, terá sido o dr. Abílio Torres aliciado com prebendas municipais para Vizela ou, até mesmo, para ele⁴⁶⁹?

Quanto às certezas afiguram-se poucas mas inexoráveis: Vizela renegou à postura de neutralidade equidistante e aliou-se a favor da litigante Guimarães; o dr. Abílio Torres revelou possuir um acentuado poder de arregimentação do povo, sendo até, em 1887, eleito vereador para a CMG; e a clara fratura no interior da povoação, evidenciada pela evasão da maioria da elite local da referida Comissão de Defesa Vizelenses em favor de Guimarães.

4.2 O Fecundar da Causa Autónómica

Como se verá, logo na transição para a segunda metade do século XIX, terá perpassado pela mente de muitos homens da elite de Vizela a exaltação do progresso, em tudo idêntica à que emanava do pensamento político coevo, decorrente da vitória dos ideais de uma burguesia liberal, em processo de total afirmação política, económica e social, como via primordial para se alcançar

⁴⁶⁹ Por coincidência, ou não, foi vereador pela primeira vez em 1887; Cf. Quadro 14.

mais desenvolvimento e prosperidade para a sua terra e, com elas, a assunção de mais felicidade e bem-estar dos seus residentes.

Conforme se deduz pelos registos das sessões municipais, será nesta sublimação do progresso que se encontrarão os argumentos fundamentais que evidenciam o choque e as tensões políticas entre as elites dirigentes – a municipal e a local – e o recrudescer da vontade autonómica de Vizela, fomentado pela incapacidade financeira do município em criar as infra-estruturas primárias e necessárias à animação do próprio progresso municipal, associando-se, depois, o que parece ser uma deliberada intenção política de dilação e/ou negação dele na povoação de Vizela, objetivada nos propósitos de lhe coarctar as premissas secessionistas, ou seja, no seu atraso intencional⁴⁷⁰.

Pela interpretação desses mesmos registos, depreende-se, também, que os agentes políticos da vila de Guimarães⁴⁷¹, da mesma maneira que os da povoação de Vizela, mormente os responsáveis pela condução da administração pública local - Câmara Municipal de Guimarães e Juntas de Paróquia de São João e São Miguel das Caldas -, alicerçavam o pensamento da ação política na razão de que a principal forma de obtenção de mais prosperidade sobrevinha da vontade e dos interesses económicos. Este espírito advogava, ainda, que era fundamental o expandir dos próprios pólos de desenvolvimento económico, como fator determinante na promoção do vindouro progresso e do melhoramento harmónico das suas terras.

Na realidade, um dos sonhos comum dos homens da burguesia liberal consistia no *granjear e manter a riqueza (...), quer como garante de bem-estar e conforto familiar, quer como símbolo de estatuto e poder, em que (...) o trabalho, o negócio bem sucedido, a poupança ou a instrução representavam os mais importantes mecanismos de obtenção de prosperidade*⁴⁷². Estes ideais, da Regeneração à República, repercutiram-se, também, em muitos aspetos na condução da

⁴⁷⁰ Cf. FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, pp. 332-333. Pela tabela desse trabalho - percentagens e valores orçamentados para obras da Câmara Municipal de Guimarães (1842-1901) - pode-se verificar o peso percentual de Vizela na despesa referente aos valores orçamentados para as obras públicas da Câmara Municipal de Guimarães, que representava, nos períodos de e 1851-1855 e 1872-1882, 0,3% e 3,5% respetivamente.

⁴⁷¹ D. Maria II elevou a vila de Guimarães a cidade por decreto de 19 de Fevereiro de 1852. Cf. AMAP - PT-MGMR/UF 2010-741 – *Actas de Vereação* - (1851-1853), fl.135. Cota - 10-9-8-19.

⁴⁷² SILVA, Susana Serpa - *Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais*. In, VAQUINHAS, Irene (Coord.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp.405-406.

administração pública de Vizela, assegurada por muitos dos agentes económicos integrantes do grupo burguês dominante, que, por representarem o corolário de uma gradual ascensão do bem-estar social, sempre procuraram pugnar pelo retorno da riqueza gerada na sua terra, aplicada em obras de melhoramentos, determinantes na constituição de sinergias capazes de gerarem a contínua prosperidade, conforme se depreende pela leitura das representações a D. Maria II, em 1852, e nas de 1869, a D. Luís⁴⁷³, como se verá à frente.

Dentro do enquadramento legal expresso nos Códigos Administrativos, cabia ao poder municipal elaborar planos e projetos de melhoramentos dos espaços públicos urbanos de Vizela, que, independentemente da vontade e da ação política dos seus intervenientes, da orçamentação e aprovação superior, se transformavam, de um modo quase geral, em rotineiras e inócuas intenções de transformações urbanas, pela míngua de financiamento⁴⁷⁴. Terão saído do interior desta realidade, em conjugação com a certeza da inevitável partilha dos insuficientes recursos financeiros municipais a pender, invariavelmente, em benefício de Guimarães, as razões de base que foram animando a consciência da elite vizelense de que mais progresso e mais melhoramentos apenas poderiam sobrevir com a independência administrativa.

4.2.1 O moroso investimento municipal na povoação de Vizela

A criação e manutenção de equipamentos sociais de utilidade pública em Vizela - escolas de ensino público, bombeiros e hospital - ficaram a dever-se, relembre-se, ao diligente e tenaz jogo de reivindicações, como se viu atrás. Se esta realidade, por si só, já leva ao pronuncio da inexistência ou morosidade de investimento municipal em equipamentos sociais na povoação, será de verificar, também, se houve lentidão na execução de obras de manutenção dos espaços públicos e adiamento na construção de outros equipamentos,

⁴⁷³ Cf. *“Periódico dos Pobres no Porto”* – n.º 127, segunda-feira, 31 de maio de 1852. BPMP – Cota. IX-5-18; *“O Commercio do Porto”*, n.º 143, terça-feira, 22 de junho de 1869; *“O Commercio do Porto”*, n.º 262, quinta-feira, 11 de novembro de 1869.

⁴⁷⁴ Sobre esta matéria, na generalidade, Cf. FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, pp.99-101.

conducentes ao desenvolvimento e às transformações urbanas, no âmbito de um padrão comum concelhio.

4.2.1.1 Intervenções nos espaços públicos

Os trabalhos de limpeza dos espaços públicos urbanos de Vizela verificavam-se esporádicos, e executavam-se por imperativa necessidade, através de pequenos e irregulares orçamentos, a exemplo da resolução, tomada em sessão municipal vimaranense de 26 de janeiro de 1887, destinada a contratar (...) *um cantoneiro para trez dias cada semana fazer o serviço de limpeza e reparação das ruas na povoação das Caldas de Vizella, devendo o seu salário ser pago pela verba de cantoneiros votada no orçamento*⁴⁷⁵.

Sem nos determos nos numerosos e redobrados pedidos ligados ao alargamento das ruas, condição indispensável para a construção de passeios destinados ao uso exclusivo e à segurança do crescente número de veraneantes e residentes, será de referir, porém, que a necessária manutenção e reparação dos pisos das ruas e das condutas superficiais de águas pluviais se efetuavam ocasionais, na maioria das vezes com a época balnear a decorrer, destinados a remediar apenas os problemas originados pela poeira no tempo seco, ou pela lama no tempo chuvoso. Este panorama ilustra-se no ofício n.º 236, do Administrador do Concelho, de 12/07/1904, lido à edilidade, a participar (...) *que os banhistas de Vizella se queixam do encomodo que estão soffrendo com o pó na rua do Dr. Abilio Torres, rogam ao município que attenda tão justas queixas*⁴⁷⁶, consistindo a resposta no espargir água de uma pipa sobre um carro distribuída por um ralo⁴⁷⁷.

O investimento municipal em obras de calcetaria alongou-se no tempo, e apenas algumas ruas foram contempladas com pequenos orçamentos. A abertura de novas estradas arrastavam-se sem fim, a exemplo da municipal de 1.ª classe n.º 14 – Vizela – Tágilde - S. Paio de Vizela – que, aprovada pela Comissão de Viação, em 1876⁴⁷⁸, apenas iniciaria o completar do pavimento,

⁴⁷⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-967 - Actas de Vereação - (1885-1887), fl.144v. Cota. 10-10-6-12.

⁴⁷⁶ AMAP -PT-MGMR/UF2010-1072- Actas de Vereação - (1903-1904), fls. 162v e 163. Cota. 10-10-6-21.

⁴⁷⁷ “Echos de Vizella”, n.42, de 2 de julho de 1905. Cota: BSMS – 10-8-27.

⁴⁷⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-962 – Actas de Vereação - (1876-1878), fls.28 e 28v. Cota. 10-10-6-8.

calçetaria e guias em cantaria, 1.º lanço, em 30 de setembro de 1908 (mais de um quarto de século depois)⁴⁷⁹, o que parece abonar a afirmação que, *geralmente, todas as estradas precisam melhorar-se mas os municípios pouco ou nada com isso se embaraçam*, manifestada, ainda 20 anos antes, pelo Abade de São João das Caldas, Francisco de Araújo, em 8 de julho de 1842, reportando-se ao *estado geral da viação* da sua paróquia e das que lhe são contíguas⁴⁸⁰

4.2.1.2 Iluminação pública

Desde 1844 que a cidade de Guimarães gozava da iluminação pública a azeite⁴⁸¹, anualmente, desde o anoitecer até ao amanhecer. Em 29 de julho de 1863, avalizada pelo Conselho de Distrito, a vereação deliberou ensaiar a iluminação pública à cidade a *petroline ou gaz liquido* por se considerar mais vantajosa que a antecedente⁴⁸². Em 20 de março de 1867, na sequência desse ensaio, veio Vizela a usufruir da iluminação pública a azeite, prestada por 30 lampiões, durante os meses de maio a outubro, das Trindades à 1 hora da noite⁴⁸³, deliberando o município, em 31 de maio de 1871, proceder à substituição de todos lampiões a óleo por lampiões a petróleo, com 31 deles destinados a Vizela, a arder durante os mesmos meses e horas já referidos⁴⁸⁴. Em de 17 de maio de 1905, determinou a edilidade proceder à substituição do sistema de iluminação a petróleo pelo sistema de iluminação a *acetylene*⁴⁸⁵, quando, desde 16 de agosto de 1903, já a cidade de Guimarães beneficiava da iluminação pública e particular por meio da electricidade⁴⁸⁶.

Contudo, 10 anos mais cedo, manifestou-se em Vizela a opção pelas vantagens da iluminação através da energia elétrica. Na verdade, pela exposição técnico/científica, presente no relatório da gerência da CBV de 1892,

⁴⁷⁹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1086 – *Actas de Vereação* - (1908-1909), fl.46. Cota. 10-10-6-25.

⁴⁸⁰ “*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: *Sociedade Martins Sarmiento - Revista de Guimarães*, nº. 108, 1998, p.155.

⁴⁸¹ FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.153.

⁴⁸² AMAP - PT-MGMR/UF2010-748 – *Actas de Vereação* - (1863-1864), fl.56. Cota.10-9-8-26.

⁴⁸³ AMAP - PT-MGMR/UF2010-750 – *Actas de Vereação* - (1865-1867), fls.185-187 v. Cota.10-9-8-28.

⁴⁸⁴ AMAP - PT-MGMR/UF2010-958 – *Actas de Vereação* - (1870-1872), fls. 122-124. Cota: 10-10-6-4.

⁴⁸⁵ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1078 – *Actas de Vereação* - (1904-1905), fl.91. Cota.10-10-6-22.

⁴⁸⁶ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1072 – *Actas de Vereação* - (1903-1904), fl. fl.3v. Cota. 10-10-6-21.

os engenheiros da CBV demonstraram a possibilidade de se rentabilizar a força motriz da turbina do parque termal, durante todo o período de tempo em que não fosse utilizada na função de elevar a água sulfurosa para o balneário, sendo a melhor opção a produção de energia elétrica destinada à iluminação pública e particular de Vizela⁴⁸⁷. Para tal, a direção da CBV propôs e requereu à CMG a sua instalação, decidindo a edilidade, reunida em 26 de abril de 1893, constituir uma comissão destinada a estudar o assunto e a apresentar parecer⁴⁸⁸.

É inegável que o desconhecer dos fundamentos que constituíram o parecer dessa comissão municipal, faz diminuir as hipóteses de se perceber as razões porque se negou provimento à pretensão da CBV em produzir e comercializar energia elétrica na povoação de Vizela, e se deferiu, uma década depois, idêntica petição a favor de uma empresa inglesa, representada por Albert Cambers Hendall⁴⁸⁹, durante meio século e em regime de monopólio na cidade de Guimarães⁴⁹⁰. Contudo, parece claro que se as conveniências políticas e os interesses particulares permitiram aos habitantes da sede do concelho o cedo usufruir das vantagens da energia elétrica, outro tanto não se poderá afirmar em relação aos moradores de Vizela, porquanto, só tarde, ensaiaram as excelências da eletricidade, corria o ano de 1920⁴⁹¹.

4.2.1.3 Distribuição e abastecimento de água potável

A resposta aos desesperados pedidos para resolução da crónica falta de água potável em Vizela, decorrente dos poços, sobretudo no período estival, ficarem inquinados pela água sulfurosa, apenas veio a minimizar o agudo problema⁴⁹². Na realidade, por incapacidade financeira, o plano da CMG, ao aproveitar uma ínfima parte dos mananciais de água potável do monte de São Bento, oferecidos pelo vizelense dr. Abílio Torres, apenas viu executado a obra

⁴⁸⁷ CBV, 1892, AGA – *Relatório da Direção*, pp. 31-34.

⁴⁸⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-969 – *Actas de Vereação* - (1890-1893), fl.145.Cota.10-10-6-14.

⁴⁸⁹ A Companhia da Luz Eléctrica de Guimarães, representada por Albert Hendall, associou-se, em 1908, a Bernardino Jordão.

⁴⁹⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-973 – *Actas de Vereação* - (1899-1901), fls. 97-103. Cota: 10-10-6-18.

⁴⁹¹ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuum... Vizela*: [ed. aut.], 1965, p.58.

⁴⁹² A exemplo da súplica da junta de Paróquia de S. João das Caldas. AMAP - PT-MGMR/UF2010-971 – *Actas de Vereação* - (1896-1898), fl.106.Cota.10-10-6-16.

referente ao fornecimento de água aos fontenários públicos⁴⁹³. Devido à reforma do projeto de 19 de setembro de 1905, por deliberação tomada em sessão municipal de 10 de junho de 1908⁴⁹⁴, a desejada rede de distribuição de água domiciliária apenas se veio a concretizar plenamente em 1960⁴⁹⁵.

Por estas razões, eram comuns os aguadeiros a comercializarem água pela baixa de Vizela⁴⁹⁶, e os particulares, mormente os proprietários ligados ao comércio e serviços, a “inundarem” a CMG com requerimentos a solicitar alvará para atravessarem os espaços públicos com canalizações para o abastecimento de água potável⁴⁹⁷.

4.2.1.4 Construção do matadouro

As obrigações de carácter sanitário, tidas por convenientes no abate de gado para alimentação das populações, não obstaram que um equipamento fundamental como o matadouro escapasse às sucessivas dilações municipais.

A CMG sabia da premência da sua construção em Vizela, porquanto, recorde-se, o estudo efetuado por de Eduardo Moser, em 1874, destinado a demonstrar a viabilidade da via-férrea para Guimarães, estimou que, durante o tempo de banhos, se abatiam mais de 350 bois⁴⁹⁸, a que se juntaria, claro está, o gado suíno e caprino reservado ao abate.

Na reunião de vereação de 20 de janeiro de 1890, a Comissão de Obras Municipais de Guimarães viu aprovado um empréstimo de 222:000\$000 réis. A deliberação que levou à divisão dessa avultada quantia, a qual se poderá considerar como um exemplo do *modus operandi* do município vimaranense⁴⁹⁹, esgotou-se na seguinte partilha: 129:000\$000 réis para amortização de

⁴⁹³ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1085 – *Actas de Vereação* - (1907-1908), fls.130v-131. Cota: 10-10-6-24.

⁴⁹⁴ AMAP - PT-MGMR/UF2010-1086 – *Actas de Vereação* - (1908-1909), fl.7.Cota.10-10-6-25.

⁴⁹⁵ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.55.

⁴⁹⁶ Idem - p.54.

⁴⁹⁷ Estes pedidos multiplicaram-se entre 1905 e 1909. Cf. AMAP - PT-MGMR/UF2010-1078 – *Actas de Vereação* - (1904-1905). Cota: 10-10-6-22; AMAP - PT-MGMR/UF2010-1086 – *Actas de Vereação* - (1908-1909). Cota: 10-10-6-25.

⁴⁹⁸ MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Tipographia Lusitana, 1874, p.36.

⁴⁹⁹ O peso percentual de Vizela e Taipas no total orçamentado pela Câmara Municipal de Guimarães destinado às obras públicas (1842-1901), poder-se-á aferir na síntese de: FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, pp. 332-333.

empréstimos anteriores (58,1%); 22:000\$000 réis para construção da cadeia da comarca; 55:000\$000 réis para a exploração e canalização de águas á cidade; 12:000\$000 réis para melhoramentos diversos na cidade e edifícios; 2:000\$000 réis para o matadouro das Taipas; e 2:000\$000 réis para o matadouro de Vizela⁵⁰⁰, o equivalente a 0,9% do total do empréstimo. Em 15 de abril de 1891, o vereador vizelense, João António Dias da Costa, ficou incumbido de comunicar à dita comissão os terrenos que reunissem as condições legais para a construção do matadouro⁵⁰¹, tendo-se deliberado, em sessão municipal de 14 de fevereiro de 1900, quase 9 anos depois, submeter para aprovação superior o projeto da sua construção, orçamentado em 2:000\$000 réis⁵⁰², de que era responsável pelos *assumptos de Vizella*, o vereador dr. Abílio Torres. Nesse ano, desde o dia 2 de fevereiro, já funcionava o novo matadouro municipal de Guimarães, construído na freguesia de Creixomil⁵⁰³.

4.2.2 A pretensão municipal no monopólio da exploração da água termal

Ao longo do século XIX, as sucessivas vereações do município vimaranense sempre manifestaram intenções de expropriação das águas termais que brotavam nas localidades de Vizela e Taipas e na exploração económica dos seus banhos.

Se na povoação taipense a implementação destas políticas reverteram coroadas de êxito, outro tanto não se poderá afirmar na congénere vizelense, ao provocarem um choque antagónico com os consuetudinários interesses económicos, particulares e coletivos, há muito tempo estabelecidos na terra, gerando sentimentos de profundo desagrado em muitos segmentos da sua sociedade.

No largo de Lameira, desde as primeiras décadas do século XIX, funcionou um albergue, fundado por uma comissão de vizelenses liderada por António Pereira da Silva, professor, e mantido pelos piedosos donativos dos conterrâneos, destinado a recolher e sustentar, na época banhar, os pobres

⁵⁰⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-968 – *Actas de Vereação* - (1887-1890), fl.133. Cota: 10-10-6-13.

⁵⁰¹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-969 – *Actas de Vereação* - (1890-1893), fl.40. Cota: 10-10-6-14.

⁵⁰² AMAP - PT-MGMR/UF2010-973 – *Actas de Vereação* - (1899-1901), fl.64. Cota: 10-10-6-18.

⁵⁰³ FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005, p.140.

que necessitavam de banhos para tratamento das suas enfermidades. Em 27 de junho de 1848, a CMG, para explorar os seus banhos, comprou por 268\$000 réis a casa-albergue, vindo a demoli-la em 1852, sob promessa de construção célere de uma nova destinada aos mesmos fins e propósitos⁵⁰⁴.

Como se verificou, o compromisso da construção deste equipamento social nunca foi honrado pelo município, sucedendo-se, desde logo, as reclamações pela desenfreada exploração municipal, desprovida de regulamentação balnear que harmonizasse os diferentes tipos de interesses dos utilizadores das águas dos principais banhos da Lameira, designadamente, o *Banho Grande*, *Banho da Bomba*, *Provedor*, *Lua Cheia* e *Tanque das Pipas*.

Reclamava-se, por subscrição encabeçada pelo citado professor, um regulamento que contemplasse horários de abertura, fecho, limpeza e asseio dos banhos para uso dos enfermos, e a construção de latrinas, que, por questões de higiene e respeito pela moralidade públicas, há muito se reclamavam. Para se obstar constantes conflitos de interesses, solicitava-se, também, posturas que regulamentassem horários diferenciados para os *carreiros*, bem como estabelecer a permissão do número de pipas de água termal que cada um poderia abastecer⁵⁰⁵, destinadas ao transporte e comercialização pelas cidades do Porto, Braga, Guimarães e Penafiel.

Já se referiu que, no decorrer da década de cinquenta, a CMG, na conjectura de uma fonte de rendimento extraordinária, decidiu explorar por conta própria e em regime monopolista todos os banhos de Vizela, dilatando-se esta ambição, na década de sessenta, quando viu concedidas licenças para a exploração das águas quentes e para a construção de quatro sumptuosos balneários termais, projetados pelo Engenheiro Dejante, impondo um tributo de \$400 réis por cada banho, destinado a esse e outros melhoramentos termais.

Esta pretensão monopolista, associada à incapacidade financeira da CMG em executar o megalómano projeto Dejante, orçado em 327:000\$000 réis, suscitaram viva contestação, quer em Vizela, quer no seio da própria vereação. Sobre esta matéria, em 4 de outubro de 1868, o vereador progressista, dr. Avelino da Silva Guimarães, implacável líder da facção

⁵⁰⁴ LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, (...), e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.ª, 1873-1890, p.1935-1936.

⁵⁰⁵ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, pp.35-38.

opositora, convicto que o município jamais honraria tal acordo, argumentou que *a dignidade e bom nome d'esta Camara reclamão que se dê impulso ás obras de Vizella; mentir ao Rei, enganar o Governo e o paiz, são actos que uma corporação séria não deve praticar, e a Camara deve ser uma corporação seria*, propondo que o município solicitasse autorização régia para, sob condições precisas e alternativas, se (...) *conceder a uma companhia a exploração das aguas thermaes de Vizella, e a edificação dos respectivos estabelecimentos*⁵⁰⁶.

Foi neste âmbito, num cunho aparentemente seguidor dos bem fundamentados argumentos da exposição do edil, que a maioria da elite de Vizela fundou, em 2 de junho de 1869, a representação ao rei D. Luís I, que, como se irá apurar, se constituiu no segundo pedido de concessão de autonomia administrativa⁵⁰⁷.

Em muito por força desta conjuntura política, na sessão municipal de 19 de novembro de 1873, presidida pelo já referido dr. Avelino da Silva Guimarães, celebrou-se o acordo provisório de cedência da exploração termal com a CBV, representada pelo dr. Alberto da Cunha Sampaio⁵⁰⁸, concretizando-se o parecer da *Comissão de Melhoramentos de Vizella*, cujo relatório foi defendido pelo vizelense António José Ferreira Caldas, em sessão municipal de 15 de janeiro de 1873, onde apontou para essa solução⁵⁰⁹.

Porém, apesar da transferência para a CBV dos direitos de exploração e de execução do novo balneário termal, só muito lentamente se esbateram as desconfianças dos habitantes da região de Vizela em relação à companhia, embora num tom mais suave e distinto, se comparadas com as antecedentes suspeições reveladas à Câmara de Guimarães.

Assim, sabedores da transferência para a CBV dos direitos da exploração monopolista das águas termais, da expropriação de terrenos num círculo alargado a 900 metros de diâmetro, e do benefício de expropriação por utilidade pública⁵¹⁰, em 16 de janeiro de 1875, receosos, sobretudo, pela negação a justas indemnizações derivadas desse tipo de expropriações, 115 habitantes de todas as freguesias do "*Território de Vizela*", intentaram uma

⁵⁰⁶ AMAP - PT-MGMR/UF2010-956 – *Actas de Vereação* - (1868-1869), fls. 49-62. Cota. 10-10-6-2.

⁵⁰⁷ "*O Commercio do Porto*", n.º 143, terça-feira, 22 de junho de 1869. FLUP – Hemeroteca.

⁵⁰⁸ AMAP - PT-MGMR/UF2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873-1874), fls.62-69. Cota. 10-10-6-6.

⁵⁰⁹ AMAP - PT-MGMR/UF2010-959 – *Actas de Vereação* - (1872-1873), fls.141v-145v.Cota. 10-10-6-5.

⁵¹⁰ AMAP - PT-MGMR/UF2010-960 – *Actas de Vereação* - (1873-1874), fls.62-69. Cota. 10-10-6-6.

petição ao Parlamento, fundamentada, sub-repticiamente, em propósitos de que o balneário se deveria construir na Lameira e não na Bouça das Pedras, o que, a ser aceite, de imediato faria diminuir drasticamente a necessidade de expropriações, acabando por não ter provimento⁵¹¹.

4.2.3 A malograda visita de D. Maria II a Vizela

Um singular acontecimento político, que muito terá contribuído para a insatisfação e revolta do povo vizelense e para a intensificação das tensões políticas entre as elites dirigentes de Vizela e Guimarães, prende-se ao incumprimento da promessa anunciada da visita de D. Maria II a Vizela.

Na sequência do anunciado périplo ao país da rainha D. Maria II, Vizela, aquando da sua estada em terras de Entre-Douro-e-Minho, encetou *démarches* destinadas a garantir o privilégio da visita de Sua Majestade.

Desta maneira, segundo notícia do *Periódico dos Pobres no Porto* de 31 de maio de 1852, uma comissão de vizelenses, por eles escolhida, dirigiu-se a Vila Nova de Famalicão, onde a rainha se encontrava em visita oficial, para lhe entregar, em nome do povo, a carta de felicitações e o convite para visitar Vizela, logrando obter a sua promessa de que visitaria a povoação quando fosse a Guimarães.

Iniciaram-se, de imediato, entusiásticos preparativos para festejar condignamente a receção dos majestosos visitantes. No dia 15 de maio de 1852, quando o séquito régio entrou em Guimarães, vindo de Braga⁵¹², foi entregue, ao Duque de Saldanha, a participação das autoridades vizelenses, Regedores e Juizes eleitos das paróquias de São João e São Miguel das Caldas, de que (...) *naquelle fértil torrão de banhos se acha aprestada (Com a decência privativa d'uma aldeia) a casa que SS. MM. e AA. teem de demorar-se ali. É simples, mas cordeal e espontânea a dedicação dos povos*⁵¹³. Todavia, a prometida visita não se efetivou. O cortejo régio, saído de Guimarães na segunda-feira, dia 17 de Maio de 1852, pelas cinco horas da manhã, seguiu direto pela estrada

⁵¹¹ OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008, pp.71-72.

⁵¹² Segundo cópia do telegrama, emitido nesse mesmo dia, publicado no *“Periódico dos Pobres no Porto”* – n.º 114, sábado, 15 de maio de 1852. BPMP – Cota. IX-5-18.

⁵¹³ *“Periódico dos Pobres no Porto”* – n.º 127, segunda-feira, 31 de maio de 1852. BPMP – Cota. IX-5-18.

de Santo Tirso, vila onde iria pernoitar antes de rumar ao Porto⁵¹⁴, perante a raiva e o desespero das gentes de Vizela, dizendo claro que o Duque de Saldanha trazia a rainha enganada. O veemente protesto pela atitude de sua majestade foi-lhe manifestado através da nova mensagem que lhe foi entregue em Santo Tirso.

Assim, pelo referido jornal, fica-se a saber que, sob a forma de edital municipal, chegou a Vizela, no dia 20 de maio de 1852, a cópia da Portaria, despachada de Santo Tirso, na qual a monarca intenta um pedido de desculpas e admoesta o município vimaranense pelo abandono a que tinha votado as termas e a povoação de Vizela. Na mesma Portaria encontra-se, também, a razão aparente do incumprimento da prometida visita, na qual a monarca explica que o tempo que demoraria na visita a Vizela lhe iria atrasar a jornada⁵¹⁵. Porém, os verdadeiros motivos, de fácil dedução, esses surgem como óbvios aos olhos das expectativas de independência. Os políticos vimaranenses sabiam que Vizela iria apresentar à rainha o que seria o seu primeiro pedido de emancipação administrativa, não estranhando, por isso, as manobras políticas de bastidores destinadas a afastá-la de Vizela e a esconjurar à nascença tal pretensão.

4.3 Três Representações, as Mesmas Razões, um Único Desejo - a Emancipação Administrativa

As desditosas iniciativas políticas, destinadas à separação da tutela vimaranense, fundaram-se nas razões que se têm procurado demonstrar.

Na realidade, durante todo o período que decorreu entre 1851 e 1910, a burguesia dominante de Vizela, onde pontuavam os membros da administração pública local, procuraram pugnar pela aplicação da riqueza gerada na sua terra em obras indispensáveis á dinâmica do contínuo desenvolvimento que ela própria vinha a fomentar e desejava. Mas, associada à certeza que ao poder político/administrativo municipal cabia a primeira e a última decisões no implementar dessas obras e melhoramentos, e à convicção que essa observância, por falta de financiamento, se eternizaria em inócuas e usuais

⁵¹⁴ “*Periódico dos Pobres no Porto*” – n.º 116, terça-feira, 18 de maio de 1852. BPMP – Cota. IX-5-18.

⁵¹⁵ “*Periódico dos Pobres no Porto*” – n.º 127, segunda-feira, 31 de maio de 1852. BPMP – Cota. IX-5-18.

intenções políticas, sobreveio a crença, sempre renovada, que só na esfera independente de Guimarães se poderia almejar a mais progresso e a mais desenvolvimento.

Como consequência lógica dessa realidade apresentam-se as três representações emancipalistas que, como se verá, firmadas nos seus expositivos fundamentos, bem parecem sintetizar a constância dessa mesma realidade, podendo-se considerar que a primeira, de 1852, terá sido o ponto de partida, bem datado, que veio a fortalecer o desejo irreversível de Vizela se constituir em concelho, livre e independente de Guimarães.

4.3.1 A desditosa representação a D. Maria II (1852)

O primeiro pedido formal de autonomia que se pretendia apresentar à Coroa nesse dia 17 de maio de 1852, frontal e corajoso, revela, antes de mais, um sagaz exercício político, carregado de plena oportunidade, ao pretender perfilar Vizela como sede natural de um concelho, num tempo em que se perspectivava nova reforma administrativa, a qual veio a por termo à reorganização municipal de Passos Manuel de 1836/38⁵¹⁶, que viria a ditar a extinção dos municípios de Barrosas e de Negrelos, onde Vizela poderia recrutar as freguesias circunvizinhas necessárias ao futuro concelho. A conjuntura administrativa era, por conseguinte, propícia.

Como referido, os políticos vimaranenses, cientes que Vizela iria representar à rainha D. Maria II a sua emancipação administrativa, por artifícios políticos de bastidores, convenceram a monarca a suprimir do itinerário régio a ultimada visita a Vizela.

Deste modo, a elite da povoação passou a utilizar a imprensa como arma privilegiada no combate político, fazendo publicitar, integralmente, no *Periódico dos Pobres no Porto*, a representação que iria ser apresentada à monarca no decorrer da sua curta estada em Vizela⁵¹⁷.

⁵¹⁶ OLIVEIRA, César de - *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Temas & Debates, 1996, pp.206-207.

⁵¹⁷ Para todas, "*Periódico dos Pobres no Porto*" – n.º 127, segunda-feira, 31 de maio de 1852. BPMP – Cota. IX-5-18.

No discurso, a comissão de vizelenses, depois do que seria o agradecer à rainha (...) *a augusta visita a este torrão mal ataviado (...)* e de traçar um retrato histórico, centrado na descrição da ancestral atividade termal até ao presente, rogar-lhe-ia que se dignasse elevar (...) *estas Caldas formosas á cathegoria de Reaes e de Villa, como o unico meio, Senhora, d’haver quem olhe neste torrão pelas immensas e inapreciáveis riquezas das Caldas de Vizella.*

Profetizaria, ainda, que o fértil território de Vizela, por desprezado e oprimido, determinantemente prosperaria se retirado da influência de Guimarães, (...) *e so constituindo com elle e com parte dos concelhos de Barrosas e Negrellos, um concelho á parte, alvitando que as demais freguesias destes concelhos a extinguir fossem integradas noutros contíguos. Apenas por esta via é que as Caldas de Vizela podião ser uma povoação grande, rica e admirada dos viandantes, que hoje so lastimão o abandono em que ellas se achão!*

E concluiria que, desse modo, a riqueza produzida pelo novo concelho poderia ser justamente bem distribuída, em nome da felicidade de todos, tornando Vizela *a pérola mais brilhante do Vosso florão de Rainha e de Mãe d’estes povos a quem fareis boiar n’um mar de riquezas e de vantagens (...)* quase recíprocas a todos os habitantes das freguesias circunvizinhas.

4.3.2 As contraditórias representações a D. Luís I (1869)

4.3.2.1 A transferência de Vizela para o concelho de Lousada

Noticiava o jornal portuense *O Commercio do Porto*, na sua edição de 3 de junho de 1869, que os vizelenses, cansados do abandono secular a que a CMG votava os banhos da povoação, recolhiam assinaturas para uma representação ao rei D. Luís I, destinada, entre outras solicitações, à separação e mudança de Vizela do concelho de Guimarães para o vizinho de Lousada⁵¹⁸. Em 18 de julho de 1869, na perspetiva concomitante de se demarcar da atual governação municipal e de esvaziar de sentido esse propósito, fez-se anunciar, no mesmo jornal, a promessa de que a câmara futura (Progressista) que viesse a substituir a presente (Regeneradora), pretenderia aplicar em melhoramentos e reformas metade do rendimento dos banhos, estimados em 350\$000 réis ano, e uma maior fatia da *contribuição*

⁵¹⁸ *O Commercio do Porto*, n.º 128, quinta-feira, 3 de junho de 1869. FLUP – Hemeroteca.

municipal directa em seu proveito⁵¹⁹, não logrando travar a irreversibilidade da representação.

Na verdade, subscrita por mais de dois terços dos cidadãos vizelenses recenseados, a referida representação, datada de 2 de junho de 1869, já tinha sido enviada a Sua Majestade, conforme revela o já referido jornal portuense, em 22 de junho desse mesmo ano.⁵²⁰

As causas prendem-se, em tudo idênticas, àquelas que se quiseram demonstrar na segunda parte do trabalho, bem resumidas pelos signatários da petição quando denunciam ao soberano que (...) *a illm.^a câmara de Guimarães a quem está confiada a tutela d'esta povoação, tem dado provas, e provas evidentes de que nem quer, nem póde, nem deixa* emprender os melhoramentos aqui por todos reclamados, sendo portanto a causa unica da miséria em que as miraculosas aguas jazem, e o estorvo principal aos bons desejos de quem as pretende melhorar de situação, ou seja, o abandono da povoação pelo município, a obstinação da CMG pela exploração monopolista e por conta própria dos banhos de Vizela, e ao arrastar, por incapacidade política e financeira da câmara, da execução do projeto do engenheiro Dejanete, destinado, repita-se, à construção do novo balneário termal.

Em consequência dessas circunstâncias solicitaram ao rei que deferisse as seguintes solicitações de independência da administração de Guimarães e integração na de Lousada:

1º - Que vossa magestade se digne tomar estas caldas debaixo da sua real proteção.

2º - Que vossa magestade, subtrahindo estas caldas da administração da illm.^a Camara de Guimarães, se digne mandal-as considerar propriedade do estado, ficando directamente geridas pelo governo de vossa magestade.

3.º - Que não sendo isto possível vossa magestade se digne mandar applicar a estas duas freguezias de S. Miguel e S. João das Caldas o decreto de 15 de Abril do corrente anno transferindo-as para o concelho de Louzada, onde esperam os abaixo assignados encontrar a illm.^a câmara revestida dos mais ardentes desejos de dar impulso aos melhoramentos de que tanto estas caldas necessitam.

⁵¹⁹ *O Commercio do Porto*, n.º 140, sexta-feira, 18 de junho de 1869. FLUP – Hemeroteca.

⁵²⁰ Para todas, *O Commercio do Porto*, n.º 143, terça-feira, 22 de junho de 1869. FLUP – Hemeroteca.

4.3.2.2. A conservação de Vizela no concelho de Guimarães

O valimento do recurso a uma contra-representação, além de revelar a clara divisão antagónica dos vários agentes interessados, ou não, em sobraçar a construção e exploração do novo balneário termal de Vizela, questão que se tem procurado evidenciar, mostrou, também, que a municipalidade vimaranense terá tremido face às diligências políticas dos vizelenses mais radicais, empurrando-a a esgrimir a mesma arma.

Deste modo, uma bem fundamentada representação a D. Luís I, subscrita em Guimarães, em 7 de novembro de 1869, por 35 cidadãos vizelenses, recenseados nas freguesias de São João e de São Miguel das Caldas, intentou anular os objetivos expressos na representação que, cinco meses antes, os seus conterrâneos tinham apresentado ao rei.

Esta representação, divulgada pelo *O Commercio do Porto*, em 11 de novembro de 1869⁵²¹, mostrou que os signatários de ambas as representações convergiram na necessidade de colocar sob proteção régia as caldas de Vizela. Em matéria divergente, as longas considerações apresentadas, rigorosamente fundamentadas com cifras referentes a receitas e despesas, retiradas, sem dúvida, da contabilidade municipal, pretenderam refutar que as delongas na execução dos projetos de obras para a povoação de Vizela não resultavam de malévolas intenções deliberadas, mas, sim, determinadas pela receita municipal cobrada em Vizela não cobrir a despesa orçamentada e da sua obrigação de concorrer para as despesas gerais do concelho.

Na base dessa argumentação, pretenderam apelar à compreensão dos seus concidadãos pelos inevitáveis atrasos nos melhoramentos, e garantiram que a *CMG (...) não abandonou ainda o sumptuoso (pode bem dar-se-lhe este nome) projecto para o estabelecimento thermal elaborado pelo engenheiro Dejant. Recuou diante da verba de 327:000\$000 réis, em que foi orçado, ou antes de 400:000\$000 réis, orçados pela mesma camara, quando estudou as bases e as condições para formar uma companhia que tomasse a seu cargo tão grande obra, negando, por omissão das*

⁵²¹ Para todas, *“O Commercio do Porto”*, n.º 262, quinta-feira, 11 de novembro de 1869. FLUP – Hemeroteca.

condições concretas dessas mesmas bases e condições, a possibilidade de se aclararem as razões porque não houvera, até essa data, putativos investidores a cobrir tão colossal montante. As termas parecem tornar-se um argumento cada vez mais reivindicativo e identificativo da unidade Vizelense.

Na prossecução desta linha de raciocínio e defesa, advogaram o indeferimento da representação rival, bem resumido no penúltimo parágrafo, ao rogarem ao monarca para (...) *não deferir á separação d'estas duas freguezias e transferência d'ellas para o concelho de Louzada, mas que antes continuem pertencendo ao concelho de Guimarães, e mais que vossa magestade haja por bem tomar debaixo da sua real proteção as Caldas de Vizella, a fim de que à sombra d'ella a illm^a. camara de Guimarães, de quem os abaixo assignados tudo esperam, possa pôr por obra os necessários melhoramentos*, tornando, à semelhança do ocorrido em 1852, em inocuidades políticas as intenções dos signatários da anterior representação

4.3.3 Petição ao Governo progressista de Luciano de Castro (1905)

O primeiro processo da criação do concelho de Vizela do século XX e, simultaneamente, o último da Monarquia Liberal, malgrado ter ocorrido há pouco mais de um século, patenteará, pela falta de fontes concludentes, poucas certezas e muitas dúvidas, nomeadamente quanto às razões concretas que o nortearam e quanto aos motivos porque se materializara em inocuidade política, à semelhança dos anteriores. Porém, para além do bairrismo, as razões das dissidências deveriam ser muito determinantes, tendo em atenção que o primeiro subscritor deste pedido secessionista, o dr. Armindo de Freitas Ribeiro de Faria, era vereador na CMG desde 1902⁵²², alinhado no grupo regenerador.

De qualquer modo, em 1905, uma comissão de vizelenses, liderada por esse médico e edil, firmada em promessas de amigos políticos, subscreveu um pedido de emancipação administrativa⁵²³, numa altura em que o velho

⁵²² Cf. Quadro 14. CMG – Vereadores de Vizela eleitos (1852-1910).

⁵²³ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.62

timoneiro do Partido Progressista, José Luciano de Castro, chefiava o seu 3.º e último governo (20-10-1904 a 19-03-1906).

Tomando-se por base a tradição oral, transmitida de geração em geração, diz-se que foi imposta ao médico vizelense a construção de um edifício que servisse de sede municipal, condição imprescindível para a viabilização da fundação do concelho.

Foto 11. *Castelo da Ponte* (1931)



Fonte. Júlio César Ferreira

Desta maneira, a expensas próprias, mandou edificar o imponente edifício destinado a servir de Paços do Concelho, denominado pelo povo de *Castelo da Ponte*, influenciado pelo seu estilo neogótico. Apto a albergar todas as repartições e serviços inerentes à vida municipal, concluiu-se em 1906, tendo o intrépido doutor gasto a extraordinária quantia de 60:000\$000 réis⁵²⁴.

Do acervo epistolar da família do bairrista vizelense, Júlio Damas, historiador local, divulgou três cartas, remetidas pelo dr. Manuel Pereira, chefe de gabinete do governo presidido por Luciano de Castro, ao dr. Armindo de Faria, que testemunham as diligências desenvolvidas em torno desse pedido

⁵²⁴ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965, p.62.

de autonomia⁵²⁵. Contudo, por uma análise mais atenta ao teor das missivas, depreende-se que, mais do que a suposta oposição vimaranense⁵²⁶, a conjuntura política que se vinha a desenhar seria adversa às pretensões dos vizelenses.

Pelo local da datação verifica-se, desde logo, que o despacho se efetuava da rua dos Navegantes, residência onde o presidente Luciano de Castro permanecia devido à hemiplegia que o atormentava. Desta maneira, por limitar a ação política presencial do chefe do Governo, aumentariam as tarefas externas do dr. Manuel Monteiro, diminuindo-lhe o tempo destinado à pendência de Vizela. Por outro lado, sem explicitar as razões, mas que se ligariam à forte agitação política e às sucessivas remodelações ministeriais, ter-se-ia de (...) *por de lado o nosso projecto, até que chegue a ocasião de me parecer viável; e essa ocasião já não pode deparar-se no ano corrente por circunstancias especialíssimas que conheço*⁵²⁷, conforme se lê na carta do dr. Manuel Monteiro, endereçada ao amigo dr. Armindo de Faria, em 15 de julho de 1905, vindo este adiamento a apressar a morte anunciada do referido projeto.

Na verdade, em 15 de março de 1906, sucedeu ao Gabinete Progressista o 3.º e último Gabinete Regenerador, liderado por Hintze Ribeiro, que, ao soçobrar ao fim de três meses, desde logo inviabilizaria uma hipotética continuidade do processo. Por fim, quando D. Carlos, em 17 de maio de 1906, recorreu à terceira força partidária (Regenerador – Liberal) e indigitou João Franco para formar novo governo⁵²⁸, o processo finou-se, porquanto seria inverosímil que o ex-deputado eleito pelo círculo de Guimarães, terra a que muito se tinha afeiçoado, ou a quem devia fidelidade, viesse a apoiar tal pretensão a Vizela.

A ditadura franquista (1907-1908), o regicídio (01-02-1908) e o subsequente período de forte agitação política e social, pressagiavam já o estertor da Monarquia Liberal e o advento da República, ficando, até 1998⁵²⁹, a aguardar por melhores conjunturas políticas a pretensão autonómica de Vizela,

⁵²⁵ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam... Vizela*: [ed. aut.], 1965, pp.62-66.

⁵²⁶ O autor citado aponta a ação opositora de um anónimo forasteiro; Cf. DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam... Vizela*: [ed. aut.], 1965, p.62.

⁵²⁷ DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam... Vizela*: [ed. aut.], 1965, p.64.

⁵²⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol. X). Lisboa: Verbo, 1988, pp.111-117.

⁵²⁹ Em 19 de Março de 1998, Vizela foi elevada a cidade e a sede de concelho pela Assembleia da República.

enquanto o imponente *Castelo da Ponte*, obstinadamente robusto, sem cumprir a missão para que fora criado, vem a perpetuar-se numa memória que identifica o ideal, apontado pelo espírito doutrinador do liberal Almeida Garret, de que uma terra e um povo que determinadamente querem ser livres sempre o serão⁵³⁰.

⁵³⁰ GARRET, Almeida – *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Horizonte, 2005, p.42.

Conclusões

Ao pretender-se a construção de uma memória sobre a povoação de Vizela, inerente ao período do Liberalismo português que decorreu entre 1851 e 1910, procedeu-se à análise de um processo de reivindicação de construção de um espaço político, o concelho de Vizela, que só o foi em 1998.

Procurou-se avaliar em que argumentos interativos - geográficos, demográficos, económicos, sociais, culturais e políticos - se esgrimiam e alicerçavam uma vontade política autónoma. Nestes fundamentos propusemo-nos encontrar respostas para as questões previamente colocadas, centradas nos fatores endógenos e exógenos de desenvolvimento, que, manifestamente, foram influenciados, assim como os agentes políticos coevos, pela propagação dos inflamados ideais de progresso e desenvolvimento, que nortearam este período do Liberalismo português,

O alargar do espaço de estudo ao denominado “*Território de Vizela*”, demandou avaliar, através dos documentos do passado, o lastro identitário, pelo qual uma certa comunidade, num determinado tempo, espaço e território edificou e reedificou a memória que lhe consubstanciou a própria identidade. Verificou-se, assim, como a historiografia local revelou as razões da ancestral ascendência de Vizela sobre o território do seu vale, e como sustentou as origens de alguns elementos do passado que foram rememorados no discurso e ação políticas coetâneas.

O confronto dos diversos vestígios arqueológicos e de um vasto conjunto de referências bibliográficas, desde o século XVIII até ao presente, dispersas por várias fontes de informação, constituiu a significativa base para se reportar a origem da Vizela antiga ao período pré-romano, intimamente associada ao elemento água, o princípio do dom de Vizela, conforme provam as peças epigráficas, confiadas ao Museu Martins Sarmiento, dedicadas a divindades indígenas ligadas às águas, como *Bormanicus*, cujo culto se encontra espalhado pela Europa céltica. Neste âmbito, criou-se a *Vizela Romana* - figura alegórica da abundância das águas de Vizela - que se materializou num *ex-libris* fundamental na construção e afirmação da identidade de Vizela, descobrindo-se, hoje, como peça fundamental no brasão municipal e de muitas outras coletividades.

Do memo modo, a origem seminal do topónimo - Vizela – apresentada com as convenientes cautelas, até pela forma com que é apropriada para sustentar a reivindicação da própria identidade, surge, na longa duração, intimamente ligada ao seu rio, firmada nas teorias que o termo *Avizela* (Vizela) radica a sua origem na palavra latina *Avicella*, da mesma família de *Avis* (Ave), com o significado de avezinha, ou pequena ave, depreendendo-se, assim, o nome do pequeno rio Vizela, subsidiário do rio Ave, ou que, outrora, no rio abundaram pequenas aves palmípedes, *avicellas*, que a ele emprestaram o seu nome, ou a elas o rio concedeu denominação.

Como referem os estudos de Martins Sarmiento e Ferreira de Almeida, em toda a região natural do vale do Vizela, os fatores ambiental e geográfico, propícios ao minifúndio e à pastorícia, permitiram a fixação de populações nativas dispersas por muitos castros e cristelos, categorizando Martins Sarmiento a certeza que a coeva divisão geográfica separou uma população que, nesse tempo, vivia entrelaçada.

Admite-se, pelos diversos estudos efetuados (passados e presentes) e pelas muitas evidências arqueológicas, que Vizela teve ocupação continuada desde, pelos menos, o século I dC, articulada numa estrutura urbana romana, de desconhecida configuração jurídica, onde predominava significativamente o conjunto termal edificado na parte baixa de Vizela, na extensão, aproximada, de mil metros.

Será verosímil afirmar que a crença dos romanos nas virtudes terapêuticas das águas e no prazer pelas termas propiciaram ao vale do Vizela o benefício da passagem de importantes vias de comunicações com origem em *Bracara Augusta*, colocando Vizela e a ponte sobre o seu rio como chaves de ligação a outras vias militares. Essa ponte, a mais importante referência do património edificado municipal, tornou-se fundamental na afirmação identitária de Vizela, ao encontrar-se, hoje, profusamente representada nos emblemas da maioria das instituições vizelenses.

Pela reunião das fontes, verificou-se que a região de Vizela subsistiu ao desmoronar do Império Romano e ao ulterior fracionamento político da Península Ibérica, ao encontrar-se a paróquia suévica de *Oculis Calidarum* (a atual freguesia de Caldas de Vizela – São Miguel) como integrante do lote das 30 paróquias com que a diocese de Braga foi contemplada, na sequência da

reunião conciliar de Lugo de 569 e de acordo com a subsequente *Divisão Theodemiri*. No século XI, em plena fase de Reconquista, na igreja dessa paróquia, então designada de *Sancti Michaelis Arcangeli in Occulis Calidarum*, o rei leonês, D. Afonso V, confirmou doações feitas por seus antepassados ao mosteiro de Guimarães, o que deixa admitir uma prosperidade económica e demográfica continuada, face à emergência de novos poderes senhoriais e eclesiásticos.

Consolidado o reino de Portugal, as *Inquirições* provam a existência das duas paróquias que vieram a constituir a povoação de Vizela. – *São Miguel das Caldas e São João das Caldas de Gominhães*. Pelos documentos citados das *Inquirições*, realizadas a mando de D. Afonso III e de D. Dinis, verifica-se a importância da conservação e manutenção das pontes e vias romanas do vale do Vizela no tráfego inter-regional de pessoas e bens. Este benéfico ligado às miraculosas águas terapêuticas terão pesado na decisão dionisina em criar a piedosa albergaria das caldas de Vizela, destinada a auxiliar viandantes, pobres e enfermos.

Evento argumentativo para a consolidação da ideia fundamentada de uma raiz histórica legitimadora da vontade autonómica de Vizela sucedeu pela formação do seu primeiro concelho, quando, nas Cortes de Elvas de 1361, D. Pedro I concedeu por doação e mercê ao Infante D. João, seu filho, e a todos os legítimos sucessores, as terras de *Riba de Vizella*, com reserva da *correição maior* da justiça para a coroa, tornando-as independentes do concelho de Guimarães durante quase meio século. Segundo o estudo do insigne medievista Abade de Tágilde, o concelho constituiu-se pelo menos com as duas freguesias de Vizela, São Miguel e São João das Caldas, e a de Infias.

Não temos dúvidas de que a extinção desse efémero concelho, em 1408, e a integração das suas terras, rendas e jurisdições no concelho de Guimarães, onde se mantiveram até 19 março de 1998, ficou marcado pela evolução da crise de 1383-1385, pelo apoio do Infante D. João a D. João I de Castela na disputa travada pela posse do trono português com D. João I de Portugal, e pelo conseqüente confisco dessas terras, utilizadas depois pelo monarca português como compensação pelo auxílio prestado pelos seus seguidores e partidários na consolidação do seu trono.

Pelas Inquirições de 1252 e de 1290, constata-se terem estado independentes dos poderes realengos e eclesiásticos os moradores de uma significativa parte do território da freguesia de São João de Gominhães, abrangidos pela proteção da *Honra do Paço de Gominhães*, privilégio confirmado aos seus fidalgos por alvará de D. Dinis, em Lamego, no ano de 1279, revelado pelo traslado de um pergaminho, supostamente apócrifo, apresentado a D. João III, em 1534, destinado a confirmar a ancestral nobreza e fidalguia aos coetâneos descendentes.

A junção das informações prestadas pelas *Memórias Paroquiais de 1758* e do *Inquérito Paroquial de 1842*, uma iniciativa do município vimaranense, para além de garantir a continuada dependência administrativa das freguesias da povoação de Vizela do concelho de Guimarães e da diocese de Braga, possibilitou, no decorrer de 84 anos, o medir e cotejar de alguns aspetos parcelares relacionados com o seu desenvolvimento.

Mostrou-se que, por pequena, a transferência da igreja de São João de Gominhães, da margem esquerda para a direita do Vizela, determinou a sua aproximação à igreja de São Miguel das Caldas, fator que se mostrou determinante no advir de uma nova centralidade da povoação e contributivo do futuro crescimento urbano desse mesmo espaço que, articulado com as novas áreas de circulação, se veio a constituir, a partir da segunda metade do século XIX, num núcleo central contínuo, em tudo semelhante ao que ainda hoje se nos afigura. Evidenciou a suficiência do espaço das igrejas para a população das freguesias no tempo de Inverno, mas pequenas e acanhadas para as funções do culto divino no Verão, em tempo de banhos. E revelou-se, pelos *Mapas Estatísticos* produzidos pelos abades da povoação, um aumento do número de fogos e da população, muito dependente de uma economia ligada à exploração termal e aos negócios agro-pecuários.

No decorrer da segunda metade do século XIX até à primeira década do século XX, esta tendência de crescimento demográfico manteve-se, revelada pela sistematização dos dados facultados pelos *Recenseamentos Gerais da População*, que permitiu quantificar, entre 1864 e 1911, o volume populacional das nove freguesias do “*Território de Vizela*”, distribuído pela superfície de 35,11 km², e verificar alguns indicadores da sua dinâmica que permitem a

compreensão e a comparação das evidentes diferenças no contexto regional, entre 1864 e 1911.

Observou-se, desde logo, que a evolução das taxas de analfabetismo no “*Território de Vizela*” sucedia na mesma linha de homogeneidade nacional e regional, ao apresentar, na totalidade da sua população, em 1878, 81,6% de analfabetos e, em 1911, um menor número calculado em 78,3%. Quanto aos alfabetizados registou-se a positiva passagem de 15%, em 1878, para 21,7%, em 1900. No distrito de Braga, em 1900, no total da sua população calculada em 357 159 habitantes, apurou-se uma taxa de analfabetismo de 77,8%.

Quanto à povoação de Vizela, em quase meio século, registou a passagem de 1 684 para 3 508 residentes, o que mostra ter superado a duplicação da sua população, com um crescimento médio anual, lento e constante, que não ultrapassou os 0,91%, mas, mesmo assim, superior à média nacional que não foi além dos 0,71%. Todavia, no final da primeira década do século XX, evidenciou-se um fenómeno demográfico relevante, ao constatar-se que 1/3 da população total do “*Território de Vizela*” se concentrou no interior do singular núcleo urbano da povoação de Vizela e que a sua elevada densidade populacional, cifrada em mais de 450 hab/km², quase duplicou a do seu “*território*” e quadruplicou a registada a nível distrital, facto que poderá ajudar na explicação da vontade autonómica das suas gentes.

A convergência do ideal de progresso com o fervor político de melhoramentos materiais foi determinante no acelerar da planificação, construção e melhoramento dos meios de comunicação no decorrer da segunda metade de Oitocentos. As obras públicas, inerentes à criação e melhoria das acessibilidades terrestres, ao mostrarem os seus benefícios nas ligações e travessias de vilas e cidades, tornaram-se arquétipos a seguir e imbuíram nesse ímpeto de progresso e melhoramentos as elites intelectuais e políticas locais. Pressionadas pela perceção do estado de insalubridade das suas terras, exigiram iniciativas de projetos municipais e a contração de empréstimos para financiamento de obra que criasse e reformasse os seus centros urbanos, rumo à expansão.

Nesta perspetiva, encontrou-se a elite da povoação de Vizela, cada vez mais consciencializada da crescente valorização e importância das potencialidades termais da sua terra, cada vez mais convicta da necessidade

da criação de infra-estruturas primárias, essenciais na dinamização do contínuo progresso e da inevitável prosperidade. Empreendedora e pragmática nos negócios particulares, sobretudo na forte aposta de investimento de capital no setor imobiliário, provada pela síntese permitida pela informação contida nos livros de Recenseamento Eleitoral, que ditaram claras transformações do espaço urbano de Vizela, ousou reivindicar projetos junto da câmara municipal de Guimarães que contribuíssem, também, para a transformação e desenvolvimento geral da região e do seu núcleo urbano, em particular, sob grande pressão demográfica.

A concomitante conjuntura das decisões governamentais, que propiciaram a Vizela as infra-estruturas rodoferroviárias e a concessão à CBV da exploração das águas termais e construção do sumptuoso e moderno balneário termal, marcou a transformação da paisagem, ditou a expansão urbana e a elevada construção habitacional. Foi, sem dúvida, a construção da moderna estrada real n.º 36 que, como eixo central, viabilizou criar e hierarquizar as funções das novas vias transversais de circulação e fomentou a construção habitacional. Foi, também, a execução do projeto da CBV que, ao canalizar em túnel subterrâneo todas as nascentes de água sulfurosa, dispersas pelo largo da Lameira, para o novo balneário termal, viabilizou a renovação e expansão dessa área urbana. Associados a esses fatores, a construção pela CBV dos novos equipamentos sociais, o estabelecimento balnear, na parte ocidental, e o parque das termas, na parte oriental, separados pelo troço da estrada real (a atual rua dr. Abílio Torres), sustentaram e harmonizaram a expansão fixada a uma área delimitada pelo largo da Estação e pela rua do Mourisco, moldando a configuração do presente núcleo central de Vizela.

É verdadeira a asserção de que Vizela foi muito beneficiada no seu desenvolvimento pela facilidade das comunicações, decorrente da construção estrada real n.º 36, da linha férrea de Bougado a Guimarães e da estação de telégrafo, mas, assim o foi, porque, à semelhança do ocorrido nos primórdios do seu passado, a exponencial procura e o notável desenvolvimento das termas e do termalismo no século XIX, influenciaram determinantemente a decisão política, e influíram notavelmente nos seus elevados fluxos de tráfego, como atesta a importância da sua estação de caminho-de-ferro de 2.ª classe

ao registar um movimento de passageiros muito próximo do inscrito pela estação de 1.^a classe da sede do concelho.

Durante o século XIX, a credibilização da Hidroterapia e dos progressos hidroterapêuticos que percorreu toda a Europa, ao contribuir para o renascer o termalismo, determinou em muitas localidades, nomeadamente a de Vizela, o desenvolvimento de luxuosas estâncias termais, transformadas em centros de reunião das prestigiosas elites nacionais e estrangeiras, tornando rapidamente moda o termalismo, com elevada influência no desenvolvimento económico local e regional. Foi esta conjuntura favorável associada à fama de miraculosas que algumas fontes termais de Vizela teimaram em manter através dos tempos e à disponibilidade da estrada real e da linha férrea, que passaram a permitir viagens longas e cómodas, os fatores fundamentais do contínuo aumento de aqúistas, oriundos de muitas regiões do país e, até, do estrangeiro. Este crescimento mostra-se plausível, sustentado pela sistematização permitida pelos mapas estatísticos dos banhos da CBV, que mostra, entre 1881 e 1910, uma média anual de 66 380 banhos por si ministrados.

No avanço destas razões encontrou-se as motivações da burguesia rica e endinheirada, local e regional, no investimento de consideráveis quantias em equipamentos ligados à atividade termal, ou dela dependente. Na perspetiva de negócios vantajosos e da rentabilização do capital, mostrou-se a subscrição de cem contos de réis em ações da CBV destinada à construção e equipamento do grandioso balneário termal, aberto em 1881, e à criação do fabuloso parque termal, para deleite de aqúistas e veraneantes. Pelas mesmas causas coube a construção dos estabelecimentos balneares do Mourisco e do Paulino, à iniciativa individual de dois membros da elite local. A partir de 1881, o crescente movimento termal licenciado por estes balneários estimulou, também, essa mesma elite local a investir na construção de novos edifícios destinados a hotéis, pensões e casas de aluguer sazonal. Em 1887, pela sistematização da informação disponível, registou-se a coexistência de 7 hotéis, todos bem equipados e muito próximas do novo estabelecimento termal, sendo o serviço de primeira ordem oferecido por três dessas unidades hoteleiras, todos necessários ao alojamento de uma população flutuante que, segundo os cálculos de Eduardo Moser e de Jaime Oliveira, se estimava em 30 000 em cada época balnear.

Em paralelo com o diligente setor hoteleiro, verificou-se, através das fontes disponibilizadas e sistematizadas, um acentuado crescimento das atividades comerciais a partir de 1881, intimamente vocacionadas para o apoio da vida termal ou por ela fomentada, ao contabilizar-se, nessa data, a passagem de 36 estabelecimentos comerciais para 130, registados até 1906. A feira quinzenal e o mercado diário detiveram papel importante na economia regional, conforme evidenciou o estudo de Eduardo Moser, de 1874.

Quanto às atividades industriais verificou-se, *em 1884*, a produção de papel, fabricado a partir do trapo, nas fábricas instaladas nas margens do Vizela e atividades ligadas à construção habitacional e de equipamentos, mormente a da extracção do granito local e a da arte de cantaria. A produção têxtil, em todo o “*Território de Vizela*”, revelou-se débil e inexpressiva, assente numa laboração tipicamente manufactureira e recorrente da mão-de-obra caseira.

A criação de meios e espaços destinados à diversão e lazer, sobretudo a partir dos anos oitenta da centúria, ocorreu, por um lado, como resposta aos desígnios dos aquistas e veraneantes e, por outro, como estímulo do próprio desenvolvimento económico da povoação, a afirmar-se cada vez mais, como estância termal, através da oferta de mais e melhores atrativos de estadia, destinada à fidelização e promoção do aumento de fluxos de veraneantes. Nestes propósitos, pela oferta diversificada, verificou-se ser a vida quotidiana na estância termal de Vizela animada pelos múltiplos bailes nos diversos salões de hotéis, casinos e casas particulares, muito publicitados pelos jornais da época, pelos concertos e tertúlias animadas nos muitos cafés espalhados pela povoação; pelas corridas de touros que arrastavam às praças de Vizela multidões de aficionados, pelas condições oferecidas pelo parque termal para a prática desportiva, como o remo, a natação ou o aristocrático *lawn-tennis*, ou o jogo, sobretudo a roleta, praticado em hotéis, discreto e tolerado, ou em cafés e casas de jogo, clandestino, conforme as notícias dos jornais da época.

Na vertente cultural, para defesa dos interesses de Vizela, registou-se, em 1904, a fundação de dois periódicos, o semanário *Echos de Vizella*, e o quinzenário *O Visellense*, de cariz noticioso, político e literário, destinados a um heterogéneo público. Admite-se, pela penúria de fontes, que o quinzenário teve vida efémera, enquanto o semanário sobreveio à República.

A informação obtida de uma diversidade de fontes, revelou que o fulgor do desenvolvimento urbano e do crescimento habitacional da povoação de Vizela despertou na sua elite dirigente o sentimento da imperiosa necessidade da criação de organizações e equipamentos sociais, que se mostraram corporizados graças ao seu elevado empenho e bairrismo. Para socorro de pessoas e bens, decorrentes de incêndios e outras calamidades públicas, criou, em 1877, uma eficiente corporação de bombeiros voluntários. Constatou-se que encetou uma luta de meio século com a Mesa da Misericórdia de Guimarães, para se assistir, em 1923, à inauguração solene do Hospital de Vizela, o cumprimento final da vontade testamentária do benemérito moreirense, António Francisco Guimarães. Criou, em 1882, uma banda filarmónica destinada a abrilhantar as variadas festas, procissões e romarias da região e obsequiar com concertos musicais veraneantes e banhistas a estanciar nas termas. No combate ao analfabetismo na povoação, a Junta de Paróquia de Caldas de São João em associação com uma comissão de abnegados vizelenses, lograram obter, por subscrição pública, o capital para a construção da primeira escola oficial, para ambos os sexos, inaugurada em 1899, e em 1888 a construção do cemitério de São Miguel das Caldas, e o de São João das Caldas, em 1892.

Verificou-se, pelo cruzar das fontes, que quem pugnou pelo progresso e crescimento de Vizela junto dos poderes central, regional e municipal foi uma elite, constituída pelos cidadãos residentes mais prestigiados, ricos, poderosos e letrados. No plano político/administrativo, dominou a mediação entre o poder local e o poder municipal, e foi do seu seio que saíram os cidadãos eleitos vereadores.

A seriação dos 14 livros de recenseamento da *Assembleia Eleitoral de S. Miguel das Caldas* revelou, entre 1882 e 1895, num universo eleitoral constituído por uma média de 445 eleitores, a exclusão de 67% da capacidade de elegíveis para cargos da administração municipal e paroquial, reservada a proprietários, médicos, professores e negociantes, e a garantia da capacidade de elegíveis para deputados a apenas 4%, todos bacharéis e eclesiásticos, o que prova que a legislação, em nome da salvaguarda da competência cívica e na procura de uma governação eficaz, pretendeu que fosse assumida pelos

mais conscientes e qualificados portugueses a quem se concedia o direito de voto, afastando, grosso modo, todos os outros grupos socioprofissionais.

As sínteses apresentadas confirmam que a ação político/administrativa pertenceu aos cidadãos mais prestigiados e instruídos de Vizela, destacando-se as figuras do dr. Abílio da Costa Torres, progressista, e do dr. Armindo de Freitas Ribeiro de Faria, regenerador. Pela empenhada ação cívica e política, evidenciou-se que, em campos políticos antagónicos, ambos protagonizaram empenhados esforços no desenvolvimento da sua terra. Viu-se Abílio Torres, enquanto autarca e vereador, empenhado na defesa de Vizela, diligente no sucesso da CBV, ativo na criação de organizações e equipamentos sociais, como, a escola, o corpo de bombeiros, o hospital e a banda de música, e reconheceu-se Armindo de Faria, na qualidade de edil, um político interessado no desenvolvimento da povoação e um devotado defensor da criação do concelho de Vizela, que, como se explicou, crente em promessas políticas da sua breve constituição, malbaratou uma fortuna no edifício para os Paços de Concelho.

A aparente unidade e coesão política da elite de Vizela, centrada na ideia de que progresso e crescimento apenas seria exequível se fora da tutela administrativa vimaranense, evidencia-se, desde logo, quando esses influentes protagonistas na vida quotidiana de Vizela se revelaram nos principais agentes das rivalidades políticas internas. Ambos médicos hidrologistas, separou-os 20 anos de idade e os interesses económicos decorrentes da exploração de balneários termais concorrentes. Como bem expõe o acervo político/epistolar, as incompatibilidades reinantes entre a família Ribeiro de Faria, proprietária do balneário do Mourisco, e a CBV, da qual era diretor clínico Abílio Torres, esfriou o relacionamento entre ambos os médicos, empurrou-os para partidos políticos antagónicos e provocou fraturas e divisionismo em vários quadrantes da política coeva. As tensões políticas latentes e as mal disfarçadas rivalidades pessoais que, cada vez mais, os separavam, mostraram-se, entre 1900 e 1908, pelas *Actas de Vereação*, quando, por questões insignificantes e pessoais, despoletarem acesos e estéreis debates municipais, que apenas redundaram no retardar de melhoramentos para Vizela. O melhor exemplo para se demonstrar as divisões políticas internas, achou-se nas antagónicas representações a D. Luís I, quando, em 1869, uma facção de vizelenses

advogou a separação e mudança de Vizela do concelho de Guimarães para o vizinho de Lousada, a via para se alcançar o desenvolvimento, e uma outra, imediata e oposta, patrocinou a conservação e viabilidade de crescimento no interior do município vimaranense.

A génese das tensões e dos antagonismos políticos, que avolumaram os argumentos da licitude da vontade emancipalista da elite vizelense, radicou no cruzamento do labor e dinamismo em prol do contínuo progresso e desenvolvimento, com a manifesta letargia, desinteresse e incapacidade financeira do município vimaranense, geradoras de um incompatível atraso e estagnação, bem patenteada nas *Actas de Vereação* da CMG.

Certificaram, outrossim, que se traduziu em prática municipal opressiva para o desenvolvimento e qualidade de vida da povoação de Vizela, a morosidade ou inexistência das obras de manutenção dos espaços públicos, como as de limpeza, asseio e higiene, e o rotineiro adiamento da construção de equipamentos, obrigatórios pelo próprio desenvolvimento urbano de Vizela, a exemplo do matadouro. Evidenciaram que a iluminação pública oferecida pelo município sempre se mostrou arcaica e retrógrada, desajustada das necessidades da concorrida povoação termal, quando desde 1893 poderia ter fruído as vantagens da iluminação através da energia eléctrica. E mostraram como a urgência de execução da projetada rede de distribuição de água domiciliária, de 1905, se limitou apenas ao abastecimento dos fontenários públicos de Vizela, em 1908, e se concretizou no longínquo ano de 1960.

Mostrou-se, não resta dúvida, que o incumprimento da promessa anunciada da visita de D. Maria II a Vizela, no ano de 1852, por ardilosas manobras políticas de Guimarães, em conjugação com a velha e reiterada pretensão municipal de 1848 na exploração das termas de Vizela, e com, a manifesta incapacidade financeira do município, decorridos que foram vinte anos, em executar o grandioso projeto de construção dos novos balneários termais, levaram ao agudizar das tensões e das rivalidades entre as elites dirigentes e ao fecundar da causa autonómica de Vizela.

Clarificou-se, assim, o renovado desejo de Vizela se constituir em sede de concelho, consubstanciado nas razões que se pretenderam mostradas, isto é, a continuado ostracização de Vizela pelo município vimaranense, revelado pelas três representações secessionistas apresentadas ao Governo. Mostrou-

se, bem expresso no discurso que seria lido à rainha D. Maria II, que nesse argumento se sustentou o que seria o primeiro pedido formal de autonomia administrativa de Vizela, a apresentar à Coroa, em maio de 1852, caso não se tivesse malogrado a visita anunciada da monarca à povoação. Verificou-se, na mesma consideração, cansados do abandono secular a que a câmara votava a localidade, a representação ao rei D. Luís I, destinada à independência administrativa de Vizela, ou à sua separação e mudança do concelho de Guimarães para o vizinho de Lousada. Por último, norteado seguramente no mesmo discurso dos precedentes, uma comissão de vizelenses, em 1905, requereu ao governo, chefiado pelo progressista José Luciano de Castro, a criação do concelho de Vizela, o último da Monarquia Liberal.

Chegados ao fim, após justificarmos como fomos sustentando e alicerçando as três partes do trabalho, pensamos ter ajudado a clarificar a realidade e as razões da continuada vontade secessionista de Vizela, centrada na questão progresso/desenvolvimento *versus* atraso/estagnação. Não temos dúvidas da persistência de algumas lacunas, nomeadamente a identificação inequívoca do *com quem e contra quem* da elite de Vizela, ou o determinar preciso das razões do abandono da neutralidade equidistante de Vizela face à litigância entre Braga e Guimarães de 1885/86, que, pensamos, um alargar do campo e do tempo de investigação ajudaria a solucionar.

Acreditamos ter mostrado que Vizela, no decorrer do segundo período da Monarquia Liberal, reuniu todas as condições e predicados para se constituir em concelho, que, sem dúvida, ultrapassaria muitos dos 13 municípios do distrito de Braga então existentes. Porém, a ser possível reconstruir todo este período da História de Vizela, nas mesmas conjunturas e com os mesmos atores políticos, cremos que tudo se repetiria, porquanto Vizela tinha de ter a fortuna de criar, ou arregimentar, um estadista forte, influente e respeitado, capaz de mostrar e fazer ouvir as suas razões na, cada vez mais, macrocéfala capital.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

AMAP – Livros de Registo das Actas de Vereação da CMG.

PT-MGMR/UF2010-741	(1851-1853)	Cota: 10-9-8-19
PT-MGMR/UF2010-742	(1853-1856)	Cota: 10-9-8-20
PT-MGMR/UF2010-743	(1856-1857)	Cota: 10-9-8-21
PT-MGMR/UF2010-744	(1857-1858)	Cota: 10-9-8-22
PT-MGMR/UF2010-745	(1858-1859)	Cota: 10-9-8-23
PT-MGMR/UF2010-746	(1859-1861)	Cota: 10-9-8-24
PT-MGMR/UF2010-747	(1861-1863)	Cota: 10-9-8-25
PT-MGMR/UF2010-748	(1863-1864)	Cota: 10-9-8-26
PT-MGMR/UF2010-749	(1864-1865)	Cota: 10-9-8-27
PT-MGMR/UF2010-750	(1865-1867)	Cota: 10-9-8-28
PT-MGMR/UF2010-946	(1867-1868)	Cota: 10-10-6-1
PT-MGMR/UF2010-956	(1868-1869)	Cota: 10-10-6-2
PT-MGMR/UF2010-957	(1869-1870)	Cota: 10-10-6-3
PT-MGMR/UF2010-958	(1870-1872)	Cota: 10-10-6-4
PT-MGMR/UF2010-959	(1872-1873)	Cota: 10-10-6-5
PT-MGMR/UF2010-960	(1873-1874)	Cota: 10-10-6-6
PT-MGMR/UF2010-961	(1874-1876)	Cota: 10-10-6-7
PT-MGMR/UF2010-962	(1876-1878)	Cota: 10-10-6-8
PT-MGMR/UF2010-963	(1878-1880)	Cota: 10-10-6-9
PT-MGMR/UF2010-964	(1880-1882)	Cota: 10-10-6-10
PT-MGMR/UF2010-965	(1882-1885)	Cota: 10-10-6-11
PT-MGMR/UF2010-967	(1885-1887)	Cota: 10-10-6-12
PT-MGMR/UF2010-968	(1887-1890)	Cota: 10-10-6-13
PT-MGMR/UF2010-969	(1890-1893)	Cota: 10-10-6-14
PT-MGMR/UF2010-970	(1893-1896)	Cota: 10-10-6-15
PT-MGMR/UF2010-971	(1896-1898)	Cota: 10-10-6-16
PT-MGMR/UF2010-972	(1898-1899)	Cota: 10-10-6-17

PT-MGMR/UF2010-973	(1899-1901)	Cota: 10-10-6-18
PT-MGMR/UF2010-974	(1901-1902)	Cota: 10-10-6-19
PT-MGMR/UF2010-975	(1902-1903)	Cota: 10-10-6-20
PT-MGMR/UF2010-1072	(1903-1904)	Cota: 10-10-6-21
PT-MGMR/UF2010-1078	(1904-1905)	Cota: 10-10-6-22
PT-MGMR/UF2010-1083	(1906-1907)	Cota: 10-10-6-23
PT-MGMR/UF2010-1085	(1907-1908)	Cota: 10-10-6-24
PT-MGMR/UF2010-1086	(1908-1909)	Cota: 10-10-6-25
PT-MGMR/UF2010-1131	(1914-1916)	Cota: 10-16-2-4

NB. Não há livros de 1910-1914

AMAP – Eleições

Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas

1882	Cota: 10-10-7-32
1883	Cota: 10-10-7-11
1884	Cota: 10-10-10-26
1885	Cota: 10-10-9-17
1886	Cota: 10-10-9-29
1887	Cota: 10-10-7-20
1888	Cota: 10-10-9-59
1889	Cota: 10-10-9-54
1890	Cota: 10-10-9-57
1891	Cota: 10-10-9-47
1892	Cota: 10-10-8-17
1893	Cota: 10-10-8-5
1894	Cota: 10-10-8-22
1895	Cota: 10-10-8-30
1900	Cota: 10-10-10-11

1904 Cota: 489 – B (Impresso)

AMAP – *Notarial*

Livro n.º 74, fl.87. Cota: 2449.

Fontes impressas

CBV – COMPANHIA DOS BANHOS DE VIZELA

CBV, 1878, AG A - *Relatório da Direcção*

CBV, 1879, AG A - *Relatório da Direcção*

CBV, 1883, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1884, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1887, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1890, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1891, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1892, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1893, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1894, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1895, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1896, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1897, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1898, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1899, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1900, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1901, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1902, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1903, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1904, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1905, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1906, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1907, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1908, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1909, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1910, AGA – *Relatório da Direcção*

CBV, 1911, AGA – *Relatório da Direcção*

Livro Antigo

“*Instruções e Cautelas Practicas sobre a Natureza, Diferentes Especies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes, principalmente de Caldas; ...*” (Parte Primeira). Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1810.

ARGOTE, Jeronymo Contador de - *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*. (Titulo I, Tomo II). Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1734.

ARGOTE, Jeronymo Contador de – *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustini Libri Quatuor, ...* Ulyssipine Occidentali: Typis Silvianis, 1738. Disponível em: http://books.google.pt/books?!d=mBOpcRpyLcC&pg=PP13&hl=ptPT&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false. (Consulta em 14 de Janeiro de 2013)

CALDAS, José J. S. Pereira – *Indiculo Genérico das Virtudes Curativas das Águas Sulfurosas das Caldas de Vizela*. Braga: Tip. das Officinas de S. José, 1854.

COSTA, António da – *No Minho*. (2.^a ed.). Porto: António Figueirinhas, 1900.

FARIA, Armindo de Freitas Ribeiro de – *Vizella e Suas Aguas Mineraes*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1890. [Tese inaugural de doutoramento apresentada à Escola Médico-cirúrgica do Porto]. Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/16337/3/58_5 EMC I 01 P.pdf (Consulta em 20 de Setembro de 2012)

FIGUEIRINHAS, António – *Recordações de Vizela*. Porto: Livraria Editora António Figueirinhas, 1901.

LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geográfico, Estatístico, Corográfico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Biográfico e Etimológico de Todas as Cidades e Vilas e Freguesias de Portugal e de Grande Número de Aldeias* (12 Vol.). Lisboa: Mattos Moreira & C.^a, 1873-1890.

MOSER, Eduardo de – *Breves Observações sobre a Projectada Via Ferrea de Bougado a Guimarães*. Porto: Typographia Lusitana, 1874.

Legislação

Código Administrativo de 1842

Código Administrativo de 1878

Código Administrativo de 1886

Periódicos

ADB – Arquivo Distrital de Braga

“*Aurora do Minho*”, 1887 – 1889 Cota: S. Braga – C – 111

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

“*A Província*”, 1885 - 1886 Cota: BPMP - IX- 5 – 35

“*Aurora do Minho*”, 1888 – 1890 Cota: BPMP - P-C – 149

“*Periodico dos Pobres no Porto*”, 1852 Cota: BPMP – IX – 5 – 18

BSMS – Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento

“*28 de Novembro*”, 1885-1886 Cota: BG – 10-8-29

“*A Emancipação*”, 1898 Cota: BG – 10-8-52

“*Echos de Vizella*”, 1904 -1905. Cota: BG – 10-8-27

“*O Independente*”, 1908 Cota: BG – 10-8-2

“*O Povo de Guimarães, 1897* Cota: BG – 10-8-40

“*O Povo de Guimarães*”, 1904 Cota: BG – 11-6-1

“*O Visellense*”, 1904 -1905 Cota: BG – 10-8-20

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Hemeroteca

“*O Commercio do Porto*”, 1869

“*O Commercio do Porto*”, 1881

“*O Commercio do Porto*”, 1884

“*O Commercio do Porto*”, 1896

Bibliografia

ACCIAIUOLI, Luiz de Menezes – *Águas de Portugal: Minerais e de Mesa. – História e Bibliografia* (vol.2). Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1944

ACCIAIUOLI, Luiz de Menezes - *Le Portugal Hydromineral*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1952.

ACCIAIUOLI, Luiz de Menezes - *Geologia de Portugal: ensaio bibliográfico*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1957

ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa : Editorial Verbo, 1987

ALMEIDA, António Pedro Ginestal Tavares de – *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890)*, (Vol. I). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais – Entre Douro e Minho*. Porto: [Edição do. autor], 1968.

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel, 1991

ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Legislação Eleitoral Portuguesa Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1820-1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998

AMARAL, Luís Carlos – *Organização Eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: O caso da diocese de Braga*. In – J. Á. García Cortázar (Coord.). *Del Cantábrico al Duero: Trece Estudios sobre Organización Social del Espacio en los Siglos VIII a XIII*. Santander: Universidad de Cantabria, 1999.

AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX -1137)*. Porto: [Ed. a.], 2007.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Estratégias*. In - *Das Estradas Reaes às Estradas Nacionais (2.º Vol.)*. Lisboa: Centro Rodoviário Português, 2002.

BAPTISTA, Lúcia; PROVIDÊNCIA, Paulo – *Paisagem e Memória: A rota como estratégia de musealização*. In - *Actas do Colóquio de Museologia Industrial*, (coord. de) Maria de Luz Sampaio. Porto: Museu da Indústria, 2002.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX (2ª ed.)*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

CALDAS, (P_e) António José Ferreira – *Guimarães: Apontamentos para a sua história*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães - Sociedade Martins Sarmiento, 1996

CALDAS, José Joaquim da Silva Pereira – *Notícia Archeologica das Caldas de Visella*. Vizela: Junta de Turismo das Termas de Vizela, 19 [..] .

CAMPELOS, Manuel – *A luta autonómica de Vizela na última década do regime de Salazar*. Braga: Diário do Minho, 2002.

CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Artes Gráficas, 2003

CANTEIRO, Elódia – *Mortalidade Infantil e práticas associadas ao primeiro ano de vida. Um estudo no território de Vizela*. Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 2005. [Tese de Mestrado]

CATROGA, Fernando – *O Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

COSTA, (Pe.), Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. (Vol. I, 2ª. ed.). Braga: Irmandade de S. Bento de Porta Aberta, 1997.

CRUZ, Maria Antonieta; SANTOS, Miguel – “A Sociedade”. In – *Nova História de Portugal* (Vol. X). (Coord. de) A.H. de Oliveira Marques; Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 2004

CRUZ, Maria Antonieta – “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para República”, in - *Do Absolutismo ao Liberalismo* (IV Congresso Histórico de Guimarães. Guimarães: C.M.G., 2009

DAMAS, Júlio – *Vizela, Tàgilde e S. Gonçalo*. Braga: Gráfica de S. Vicente, 1964.

DAMAS, Júlio – *Ad Perpetuam...* Vizela: [ed. aut.], 1965

DEUS, José Pereira de; LÉ, António Jorge – *O Jogo em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001.

DIAS, Maria Helena – *Os Mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da Cartografia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

DIAS, Marina Tavares – *Os cafés de Lisboa*. Lisboa: Quimera Editores, 1999.

FENTRESS, James; WICKHAM,Chris - *Memória Social, Novas Perspectivas sobre o Passado*. Lisboa: Teorema, 1994

FERNANDES, A de Almeida – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Câmara Municipal de Tarouca, 1997.

FERNANDES, Mário Gonçalves - *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005.

FERNANDES, Paulo Jorge – *Política Económica*. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) - *História Económica de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FERREIRA, João Antero Gonçalves – *Sistema de Aquisição de Dados para a Reconstituição de Paróquias – A Reprodução Social em S. João das Caldas (1600-1910)*. Braga: Universidade do Minho, 2001. [Tese de Mestrado]

GARRET, Almeida - *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Horizonte, 2005

GUIMARÃES, Oliveira (Abade de Tagilde) – *Tagilde – Memoria Historico-Descriptiva*. Porto: Tipographia de A. J. da Silva Teixeira, 1894.

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - *Vimaranis Monumenta Histórica: a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Guimarães: Senado Vimaranense, Sociedade Martins Sarmiento, 1931.

GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Lisboa: Instituto da Inovação Educacional, 1996.

GOMES, Joaquim da Silva – *Braga e os Caminhos de Ferro*. Braga: Ed a, 2002.

HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Histórica: o saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*. Lisboa: Academia Scientiarum, 1867 [Disponível em: <http://www.purl.pt/12270>]

JORGE, José Duarte Centeno – “*A Matéria do Património*”, in, *A Matéria do Património: memórias e identidades*. (Coord. de) Manuel João Ramos. Lisboa: Colibri, 2002

LEPIERRE, Charles - *Analyse chimica e bacteorológica das aguas de Vizela*. Lisboa: [s.n.], 1914.

LEGUAY, Jean-Pierre – *O Portugal Germânico*. In Serrão, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. II). Lisboa: Editorial Presença, 1993.

MAGALHÃES, Fernando – *Museus, Património e Identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição*. Porto: Profedições, 2005.

MARQUES, A.H. de Oliveira Marques; SERRÃO, Joel – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

MARQUES, A.H. de Oliveira – *Portugal das Invasões Germânicas à «Reconquista»*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (vol II). Lisboa: Editorial Presença, 1993.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Organização Administrativa e Política*. In - SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004.

MONIZ, António – *Vizela: Uma história triste de séculos com uma conclusão mais triste ainda*. Lisboa: Edições PPM, 1983.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *História de Portugal* (6.º Vol.). Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Velhas Casas de Guimarães* (Vol.2). Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto. 2001.

OLIVEIRA, César de - *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Temas & Debates, 1996

OLIVEIRA, Jaime – *Vizela: À Procura de uma Memória (1850-1940)*. Vizela: [ed. a.], 2008.

OLIVEIRA, Manuel Alves de – *O «Concelho» de Riba de Vizela e a crise nacional dos fins do século XIV*. Guimarães: Separata do «Boletim de Trabalhos Históricos», Vol.XXXIV, 1983.

ORTIGÃO, Ramalho – *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (Ed. fac-similida em 2008). Porto: Livraria Universal, 1875.

PACHECO, Maria José Pacheco – *Avicella: Antologia sobre Vizela e o seu Termo*. Porto: [ed. a.], 1984.

PACHECO, Maria José - *Para a História de Vizela: um legado... e outras coisas mais*. (1ª. ed.). Porto: [s.n.], 1987

PACHECO, Maria José Pacheco – *Das margens do Vizela – Memórias*. V. N. de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal - Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Biliographico, Heráldico, Numismático e Artístico* (...), (Vol. VII –T-Z). Lisboa: João Romano Torres &C.ª, Editores, 1915.

PINTO, Ricardo Santos - *Vizela – 600 anos de História*. Penafiel: Netbe, 1998.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

REINHART, Wilhelm - *Historia General del Reino Hispanico de los Suevos*. Madrid: Julio Martinez Santa-Olalla, 1952.

REIS, Cândido Hipólito – *Curas Elementares – Curas Termas & (...) – em Portugal e na Galiza*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006.

RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado; SOUSA, João Silva de; et alli – *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2008

SAMPAIO, Alberto; MEIRA, José Joaquim de – *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Guimarães: Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal - 1851-1890*. (Vol. IX). Lisboa: Editorial Verbo, 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. (Vol. X). Lisboa: Verbo, 1988

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal* (Vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991

SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal* (Vols.III e V). Porto: Figueirinhas, 1992.

SILVA, Augusto Santos - *Palavras para um País: Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*. Oeiras: Celta Editores, 1997.

SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel – *Memórias do Comboio de Guimarães. A História, o Património e a linha*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 2004

SILVA, Susana Serpa - *Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais*. In, VAQUINHAS, Irene (Coord.) – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp.405-406.

SILVANO, Filomena - *À procura de olhares cúmplices: a produção social da paisagem na vila de Vizela*. In "Cultura e arquitectura", Santiago, Edicións Lea, org. Paulo Castro Seixas, Xerardo Pereira Pérez, Paula Mota Santos, 1995.

SILVANO, Filomena - *Territórios da identidade: representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*. Oeiras: Celta, 1997.

SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – *A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel*. Coimbra: Coimbra Editora, Ld.^a, 1990.

SOUSA, António P. Mendes de; RODRIGUES, Manuel Ferreira – *A Fábrica Real de Papel de Vizela: utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel*. Coimbra: Coimbra Editora, Ld.^a, 1990.

SOUSA, Fernando – *Portugal e a Regeneração*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal* (Vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004

TENGARRINHA, José Manuel – *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

TENGARRINHA, José Manuel - *Partido Regenerador*. In SERRÃO, Joel (Coord.) – *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 5). Porto: Figueirinhas, 1992.

VASCONCELOS, J. Leite de – *Religiões da Lusitânia* (Vol. 2). (Reimpressão facsimilada da 1.ª ed. de 1905). Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.

VEIGA, Teresa Rodrigues – “*As Realidades Demográficas*”. in *Nova História de Portugal*, Vol. X. (Coord. de) Fernando de Sousa; A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2004

Revistas

“*Caldas de Vizela. Notas Históricas*” - João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento - *Revista de Guimarães*, n.º 16, 1899, pp.71-78. [Disponível em: <http://csarmento.uminho.pt>

“*Facetas do quotidiano burguês no Portugal de Oitocentos*” - Maria Antonieta Cruz. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras – História., III Série, Vol. 4, 2003, p.265-273. Disponível em:

http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/S7RDFMQR3JLSYMYQLSJDIGQ8XQH63.pdf

“*Inquérito Paroquial de 1842*”. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento - *Revista de Guimarães*, n.º. 108, 1998 [Disponível em: <http://csarmento.uminho.pt>]

“*Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*” - Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Porto: Flup, Revista da Faculdade de Letras (Série de História), 1972, Vol. III, pp.113-136. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3315.pdf>

“*O presente e o futuro na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Ld.ª*” – Jorge Fernandes Alves. Porto: Associação Comercial do Porto, *O Tripeiro*, 7.ª Série, n.os 1- 2, 1996, pp.41-46. Disponível em:

http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/5KPYGTYRKCHLQF4BJNA32HVEHEENAJ.pdf

“*Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da monarquia constitucional: da Regeneração à República*” – Maria Antonieta Cruz. Porto: Flup - Revista da Faculdade de Letras – História, III Série, Vol. 10, 2009, pp.161-180. Disponível em:

http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/1G1AP4EHLN2GKATVY1LILXPNG25MXE.pdf

“*Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural*” - Elsa Peralta Silva. Porto: Universidade Fernando Pessoa, *Antropológicas*, n.º. 4, 2000, pp.217-224.

“*Plano Geral de Urbanização de Vizela*” – Carlos Prata; Henrique de Carvalho. Porto: Edições Afrontamento, Revista de estudos urbanos e regionais *Sociedade e Território*, n.º 260, 1986, pp.31-60

Sítios

Concelho de Vizela - <http://www.cm-vizela.pt/index.php?/concelho/freguesias>

Censos - <http://ine.pt>

QUINTELA, Maria Manuel – *Banhos que Curam: Práticas Termais em Portugal e no Brasil*.

<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/MariaManuelQuintela.pdf>

Roteiro Histórico Europeu de Cidades Termais –
http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/routes/thermal_en.asp

Santa Casa da Misericórdia de Vizela – <http://www.santacasamisericordiavizela.pt>.

Termas de Vizela. In - Instituto de Ciências Sociais.
http://www.aguas.ics.ul.pt/braga_vizela.html

Textos Legislativos - Códigos Administrativos - <http://www.fd.unl.pt>. (consulta em: 16-12-2011)

Anexos

Anexo 1 - Evolução das freguesias do "Território de Vizela" (1864-1911)

Ano	Freguesia	Solteiros	Casados	Viúvos	Separados	Total	Fogos	Analfabetos	Literacia
1864	S. João	408	225	45	0	678	178	0	0
1864	S. Miguel	610	324	72	0	1 006	272	0	0
1864	Infias	256	133	26	0	415	105	0	0
1864	S. Paio	298	140	24	0	462	126	0	0
1864	Tágilde	356	160	28	0	544	129	0	0
1864	S. Adrião	316	151	32	0	499	142	0	0
1864	S. Eulália	570	299	54	0	923	245	0	0
1864	M. Cónegos	545	268	54	0	867	243	0	0
1864	Vilarinho	429	227	48	0	704	190	0	0
1864	Total	3 788	1 927	383	0	6 098	1 630	0	0
1878	S. João	523	301	44	0	868	210	659	181
1878	S. Miguel	800	464	70	0	1 334	369	1 018	275
1878	Infias	237	167	23	0	427	110	382	44
1878	S. Paio	284	146	23	0	453	130	407	43
1878	Tágilde	289	173	29	0	491	135	452	31
1878	S. Adrião	318	142	30	0	490	135	412	62
1878	S. Eulália	590	343	54	0	987	285	732	156
1878	M. Cónegos	455	292	51	0	798	225	711	85
1878	Vilarinho	418	293	46	0	757	217	611	114
1878	Total	3 914	2 321	370	0	6 605	1 816	5 384	991
1890	S. João	640	355	57	0	1 052	256	746	292
1890	S. Miguel	967	551	78	0	1 596	362	1 526	67
1890	Infias	259	162	27	0	448	119	430	15
1890	S. Paio	271	130	23	0	424	118	361	54
1890	Tágilde	334	189	33	0	556	145	515	38
1890	S. Adrião	328	164	26	0	518	143	404	96
1890	S. Eulália	698	344	54	0	1 096	285	857	235
1890	M. Cónegos	560	322	48	0	930	229	773	155
1890	Vilarinho	464	282	20	0	766	210	601	156
1890	Total	4 521	2 499	366	0	7 386	1 867	6 213	1 108
1900	S. João	725	409	68	0	1 202	269	794	408
1900	S. Miguel	1 060	585	117	1	1 763	435	1 341	422
1900	Infias	280	180	31	0	491	124	430	61
1900	S. Paio	282	138	24	0	444	118	361	83
1900	Tágilde	328	182	35	0	545	137	462	83
1900	S. Adrião	352	136	42	0	530	135	410	120
1900	S. Eulália	684	364	48	0	1 096	251	887	209
1900	M. Cónegos	570	350	44	1	965	234	799	165
1900	Vilarinho	440	270	47	0	757	206	624	133
1900	Total	4 721	2 614	456	2	7 793	1 909	6 108	1 684
1911	S. João	748	394	77	2	1 221	272	798	423
1911	S. Miguel	1 395	748	141	3	2 287	530	1 668	619
1911	Infias	317	195	32	0	544	131	482	62
1911	* S. Paio	312	161	31	0	504	134	403	101
1911	Tágilde	629	349	66	0	1 044	276	893	151
1911	S. Adrião	348	171	28	0	547	139	475	72
1911	S. Eulália	699	366	76	0	1 141	306	883	258
1911	M. Cónegos	680	384	61	0	1 125	259	928	197
1911	Vilarinho	462	280	51	1	794	207	628	166
1911	Total	5 590	3 048	563	6	9 207	2 254	7 158	2 019

Fonte: Própria. INE. (*S. Paio - Números estimados. Há omissão dos dados referentes a 1911)

Anexo 2 - "Redacção da Escripura Publica dos Estatutos da CBV (22-11-1873)

187
Declaração a escriptura publica dos Estatutos da Com
panhia dos Tramoyes de Lisboa
Sachem os que viram esta escriptura de redacção de Estatutos
que no anno de 1873 mandou fazer o Sr. Governador de Lisboa Sr. D. João
de Castro e Almeida e os seus conselheiros, e os seus conselheiros
nesta cidade de Lisboa, nome de Sr. D. João de Castro e Almeida, e mais os
escriptores compareceram e assistiram a Escripção dos Estatutos
da Companhia dos Tramoyes de Lisboa, e os seus proprietarios da rua de Santa
Marina, freguesia de Santa Barbara p.ª de Lisboa, e os Escriptores
Antonio Jose Pereira Gallego, casado, proprietario de casa e
Pavão, e Doutor Alberto da Cunha Campar, e Francisco An-
tonio de Barros da Costa, ambos scilicet, e mais os de uma pa-
ra de Lisboa, both nesta cidade, e Domingos Ribeiro da Costa, sol-
teiro e maior, proprietario, da rua de São João, freguesia de Santa Justa
da Costa, both residentes, pelo proprio seu nome
publicos de que se fez Escripção no dia 22 de Novembro de 1873,
e no fim da escriptura se fizeram nomados e affirmados: que com
esta escriptura se fez a cidade uma companhia denominada
Companhia dos Tramoyes de Lisboa, scilicet, e nomada - nos
pontos de Lisboa, foram os seus estatutos approvados pela

Fl.87

Anexo 3. 1883- Caldas de Vizela – São Miguel. Imposto de Prédios Arrendados e não Arrendados

Cidadão	Morada	Profissão	Prédios Arrendados	Total	Prédios não Arrendados	Total
Anastácio Alves	Belmense	Serralheiro	1\$003	1\$003	-	-
Bento Machado Dias de Carvalho	Rua São Miguel	Proprietário	12\$609	13\$612	-	-
Bernardino Dias	Lameira	Idem	3\$343	16\$955	-	-
Domingos Ribeiro	Aldeia de Baixo	Idem	2\$154	19\$109	-	-
Domingos Ribeiro Alves	Sobrado	Idem	2\$113	21\$222	-	-
Francisco Jozé Funtão	Santa Suzana	Idem	2\$556	23\$778	-	-
Francisco da Silva Caldas	Estrada Nova	Negociante	2\$382	26\$160	-	-
Joaquim de Freitas	Lameira	Proprietário	1\$091	27\$251	-	-
Jozé Ferreira	Casal	Idem	4\$556	31\$807	-	-
Jozé Francisco	Fermil	Idem	19\$946	51\$753	-	-
Jozé de Freitas e Oliveira	Lameira	Boticário	2\$056	53\$809	-	-
Jozé Luis de Freitas Abreu	Aldeia	Proprietário	-	53\$809	21\$ 823	21\$823
Jozé de Lemos	Rua do Médico	Idem	\$909	54\$718	-	-
Jozé Martins da Cunha	Casa Nova	Idem	1\$887	56\$605	-	-
Jozé Pereira	Cimo de Vila	Idem	2\$621	59\$226	-	-
Jozé Pereira Antunes leite	Engeio	Idem	8\$850	68\$076	-	-
Manoel Alves Dias	Fermil de Cima	Idem	16\$013	84\$089	-	-
Manoel António de Souza	Rua da Rainha	Vendeiro	\$909	84\$998	-	-
Manoel Dias Pereira Alves	Couto	Proprietário	12\$514	97\$512	-	-
Manoel Pereira da Silva Caldas	Rua da Rainha	Proprietário	2\$727	100\$239	-	-
Martinho Alves	Lameira	Vendeiro	1\$092	101\$331	-	-
Thomé Pereira Lopes	Vinha	Proprietário	3\$453	104\$784	-	-

Fonte. Própria. AMAP – *Eleições*. 1883 - Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas, fls.1-15. Cota: 10-10-7-11.

Anexo 4. 1883- Caldas de Vizela – São João. Imposto de Prédios Arrendados e não Arrendados

Cidadão	Morada	Profissão	Prédios Arrendados	Total	Prédios não Arrendados	Total
Antonio Coelho Moreira	Rua do Médico	Proprietário	20\$282	20\$282	-	-
Antonio Gomes	Vilar	Idem	7\$123	27\$405	-	-
Antonio Jozé d' Azevedo Varella	Azenha	Idem	17\$942	45\$347	-	-
Antonio da Silva Vieira Coutinho	Estrada Nova	Boticário	5\$455	50\$802	-	-
Belchior Antonio Ribeiro da Silva	Bairro	Proprietário	7\$724	57\$536	-	-
Bento Jozé Gonçalves Vieira	Rua do Médico	Idem	12\$010	69\$546	-	-
Bernardo Jozé da Silva	Estrada nova	Idem	5\$455	75\$001	-	-
Boaventura da Costa Caldas	Rua de S. João	Negociante	\$273	75\$274	-	-
Caetano Martins	S. Paulo	Proprietário	1\$206	76\$480	-	-
Domingos Alves da Cunha	Monte	Idem	1\$182	77\$662	-	-
Domingos Gomes de Oliveira	Quintão	Idem	15\$238	92\$900	-	-
Francisco de Freitas	Barreira	Idem	\$092	92\$992	-	-
Francisco Joaquim Cardozo	Lameira	Idem	13\$428	106\$420	-	-
Francisco Machado	Rua do Médico	Idem	6\$546	112\$966	-	-
João Antonio da Silva Pinto	Ponte Velha	Idem	3\$600	116\$566	-	-
João Pinto	S. Romão	Idem	2\$155	118\$721	-	-
Joaquim Carvalho	S. Paulo	Idem	\$437	119\$158	-	-
Joaquim da Costa	Portela	Idem	1\$054	120\$212	-	-
Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria	Ponte Nova	Idem	12\$577	132\$789	-	-
Joaquim Pinto de Sousa e Castro	Rua de S. João	Idem	13\$015	145\$804	-	-
Jozé de Carvalho	Formigosa	Idem	1\$207	147\$011	-	-
Manoel Alves Gomes Caldas	Rua de S. João	Idem	3\$637	150\$648	-	-
Manoel da Costa	Trav. de S. João	Vendeiro	\$727	151\$375	-	-
Manoel Fernandes	Vilar	Proprietário	9\$091	160\$466	-	-
Manoel Gomes de Faria Oliveira	Agrelos	Idem	-	160\$466	15 \$941	15\$941
Manoel Pereira da Costa	Moinhos	Idem	1\$818	162\$284	-	-

Fonte. Própria. AMAP – *Eleições*. 1883 - Assembleia Eleitoral de São Miguel das Caldas, fls.1-15. Cota: 10-10-7-11.

Anexo 5. Temperaturas dos Banhos das Caldas de Vizella (1810)

No banho do				
I.	Moreira	98 F.	29	$\frac{1}{4}$ R.
II.	Iameira	91	26	
III.	Medico	99	29	$\frac{3}{4}$
IV.	Thomaz da Rocha	94	27	$\frac{1}{4}$
V.	Humanidade	102	31	$\frac{1}{4}$
VI.	Eleuterio	90 — 105	$25\frac{3}{4}$ — 31	$\frac{1}{4}$
VII.	Quatro cabeças	90 — 103	$25\frac{1}{4}$ — 31	$\frac{1}{4}$
VIII.	Meia Lna	107	33	$\frac{1}{4}$
IX.	Contraforte	115 — 120	$36\frac{3}{4}$ — 39	
X.	Forte	120 — 136	39 — 46	
XI.	Fonte	136	46	

Fonte. "Instrucções e Cautelas Practicas sobre a Natureza, Diferentes Especies, (...) das aguas mineraes, principalmente de Caldas. Coimbra, 1810, p.52

Caro Am.^o

2.^o fica dependente esta transacção
 caso da acção da camara municipal
 e principal da proposta da transacção
 feita pela comp.^a na questão
 da rampa e da circumstancia
 de se poder conseguir a promissa
 segura e seria de dinheiro a
 embargo, bem como da appro-
 vacão da assembleia geral.

3.^o que os signatarios se compromettam
 sob sua palavra de hon-
 ra de manter esta transacção por
 espaço de 15 dias, tempo de
 que precisam para tractar
 de conseguir o dinheiro, seja qual for
 a resolução do supremo tribu-
 nal de justiça na questão pendente
 durante os 15 dias.

Ahi tens a copia fiel das con-
 dições feitas entre Fretos e
 comp.^a de tambor.

Esta copia não leva a assignatura
 do Dr. Doutor e Marquez, que
 foi o unico que assignou o
 papel bicho, que foi confiado
 à minha guarda. Depois
 do Dr. Marquez o teu assigna-
 do ficaram a olhar uns por
 os outros e combateram em
 que não era necessaria assigna-
 turas.

Não te dei parte do que
 se fez ou melhor do que se não
 fez, porque incorregui ao teu
 respeito de te participar, como
 te participo, e até já receber

Copia -

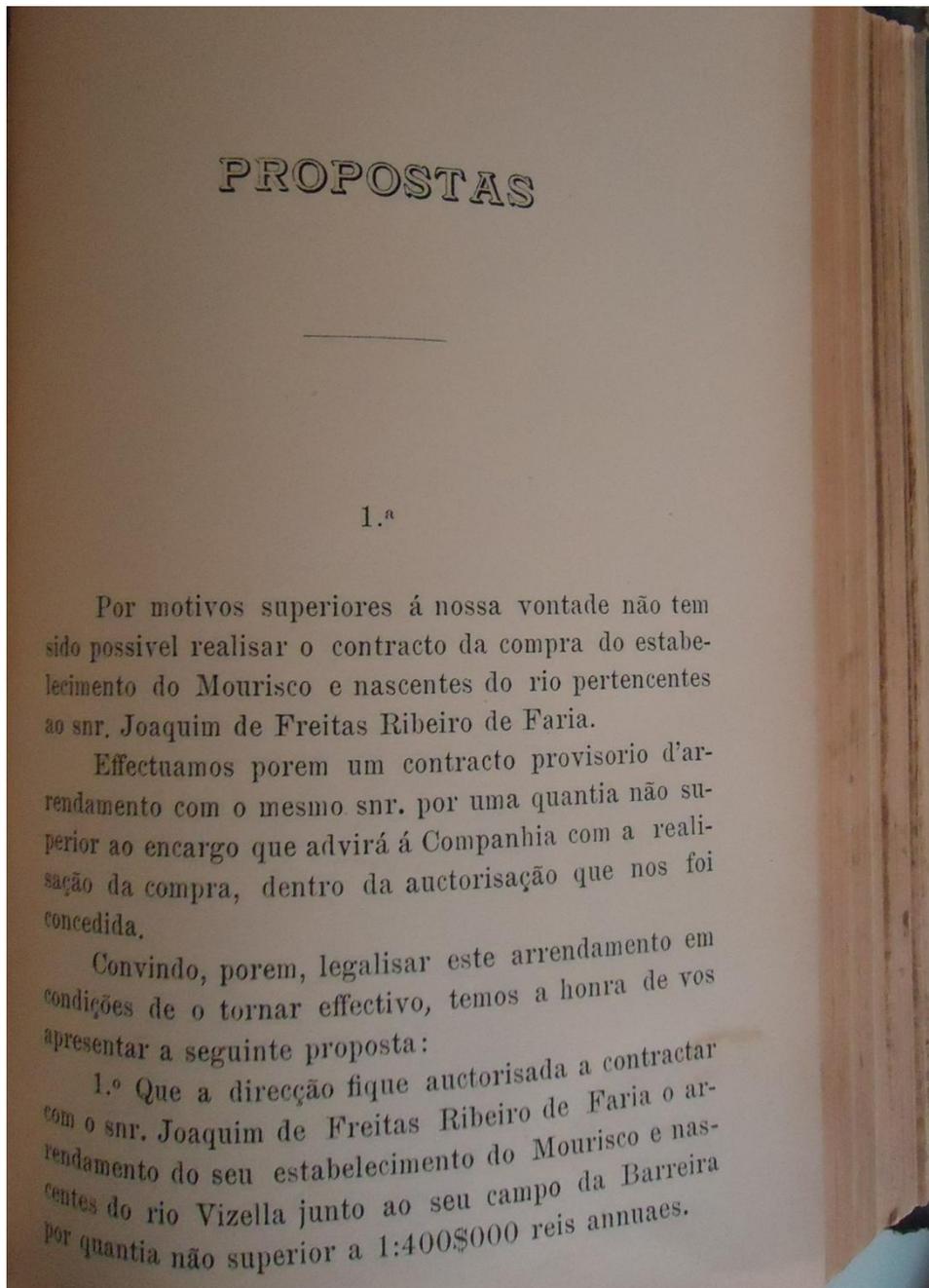
Vizella 27 de Janeiro de 1898

Na abaixo assignados estão de
 accordo nos seguintes termos:
 No 6 Junho 99. o Sr. Doutor Medeiros
 de Faria receberá da Comp.^a
 pela compra do estabelecimento do
 Mourisco e como indemnização
 da agua do rio a quantia
 de 25 contos de reis nos se-
 guintes termos - no acto
 da compra digo, da escriptura
 na quantia não superior a
 14.500.000 rs., 1 conto de reis
 em 4 prestações annuaes de
 250.000 rs. cada uma e o res-
 tante para os 25 contos ficará
 a juro não superior a 5% li-
 vre para o credor para ser
 pago em amortizações con-
 forme se conveniorem.

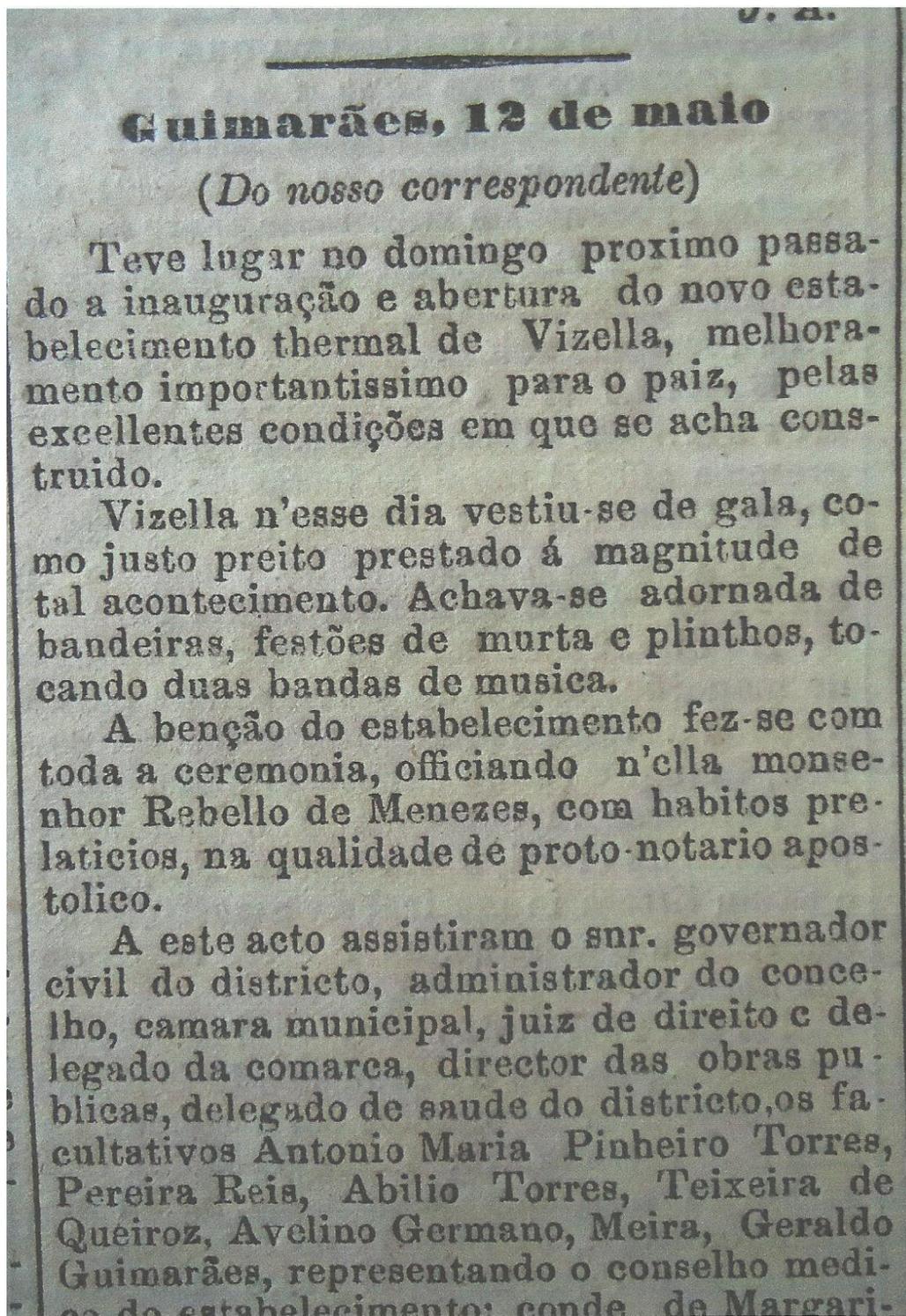
espanta tua, segundo elle,
 me disse logo.

O Bernardino a quem nos
 trevi a tua carta, corou um
 pouco as labras, mas como
 é um feroz de marca, no
 fim da leitura, fingiu
 sangue frio, e disse muito
 bem!!! muito bem!!! vez
 como elle diz aqui é melhor
 uma má compração do
 que uma boa demanda.

Amendo e Abilio quando
 quando appareceram em sena
 tinham cabis baixos, effeço de
 touros brava que sequeiam surri-
 or. Eu e o Firmão fomos mettendo
 orbonas ás conversas, e dentro
 em pouco estavam amigos fingidos,
 Vimos todos até a estrada Abilio e
 Firmão ao tronco, Firmão a
 sella e eu a mão. Os bichos por
 com se tem a guarda, mas não se trata



Fonte. CBV, 1900, AGA – *Relatório da Direcção*



Mapa comparativo do movimento balnear

Annos	Numero de banhos	Diferença		Rendimento	Diferença	
		Mais	Menos		Mais	Menos
1881	51:635	—	—	5:748\$115	—	—
1882	46:640	—	4:995	5:418\$530	—	329\$585
1883	44:254	—	2:386	7:019\$240	1:600\$710	—
1884	43:114	—	1:140	6:873\$940	—	145\$300
1885	38:159	—	4:955	5:885\$780	—	988\$160
1886	33:981	—	4:178	5:342\$170	—	543\$610
1887	42:159	8:178	—	6:528\$520	1:186\$350	—
1888	44:259	2:100	—	6:808\$385	279\$865	—
1889	48:680	4:421	—	7:550\$380	741\$995	—
1890	59:825	11:145	—	9:083\$400	1:533\$020	—
1891	53:756	—	6:069	8:526\$660	—	556\$740
1882	50:485	—	3:271	7:829\$400	—	697\$260
1893	57:337	6:852	—	8:886\$460	1:057\$060	—
1894	60:800	3:463	—	9:684\$040	797\$580	—
1895	58:281	—	2:519	9:983\$050	299\$010	—
1896	64:207	5:926	—	11:307\$950	1:324\$900	—
1897	60:579	—	3:610	10:563\$560	—	744\$390
1898	70:085	9:488	—	10:369\$310	—	194\$250
1899	70:843	758	—	10:400\$860	31\$550	—
1900	64:789	—	6:054	11:498\$650	1:097\$790	—

Nos tres ultimos annos estão incluídos na totalidade de banhos os fornecidos gratuitamente a pobres, sendo o seu numero em 1898 de 11:198, em 1898 de 12:174 e em 1900 de 11:562.

No ultimo anno, de 1900, augmentou as inscrições de banhistas, cuja receita importou em 1:413\$100 reis, como se vê do respectivo mappa.

Anexo 10. Balanço da CBV de 31 de Dezembro de 1891

RESUMO DO ACTIVO E PASSIVO
DA
COMPANHIA DOS BANHOS DE VIZELLA
Em 31 de dezembro de 1891

Activo

Accionistas, prestações a receber.....	6:435\$000	
Acções de conta propria.....	11:515\$000	17:950\$000
Analyse chimica.....		2:289\$580
Moveis e roupas.....		2:094\$404
Caixa.....		409\$569
Parque.....		11:135\$666
Estabelecimentos thermaes e annexos.....		130:911\$317
Effeitos depositados.....		1:033\$951
Banco de Guimarães.....		14:260\$533
Ajuda, turbina, reservatorio.....		12:571\$429
Insua da Cascalheira.....		1:194\$753
Escritorio de Vizella.....		145\$151
		194:596\$353

Passivo

Capital.....	100:000\$000
Lucros gastos em obras dos estabelecimentos thermaes e annexos.....	25:571\$058
Dividendos a pagar.....	247\$000
Diversos devedores e credores.....	42\$434
Credores por effeitos depositados.....	1:033\$951
Obrigações a pagar (emprestimo de 1890).....	62:010\$000
Fundo de reserva.....	42\$357
Juros a pagar.....	1:616\$683
Fundo para amortisação do emprestimo.....	90\$000
Lucros e perdas.....	3:942\$870
	194:596\$353

Guimarães, 31 de dezembro de 1891.

Fonte. CBV – AGA – Relatório de 1891



Joaquim Cabral de Vasconcelos, Advogado, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica e Juiz-mór do Juizado Civil do Districto de Braga: =

Faço saber que tendo-me sido presente para approvacao o projecto do estatuto por que pretende se estabelecer a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizella, do Concelho de Guimarães, de pois de ouvido o Conselho do Districto em sessão de 11 de Outubro, e como me pareceu ser conformo, ao uso da faculdade que me confere o artigo 2.º do decreto de 12 de Outubro de 1868, hei por approvado o referido estatuto. Este mesmo estatuto fica suscito perante do presente estatuto, escripto em sete meias folhas, que todas são numeradas e rubricadas pelo Sr. Juiz-mór de Sa. M.ª Antonio Figueira, Juiz-mór Civil, deste Juiz-mór Civil, Secretario do Conselho do Districto e perante o qual se cumpre como no mesmo se contém.

Não pagou direitos de mercê nem sellos pelo não haver.

Dado e passado sob sello das armas do este Juiz-mór Civil em Braga aos 12 de Dezembro de 1878.
Joaquim Cabral de Vasconcelos

15

1ª Junta das Caldas

*

N.º de milen	Despesa	Parcial	Total
	Transporte	221,721	
21	Expediente da secretaria	10,800	
22	Visitação as terras para a construcção do cemitório parochial	18,930	
23	Plantas para a construcção do mesmo	27,000	
24	Construcção de mesmo	1.624,855	1.703,306
Capitulo 2.º Instrucção primaria			
25	Proveimento escolar e expediente do delegado parochial	4,000	
26	Collecção dos quadros parietal de lectu- ras de Antonio Simões Lopes para a escola do sexo masculino	5,400	
27	Fundo escolar	4,352	13,752
			1.717,058
1891 - O presidente Abade Antonio José Felizes Gomes - Paro- quia de Santa Machada - Appoiação - O montante da facultade que receita e' de 1.717,058 reis e a despesa de igual quantia to cento noventa e dois. O Governador Luiz Adriano Cas-			
da Junta das Caldas		28,800	
	Thesour	6,000	
	Secr de regem	6,000	
	Arrendam	6,000	
	Comitas	3,201	
	Comprou	115,000	
	Leção de casa escolar	5,400	
	Outros	5,000	
	Comita	1.670,785	
	Escola	13,752	
	Escola	53,520	
	Escola	1.717,058	

Junta de Parochia de S. Miguel das Salinas

para o anno de 1892 e de ... :

TOTAL	N.º DAS VERRAS	DESPEZA	PARCIAL	TOTAL
		Título 1º = Despesa obrigatória		
		Capítulo 1º = Despesa geral da Junta		
	1	Salário para o culto	74,200	
	2	Contribuição ao Município	32,500	
	3	Diário do concelho para as comissões de negócios	22,500	
	4	Diário do secretario da junta e espediente	20,500	
	5	Salários para o registo parochial	12,700	
17/2/94	6	Salários e encargos do registo de culto	12,500	
	7	Impreza do concelho	15,700	
	8	Diário do guarda de concelho	30,000	
17/2/93	9	Impreza do concelho	4,000	
	10	Provisionamento escolar	6,000	
	11	Impreza do concelho	20,000	
	12	Provisionamento de juizo e sustentação de sustentação que		
		for a Junta Joaquim Pinto de Sousa e Junta para a		
		sustentação do concelho	126,200	554,124
		Capítulo 2º = Instrução primaria	27,000	27,000
		Proceder de casa para a escola e profissões		
		Mobiliário escolar	463	463
		Dividas passivas		
		Restação em divida de sustentação que for a Junta		
		Joaquim Pinto de Sousa e Junta para sustentação pu-		
		blica de 24 de outubro de 1888, a quantia de 1:246,884		
11,887		Summa das		581,987
Salinas,		14 de outubro de 1891		
		O Presidente Manuel Dias da Costa		
		O Vigário Frei Manuel Dias da Costa		
		O Vigário Manuel Machado Alves de Paiva		
		Costa confessor e secretario concelho, Antonio Fernandes		

Fonte. AMAP – Eleições. Cotas: AMAP. 10-10-2-5-1.

2

Recam. S. João das Caldas
Gomes, Barros Pinto, Baldas, ^{Yates} ^{Sevry}
 Acta da eleição da Junta de Paróquia
 de São João das Caldas do Concelho de Guimaraes.

Aos dezoito dias do mes d'agosto do anno de mil oitocentos setenta e oito nesta igreja parochial de São João das Caldas, achando-se presente o Reverendo ehtorio José Felis Gomes, Parocho da mesma, presidente nomeado pela Commissão do reconseamento para presidir a esta assembleia electoral, que tem de eleger os regentes da Junta de Paróchia de São João das Caldas, que são de servir no quadriennio de mil oitocentos setenta e oito a mil oitocentos e oitenta e um; e Constituida a Mesa constante da acta antecedente, procedem-se pelo caderno do reconseamento á chamada dos electores, estando presentes o mesmo Reverendo Parocho e Regedor, e á proporção que cada elector era chamado e se aproximava da Mesa, cada um dos escripturadores escrevia o seu appellido ao lado do nome do votante, e o Presidente recebendo a lista dobrada a lançava na respectiva urna. Não se apresentando mais electores, ordenou o Presidente uma chamada geral dos que não tinham votado, e duas horas depois della, havendo-se entretanto recebido as listas dos electores, que nesse intervallo concorreram, mandou contar todas as que se achavam na urna e confrontar o numero dellas com as notas de descargas lançadas no caderno do reconseamento, do que resultou combizer-se que o numero das listas foi de cem, numero igual ao das descargas. O que se fez publico por edital affixado na porta da igreja. Passando depois a viera ao apuramento dos votos na conformidade do artigo 34 do Código Administrativo, verificou-se terem sido votados os cidadãos seguintes: Abilio da Costa Torres com cem votos; e Antonio José d'Estrevo Varella com cem votos; Joaquim de Freitas Ribeiro de Faria com cem votos; Joaquim Pinto com cem votos; Manuel Gomes Faria d' Oliveira com cem votos; José Carlos da Cunha com cem votos; Francisco Machado com cem votos; Domingos

Anexo 14. Acta da Eleição da Junta de Paróquia de S. João das Caldas – 1908

Alves
Pereira

Acta da eleição

Aos *oito e nove* dias do mez de *novembro* do anno de mil novecentos e *oito*

n'esta egreja parochial de *S. João das Caldas*, achando-se presente o
cidadão *Antonio Joaz* Curia parocha d'esta freguezia nomeado pela Camara
municipal para presidir a esta assembleia, a qual tem de eleger *quatro* vogaes da junta de parochia
da freguezia de *S. João das Caldas* e seus respectivos substitutos que hão
de funcionar no proximo futuro triennio de mil novecentos e *oito* a mil novecentos e *dez*,
constituida a meza definitiva com os cidadãos constantes da acta correspondente, e estando presentes o
parcho e regedor da mesma freguezia annunciou o presidente que ia proceder-se ao escrutinio para a
eleição acima mencionada, declarando que, segundo as disposições do artigo 210.º do codigo administrativo,
as listas devem conter, em separado e com a competente designação, os nomes dos cidadãos escolhidos para
vogues effectivos e os dos escolhidos para vogues substitutos, e que finalmente, nos termos do artigo 62.º,
§ unico, do decreto de 8 d'agosto de 1901, não admittiria listas em papel de côr ou transparentes, ou que
tenham marca, signal, designação ou numeração externa.

Em seguida o presidente lançou na urna a sua lista.

Tendo votado primeiramente os vogues da meza, e procedendo-se depois á chamada geral, pela fórma
prescripta no artigo 63.º d'aquelle decreto, cada um dos cidadãos recenseados, que se achavam presentes,
entregou a sua lista ao presidente, o qual a lançou na urna, observando-se a respeito de todos o que dispõem
os artigos 65.º e 66.º do mesmo decreto. E, tendo-se recebido ainda depois d'esta chamada as listas
dos eleitores que se apresentaram, fez-se outra chamada geral d'aquelles que não tinham votado, conforme
o artigo 67.º. Sendo *12* horas da *manha*, declarou o presidente que desde este momento principiavam
a contar-se as duas horas de espera, marcadas pelo § 1.º do artigo 67.º, recebendo durante ellas as listas
de todos os que concorreram a votar.

Findo este praso, o presidente, tendo previamente perguntado se ainda havia algum que pretendesse
votar, e tendo lançado na urna as listas dos que immediata e successivamente se apresentaram, conside-
rando-se encerrada a votação por não haver na assembleia mais eleitores para votar, como se determina no
mesmo § do artigo 67.º, fez contar, pela fórma prescripta no artigo 69.º o numero das descargas postas
na urna, que tambem se publicou, verificando-se serem aquellas em numero de *oito e seis*
e estas em numero de *oito e seis*.

Passando depois a meza ao apuramento dos votos, observando-se as disposições do artigo 70.º do
citado decreto, verificou-se terem sido votados para vogues, effectivos os cidadãos *J. Francisco*
de Freitas Ribeiro de Faria, Jui Pinto de Moura e Castro, Jui
Paulos e Francisco Faria, com oito e seis votos

Fonte. AMAP - Eleições. Cota - 10-10-3-10-2.

Anexo 15. Acta da Eleição da Junta de Paróquia de S. Miguel das Caldas – 1908

Alves
Teixeira
1908

Acta da eleição

Aos *doze* dias do mez de *junho* do anno de mil novecentos e *oito*

n'esta egreja parochial de *S. Miguel das Caldas*, achando-se presente o cidadão *Mourot Alves da Cunha*, nomeado pela Camara municipal para presidir a esta assembleia, a qual tem de eleger *quatro* vogaes da junta de parochia da freguezia de *S. Miguel das Caldas* e seus respectivos substitutos que hão de funcionar no proximo futuro triennio de mil novecentos e *oito* a mil novecentos e *dezoito*, constituida a meza definitiva com os cidadãos constantes da acta correspondente, e estando presentes o parcho e regedor da mesma freguezia annunciou o presidente que ia proceder-se ao escrutinio para a eleição acima mencionada, declarando que, segundo as disposições do artigo 210.º do codigo administrativo, as listas devem conter, em separado e com a competente designação, os nomes dos cidadãos escolhidos para vogaes effectivos e os dos escolhidos para vogaes substitutos, e que finalmente, nos termos do artigo 62.º, § unico, do decreto de 8 d'agosto de 1901, não admittiria listas em papel de côr ou transparentes, ou que tenham marca, signal, designação ou numeração externa.

Em seguida o presidente lançou na urna a sua lista.

Tendo votado primeiramente os vogaes da meza, e procedendo-se depois á chamada geral, pela forma prescripta no artigo 63.º d'aquelle decreto, cada um dos cidadãos recenseados, que se achavam presentes, entregou a sua lista ao presidente, o qual a lançou na urna, observando-se a respeito de todos o que dispõem os artigos 65.º e 66.º do mesmo decreto. E, tendo-se recebido ainda depois d'esta chamada as listas dos eleitores que se apresentaram, fez-se outra chamada geral d'aquelles que não tinham votado, conforme o artigo 67.º. Sendo *oito* horas da *manha*, declarou o presidente que desde este momento principiavam a contar-se as duas horas de espera, marcadas pelo § 1.º do artigo 67.º, recebendo durante ellas as listas de todos os que concorreram a votar.

Findo este praso, o presidente, tendo previamente perguntado se ainda havia algum que pretendesse votar, e tendo lançado na urna as listas dos que immediata e successivamente se apresentaram, considerando-se encerrada a votação por não haver na assembleia mais eleitores para votar, como se determina no mesmo § do artigo 67.º, fez contar, pela forma prescripta no artigo 69.º, as listas que se encontraram na urna e confrontar o seu numero com as notas de descarga postas nos respectivos cadernos, verificando-se serem *seis e quatro*, numero igual ao das descargas feitas nos cadernos do recenseamento

, o que logo se fez publico por edital affixado na porta da

assembleia. Passando depois a meza ao apuramento dos votos, observando-se as disposições do artigo 70.º do citado decreto, verificou-se terem sido votados para vogaes effectivos os cidadãos

Adriano Machado Dias de Carvalho, proprietario;
 Arthur Teixeira da Costa e Silva, negociante;
 Francisco Bibiano de Freitas, proprietario; e José
 Albino Dias Albuquerque, mercante, com sessenta
 e quatro votos cada um.

e para substitutos os cidadãos Antonio Albino da Cunha
 proprietario; Francisco Alves Teixeira, proprietario;
 José da Costa Vieira, advogado e Custodio
 Bibiano de Costa, proprietario, com sessenta e
 quatro votos cada um.

Anexo 16. Grupos Socioprofissionais de Vizela (1882-1886)

Profissão	N.º	Profissão	N.º
Pedreiros/trolhas/carpinteiros	91	Jornaleiros	83
Lavradores	59	Proprietários/capitalistas	54
Negociantes/vendeiros/fabricantes	33	Alfaiates/tecelões	15
Alquiladores/cocheiros/ferradores	14	Sapateiros/tamanqueiros	13
Padeiros/moleiros	11	Barbeiros	10
Serralheiros/ferreiros	9	Médicos/professores/advogados	7
Estalajadeiros/alugadores	7	Caixeiros	5
Serradores	5	Estudantes	5
Eclesiásticos	5	Sardinheiros	4
Coveiros	3	Boticários	2
Sacristães	2	Espingardeiros	2
Cesteiros	2	Outros	15

Fonte: Própria. AMAP – *Eleições*. Cota: 10-10-7-32 a 10-10-9-29.

